

[VOL. 1] [N.º 2] [ANO 2021]

REORIENTE

estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo

ENTREVISTA

ORLANDO CAPUTO: LA TEORÍA DE LA DEPENDENCIA EN EL LABIRINTO DE LA ECONOMÍA MUNDIAL (PARTE II)

ARTIGOS

Forjando um Instrumento Diagonal para a Esquerda Global

Javier Ezcurdia e Christopher Chase-Dunn

Mercado mundial, imperialismo e dependência: o papel central da grande

Leonardo Leite e Marcelo Carcanholo

Capitalismo e nacionalismo na longa duração: Hegemonia, crise e mobilização nacionalista em busca de Estado, (1492-2013)

Şahan Savaş Karataşlı

O subimperialismo no Oriente Médio

Claudio Katz

Anticomunismo e o fantasma do "neostalinismo": a "questão Stálin" na obra de Domenico Losurdo

Jones Manoel Silva

Bem Viver e democracia no pensamento de Mariátegui e Gramsci

César Germaná

E MAIS

Maribel Aponte García, Jales Dantas da Costa, Dídimo Castillo Fernández...

EDITORIAL	4
ENTREVISTA	
Orlando Caputo: La teoría de la dependencia en el laberinto de la economía mundial. (Parte II)	9
Carlos Eduardo Martins, Fabio Maldonado e Gabriel Merino	
ARTIGOS	
Forjando um Instrumento Diagonal para a Esquerda Global	37
Javier Ezcurdia e Christopher Chase-Dunn	
Mercado mundial, imperialismo e dependência: o papel central da grande indústria	63
Leonardo Leite e Marcelo Carcanholo	
Capitalismo e nacionalismo na longa duração: Hegemonia, crise e mobilização nacionalista em busca de Estado, 1492-2013	89
Şahan Savaş Karataşlı	
O subimperialismo no Oriente Médio	135
Claudio Katz	
Anticomunismo e o fantasma do “neostalinismo”: a “questão Stálin” na obra de Domenico Losurdo	155
Jones Manoel Silva	
Bem Viver e democracia no pensamento de Mariátegui e Gramsci	178
César Germaná	
RESENHAS	
Friedrich Engels: Uma Biografia	193
Jales Dantas da Costa	
Dependency, Neoliberalism and Globalization in Latin America	199
Carlos Alberto Serrano Ferreira	
HOMENAGENS	
La vigencia del legado de Norman Girvan para América Latina y el Caribe: la teoría de la dependencia en el Caribe	203
Maribel Aponte García	
Marco A. Gandásegui, hijo: en torno a la crisis de hegemonía y la estructura de poder de Estados Unidos	208
Dídimo Castillo Fernández	
Descobrir Aníbal Quijano, ou apenas um pensador latino-americano	213
Deni Alfaro Rubbo	

Editores

Carlos Eduardo Martins (UFRJ), Joana das Flores Duarte (UNIFESP) e Roberto Goulart Menezes (UnB)

Comissão editorial

Ana Garcia Saggioro (PUC Rio), Bernardo Salgado (LEHC/UFRJ), Carlos Alberto Serrano (LEHC/UFRJ), Fábio Maldonado (LEHC/UFRJ), Jales Dantas da Costa (UnB), Marcos Pedlowski (UENF), Raquel Coelho (LEHC/UFRJ) e Wilson Vieira (UFRJ)

Apoio técnico

Rodrigo Corrêa (projeto gráfico)

Raíssa Oliveira (diagramação)

Thassiel Melo (capa)

Amanda Stelitano (LEHC/UFRJ)

Lourdes Flores Bordais (LEHC/UFRJ)

Pedro Martinez (LEHC/UFRJ)

Raquel Coelho (LEHC/UFRJ)

Willyan Alvarez Viégas (LEHC/UFRJ)

Conselho Editorial

Adhemar Minero (REBRIP) • Adrian Sotelo Valencia (UNAM) • Alberto Rocha Valencia (Universidad de Guadalajara) • Alfredo Saad Filho (King's College) • Alícia Giron (UNAM) • Andres Rivarolla Puntigliano (Stockholm University) • Antonio Brussi (UnB) • Armando Boito (Unicamp) • Atilio Alberto Boron (UBA) • Barry Gills (University of Helsinki) • Beverly Silver (Arrighi Center for Global Studies - Johns Hopkins University) • Camille Chalmers (Université d'Etat d'Haiti) • Carla Ferreira (UFRJ) • Carlos Serrano (LEHC-UFRJ) • Carolina Jimenez (Universidad de Bogotá) • Christopher Chase-Dunn (University of California) • Claudio Katz (UBA) • Denise Gentil (UFRJ) • Didimo Castillo (Universidad Autónoma de Tlaxcala) • Elias Jabbour (UERJ) • Emilio Taddei (UBA) • Emir Sader (LPP-UERJ) • Enrique Leff (UNAM) • Fábio Luiz Barbosa dos Santos (PROLAM-USP) • Fábio Py (UENF) • Francisco Lopez Segrera (ISRI – Cuba) • Gabriella Roffinelli (UBA) • Gabriel Merino (UNLP) • Gilberto Maringoni (UFABC) • Graça Druck (UFBA) • Graciela Gallarce (CLACSO) • Heitor Silva (LEHC-UFRJ) • Helton Ouriques (UFSC) • Isabela Nogueira (UFRJ) • Ivana Jinkings (Boitempo Editorial) • Jaime Preciado Coronado (Universidad de Guadalajara) • Joana Coutinho (UFMA) • Joana Salem (Cáspere Líbero) • Jones Manoel da Silva (Podcaster Revolushow) • Jose Felix Rivas (Universidad Central de Venezuela) • José Luís Fiori (UFRJ) • Julio Gambina (SEPLA) • Leandro Morgensfield (UBA) • Leonardo Ramos (PUC-Minas) • Leonardo Valente (UFRJ) • Lourdes Regueiro (CIPi – Cuba) • Lúcio Oliver (UNAM) • Luiz Cesar Ribeiro (UFRJ) • Luiz Felipe Osório (UFRJ) • Luiz Filgueiras (UFBA) • Marco Aurelio Santana (UFRJ) • Márgara Millán (UNAM) • Maria Carames Carlotto (UFABC) • Maria Francesca Staiano (UNLP) • Mathias Luce (UFRJ) • Mauricio Metri (UFRJ) • Orlando Caputo (CLACSO) • Oswaldo Munteal (UERJ) • Paris Yeros (UFABC) • Patrick Bond (University of the Western Cape School of Government) • Paulo Emilio Matos Martins (UFF) • Pedro Aguiar (UFF) • Pedro Vieira (UFSC) • Ramos Torres Galarza (Equador) • Raphael Padula (UFRJ) • Raphael Lana Seabra (UnB) • Ricardo Dello Buono (Manhatan College, NY) • Roberta Traspadini (UNILA) • Roberto Leher (UFRJ) • Roberto Patricio Korzeniewicz (Maryland University, College Park) • Rogério Dutra (UFF) • Ronald Chilcote (Latin American Perspectives) • Saulo Pinto (UFMA) • Şahan Savaş Karataşlı (North Caroline University, Greensboro) • Sedi Hirano (USP) • Vivian Urquidí (USP) • Wagner Iglecias (USP)

Neste segundo número, a *Reoriente* aborda grandes temas do sistema mundial capitalista ao tomar em consideração sua longa duração, a crítica de sua economia política, questões emergentes do século XXI e dimensões estratégicas do pensamento contra-hegemônico. Assim, a expansão da economia mundial capitalista, seus ciclos, suas crises, imperialismos, hegemonias, dependência, subimperialismos, nacionalismos e grandes nomes do pensamento crítico são os temas-chave que permeiam este novo volume que ora publicamos.

Na segunda parte de sua entrevista, Orlando Caputo, destacado pensador da teoria marxista da dependência, aponta a necessidade de aprofundar a relação entre o estudo da economia mundial e a teoria da dependência, para dinamizá-la e aprofundá-la. O autor diverge de François Chesnais e Robert Brenner, que vinculam a globalização à imposição de um regime de acumulação financeirizado, e aponta, desde meados dos anos 1980, a recuperação da taxa de lucro e do protagonismo do capital produtivo sobre o capital financeiro, situação que se consolida a partir dos anos 1990. Tal recuperação associa-se ao fortalecimento relativo da liderança dos Estados Unidos frente ao Japão, interrompendo sua ascensão e lançando-o na estagnação prolongada. Todavia, Caputo assinala que a globalização neoliberal da economia mundial foi uma resposta à queda das taxas de lucro nos anos 1970-80 e impulsionou os investimentos transnacionais dos Estados Unidos e Reino Unido, gerando uma superprodução de mercadorias que alavancou a China e o sudeste asiático como centros produtivos.

Tal movimento e seus impactos globais não foram suficientemente captados por aqueles que permaneceram reféns do nacionalismo metodológico, mantendo-se restritos à análise das economias nacionais. Abriu-se uma profunda disputa na economia mundial entre, de um lado, a China, que vai se tornando a potência econômica dominante, e, de outro, os Estados Unidos, que permanecem como potência hegemônica mundial por sua capacidade de articular as dimensões do econômico, político, militar e ideológico, e busca limitá-la e contê-la. Ele aponta que se produziram seis crises cíclicas no interior do processo de globalização entre os anos 1970-2000, mas, a partir de 2008, as crises passam a ser do processo de globalização, e é aí onde se inscreve a mais recente, de 2020, que pode colocar em questão a hegemonia mundial do neoliberalismo e abrir o espaço para amplas formas de reorganização mundiais.

O autor analisa ainda o padrão de acumulação neoliberal na América Latina, os bloqueios que essa forma de dependência coloca para o seu desenvolvimento, as explosões sociais no Chile, seus impactos sobre as mudanças políticas em curso, os

novos aportes no âmbito das teorias da dependência e do imperialismo, a crise ecológica, as pandemias e sua vinculação à globalização capitalista.

Javier Ezcurdia e Christopher Chase-Dunn, duas das principais referências nas análises dos sistemas-mundo, abrem a seção de artigos e apontam que o mundo entra numa nova era dos extremos, de grandes riscos, mas também de oportunidades para a esquerda mundial. Para neutralizar os riscos da guerra, da catástrofe, e guiar a transição rumo a um novo sistema mundial que promova a emancipação da humanidade das estruturas de opressão e violência que a submetem e a ameaçam, as esquerdas devem forjar um instrumento organizacional capaz de articular essas lutas em múltiplas dimensões. Os autores propõem a construção de um arcabouço diagonal, que chamam de navio, pelas linhas que lhe dão formato, para vincular de forma horizontal e com o mínimo de hierarquias as lutas nacionais, locais, globais, de classe e interseccionais em projetos mundialmente solidários, coordenados e capazes de se retroalimentarem. Destacam a necessidade de construção de um fórum global que promova temas como o nacionalismo progressista antifascista, a justiça climática, os direitos humanos, o feminismo, o antirracismo, os direitos indígenas, a descolonização, os direitos queer, as redes de compartilhamento, o transnacionalismo anticorporativo, a governança global democrática, o ativismo popular local progressivo, as alianças pela paz e contra a guerra etc.

Leonardo Leite e Marcelo Carcanholo propõem uma revisão da teoria do imperialismo para situar historicamente os marcos explicativos da gênese da dependência. Apontam o seu estabelecimento a partir do estabelecimento da grande indústria, da criação do mercado mundial e das transferências internacionais de valor que provoca. Tal proposição implica estender o conceito de imperialismo para fora do âmbito de um capitalismo monopolista, antes do surgimento deste, já no início do século XIX, quando o mercado mundial se estruturou de forma desigual e combinada.

Sahan Savas Karatasli analisa a dinâmica do nacionalismo em busca de Estado distinguindo-a do nacionalismo que se exerce no âmbito do Estado. O autor toma em consideração o período de 1492-2013 e lastreia vasta análise empírica histórico-comparativa para construir uma robusta sistematização teórica. Ele aponta que as crises dos ciclos sistêmicos de acumulação – principalmente as terminais –, o desenvolvimento desigual e a relação entre agência e estrutura são chaves para impulsionar contextos estruturais de proliferação desse tipo de nacionalismo, bem como as suas probabilidades de êxito. Os resultados que atingem são muito mais determinados pelo contexto em que atuam combinado com a presença de uma capacidade própria de organização, do que pela intensidade com que agitam suas bandeiras e seus objetivos. O autor menciona que a conjuntura atual que combina financeirização,

crise geopolítica, crise social e que instala o caos sistêmico a partir do início do século XXI, abre espaços estruturais para a atuação de movimentos nacionalistas em busca de Estado. O autor alerta para o fato de que nem todas as mobilizações nacionalistas são progressistas, podendo assumir caráter regressivo se as velhas elites realizam um pacto com nacionalistas em busca de Estado para fortalecer a coerção e lançar uma parte da população contra outra com o objetivo de manter privilégios.

Claudio Katz analisa o fenômeno do subimperialismo no Oriente Médio tomando em consideração três casos: Turquia, Arábia Saudita e Irã. Buscando inspiração na obra de Ruy Mauro Marini, o autor situa o subimperialismo como a atuação de economias intermediárias em seu espaço geopolítico regional através de poderosas incursões militares e busca de autonomia relativa diante das grandes potências. Entretanto, afirma que, no Oriente Médio, o subimperialismo também se articula a uma história de longa duração de rivalidades pré-capitalistas. Para ele, a Turquia é o principal poder subimperialista na região, com importante arsenal atômico vinculado à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), mas certa capacidade de atuação própria, que se aprofundou com a reação de Endorgan à Primavera Árabe e à tentativa de desestabilização de seu governo em 2016, apoiada por Obama, quando fortaleceu suas vinculações à Rússia. Ao analisar a Arábia Saudita, Katz destaca três características do seu subimperialismo: o investimento direto nas economias vizinhas, a cooperação antagônica com os Estados Unidos e o expansionismo militar no Oriente Médio, e são esses três aspectos que ele se dedica a analisar. O autor argentino destaca que o Irã é o principal rival geopolítico do regime wahabista. A reorientação do seu alinhamento geopolítico com a queda da monarquia Pahlavi e a revolução islâmica colocaram o país em conflito com o poder estadunidense, aproximando-o da Rússia e inscrevendo-o em inúmeros conflitos regionais pela disputa do poder político na região.

Jones Manoel aborda a elaboração de uma contra-história do liberalismo desenvolvida pelo destacado autor italiano Domenico Losurdo (1941-2018), tomando como referência central a questão Stalin. Ele refuta os epítetos de neostalinista lançados contra Losurdo, apontando estes que fazem parte da mesma estratégia contra-revolucionária que demonizou Robespierre, os líderes da Revolução Haitiana, da Revolução Russa para ocultar os vínculos do liberalismo com o colonialismo e o racismo, denunciados pelo jacobino francês, pelos jacobinos negros e pelo sucessor de Lenin no comando do Estado soviético. Ao acolher essas e outras dimensões positivas do período stalinista, mesmo sem deixar de criticá-lo, Losurdo sofre ataques ferozes do paradigma liberal que penetra em setores expressivos da esquerda que lhe são caudatários.

Em *Bem Viver e democracia no pensamento de Mariátegui e Gramsci*, César Germaná inaugura uma aproximação entre esses dois grandes pensadores. Nas palavras do autor, em vida, ambos se ignoraram, mas tanto Gramsci quanto Mariátegui questionaram em tempos e processos históricos distintos a ideologia do progresso inevitável, sustentada pelas correntes liberais e pelo marxismo eurocêntrico. Para Germaná, a partir desses dois grandes pensadores, a questão da democracia no socialismo não se refere às relações dos cidadãos com o Estado como uma máquina institucional separada do controle imediato dos produtores e, menos ainda, à crítica ética à ditadura. Em vez disso, aponta a necessidade de erradicar o caráter explorador das relações de produção capitalistas. E essa supressão não pode ser realizada se não forem superadas as instituições políticas que implicam a privatização do poder político e que impedem a socialização do poder. As reflexões de Mariátegui e Gramsci sobre democracia e socialismo nos ajudam a compreender que a democracia direta constitui uma das bases essenciais para a construção do projeto de bem viver.

Na seção de resenhas, Jales Dantas da Costa apresenta a análise da importante biografia de Gustav Meyer sobre Friederich Engels, publicada pela editora Boitempo em homenagem aos 200 anos de seu nascimento. Carlos Alberto Serrano Ferreira faz a crítica do livro de Carlos Eduardo Martins, *Dependency, neoliberalism and globalization in Latin America*, publicado pela editora Brill, que atualiza e estende o original em português, além de estabelecer um novo olhar sobre o conceito de superexploração da força de trabalho que reivindica e, ao mesmo tempo, pretende revisar alguns aspectos do enfoque de Ruy Mauro Marini para desenvolvê-lo.

Na sessão de homenagens, Maribel Aponte Garcia homenageia o jamaicano Norman Girvan (1941-2014), uma das principais referências do pensamento crítico mundial, destacando seus aportes para a formulação de uma teoria da dependência caribenha. Dídimo Castillo dedica seu texto a Marco Gandasegui, hijo (1943-2020), um dos maiores sociólogos panamenhos, destacando seus estudos sobre os Estados Unidos, sua estrutura de poder e hegemonia, que levaram à fundação de um grupo de trabalho no Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) sob sua inspiração. Castillo destaca os elementos centrais do aporte de Gandasegui, distingue os vetores básicos da crise de hegemonia e como as cisões que provocam na classe dominante se atualizam à medida que aquela se agrava, aprofundando conflitos internos. Deni Alfaro Rubbo analisa a biografia e a obra de Aníbal Quijano (1928-2018), um dos cientistas sociais latino-americanos de maior projeção internacional, apontando que sua originalidade vem da capacidade de fundir de forma própria as várias influências que sofreu, como as do Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES), da teoria da dependência elaborada no CESO e das

análises dos sistemas-mundo, por meio do que realiza uma vigorosa crítica à modernidade capitalista, ao imperialismo, à dependência e à colonialidade do poder, impulsionando novos sujeitos e novas formas de emancipação.

A Reorientação agradece especialmente a colaboração neste número de Raquel Coelho, Pedro Martinez e Lourdes Flores Bordaís.

Carlos Eduardo Martins, Joana das Flores e Roberto Goulart Menezes

Orlando Caputo: La teoría de la dependencia en el laberinto de la economía mundial. (Parte II)¹

Carlos Eduardo Martins*, Fabio Maldonado** e Gabriel Merino***

Neste número de Reoriente, publicamos a segunda parte da entrevista com Orlando Caputo, nascido em Serena no Chile, em 1941. Licenciou-se em Economia e Engenharia Comercial na Faculdade de Economia da Universidade do Chile e defendeu seu bacharelado em 1969, que se transformou no livro clássico, escrito a quatro mãos com Roberto Pizarro, *Imperialismo, dependencia y relaciones internacionales*, publicado no Chile, na Costa Rica e na Argentina. Orlando Caputo integrou o grupo de dependência do CESO, onde vinculou-se estreitamente a Theotonio Dos Santos e Vânia Bambirra, constituindo-se, ainda bastante jovem, em um dos principais autores da teoria marxista da dependência que se desenvolvia e que influenciou o programa da Unidade Popular de Allende. Assumiu posições estratégicas de direção na Corporação Nacional do Cobre (CODELCO), exilando-se com o Golpe de Estado de Pinochet, inicialmente na Bulgária e posteriormente no México, onde alcançou o posto de professor do doutorado de economia da UNAM. Retorna ao Chile em 1990, integrando-se inicialmente ao ARCIS e vinculando-se a redes internacionais como CLACSO, REDEM e REGGEN. Mantém intensa atividade intelectual, aprofundando o enfoque da teoria da dependência ao articulá-lo com análise da economia mundial, onde destaca os fenômenos da globalização neoliberal, da reestruturação da economia estadunidense, de seu declínio relativo, da emergência da China e da inserção da América Latina neste contexto.

Reoriente (R): Usted ha resaltado la importancia del estudio de la economía mundial para la formación de la Teoría Marxista de la Dependencia, TMD. ¿Qué podría comentar sobre el tema?

OC: La teoría de la dependencia desarrollada en el Centro de Estudios Socioeconómicos, CESO, de la Facultad de Economía y Administración de la Universidad de Chile, bajo la dirección de Theotonio dos Santos, tuvo presente que la teoría de la

¹ Quiero agradecer muy sinceramente a los profesores Carlos Eduardo Martins, Fabio Maldonado y Gabriel Merino, quienes han elaborado las preguntas de la parte I y de la parte II de la entrevista que respondemos en este documento. He revisado y me he apoyado en varios de mis documentos.

* Professor do IRID/UFRJ, coordenador do LEHC/UFRJ e pesquisador do CLACSO.

** Pesquisador do LEHC e professor do PROLAM/USP.

*** Professor da Universidade Nacional de la Plata, pesquisador do CONICET e coordenador do GT "China e o mapa do poder mundial" (CLACSO).

dependencia hace parte del funcionamiento de la economía mundial. Sin embargo, en forma reiterada hemos planteado la necesidad de profundizar la relación de la teoría de la dependencia con el funcionamiento de la economía mundial, por varias razones, entre ellas:

a) Porque existe la economía mundial. La existencia objetiva de la economía mundial capitalista queda mucho más evidente en la actual etapa de globalización, que se expresa en un desarrollo creciente de una estructura productiva mundial, de la circulación mundial de mercancías y de capitales por sobre los países comandados por las grandes empresas transnacionales productoras de bienes y servicios.

La economía mundial tiene una realidad tan objetiva como la realidad de las economías nacionales, del comercio mundial y de otras relaciones económicas internacionales. El movimiento de la producción de mercancías y de realización de ellas compromete el funcionamiento de las economías nacionales, su proceso de reproducción económica y social, así como el funcionamiento y la reproducción de la economía mundial.

La economía mundial es una totalidad mayor a la suma de sus partes: economías nacionales; sectores y ramas; y, relaciones económicas internacionales. Como ejemplo evidente y simple de ‘totalidad’, es la interpretación de una obra musical por parte de una orquesta, en que la interpretación del amplio grupo de músicos se ‘unifican’ de acuerdo con la partitura, y producen una magistral obra musical, muy superior a la suma individual de cada intérprete. Es al interior de esta totalidad que se produce el desarrollo de las economías nacionales, en las que pueden identificarse varias formas de inserción de esas economías nacionales en la economía mundial.

El origen de la economía mundial se remonta a las primeras fases del desarrollo del capitalismo. La economía inglesa inicialmente desarrolló preferentemente la industria textil, se organizó para abastecer al mundo con sus productos; al mismo tiempo, promovió en otros países la producción de materias primas que se utilizaban en esta rama de la industria.

La economía mundial capitalista se apoyó en un mercado mundial precapitalista que había desarrollado una división internacional de la producción y del trabajo que abarcaba a muchos países y regiones. Ese mercado mundial precapitalista se fue transformado en un mercado mundial capitalista. En ese proceso se profundiza el capitalismo en los países y regiones participantes.

La concreción del libre comercio que se promovió desde Inglaterra es un reflejo claro de la existencia de la economía mundial. Inglaterra necesitaba la libre importación de granos para disminuir la renta de la tierra, abaratar la fuerza de trabajo y aumentar las ganancias. Al mismo tiempo, el libre comercio permitía facilitar y ampliar el mercado mundial de las manufacturas inglesas.

El cambio teórico de escenario de economía nacional y economía inter-nacional a un escenario de economía mundial aparece como un cambio simple. Pero, en realidad, es de una alta complejidad. Guardando la distancia, es similar al escenario de análisis del sol girando en torno a la tierra, o el escenario de análisis de la tierra girando en torno al sol. Los economistas de los países desarrollados parecen estar limitados para esta ruptura teórica y metodológica por la fuerza que tiene la relativa autonomía nacional de sus economías. En los países atrasados esta ruptura teórica metodológica es más probable dada la existencia de la fuerte dependencia y la constitución y transformación de las economías nacionales desde afuera, desde la economía mundial;

b) Es necesario el enfoque teórico y metodológico de economía mundial para confrontar críticamente con otras corrientes en la ciencia económica. La ciencia económica en sus principales escuelas teóricas: economía clásica, neoclásica, keynesiana y la mayoría de las interpretaciones marxistas, han tenido como escenario para su desarrollo teórico y metodológico la economía nacional. Esto sucede también con las versiones más contemporáneas de dichas corrientes, incluyendo autores marxistas. Al enfoque de economía nacional agregan relaciones económicas internacionales, es decir, entre naciones autónomas. El desarrollismo y su versión en la CEPAL no superan el carácter autónomo de las economías nacionales.

La autonomía de las economías nacionales queda en evidencia en el título del libro de Adam Smith, *La Naturaleza y causa de la riqueza de las naciones*. Ricardo en su libro, *Principios de economía y tributación*, que consta de muchos capítulos, solo uno de ellos está referido al comercio exterior, con su famoso ejemplo de dos países autónomos que se especializan en base a sus ventajas relativas.

Keynes en su famoso libro *Teoría general del empleo, el interés y el dinero*, su contenido y análisis solo está referido a la economía nacional. Así mismo, en su documento *La Autosuficiencia Nacional*, Keynes pensaba que el libre comercio y las inversiones extranjeras constituían una seria amenaza para la paz en el mundo. En tanto, Milton Friedman, en su libro *La Libertad de Elegir*, afirma que Adam Smith es el padre de la economía moderna, en base a la autonomía económica de las economías nacionales.

En la formación académica de los economistas, son fundamentales los manuales de macroeconomía cerrada, de macroeconomía abierta y de economía internacional, y sus enfoques teóricos y metodológicos se refieren a economías nacionales autónomas. Recordamos que, en las cuentas nacionales, las empresas extranjeras que operan los países son consideradas como empresas residentes.

La ciencia económica, en sus principales escuelas, al tener como escenario fun-

damental de análisis la economía nacional y asumir la economía mundial sólo como relaciones económicas entre países, está muy limitada para entender el funcionamiento de la economía mundial y de las economías nacionales. En abril de 2007, en los meses previos al estallido de la crisis de 2008, el FMI afirmó en su informe *Perspectivas de la economía mundial* que el mercado hipotecario tradicional seguía abierto como siempre a los particulares con buenos antecedentes crediticios, que la economía estadounidense se mantenía firme en general, pese al fuerte enfriamiento del mercado de la vivienda, y que no había porque se preocupar sobre la economía mundial (FMI, 2007, p. xii);

c) Marx tempranamente llegó a la conclusión de que el capitalismo tenía como misión histórica conformar la economía mundial capitalista. A vía de ejemplo, Marx en su *Discurso sobre el problema del libre cambio*, afirma:

“Solamente a la burguesía se le podría ocurrir la idea de llamar fraternidad universal a la explotación en un plano cosmopolita. Todos los fenómenos destructores que la libre concurrencia provoca dentro de un país se reproducen en proporción aún más gigantesca en el mercado universal” (Marx, 1848).

Marx y Engels en el *Manifiesto Comunista*, entre varias afirmaciones señalan:

“Espoleada por la necesidad de dar cada vez mayor salida a sus productos, la burguesía recorre el mundo entero. Necesita anidar en todas partes, establecerse en todas partes, crear vínculos en todas partes. Mediante la explotación del mercado mundial, la burguesía ha dado un carácter cosmopolita a la producción y al consumo de todos los países. En una palabra: se forja un mundo a su imagen y semejanza.” (Marx, K y Engels, F. 1980 [1848])

En su plan de investigación, que reprodujo en diferentes momentos, menciona como quinto o sexto libro, *El Mercado mundial y las crisis*, y señala que la producción está puesta como totalidad al igual que cada uno de sus momentos, pero en la que al mismo tiempo todas las contradicciones se ven en proceso. El mercado mundial constituye a la vez que el supuesto, el soporte del conjunto.

En los documentos *La importancia de Marx para el estudio de la economía mundial actual*, del libro colectivo coordinado por Paula Vidal, Claudia Drago y Tomás Moulián, *Marx en el siglo XXI*, y el documento *Marx y la economía mundial actual*, publicado en el libro colectivo de CLACSO, titulado: *Marx: 200 años, presente, pasado y futuro*, hemos desarrollado más extensamente lo planteado en los puntos anteriores; y

d) Con la globalización actual de la economía mundial, múltiples fenómenos se presentan a nivel de la economía mundial. Mencionamos los fenómenos más recientes y evidentes: la pandemia y el cambio climático. Sin duda, son resultado del fun-

cionamiento de la economía mundial capitalista.

A continuación, desarrollamos brevemente en un nivel más concreto, la articulación de las economías nacionales a la economía mundial:

La desproporcionalidad en las ramas y sectores de la economía nacional y la proporcionalidad en la economía mundial. Si suponemos economías nacionales cerradas sin comercio exterior, la producción de los diferentes sectores y ramas de la economía nacional, tenderán al equilibrio. En una economía abierta, se produce una desproporcionalidad de la producción en las ramas y sectores en base a su especialización. Por ejemplo, si la producción de alimentos y metales se producen fundamentalmente para el mercado externo, en la economía nacional hay una desproporción de las ramas y sectores. La desproporcionalidad interna se resuelve en la economía mundial en las principales fases del ciclo. En las crisis cíclicas las desproporcionalidades nacionales no se pueden resolver, en las economías nacionales, la crisis puede ser más profunda que a nivel global. Con la pandemia han quedado en evidencia las desproporcionalidades. Al inicio de la pandemia, se produjo una fuerte disminución de la demanda mundial que significó una sobreproducción mundial de varias mercancías, por ejemplo, el petróleo. En 2021, se produjo un fuerte aumento de la demanda mundial y escasez de muchos productos, por ejemplo, la producción de automóviles y de productos de alta tecnología por escasez de chips.

R: ¿Cómo usted distingue la TMD de otras matrices analíticas en la forma de concebir y superar el capitalismo latinoamericano?

OC: En el grupo de investigación sobre la dependencia, del Centro de Estudios Socioeconómicos, CESO, de la Facultad de Economía de la Universidad de Chile, 1967, bajo la dirección de Theotonio dos Santos, se inició criticando la teoría económica en boga, que se conoce como ‘desarrollismo’, teoría sustentada por la Comisión Económica para América Latina, CEPAL.

Se postulaba que se podría lograr el desarrollo contemplando varios mecanismos. Para este propósito, era fundamental, el capital extranjero, dado que la CEPAL reconocía la escasez nacional de capital.

La crítica a la concepción de la CEPAL con relación al capital extranjero y su tecnología pasaron a ser los temas centrales que dieron origen a la teoría de la dependencia, como parte de la economía mundial. En síntesis, el capital extranjero generó las nuevas formas de la dependencia, pasando a controlar las principales actividades de ramas y sectores económicos. Las extraordinarias ganancias y transferencias del

capital extranjero a sus países de origen, particularmente, Estados Unidos, limitaron las inversiones nacionales y generaron el estrangulamiento económico y social de nuestros países.

Esta situación se ha profundizado con la globalización de la economía mundial, que postula la libre circulación de bienes y de capitales, que se profundizan con los tratados de libre comercio. En nuestras investigaciones sobre las economías latinoamericanas, hemos aplicado en las nuevas condiciones de la globalización, las formulaciones de la teoría de la dependencia. En varios de nuestros documentos, hemos estado actualizando las formas que asume el estrangulamiento económico de nuestros países.

La crisis en la región se explica por la profunda dependencia de la estructura productiva primario-exportadora recreada y profundizada desde afuera por las transnacionales y por las desnacionalizaciones de los sectores más dinámicos, que permiten masivas transferencias de recursos de las inversiones extranjeras hacia el exterior. Lo anterior limita severamente la reproducción económica y social del capitalismo neoliberal en la región. En Estados Unidos y en los países desarrollados, las empresas productoras de bienes y servicios se han liberado del dominio que en décadas anteriores ejerció el capital financiero.

En tanto, en América Latina se presenta en forma combinada y potenciada el poder del capital productivo y del capital financiero. Este último, relacionado muy directamente con las grandes inversiones extranjeras directas -IED-, que tienen un alto componente de créditos externos. Crece significativamente la deuda de las IED y la deuda externa de los países de América Latina.

En América Latina, además de las grandes ganancias, reinvierten una porción importante de ellas y han provocado un creciente proceso de desnacionalización de empresas y de recursos naturales y un aumento de la dependencia. En América Latina, como hemos dicho, se produjo una gran reestructuración y reorganización de las economías nacionales, implementadas desde afuera por los países desarrollados, particularmente, Estados Unidos y España, con el acuerdo y promoción de la mayoría de los dirigentes políticos y de los gobiernos de la región.

En la mayoría de los países se vuelve a una especialización en la producción de recursos naturales para la exportación. Se destruye la industrialización y los países se transforman en gran medida en economías rentistas. En otros países, las economías se reestructuran con base en plataformas de exportación de productos industriales con fuerte presencia de capital extranjero.

El control por el capital extranjero de los recursos naturales, del sector financiero —bancos, seguros, fondos de pensiones—, de servicios públicos domiciliarios, de cadenas comerciales, etc., así como del control de las exportaciones e impor-

taciones, les ha permitido un incremento muy grande de las ganancias que son remesadas a sus países de origen. Una parte de esas ganancias se reinvierten incrementando el stock de capital.

En las últimas décadas el funcionamiento del capitalismo neoliberal en América Latina ha tenido un limitado crecimiento económico y ha generado graves problemas sociales. Las remesas de ganancias, de intereses, de depreciación y amortizaciones, del capital extranjero, equivalen a la inversión nacional total en maquinaria y equipo, infraestructura y construcción habitacional, limitando la reproducción económica y social de la región.

Hemos publicado con mi compañera Graciela Galarce varios documentos en una perspectiva global sobre la economía chilena y más de veinte documentos sobre la nacionalización del cobre realizada por Salvador Allende, quien denominó al cobre como “El sueldo de Chile”. Asimismo, elaboramos varios documentos de denuncia de la posterior desnacionalización. Estos documentos los hemos elaborado como parte de nuestra contribución al movimiento estudiantil de 2006 y del 2011 y como apoyo a la Confederación de Trabajadores del Cobre, CTC, que agrupa a los trabajadores de las empresas contratistas y subcontratistas, que son la gran mayoría de los trabajadores del cobre, cuyas remuneraciones son 1/3 o menos que las de los trabajadores de planta, por el mismo trabajo y con contratos transitorios. Apoyamos a la CTC, participamos en su fundación, ininterrumpidamente a la fecha. La CTC se declara una nueva fuerza sindical de clase que defiende los intereses de los trabajadores y plantean la renacionalización del cobre.

Señalamos dos documentos, *La propaganda engañosa sobre Chile: agotamiento relativo del capitalismo neoliberal*, del año 2011 y publicado en 2012. En él mostramos que luego de un período de holgado crecimiento, se presenta una tendencia a una fuerte disminución del producto. Por ello, afirmábamos que en Chile se estaba produciendo un agotamiento relativo del capitalismo neoliberal. Este documento fue criticado en eventos académicos de economía crítica cuando lo presentamos.

En 2021, presentamos el documento titulado *El capital extranjero y el agotamiento relativo del capitalismo neoliberal en Chile*, demostramos que el stock acumulado de la inversión extranjera directa es similar al valor del PIB chileno. Asimismo, la deuda externa en gran parte ha crecido aceleradamente por el incremento de la deuda externa de la inversión extranjera directa.

Las ganancias del capital extranjero, más la depreciación -acelerada-, más los pagos de intereses y amortización de la deuda, son bastante mayores a la inversión global de la economía chilena o formación bruta de capital fijo, que incluye la inversión en nuevas empresas, maquinaria y equipo, en obras de infraestructura física y

construcción habitacional. Todo lo anterior provoca una reproducción limitada de la economía, que se refleja en el hecho de que el crecimiento promedio anual de la economía chilena entre 2014-2019, haya sido de un 2,0%. Esta situación ha provocado la profundización de los problemas sociales y explica en gran medida el estallido social de octubre de 2019.

Adicionalmente, se debe agregar el uso de los precios de transferencia en las exportaciones y en las importaciones. Las transferencias ocultas de ganancias para pagar menos impuestos. Asimismo, se debe tener presente que los grandes empresarios nacionales sienten y actúan en nuestros propios países como si fuesen capitales extranjeros. Sus inversiones en el exterior se realizan sin mayores fiscalizaciones y son directamente responsables de inversiones en los paraísos fiscales y en las fugas de capitales.

Este año 2021, la economía chilena tendrá una alta tasa de crecimiento como respuesta a la caída de 2020 y por el aumento de la demanda, generada en gran medida por los tres retiros del 10% de los fondos previsionales de los trabajadores, que representa más de US\$ 50.000 millones, que significan un 17% del PIB chileno y por el aumento del precio del cobre, que en este año 2021 será de US\$ 4,22 por libra de cobre.

R: A diferencia de autores como Robert Brenner y François Chesnais, has destacado el aumento de las tasas de ganancia en la economía mundial, a partir de la década de 1990, particularmente en tus estudios sobre Estados Unidos y China. ¿Como analizas esas diferencias de interpretación?

OC: En realidad, siempre nos ha sorprendido que autores que gozan de un gran prestigio a nivel mundial en economía y en ciencias sociales, afirmen como fundamento central de sus formulaciones teóricas que la tasa de ganancia de las empresas de los países capitalistas desarrollados tenga una tendencia decreciente, y que en ambos autores esta formulación constituya el pilar en que sostienen sus diferentes apreciaciones globales sobre el capitalismo en las últimas décadas.

Robert Brenner, en su libro *Turbulencias en la economía mundial* (1999), como planteamiento central concluye que las economías desarrolladas, y, particularmente, de Estados Unidos, desde inicios de los setenta han iniciado una larga fase descendente, lo que se explica por la caída generalizada de la rentabilidad de las empresas productoras de bienes. También reafirma que la causa principal de la crisis de 2008 se debe a la baja tendencial de la tasa de rentabilidad de las empresas productoras de bienes. Brenner se apoya en la formulación de Marx sobre la tendencia decreciente de la tasa de ganancia.

François Chesnais, Gérard Duménil y Dominique Lévy, en sus documentos de la

década de 2000, señalan el dominio del sector financiero por sobre el sector productivo, a partir de mediados de la década de los ochenta. Concluyen que las actividades financieras son mucho más rentables. Por lo que las inversiones en el sector productivo son bajas debido a una tasa de ganancias también baja. También se apoyan en el desarrollo financiero y el capital ficticio postulado por Marx.

Nuestras investigaciones respaldadas con el estudio sistemático de las informaciones estadísticas de diferentes organismos oficiales, nos lleva a afirmar categóricamente que la tasa de ganancia aumenta no sólo en los noventa, sino ya a partir de mediados de los ochenta y que dicha tasa de ganancia se fortalece en la década de los noventa, e inicios del siglo XXI.

El capitalismo enfrentó la crisis cíclica de 1974-1975 y la de 1980-1982, con tasas de ganancia relativamente bajas. En la crisis iniciada en México en 1994, en el sudeste asiático, 2007-2008, y la crisis de inicios de la década de 2000, el capitalismo las ha enfrentado con una tasa de ganancia relativamente elevada.

Luego del análisis de la crisis de 1980-1982, fuimos muy impactados por la recuperación de la masa y de la tasa de ganancias a partir de mediados de los ochenta, y elaboramos el documento *La tasa de ganancia en los principales países capitalistas desarrollados*, que se publicó en 'Economía Internacional N° 22', mayo de 1989, del Programa de Estudios de Economía Internacional, Universidad Autónoma de Puebla, México. En el citado documento confrontamos las informaciones estadísticas de Estados Unidos y de otros países desarrollados sobre tasa de ganancias a fines de los ochenta, con las informaciones para los años setenta e inicios de los años ochenta.

Para apoyar nuestros análisis sobre Estados Unidos, al inicio del documento citábamos la Revista 'Fortune' de 1989, que destacaba los elevados niveles de actividad y las elevadas tasas de ganancias en las grandes empresas estadounidenses. Adicionalmente, nos apoyamos en informaciones del 'Economic Outlook' de la OECD, para los países capitalistas desarrollados sobre tasa de ganancia en base a su metodología. Documentos que confirman el crecimiento de la tasa de ganancia en Estados Unidos y muestran un crecimiento de la tasa de ganancia en el conjunto del G-7.

En la década del 90 se produce un fuerte crecimiento apoyado en una elevada tasa de ganancia y en un crecimiento de la inversión que lo registramos en el documento *Acumulación, tasa de ganancia e inversión en los países capitalistas desarrollados* (2000).

Uno de los temas que más se destaca en los análisis económicos de ese período es la impresionante fase de expansión que ha tenido la economía norteamericana después de la crisis de inicio de los 90. Esta expansión se destaca por lo prolongada, así como también por la dinámica económica, que se concreta en elevadas tasas de crecimiento de la producción.

En el *Economic report of the President* (2000), se señala que la expansión más prolongada desde 1854 fue la que experimentó la economía norteamericana en los años 60. Dicha expansión duró 106 meses. La de marzo de 1991 hasta octubre 2000- enteró 114 meses, lo que la transforma en la expansión más prolongada en casi 150 años.

Esta situación -encabezada por Estados Unidos- se produce también, con diferentes ritmos, en los demás países capitalistas desarrollados, producto de la globalización de la economía mundial, que es una respuesta a las bajas tasas de ganancia de la década de los setenta e inicios de los ochenta.

Estas grandes transformaciones han echado por tierra diversos planteamientos en boga durante los ochenta. Por ejemplo, se decía que Estados Unidos. estaba en una situación decadente, que perdería la hegemonía y que la fuerza de Japón lo llevaría a hegemonizar el sistema o a profundizar su papel en una hegemonía compartida. No sucedió ni lo uno ni lo otro. Al contrario, Estados Unidos. reconstituyó su hegemonía y Japón se debate en una profunda y prolongada crisis.

Nuestras investigaciones de este período también se apoyan en los planteamientos de Marx. Mencionaremos brevemente lo que hemos desarrollado en nuestros documentos.

En el propio capítulo XIII de *El Capital*, dedicado a fundamentar la ley de la tendencia decreciente de la cuota de ganancia, al final del capítulo, Marx señala: entre las causas que la contrarrestan el aumento del grado de explotación del trabajo, la reducción del salario por debajo de su valor; el abaratamiento de los elementos que forman el capital constante; la superpoblación relativa; el comercio exterior y el aumento del capital-acciones

En la economía mundial actual, cada una de las contratendencias se manifiestan mucho más acentuadamente:

R: ¿Está de acuerdo con la proposición de la emergencia de un nuevo ciclo de expansión de Kondratiev a partir de la década de 1990, hecha por algunos autores de la TMD?

OC: Nuestras preocupaciones han estado concentradas en los ciclos más cortos y en las crisis cíclicas. A través de éstas, hemos analizado las transformaciones y tendencias de más largo plazo. En este sentido estoy muy de acuerdo con Theotonio dos Santos, quien plantea que, a partir de 1994, se habría iniciado la fase ascendente del ciclo largo, que coincide con nuestros estudios señalados anteriormente.

Además de la tasa de ganancia y las tasas de crecimiento de la producción, apoyamos este planteamiento de Theotonio, dándole importancia significativa al crecimiento de las inversiones empresariales y sus profundas transformaciones que destacamos en el documento, *La inversión en los principales países capitalistas desarrollados*, pu-

blicado en Economía Internacional No 26-27, septiembre-octubre 1989. Programa de Estudios de Economía Internacional, BUAP, Puebla, México, que resumimos a continuación, que posteriormente fuimos actualizando.

La inversión en las empresas crece mas que la inversión publica y que la inversión residencial En las empresas crece más la inversión en maquinaria y equipo que en galpones o estructuras. La inversión en maquinaria y equipo, en gran medida es de alta tecnología. Más que una ampliación, lo que se produce es reemplazo por maquinaria y equipo que trae incorporada tecnología más avanzada. Una característica fundamental la constituye la importante disminución de los precios de los equipos de alta tecnología.

En documentos especializados de la época se señalan, entre otras, las siguientes características: la vida útil de los equipos de alta tecnología es bastante corta y una alta proporción pasan prematuramente a quedar obsoletos por la velocidad de los recientes avances tecnológicos; un gran aumento de la velocidad de innovación y gran parte se ha acumulado en tres campos: microelectrónica, biotecnología y nuevos materiales. Se produce un fuerte incremento de la competencia entre los productores de maquinaria y equipo de alta tecnología y también entre los usuarios de ella; los productores ven impulsada la competencia por los avances en la ciencia básica y por el aumento de la rivalidad tecnológica entre países y empresas debido a la fuerte competencia en el mercado mundial; se produce un aumento del número de ramas, productos y actividades en que la nueva tecnología es aplicada; los cambios no se han confinado al sector originario, sino que han posibilitado su amplia utilización en la economía, dando lugar a que los espectaculares cambios en electrónica y telecomunicaciones se apliquen en industrias de procesos continuos en la siderurgia, petroquímica, automotriz, otros bienes durables, y ampliamente en el sector servicio'

Reiteramos nuestro acuerdo en que, a partir de 1994, se habría iniciado la fase ascendente del ciclo largo de Kondratiev que ha señalado Theotonio y que Carlos Eduardo Martins ha profundizado en varios documentos desde hace tiempo.

R:- ¿Cómo analiza la crisis mundial de 2008-09 y 2020? ¿Existe una línea de continuidad entre ellas? ¿Cuáles son sus principales diferencias?

OC: Creo que es muy conveniente un análisis separado: Primero, la crisis mundial de 2008-2009. La interpretación económica más difundida, y, en realidad, casi la única interpretación, es que la crisis de la economía mundial de 2008-2009 fue una crisis financiera. El Fondo Monetario Internacional, y otras instituciones internacionales habían caracterizado así las últimas crisis. La gran mayoría de

los análisis críticos de carácter académico y en la esfera política recogen también esta caracterización de la crisis como crisis financiera. Estos análisis se apoyan en difundidos trabajos teóricos que señalan el predominio del capital financiero sobre el capital productivo.

Francois Chesnais, es el más representativo, señala que desde de los años 80 emerge un régimen de acumulación financiarizado. Según el autor, las actividades financieras son mucho más rentables que las tasas de ganancia en la producción, limitando las inversiones en la producción de bienes y servicios y el dinamismo del capitalismo. Lo anterior los lleva a caracterizar y explicar la crisis del 2008-2009 como crisis financiera.

Desarrollamos una posición completamente opuesta pero que ha tenido poca resonancia. En el capitalismo es muy importante el desarrollo del crédito y de las instituciones financieras. La crisis 2008-2009 se manifestó como crisis financiera. Pero nada se puede explicar por la manifestación del fenómeno. Es necesario estudiar las causas que lo provocan. Con la globalización de la economía mundial, se han producido muchas y profundas transformaciones de la economía mundial. Una de las transformaciones más significativas ha sido el cambio de la preeminencia del capital financiero en la década de los ochenta a la preeminencia del capital productivo en la economía mundial a partir de los noventa. El incremento de las ganancias y de la tasa de ganancia de las empresas productoras de bienes y servicios son tan elevadas, que se han transformado en prestatarias netas del sistema financiero y han dejado de ser clientes significativos del sistema financiero.

Apoyamos nuestro análisis estadístico y analítico en un recuadro que da cuenta de una investigación especial del *World Economic Outlook* (2006) del FMI. Agregamos que a diferencia de lo que pasa en los países desarrollados, en América Latina, el capital productivo y el capital financiero actúan conjuntamente, potenciándose. Así sucede al interior de los países de América Latina en que se produce una relación muy estrecha entre el sistema productivo y financiero. Esta situación se presenta también y con mayor claridad en las inversiones extranjeras que ingresan a la región. La inversión extranjera directa contempla una proporción significativa de créditos internacionales asociados. Se puede decir que en América Latina el capital productivo y el capital financiero actúan en forma redoblada tras la persecución de utilidades e intereses elevados. Este es un elemento fundamental que explica el desarrollo desigual entre Estados Unidos, y América Latina y también las dificultades de reproducción económica y social en la región.

Este estudio del FMI, no solo señala el gran cambio que ha significado la fortaleza de las empresas productoras de bienes y servicios al generar grandes excedentes que

les permiten una autonomía relativa respecto del sector financiero, impactando al conjunto de la economía mundial, ayudando a mantener bajas las tasas de interés. Se debe destacar también que una parte significativa del crecimiento de los excedentes proviene de las ganancias de sus empresas en el exterior. Con las grandes ganancias financian sus nuevas inversiones, las fusiones y adquisiciones de empresas y una parte significativa la colocan en el sistema financiero. Sin embargo, a contrapelo de este estudio especial, el FMI por muchos años ayudó a instalar en las agendas de discusión, el papel dominante de las actividades financieras, por sobre las actividades productivas, para ocultar la acentuada explotación de los trabajadores y de los recursos naturales en la globalización actual de la economía mundial.

El predominio del capital productivo por sobre las otras formas de capital permite asignarle, como es en la realidad, mayor significado a la relación de dominación del capital sobre el trabajo y la sociedad. La fuerza con que se plantea en la actualidad la flexibilidad laboral y las formas prácticas que asume, ilustran con claridad que, para el sistema en su conjunto, la relación de las empresas con los trabajadores es fundamental.

Los grandes fondos acumulados por el sector financiero, que incluyen las inversiones financieras de una parte de las ganancias de las empresas, fondos soberanos, fondos de pensiones, otros fondos y las incrementadas reservas internacionales provenientes también de la economía real, fueron orientados hacia las empresas tecnológicas provocando posteriormente la crisis de las empresas punto com, que caracterizó la crisis económica mundial de 2001.

Para superar la crisis de inicio de la década del 2000, estos grandes fondos financieros generados en la economía real, fueron orientados hacia la construcción habitacional acompañados de masivo créditos hipotecarios. La crisis no sólo se manifiesta como crisis financiera, sino como crisis en la construcción habitacional que siempre ha sido fundamental en el sector productivo de todas las economías. La crisis del 2008-2009 fue una crisis del sector productivo y de sector financiero.

En nuestros estudios señalamos cómo los elevados niveles de ganancia de las empresas productoras de bienes y servicios en Estados Unidos, inicialmente resistieron la crisis inmobiliaria que se prolongó por varios años, hasta que las ganancias fueron afectadas en forma significativa a mediados de 2008, y con pérdidas muy elevadas, especialmente en el sector automotriz. Las disminuciones de las ganancias transformaron la crisis inmobiliaria de Estados Unidos, en crisis de la economía mundial.

Los análisis de Brenner y Chesnais que señalan bajas tasas de ganancia, baja inversión productiva y bajos niveles de producción desconocen que la globalización a significado como característica fundamental un gran crecimiento de las inversiones de las transnacionales a nivel mundial, especialmente en el sudeste asiático y en Chi-

na lo que ha provocado un fuerte aumento de la producción mundial, que se nos aparece como una sobreproducción de todo tipo de bienes. Al mismo tiempo ha limitado las capacidades de consumo. El gran desarrollo del sistema de crédito y el elevado endeudamiento generalizado, ha posibilitado el funcionamiento de la economía mundial, ajustando la demanda a la oferta en las últimas décadas.

Desconocen que la globalización de la economía mundial fue una respuesta a los bajos niveles de la masa de ganancia y de la tasa de ganancia en la década del setenta y hasta mediados de la década del ochenta. En las últimas décadas, las elevadas ganancias de las grandes empresas transnacionales productoras de bienes y servicios son el resultado de la globalización actual y del neoliberalismo en la economía mundial.

Hemos analizado las seis crisis cíclicas del capitalismo a partir de 1974 hasta la de inicios de la década de 2000. Estas seis crisis cíclicas se producen al interior del proceso de globalización. La crisis mundial actual es mucho más profunda, es el inicio de la crisis de la globalización actual de la economía mundial y del neoliberalismo que está desarrollándose, como veremos, en el segundo punto de la pregunta.

R. ¿Existe una línea de continuidad entre la crisis 2008, 2009 y 2020? ¿Cuáles son sus principales diferencias?

OC: Existe una continuidad de la crisis de 2008-2009, hasta inicios de 2020. Previo a la pandemia, la economía mundial había sido afectada seriamente por la crisis de 2008 y las dificultades en la evolución posterior de la economía mundial. Esta situación crítica fue profundizada por la prolongada guerra comercial declarada por Trump a China y la posterior respuesta de China, lo cual define una diferencia fundamental, ya que la superestructura política interviene abiertamente en el funcionamiento de la economía mundial.

Hemos publicado varios documentos en los boletines del Grupo de Trabajo Economía Mundial y Crisis de CLACSO. Cuatro de ellos se refieren a la eventual crisis de la economía mundial en el periodo 2017-2019.

El primer documento, *Trump: economía mundial y su crisis actual* (2017) se afirma que la economía de Estados Unidos con sus empresas transnacionales fue la principal favorecida por la globalización de la economía mundial. La contrapartida ha sido la profundización de los problemas económicos, sociales, medioambientales, migratorios a nivel mundial, los que se manifiestan también en la sociedad estadounidense. En la segunda parte, se señala que el nacionalismo de Trump, el hacer nuevamente grande a los Estados Unidos a nivel mundial desconoce, desde el punto de vista histórico y teórico, la existencia objetiva de una economía mundial como una

totalidad mayor a la mera suma de las economías nacionales, que se caracteriza por una estructura productiva mundial y de circulación mundial de las mercancías por sobre los países, que a nivel nacional profundiza la desproporcionalidad de los diferentes sectores económicos. Desproporcionalidad que solo puede ser resuelta en la economía mundial si ella funciona con cierta regularidad.

La economía mundial está comandada por las grandes empresas transnacionales, siendo las empresas estadounidenses las más importantes en la estructura productiva y de circulación mundial de las mercancías. La economía mundial es muy sensible. La crisis iniciada en 2008 aún permanece en un estado de reposo con convulsiones periódicas. La crisis podría profundizarse en la economía mundial acompañada, en los primeros años, de cierto dinamismo de la economía estadounidense. Señalábamos que Trump estaba generando una eventual crisis de la economía mundial. En perspectiva, es muy probable que se presente un proceso de ruptura de la globalización de la economía mundial que dé paso a una economía mundial conformada por bloques regionales.

En el documento publicado *Estados Unidos: la eventual nueva crisis de la economía mundial* (2019), en coautoría con Graciela Galarce, se pone la atención en la fuerte disminución del gasto personal, -en bienes y en el gasto personal en bienes durables-, que fueron negativas en el primer trimestre de 2019, en -0,3% y en -4,3% respectivamente. También en la fuerte disminución de las inversiones, en particular, las inversiones en construcción habitacional que tiene crecimiento negativo en varios trimestres, -4,7% y -3,5% en el cuarto trimestre de 2018 y primer trimestre de 2019 respectivamente.

Sobre todo, se destaca la fuerte disminución de las ganancias en la industria manufacturera, a partir del cuarto trimestre de 2014, especialmente, en la producción de maquinaria; computadores y productos electrónicos; equipos eléctricos y electrodomésticos; y, en la industria automotriz. Se agrega a la guerra comercial y guerra económica señaladas en los documentos anteriores, la guerra tecnológica por parte de Trump.

El 9 de agosto de 2019, 'The Economist', publicó el documento, *La guerra comercial se intensifica y la niebla descende*. China, que había mantenido una posición relativamente conciliadora, respondiendo con aranceles menores, el 5 de agosto de 2019, permitió que su moneda se debilitara a más de siete yuanes por dólar, por primera vez desde 2008, como una reacción a un anuncio sorpresivo de Trump, respecto a nuevos aranceles que afectaban al alrededor de US\$ 300.000 millones de productos chinos. La Reserva Federal calificó a China de manipulador de divisas, calificación que no había presentado contra ningún país en veinticinco años. Meses antes, la Reserva Federal había reducido la tasa de interés para evitar una desaceleración de la economía de Estados Unidos. Posterior a la disminución del yuan, los inversionistas "apostaron a que la FED se vería obligada reducir aún más la tasa de interés para evi-

tar una recesión”. The Economist concluye que, al permitir que el yuan cayera, China señaló que estaría preparada para una guerra comercial prolongada.

En 2019, la economía de EE.UU. mostraba una fuerte desaceleración de la tasa de variación del PIB disminuyendo desde 3,2% en el segundo trimestre 2019 a 2,8% en el tercer trimestre y a 1,9% en el cuarto trimestre.

La inversión privada bruta mostró una caída más profunda de 6,4% en el primer trimestre de 2019 a 2,6% y a 1,1% en el segundo y tercer trimestre respectivamente. En el cuarto trimestre la tasa de inversión fue negativa, en -6,5%, llevando al conjunto de la economía estadounidense a una eventual crisis y con ello a una nueva crisis de la economía mundial. (www.bea.gov , 28 de octubre 2021).

La pandemia y su impacto en la economía mundial modifica cualitativamente el funcionamiento de la economía mundial y será analizada en otra pregunta.

R: Usted fue uno de los primeros a destacar la importancia de China para la recuperación de la economía mundial. En su opinión, ¿qué papel puede jugar China en el siglo XXI? ¿Está en crisis la hegemonía de Estados Unidos? ¿Cree que China representa un nuevo imperialismo o liderazgo para el Sur?

OC: En varios documentos hemos incluido aspectos sobre China. En dos de ellos, China se ha convertido en el tema central. *Estados Unidos y China: ¿Locomotoras en la recuperación y en las crisis cíclicas de la economía mundial?*, escrito en 2004. *China Desplazó a Estados Unidos. como Primera Potencia Económica Mundial*, marzo 2014. En ellos destacamos el rol central de China en la recuperación de la economía mundial, en la crisis asiática de 1997-98, en la crisis de 2001 y en la crisis de 2008-2009. De los títulos de los documentos, se desprende directamente la pérdida relativa de hegemonía de los Estados Unidos y el ascenso de China. Lo anteriormente señalado se podría seguir manifestando en las próximas décadas del siglo XXI, si el proceso no evoluciona hacia una confrontación de otro tipo, que, en cierta medida, en parte significativa se ha estado desarrollando con las políticas de Trump.

En el primer documento concluimos que la economía mundial depende más de China, que China de la economía mundial, y que China está teniendo un impacto cada vez mayor en la economía mundial y en la recuperación de las crisis cíclicas como hemos señalado. El impacto no es solo coyuntural, sino en la lógica global del funcionamiento de la economía mundial: en la producción; en el comercio internacional; en las inversiones globales; en el financiamiento internacional; en las reservas globales; y, un papel creciente de la moneda china. Es muy significativo que las ganancias en China de las empresas transnacionales, y de las empresas de los diferentes

países, han pasado a ser fundamentales.

China a través de la diversificación acelerada de la producción y de las exportaciones, está compitiendo muy agresivamente en el mercado mundial y en los mercados nacionales. A través de sus importaciones, están influyendo significativamente en la formación de los precios de varios commodities, y en particular, los precios de diferentes metales.

En el documento de 2004, señalábamos que es posible que China esté generando un cambio histórico en los términos de intercambio, que se producen cuando la globalización ha permitido la desnacionalización de los recursos naturales bajo la propiedad y explotación de las grandes transnacionales, que serían las mayores beneficiarias del mejoramiento de los precios de los recursos naturales.

Asimismo, señalábamos que, a partir de 2002, y para enfrentar de mejor manera crisis futuras, China modificó su estrategia de desarrollo dándole un peso mayor al desarrollo del mercado interno, como complemento al elevado dinamismo de las exportaciones. También destacábamos que la ampliación del mercado interno le da muchas holguras a la economía china, en tanto, en los países desarrollados, especialmente Estados Unidos, su mercado interno está relativamente saturado.

El documento *China desplazó a Estados Unidos. como primera potencia económica mundial*” de marzo de 2014, lo encabezamos con una cita de CEPAL que nos impactó: “Las tres décadas de reformas económicas en China iniciada en 1979 representan el proceso de industrialización más intenso que haya conocido la humanidad”.

Señalamos lo siguiente:

China, desde hace unos años, ya es la primera potencia económica en el mundo. Estados Unidos sigue siendo la potencia hegemónica en el mundo, al considerar las relaciones entre su poderío económico, tecnológico, militar, político, unido al predominio de su ideología económica y cultural. Sin embargo, en todos estos planos China está disputando esa hegemonía global de Estados Unidos.

En este documento demostramos que China ya es primera potencia económica mundial, vinculando varias categorías económicas cuantitativas y cualitativas, en particular, teniendo presente el papel de China en el ciclo económico, tanto en el auge como durante la crisis económica mundial de 2008 y en la actual [2014] de débil recuperación de la economía mundial.

Sin el dinamismo de China y su política económica diseñada para enfrentar la crisis, desde el punto de vista nacional y su impacto en la economía mundial, la crisis mundial hubiese sido mucho más grave, e incluso, mucho más grave que la crisis de los años 30's. Dada la situación actual [2014]- por ahora-, China ha salvado al capitalismo mundial. Sin embargo, el capitalismo mundial ha quedado, tendencialmente, en la práctica y en sus fundamentos teóricos, muy dañado.

Junto con la potencialidad del mercado interno de China, le asignábamos un papel muy significativo de China al señalamiento de que, “China es el centro de la denominada ‘Fábrica Asia’, ensamblando piezas y partes importadas desde otras economías de la región y exportando productos finales [...] China es hoy el principal mercado regional para los bienes intermedios, a partir de los cuales produce los bienes finales que exporta a Estados Unidos, la Unión Europea y a la mayoría de los países del mundo”. También destacábamos el fuerte crecimiento de las inversiones extranjeras directas en el mundo y la creciente internacionalización de la moneda china.

Un cambio cualitativo que nos pareció muy significativo es que los salarios tienen un crecimiento mayor al ya elevado crecimiento de la productividad. Con esto, la economía china está venciendo la competencia en el mercado mundial a los países capitalistas desarrollados, particularmente, a los Estados Unidos.

Para finalizar y haciendo nuestro el planteamiento de que la política es lo concentrado de la economía, el liderazgo actual de China en la economía mundial jugará un papel creciente en la economía, en la sociedad y en la geopolítica en las próximas décadas.

A China le interesa seguir desarrollando buenas relaciones, las que se dieron hasta que Trump inició una guerra comercial, económica y tecnológica en contra China, cambiando el panorama en que se desarrollaba la economía mundial.

Sin embargo, no se puede asegurar que este proceso sea irreversible. El capitalismo y Estados Unidos, en particular, han tenido la capacidad de enfrentar la pérdida relativa de hegemonía en relación a la Unión Soviética y también superar la pérdida de hegemonía en la década de los 80's, por el avance de Europa, y particularmente de Japón.

Por otra parte, China cuenta frente al capitalismo, y especialmente en el capitalismo neoliberal actual con la trilogía: mercado, regulación de mercado y estrategia de desarrollo de largo plazo.

Si China sigue incrementando el consumo de su población para alcanzar los niveles de consumo de los países desarrollados, no sólo no habrá suficientes materias primas en el mundo, sino que se estarán profundizando en grado extremo los ya graves daños a la naturaleza y a la sociedad, que el capitalismo y la producción mundial están causando en las últimas décadas.

Comparado con otras experiencias históricas socialistas, creemos que en China se caracteriza al socialismo como una etapa de transición, aplicando las categorías mercantiles y monetarias desarrolladas por Marx en su análisis del capitalismo.

La *Ruta de la seda*, y sus inversiones en el exterior, estaban fundamentadas en los beneficios compartidos, -señala el gobierno chino-, lo que contrasta abiertamente con la agresividad de las empresas chinas en el exterior, por la obtención de ganancias. Al interior de China se ha generado una desigualdad muy grande en la distribu-

ción del ingreso y de la riqueza, y en el daño al medioambiente. Desde hace algunos años, se está implementando una economía más sostenible con el medioambiente. En 2021, se implementa la llamada “prosperidad común”, disminuyendo las profundas desigualdades en la distribución de los ingresos y las riquezas, así como las desigualdades entre los sectores urbanos y rurales.

En perspectiva global, en los últimos años, se ha generado un aumento de la agresión de Estados Unidos, el Reino Unido y Australia, en el plano económico, político, militar y geopolítico contra China. Es una confrontación entre las bases filosóficas, económicas y políticas entre el capitalismo y el socialismo.

**R: ¿Qué evaluación hace de la teoría marxista de la dependencia en el siglo XXI?
¿Cómo analizaría su contribución a esta teoría?**

OC: La teoría de la dependencia tuvo gran impacto en las ciencias sociales y en algunos partidos políticos desde fines de la década de los sesenta hasta inicios de la década de los ochenta.

El capitalismo y las grandes empresas transnacionales, frente a los problemas de los países centrales, necesitaban una expansión sustantiva a nivel mundial. Lograron el apoyo teórico del neoliberalismo y, con el control de los medios de comunicación, implementaron una nueva etapa del funcionamiento de la economía mundial, que se conoce como la globalización de la economía mundial basada en la libre circulación de las mercancías, y particularmente, la libre circulación del capital. Política también promovida por los gobiernos y los empresarios de nuestros países.

La base teórica de la globalización es el neoliberalismo, cuyo sustento metodológico fundamental asume a las economías nacionales como autónomas, como proyección del individualismo metodológico, planteamiento teórico y metodológico completamente opuesto a la teoría de la dependencia. El neoliberalismo fue autodenominado como el pensamiento único que, apoyado en los medios de comunicación, permeó a la sociedad en todas las esferas, incluidas las universidades, así como en amplios sectores que habían sido críticos del capitalismo. El neoliberalismo no aceptó ninguna otra corriente teórica. Rechazó y reprimió al marxismo y la teoría de la dependencia. Lo paradójico fue que, con la globalización de la economía mundial, la dependencia de nuestros países fue muchísimo mayor, las economías nacionales fueron reconstruidas desde los países desarrollados y ampliamente controladas por el capital extranjero.

Las publicaciones del grupo de la dependencia del CESO se invisibilizaron fundamentalmente en las últimas décadas del siglo pasado. Vania Bambirra, Theotonio

dos Santos y Ruy Mauro Marini, elaboraron varios documentos respondiendo a las críticas en defensa de la teoría de la dependencia, caracterizándola como teoría marxista de la dependencia.

No obstante, el predominio del pensamiento único, los profesores Jaime Osorio y Adrián Sotelo, en México, siguieron trabajando sobre la teoría marxista de la dependencia e incorporaron importantes nuevos análisis. También, destacamos la tesis de doctorado en la UNAM de Juan Cristóbal Cárdenas, sobre el Centro de Estudios Socio Económicos, CESO, en base al cual él ha publicado un interesante documento que tituló: *¡Ojo con el CESO!*.

A inicios de la década de 2000, jóvenes de nuevas generaciones han retomado muy comprometidamente la Teoría Marxista de la Dependencia en algunos países de América Latina. Cabe destacar Brasil, donde se ha masificado el interés por esta teoría y han creado el Grupo de Trabajo, denominado Teoría Marxista de la Dependencia de la Sociedad Brasileña de Economía Política, con una página web muy activa. Como reconocimiento a toda esta comprometida generación brasilera, a continuación, menciono algunos con los que he tenido más contacto: Nildo Ouriques, Carlos Eduardo Martins, Marisa Silva Amaral, Marina Machado, Roberta Traspadini, Marcelo Dias Carcanholo, Carla Cecilia Campos. De este grupo, Mathias Seibel Luce ha publicado el libro *Teoria Marxista Da Dependencia* (Expressão Popular, 2018), donde rescata los documentos del grupo de la dependencia del CESO y particularmente las transferencias de las ganancias de las grandes empresas transnacionales a sus países de origen. Con desarrollos históricos le imprime un nuevo impulso a la teoría marxista de la dependencia.

En esta nota queremos destacar el “I Seminario Internacional Economía, Política y Dependencia Homenaje a los 80 años de Vania Bambirra del 20 al 31 de octubre 2020”, organizado por el Grupo de Investigación Estado, Derecho y Capitalismo Dependiente de la Universidad Federal de Alagoas, Brasil. En estas dos semanas participaron, -entre otros-, varios de los académicos mencionados anteriormente.

Especial significado tiene que, en Inglaterra, dos académicos del Kingston University, de Londres están rescatando la teoría marxista de la dependencia. John Smith, publicó el libro *Imperialism in The Twenty-First Century* (Montly Review Press, 2016). Andy Higginbottom ha escrito varios documentos, mencionamos el más reciente titulado *Superexplotación y el capital: entre el capitalismo actual globalizado y la plusvalía*, que se publicará en un libro del Grupo de Trabajo de CLACSO, “Marxismo y Resistencias en el Sur Global”.

En esta presentación queremos reconocer que en nuestros estudios han sido muy importantes los libros del profesor argentino Néstor Kohan, especialmente,

su libro *Nuestro Marx*, 2011; y su libro *Lenin: La pregunta al viento*, que entre otros importantes temas relaciona el libro de Lenin sobre el imperialismo con la teoría de la dependencia.

Cabe destacar, que por iniciativa del Profesor Fabio Maldonado se está preparando la reedición en Brasil de nuestro libro en coautoría con Roberto Pizarro, *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales*, que resumimos en la primera parte de esta entrevista. Fabio Maldonado ha hecho la traducción, así como todas las gestiones necesarias para concretar esta iniciativa. Además de nuestro reconocimiento como uno de los autores, estimamos que es muy valioso rescatar este libro, que es un complemento significativo de la teoría marxista de la dependencia desarrollada hace más de cincuenta años, en el Grupo de la Dependencia del CESO, por Theotonio Dos Santos, Vania Bambirra y Ruy Mauro Marini.

R: El COVID-19 y el calentamiento global revelan la necesidad de desarrollar un nuevo paradigma biotecnológico. ¿Cómo ve el papel de los recursos naturales en la reconfiguración de las economías latinoamericanas? ¿Es posible romper la dependencia asociando el uso intensivo de los recursos naturales con el liderazgo en la revolución científico-técnica? ¿O eso significa necesariamente neoextrativismo y reprimarización?

OC: El Covid-19 y el calentamiento global, pensamos que profundizarán la aplicación de la biotecnología a los procesos productivos y ya le está asignando un papel estratégico a los recursos naturales. Estas y las otras preguntas dependerán de cómo nuestros países enfrentarán las grandes modificaciones globales de la economía mundial en curso.

Las grandes transformaciones que ya están provocando el calentamiento global y el Covid-19, son resultado del funcionamiento del capitalismo mundial, potenciado por la globalización actual de la economía mundial y la incorporación de China como una potente sociedad productora de mercancías para competir en el mercado mundial. En la realidad, se está generando una sobreproducción de mercancías que convive con el hambre y la pobreza de millones de personas. El capitalismo mundial está destruyendo la naturaleza y a la sociedad humana.

Reiteramos que todos los temas de la pregunta deberán ser analizados en el proceso de ruptura de la globalización actual de la economía mundial y el tránsito hacia una nueva economía mundial. A pesar de la profunda gravedad del cambio climático, de la pandemia y de futuros virus que están poniendo en riesgo la existencia de la humanidad, no existen organizaciones sociales y políticas con la suficiente fuerza para

paralizar este proceso de destrucción de la naturaleza y de la vida.

Esta ruptura y cambio hacia una nueva economía mundial podría ayudar a desarrollar masivas movilizaciones nacionales, regionales y mundiales que permita fortalecer las organizaciones para hacer realidad la propuesta que otro mundo es posible.

Concentraremos la atención en el proceso actual de la ruptura de la economía mundial y el tránsito hacia una nueva economía mundial, que están provocando la pandemia y el cambio climático,

La pandemia paralizó a la sociedad y a la economía, y sigue presente aún en la recuperación. Como se ha dicho, el Covid-19, que apareció en la década de 2020 será recordada como un periodo de cambio significativo de la historia de la humanidad a nivel mundial.

Según el último informe del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático, del 9 de agosto 2021, el cambio climático es generalizado, rápido y se está intensificando. Muchos de los cambios observados en el clima no tienen precedentes en miles, sino en cientos de miles de años, y algunos de los cambios que ya se están produciendo, como el aumento continuo del nivel del mar, no se podrán revertir hasta dentro de varios siglos o milenios. De los múltiples efectos solo mencionaremos:

El cambio climático está intensificando el ciclo hidrológico. Esto conlleva a una mayor intensidad de las precipitaciones y las inundaciones asociadas, así como a unas sequías más intensas en muchas regiones.

Las zonas costeras experimentarán un aumento continuo del nivel del mar a lo largo del siglo XXI, lo que contribuirá a la erosión costera y a que las inundaciones costeras sean más frecuentes y graves en las zonas bajas.

La pandemia y el cambio climático son fenómenos que se están manifestando a nivel planetario. Desde el punto de vista económico constituyen la crítica más categórica a las diferentes corrientes teóricas de la ciencia económica, las que construyen su teoría y metodología a nivel de las economías nacionales.

En una perspectiva teórica y metodológica de economía mundial, la pandemia y el cambio climático nos recuerdan las siguientes formulaciones de Marx y Engels en el *Manifiesto Comunista*:

“La moderna sociedad burguesa, que tan espectaculares medios de producción y comunicación se ha sacado del sombrero, se asemeja al mago que ya no es capaz de dominar las potencias subterráneas que él mismo ha conjurado”.

“Basta mencionar las crisis comerciales, que, en su periódica reaparición, cada vez más amenazante, cuestionan la existencia de la sociedad burguesa”.

“En las crisis se desata una epidemia social que en todas las épocas anteriores hubiese aparecido como algo absurdo, la epidemia de sobreproducción”.

“La sociedad se halla de pronto retrotraída a un estado de momentánea barbarie; el hambre, la devastadora guerra general, parecen haberla privado de todas las provisiones; la industria, el comercio, parecen estar destruidos, y ¿por qué? Porque posee demasiada civilización, demasiadas provisiones, demasiada industria, demasiado comercio”.

El neoliberalismo, asumía que el proceso de globalización no tenía límite. El proceso de ruptura actual de la globalización, que se ha iniciado con la crisis mundial de 2008 y profundizado por la guerra comercial, económica y tecnológica de Trump en contra de China, cambió las relaciones normales y fluidas con China, a una rápida y creciente confrontación. El proteccionismo en Estados Unidos y las exigencias de Trump para que muchas importantes empresas estadounidenses aumentaran su presencia, invirtiendo en Estados Unidos, -e incluso-, trasladando producciones desde el exterior, ha generado un movimiento en Estados Unidos hacia la autosuficiencia productiva en sectores claves, desde el punto de vista social, económico y geopolítico. Otro tanto ha sucedido con el Brexit. El proceso de ruptura de la globalización actual está vinculada a la pérdida de hegemonía económica de los Estados Unidos y al extraordinario avance de China en todos los aspectos.

La pandemia ha profundizado en múltiples aspectos este proceso de ruptura de la globalización. Cada país ha enfrentado la pandemia con programas específicos, muy diferentes entre ellos, e incluso, con posiciones opuestas. La pandemia, que aparece en momentos de alto desarrollo científico y tecnológico y de comunicaciones en tiempo real, no logró llegar a un acuerdo global, más urgente y necesario para la humanidad que en otras situaciones. La humanidad se enfrentó a decisiones nacionales competitivas para el abastecimiento de instrumentos y equipamientos médicos especializados para enfrentar los contagios y las prestaciones hospitalarias.

La autosuficiencia toma fuerza porque ha dejado al descubierto, en forma más evidente, las grandes desigualdades y pobreza que ha generado la globalización. Asimismo, ha develado la forma tan desigual de enfrentar el tratamiento a la pandemia en cada país, e incluso, al interior de cada uno de ellos.

Esta situación está generando un fortalecimiento de la autosuficiencia y promoviendo en muchos países el fortalecimiento de los laboratorios ya existentes y creando nuevos para elaborar las vacunas. Al mismo tiempo, se está promoviendo la creación de centros de investigación, o el fortalecimiento de los ya existentes.

En muchos países se plantea que las empresas extranjeras dejen de recibir trato nacional, se propone que se prefiera comprar a empresas nacionales; incentivo para atraer a las empresas a los países de origen. “El primer ministro de la India le dijo a la nación que había comenzado una nueva era de autosuficiencia económica. El

estímulo japonés Covid 19, incluye subsidios para empresas que repatrian fábricas; los funcionarios de la Unión Europea hablan de ‘autonomía estratégica’ [...] Estados Unidos insta a Intel a construir plantas en casa [...] Los gobiernos intentan pagar sus nuevas deudas gravando a empresas e inversionistas”. (The Economist, “Adiós a la globalización”, en El Mercurio, 4 de mayo 2020).

El cambio climático y el tránsito a una nueva estructura económica mundial. Los científicos han señalado que los cambios climáticos y su efecto sobre la naturaleza y en los propios seres humanos pueden llevar a la desaparición de la humanidad. En este proceso queremos destacar la relación directa entre la pandemia y el cambio climático, con la economía mundial actual.

La pandemia está profundizando el proceso de ruptura de la globalización de la economía mundial actual, desarrollando una autonomía relativa de las economías nacionales, como lo hemos señalado anteriormente. Por su parte, el cambio climático está abriendo espacio a una nueva estructura económica basada en nuevas fuentes energéticas, desde fuentes basadas en el petróleo, gas y carbón, -altamente contaminantes-, a fuentes energéticas fundamentalmente limpias y renovables, apoyada en un crecimiento extraordinario de las inversiones en ‘economía verde’. Se constata un aumento de los precios de los recursos naturales que se usarán intensamente en el cambio de la energía: litio, cobalto y cobre, los que se utilizarán en la producción de energía, en la transmisión de energía y en su acumulación en baterías.

El énfasis de las inversiones, -entre otros-, se están realizando en la producción de energías renovables: solar, eólica, biomasa y otras. En la producción muy diversificada de los vehículos eléctricos, en la producción de equipos de eficiencia energética e inversiones en los procesos de reciclaje de diferentes productos. Crecen en forma extraordinaria los precios de las acciones de empresas y de proyectos; asimismo, crecen los fondos de inversión en energía limpia y también los fondos de pensiones y otros fondos que tienen muchas inversiones en empresas petroleras, están comprando acciones en empresas de energías limpias. Muchas de las nuevas empresas son empresas ecológicas, pequeñas y medianas. Al inicio del documento de The Economist, se afirma: “Al igual que el Internet, la descarbonización conducirá a cambios estructurales en la economía global”. En realidad, pensamos que los cambios serán mucho más profundos.

A propósito de que muchas empresas ecológicas pueden ser medianas y pequeñas, ya se puede apreciar visualmente, cómo están aumentando esta producción energética en recintos habitacionales, en planicies, en cerros, en lugares cercanos al mar y en el mar. Estos proyectos están siendo apoyados con recursos internacionales y a nivel de cada gobierno en los diferentes países.

Hay dos situaciones que están favoreciendo estas inversiones. Antes de la pan-

demia: Primero, es la fuerte disminución del valor de los equipos que se utilizan, lo que significa una disminución de los precios de las energías producidas lo que las hace competitivas. El otro tiene que ver con el Acuerdo de París, que, si bien es limitado, ha propuesto metas de disminución de emisión de CO₂ a los diferentes países. “Además, con Estados Unidos, China y la Unión Europea estableciendo objetivos de emisiones ‘metas cero’, los inversores sienten que la regulación ecológica llegó para quedarse” (Del documento *The Economist* citado más arriba).

Interesa destacar que, este proceso de ruptura de la economía mundial actual, hacia una nueva economía mundial, está sometida a fuertes incertidumbres, ya que la pandemia no ha sido superada y el cambio climático se está haciendo presente a través de diferentes y dramáticas formas en el planeta. Sin embargo, las autoridades de los principales países, así como las empresas capitalistas, especialmente las grandes empresas, no han asumido como corresponde este gran desafío histórico para la humanidad.

Reiteramos lo planteado inicialmente, a pesar de la profunda gravedad del cambio climático, de la pandemia y de futuros virus que están poniendo en riesgo la existencia de la humanidad, no existen organizaciones sociales y políticas con la suficiente fuerza para paralizar este proceso de destrucción de la naturaleza y de la vida. Esta ruptura y cambio hacia una nueva economía mundial podría ayudar a desarrollar masivas movilizaciones nacionales y mundiales que permitan hacer realidad la propuesta de otro mundo es posible.

R. ¿Cuál es su valoración de las explosiones sociales ocurridas en Chile? ¿Cuáles son sus expectativas para la nueva Asamblea Constituyente?

OC: La respuesta la he desarrollado con Graciela. Chile era “un ejemplo a seguir” en América Latina y en el mundo, esta era la visión propaganda de Estados Unidos y de los organismos internacionales, en las últimas décadas. Y para sorpresa de todos, en Chile y en el mundo, el 18 de octubre de 2019 se produjo el estallido social en todas las ciudades de Chile, con chilenos de todas las generaciones que, con banderas chilenas y del pueblo mapuche, se tomaron las calles de la capital y de las ciudades.

Posteriormente, el pueblo chileno rechazó al neoliberalismo y la constitución de Pinochet con un 80% en el Plebiscito del 25 de octubre de 2020. La consigna fue: “No son treinta pesos [alza pasaje del Metro], son treinta años desde el triunfo del “Plebiscito de 1988” del NO a Pinochet, a los siete gobiernos post dictadura a partir de 1990 con la promesa “La Alegría ya Viene”, que nunca llegó. También son casi 50 años del neoliberalismo que se inició en 1973 con el Golpe Militar.

Previo al estallido social, masivas manifestaciones organizadas por las diferentes

organizaciones: estudiantes, trabajadores, pobladores, ambientalistas, feministas, diversidad sexual, pensionados (No +AFP), pueblo Mapuche, etcétera.

El estallido social transformado en rebelión, es muy diferente a las manifestaciones anteriores. Es autoconvocada y están presentes todos los problemas en las manifestaciones, por ejemplo: pensiones miserables, endeudamiento de familias, endeudamiento de los estudiantes, represión contra el pueblo Mapuche, indignación con la corrupción generalizada de las instituciones del Estado, de las empresas y su colusión con los partidos políticos, robos en las fuerzas armadas, corrupción en las iglesias, etcétera.

La rebelión no solo es auto convocada, sin dirigentes ni voceros. En Santiago, la Plaza Baquedano es denominada Plaza de la Dignidad en respuesta al trato indigno recibido por décadas. Las masivas manifestaciones de más de un millón doscientas mil personas en Santiago dieron la vuelta al mundo. Se exige la renuncia de Piñera y una asamblea constituyente. Se desarrollan cabildos y asambleas en diferentes comunas del país.

A inicio del estallido social Piñera afirmó: “Estamos en guerra con un enemigo muy poderoso”. Brutal represión: muertes, heridos, agresiones sexuales, 400 personas con daño ocular y dos de ellos han quedado ciegos, cientos de presos políticos. En los primeros meses cada viernes flamean banderas chilenas y del pueblo mapuche. Posteriormente, la falta de organización posibilitó actos vandálicos de lumpen y de filtraciones de agentes del Estado. A dos años del estallido social se desconocen los autores de los incendios simultáneos de Estaciones del Metro.

La Mesa Social: la Central Unitaria de Trabajadores, -CUT-, gremios del sector público, pobladores, mujeres, etc., organizaron movilizaciones menos masivas. El 12 de noviembre de 2019 convocaron un Paro Nacional que no fue muy efectivo.

Piñera, con 8% de aprobación, pidió al Congreso un acuerdo nacional. En las marchas el clamor popular exigía la renuncia de Piñera. El Congreso aprobó el Acuerdo por la Paz Social y la Nueva Constitución, el 15 de noviembre de 2019. El acuerdo fijó el itinerario de más de un año para redactar y aprobar una nueva constitución. Todo se regirá por la Constitución pinochetista y por los 2/3 para cada ítem. Se respetarán todos los tratados internacionales, incluyendo los múltiples tratados de libre comercio, TLC.

A través del Acuerdo, el gobierno se apropió de las demandas de las movilizaciones y cambió “Asamblea Constituyente”, que es soberana, por “Convención Constituyente”, que se rige por la Constitución pinochetista.

El acuerdo contempla realizar un plebiscito para una nueva constitución o modificación de ella. Algunos sectores políticos y académicos planteaban que las reglas del Plebiscito del 25 de octubre eran una trampa del gobierno y de la derecha. Otros sectores señalaban que una gran votación podría cambiar los amarres.

Por problemas de la pandemia, el plebiscito sólo se pudo realizar el 25 de octubre de 2020 y tenía dos consultas con dos opciones cada una.

La primera consulta: apruebo o rechazo de elaborar una nueva constitución. Apruebo: hacer una nueva Constitución, logró cerca del 80%. Rechazo, que significaba mantener la Constitución de Pinochet, obtuvo el 20%.

La segunda consulta con dos opciones: 1ª Convención Constituyente, el 100% de los constituyentes deberían ser elegidos por los ciudadanos, ganó con 80%. 2ª Convención Mixta, 50% de actuales parlamentarios y 50% de ciudadanos elegidos, solo logró el 20%.

El triunfo arrasador se debió en gran medida a los jóvenes y a la participación de las comunas populares. Incluso con pandemia y voto voluntario, votó el 50,9% del padrón electoral. En tanto, en las tres comunas ricas: Las Condes, Vitacura y Lo Barnechea, ganó el rechazo. El porcentaje de votación del padrón electoral de esas comunas fue muy elevado. El domingo 25 de octubre de 2020 fue un gran triunfo, pero sólo el primero de cerca de más de dos años del proceso final para una Nueva Constitución.

Posteriormente, un hecho de gran significado para Chile y para el mundo, fue que se acordó que la Convención debe ser paritaria de hombres y mujeres, y con 17 cupos reservados para los pueblos originarios.

Por la pandemia la elección de Constituyentes se pospuso para el 15 y 16 de mayo de 2021. La derecha no logró 1/3 que le permitiría vetar los acuerdos de la Convención. Más de 2/3 de los 155 elegidos fueron de diversas listas opositoras al gobierno de Piñera.

El 4 de julio de 2021 se instala la Convención y se elige la presidencia y la vicepresidencia. Fue elegida Presidenta Elisa Loncon, representante del pueblo Mapuche. Por Vicepresidente fue elegido Jaime Bassa del Frente Amplio.

La Convención, tendrá 9 meses para presentar un nuevo texto constitucional, pudiendo ser ampliado por 3 meses más, en una sola oportunidad. De esta manera, a mediados de 2022, el país vivirá un nuevo plebiscito con voto obligatorio de salida para aprobar o rechazar la nueva Constitución. Si se rechaza seguirá siendo vigente la Constitución de Pinochet.

En general, hay consenso en que la Constitución considerará un listado de temas opuestos a la Constitución pinochetista: estado plurinacional y con fuerte participación en la economía y en la sociedad; carácter constitucional de los derechos sociales; soberanía nacional sobre los recursos naturales, nacionalizar el agua que ha sido privatizada; establecer los derechos de la naturaleza; economía ecológica -energías limpias; descentralización política; reforma del aparato del Estado y de las Fuerzas Armadas y de Seguridad, etc.

La derecha, el gobierno y los principales medios de comunicación se han dedicado a bombardear y desprestigiar el desarrollo de la Convención y declaran pública-

mente amenazando rechazar la Nueva Constitución.

Paralelo a la Convención se realizarán varias elecciones, entre ellas, las elecciones Presidenciales y de Diputados y Senadores. El 21 de noviembre de 2021, en ambas Cámaras se dieron resultados muy diferentes a los de la Convención. Todos los partidos políticos tradicionales eligieron representantes. De tal manera que la derecha logró el 50% y el otro 50% los partidos opositores a Piñera, incluidos representantes del Frente Amplio y del Partido Comunista. Esta composición, limitará la gestión de cual sea el presidente elegido.

Previo a las elecciones presidenciales hubo elecciones primarias, el 18 de julio 2021. En la izquierda, Gabriel Boric del Frente Amplio ganó con mucha ventaja a Daniel Jadue, candidato del PC, que lideraba las encuestas dos semanas antes de las primarias. En la derecha, ganó el candidato de Piñera, Sebastián Sichel, quien se impuso a Joaquín Lavín de la UDI, que se daba por ganador. Importa destacar el cambio de opciones políticas en un período corto de dos semanas.

Días previos a las elecciones presidenciales del 21 de noviembre, se daba por ganador a Boric. Sin embargo, ganó J A Kast, admirador de Pinochet, de Bolsonaro y de Trump, quien realizó una campaña por varios meses y se presentó directamente a la elección presidencial. Kast obtuvo 27,9% y Boric 25,8%. Hubo una gran dispersión entre los otros candidatos. Franco Parisi resultó 3° con 12,8%, candidato que hizo su campaña desde Estados Unidos.

El 19 de diciembre 2021, será el balotaje entre Kast y Boric. El resultado es muy incierto. Varias encuestas han dado a Boric como ganador.

Las reivindicaciones violentas del pueblo Mapuche han estado muy activas. Para aumentar la represión se decretó estado de excepción, que significa que las Fuerzas Armadas y no solo carabineros se harán parte para controlar y reprimir al pueblo Mapuche. Parecido a la pacificación de la Araucanía del siglo XIX.

Las fuerzas progresistas se están movilizand o en todo el país para obtener el triunfo de Gabriel Boric. Al mismo tiempo, apoyar y defender la Convención Constitucional, generando la capacidad política para ratificar la propuesta de una Nueva Constitución y reemplazar la constitución pinochetista.

Forjando um Instrumento Diagonal para a Esquerda Global *

Javier Ezcurdia* e Christopher Chase-Dunn**

Resumo: Este artigo assume o desafio de Samir Amin de repensar a questão da organização política global, propondo a construção de uma organização política diagonal para a esquerda global que ligaria redes locais, nacionais e globais, bem como comunidades prefigurativas para coordenar a disputa pelo poder no sistema-mundo durante as próximas décadas do século XXI. O processo do Fórum Social Mundial (FSM) precisa ser reinventado para promover o surgimento de um instrumento capaz de confrontar e disputar com a estrutura de poder global do capitalismo mundial e ajudar as lutas locais e nacionais. Propomos uma abordagem holística para organizar um *navio* para a esquerda global baseado em lutas por justiça climática, direitos humanos, antirracismo, direitos *queer*, feminismo, redes de partilha, alianças de paz, retomada das cidades, nacionalismo progressivo, confrontando e derrotando o neofascismo e novas formas de populismo conservador.

Palavras-Chave: Navio. Nacionalismo Progressivo. Esquerda Global. Capitalismo Mundial. Holístico.

Abstract: This article takes up Samir Amin's challenge to rethink the question of global political organization by proposing the construction of a diagonal political organization for the Global Left that would link local, national, and global networks as well as prefigurative communities to coordinate the contest for power in the world-system during the next decades of the 21st century. The World Social Forum (WSF) process needs to be reinvented to promote the emergence of an instrument capable of confronting and contesting the global power structure of world capitalism and assisting local and national struggles. We propose a holistic approach to organize a vessel for the global left based on struggles for climate justice, human rights, anti-racism, queer rights, feminism, sharing networks, peace alliances, taking back the cities, progressive nationalism, confronting and defeating neo-fascism and new forms of conservative populism.

Keywords: Vessel. Progressive Nationalism. Global Left. World Capitalism. Holistic.

Resumen: Este artículo recoge el reto de Samir Amin de repensar la cuestión de la organización política global proponiendo la construcción de una organización política diagonal para la Izquierda Global que vincule las redes locales, nacionales y globales así como las comunidades prefigurativas para coordinar la contienda por el poder en el sistema-mundo durante las próximas décadas del siglo XXI. Es necesario reinventar el proceso del Foro Social Mundial (FSM) para promover la aparición de un instrumento capaz de enfrentarse y disputar la estructura de poder global del capitalismo mundial y ayudar a las luchas locales y nacionales. Proponemos un enfoque holístico para organizar un buque de la izquierda global basado en las luchas por la justicia climática, los derechos humanos, el antirracismo, los derechos de los homosexuales, el feminismo, las redes de intercambio, las alianzas por la paz, la recuperación de las ciudades, el nacionalismo progresista, el enfrentamiento y la derrota del neofascismo y las nuevas formas de populismo conservador.

Palabras-llave: Buque. Nacionalismo Progresivo. Izquierda Global. Capitalismo Mundial. Holístico.

* Mestre em Relações Internacionais, San Francisco State University.

** Christopher Chase-Dunn é professor distinguido de Sociologia e diretor do Institute for Research on World-Systems na Universidade da Califórnia – Riverside. Ph.D em Sociologia pela Universidade de Stanford em 1975. Fundador e ex-editor do Journal of World-Systems Research e editor de uma série de livros publicada pela The Johns Hopkins University Press. Fellow da American Association for the Advancement of Science (2001) e Presidente do Comitê de Pesquisa em Economia e Sociedade (RC02) da International Sociological Association (2002).

Os movimentos sociais têm sido importantes impulsionadores da mudança social desde a Idade da Pedra. Eles tanto reproduzem como alteram estruturas sociais e instituições. Neste ensaio, nós usamos a perspectiva dos sistemas-mundo para examinar as possibilidades de aumentar a coesão e a capacidade dos movimentos sociais globais progressistas. A perspectiva evolutiva comparativa dos sistemas-mundo estuda as maneiras pelas quais as ondas de movimentos sociais impulsionaram a ascensão de sociedades humanas mais complexas e mais hierárquicas ao longo dos últimos milênios. Uma perspectiva global e de longa duração nos auxilia na compreensão do momento atual e na elaboração de estratégias políticas que ajudem a mitigar os problemas que devem ser enfrentados no século XXI para que a humanidade avance em direção a um futuro global mais justo, pacífico e sustentável. O sistema-mundo contemporâneo está entrando em uma outra era, similar em muitos aspectos à “era dos extremos” que ocorreu na primeira metade do século XX (HOBBSAWM, 1994). Divisar uma estratégia política útil para a esquerda global requer que entendamos as semelhanças e diferenças entre o período atual e a primeira metade do século XX. Também exige que entendamos as culturas dos movimentos e contramovimentos que surgiram nas últimas décadas, bem como suas organizações estruturais, que são críticas para o sucesso do movimento. O período atual é assustador e perigoso, mas também é um período de grande oportunidade para mover a humanidade em direção a uma sociedade mundial qualitativamente diferente e melhorada¹.

O Movimento Global de Justiça Social e o Processo do Fórum Social Mundial

O movimento global de justiça social que emergiu a partir da década de 1990 com os sucessos regionais dos Zapatistas no sul do México formou-se em resposta ao projeto neoliberal de globalização. A Maré Rosa que se seguiu foi o advento de regimes políticos populistas de esquerda na maioria dos países latino-americanos, tendo por base movimentos contra os programas de ajuste estrutural neoliberais promovidos pelo Fundo Monetário Internacional (CHASE-DUNN *et al.*, 2015). Em 2001, o Fórum Social Mundial (FSM) foi fundado como uma reação à exclusividade do neoliberal Fórum Econômico Mundial. Seu objetivo era fornecer um ponto de encontro global para os movimentos progressistas populares que se opunham ao projeto de globalização neoliberal. As conferências fundacionais foram realizadas

¹ Esta é uma atualização de um ensaio anterior que revisou a literatura sociológica sobre formação de coalizão, a história das frentes unidas e populares no século XX, e considerou quais tendências centrais da nova esquerda global podem estar na disputa por fornecer liderança e integração da rede de movimentos antissistêmicos que participam do processo do Fórum Social Mundial (CHASE-DUNN *et al.*, 2014).

em Porto Alegre, Brasil, com o apoio do Partido dos Trabalhadores brasileiro, que havia acabado de conquistar a presidência sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, ex-trabalhador da indústria automobilística. O FSM adotou o slogan “Um outro mundo é possível” para contrariar a alegação de Margaret Thatcher de que não havia alternativa à globalização neoliberal. O FSM realizou a maioria de seus encontros globais no Sul Global, mas também patrocinou importantes encontros locais e nacionais em todas as regiões do mundo. Esse foi um importante local de encontro para a emergente Nova esquerda global e o movimento de justiça global, mas não incluiu todos os movimentos da Esquerda (veja abaixo). Era para ser um local para ativistas de movimentos sociais de base colaborarem uns com os outros.

O processo do Fórum Social acabou se disseminando para a maioria das regiões do mundo. Apenas alguns meses após o primeiro evento anual, em 2001, o Conselho Internacional do Fórum Social Mundial aprovou uma carta de princípios de 14 itens. Identificou o uso pretendido da nave do fórum por “[...] entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo” (WORLD SOCIAL FORUM, 2001). A carta não permitia a participação daqueles que queriam participar como representantes de organizações que estavam envolvidas, ou que advogavam, na luta armada. Nem governos, partidos políticos ou igrejas podiam enviar representantes para os encontros. Havia uma grande ênfase no horizontal e plural, em oposição às formas hierárquicas de organização. O uso da Internet para a comunicação e mobilização tornou possível que amplas coalizões e redes vagamente unidas de ativistas dos movimentos de base se engajassem em projetos de ação coletiva.

Os participantes do processo do fórum social envolveram-se em um frenesi de redação de manifestos/estatutos, enquanto aqueles que buscavam uma abordagem mais organizada para confrontar o capitalismo global e o neoliberalismo tentavam formular objetivos consensuais e reunir coalizões viáveis (WALLERSTEIN, 2007).

Uma questão que foi debatida foi se o Fórum Social Mundial deveria formular um programa político e tomar posições formais sobre as questões. Uma pesquisa de opinião com 625 participantes no encontro do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em 2005, perguntou se o FSM deveria permanecer um espaço aberto ou se deveria assumir posições políticas. Quase metade dos entrevistados favorecia a ideia de espaço aberto (CHASE-DUNN *et al.*, 2008). Assim, tentar mudar a carta do FSM para permitir um programa político formal teria sido muito divisor.

No entanto, isso não foi considerado necessário. A carta do FSM também encorajou a formação de novas organizações políticas. Os participantes que queriam formar novas coalizões e organizações eram livres para agir, desde que não o fizessem

em nome do FSM como um todo. A Assembleia de Movimentos Sociais e outros grupos emitiram apelos para ações globais e manifestos políticos em encontros do Fórum Social, tanto em nível global quanto nacionais. Reunidos em Bamako, Mali, em 2006, um grupo de participantes emitiu no início da reunião um manifesto intitulado “O Apelo de Bamako”. Esse foi um apelo para uma frente unida global contra o neoliberalismo e o neoimperialismo dos Estados Unidos (ver SEN *et al.*, 2007). Samir Amin, o famoso economista marxista e cofundador da perspectiva do sistema-mundo (juntamente com Immanuel Wallerstein, Andre Gunder Frank e Giovanni Arrighi), escreveu um pequeno ensaio intitulado “Rumo a uma Quinta Internacional?” no qual ele brevemente esboçou a história das quatro primeiras internacionais (AMIN, 2008). Peter Waterman (2006) propôs uma “carta global do trabalho”, e uma coalizão de grupos de mulheres reunidas no Fórum Social Mundial produziu um manifesto global feminista que tentou superar questões divisoras entre Norte e Sul (MOGHADAM, 2005; MOGHADAM e KAFTAN, 2019)².

Sempre houve uma tensão dentro da esquerda global sobre dois caminhos opostos: a antiglobalização ou uma forma alternativa progressista de globalização. Samir Amin (1990) e Waldon Bello (2002) são importantes defensores socialistas da desglobalização e desconexão³ do Sul Global em relação ao Norte Global, a fim de protegê-lo contra o neoimperialismo e tornar possível o desenvolvimento autossuficiente e igualitário. A alterglobalização defende uma sociedade mundial igualitária que seja integrada, mas sem exploração e dominação. O projeto de alterglobalização tem sido estudado e articulado por Geoffrey Pleyers (2011) como uma “convergência inquieta” de grupos ativistas autônomos e independentes, em grande parte horizontais, e atores mais institucionalistas, como intelectuais e ONGs. Em nossa proposta de um caminho a seguir para a esquerda global, nós defendemos a combinação de horizontalismo e de coordenação capacitada em um instrumento que possa apoiar e defender projetos igualitários e comunidades para lutar efetivamente contra o poder dos Estados reacionários, empresas e movimentos populistas.

A Cultura da Revolução Mundial de 20XX

Houve um impasse no movimento de justiça global entre aqueles que queriam avançar em direção a uma frente unida global que pudesse mobilizar uma forte coalizão contra os poderes que existem, e aqueles que preferiram ações horizontalistas prefigurativas locais e formas de redes horizontalistas que renunciavam à hierarquia

² Waterman (2010) também criticou o vanguardismo do “Apelo de Bamako” e outras propostas para um novo internacionalismo e defendeu a estruturação de movimentos das forças de justiça global.

³ N.T.: *Delinkage* no original em inglês.

organizacional e se recusam a participar de atividades políticas “normais”, como eleições e lobby. Prefiguracionismo é a ideia de que pequenos grupos podem intencionalmente organizar relações sociais de maneiras que possam fornecer as sementes da transformação para uma forma mais desejável de sociedade humana futura. O horizontalismo abjura a hierarquia nas organizações. Foi inspirado pela observação de Robert Michels (1968 [1915]) de que todas as organizações eventualmente se tornam conservadoras porque a liderança acaba tentando principalmente defender seus próprios interesses e a sobrevivência da organização. A história natural dos partidos e das organizações do movimento social é adaptar-se às exigências existentes do sistema-mundo, abandonando as aspirações revolucionárias.

Essas posições políticas horizontalistas foram herdadas dos movimentos anti-autoritários e antiburocráticos da Nova Esquerda da revolução mundial de 1968. A Nova Esquerda de 1968 abraçou a democracia direta, atacou as organizações burocráticas e foi resistente a construir novas organizações formais que poderiam atuar como instrumentos da revolução (ARRIGHI, HOPKINS e WALLERSTEIN, 2012 [1989]). Acredita também que as instituições que tinham sido instrumentos de mudança revolucionária e desafiadoras das estruturas de poder existentes tornaram-se defensoras esclerosadas do *status quo* quando envelheceram.

Essa resistência à política institucionalizada e à disputa pelo poder estatal também tem sido uma característica marcante da revolução mundial que ocorre hoje. Ela se baseia em uma crítica às práticas das revoluções mundiais anteriores em que os sindicatos e os partidos políticos ficaram atolados em lutas egoístas de curto prazo, que foram vistas como tendo reforçado e reproduzido o capitalismo global e o sistema interestatal. Essa rejeição da organização formal se reflete na carta do Fórum Social Mundial, como discutido acima. E os mesmos elementos estavam fortemente presentes no movimento *Occupy*, bem como na maioria das revoltas populares da Primavera Árabe (MASON, 2013).

A análise de Paul Mason⁴ (2013) afirma que a base estrutural social para o horizontalismo e a organização antiformal, para além da decepção com os resultados das lutas realizadas pela Velha Esquerda, deveram-se à presença de um grande número de estudantes de classe média como ativistas desses movimentos. A revolução mundial de 1968⁵ foi liderada principalmente por estudantes universitários que emergi-

4 Paul Mason é um jornalista britânico de 59 anos que é bem conhecido por estudiosos de movimentos sociais transnacionais por sua cobertura etnográfica perceptiva do movimento de justiça global (MASON, 2013). Mason é um ex-trotskista que atua no Partido Trabalhista Britânico. Ele é um intrépido protagonista do precariado com um sólido fundamento na história dos movimentos e ideais progressistas e da economia política.

5 Revoluções mundiais são batizadas por um ano simbólico em que eventos importantes ocorreram e que caracterizam a natureza da constelação de rebeliões designadas: 1789, 1917, 1968 e agora 20XX, porque ainda é muito cedo para nomear a atual revolução mundial.

ram no cenário mundial com a expansão global do ensino superior desde a Segunda Guerra Mundial. John W. Meyer (2009) explicou a revolta estudantil e a subsequente redução da idade de votação como mais uma extensão da cidadania para grupos novos e politicamente não incorporados demandando inclusão, análogas às revoltas anteriores e incorporações de homens sem propriedade e mulheres.

Mason aponta as semelhanças (e diferenças) com a revolução mundial de 1848, na qual muitos dos ativistas eram estudantes qualificados, mas desempregados. Ele também argumenta que a participação na atual revolução mundial tem sido fortemente composta por jovens altamente educados que estão enfrentando a forte probabilidade de que eles não serão capazes de encontrar empregos compatíveis com suas habilidades e níveis de formação. Muitos desses “graduados sem futuro” se endividaram para financiar sua educação e estão alienados da política como de costume e enfurecidos com o fracasso do capitalismo global para continuar a expansão dos empregos da classe média. Esses graduados podem ser considerados parte do “precariado” de Guy Standing (2014), pois são cada vez mais forçados a participar da economia gig⁶, com pouca esperança de um futuro emprego estável. Jovens altamente educados compartilham um futuro econômico incerto com trabalhadores pobres em todo o mundo, o que poderia produzir uma aliança transnacional de precariados globalizados. Mason também faz notar que os pobres urbanos, especialmente no Sul Global, e os trabalhadores do Norte Global cujos meios de subsistência foram atacados pela globalização, foram elementos importantes nas revoltas ocorridas no Oriente Médio, Espanha, Grécia e Turquia. Mason também ressalta a importância da Internet e das mídias sociais para permitir que jovens descontentes organizem e coordenem grandes protestos. Ele vê a “liberdade de tuitar” como um elemento importante em um novo nível de liberdade individual que tem sido um relevante motor desses graduados de classe média que gostam de confrontar os poderes constituídos em manifestações em massa. Essa nova liberdade individual é citada como outra razão pela qual os ativistas do movimento de justiça global têm sido reticentes em desenvolver suas próprias organizações e participar de formas legítimas de atividade política, como a política eleitoral.

Contudo, Mason e outros observadores participantes do movimento de justiça global enfatizam um pouco em demasia a extensão em que o movimento tem sido

6 N.T.: Economia gig: “economia de gratificação instantânea” costuma ser traduzida como “economia freelancer”, “economia sob demanda”, mas nada mais é que a conversão dos trabalhadores de tempo integral e de trabalhadores precários, sem vínculos com as empresas, para tarefas pontuais para as quais são contratados. Apesar de o termo ser antigo, criado por Jack Kerouac em 1952, ganhou força para denominar a realidade emergente das plataformas digitais de demanda, como a Uber. É o mundo da precariedade disfarçado de modernidade.

incoerente em relação aos objetivos e perspectivas compartilhadas. Pesquisas de participantes em Fóruns Sociais, tanto de nível mundial como nacional, encontraram uma rede multicêntrica relativamente estável de temas de movimento em que um conjunto de movimentos mais centrais serve como ligações para todos os outros movimentos, com base na identificação relatada de ativistas com movimentos (CHASE-DUNN e KANESHIRO, 2009). Todos os 27 temas de movimento utilizados nas pesquisas de opinião foram conectados à rede maior por meio de coativismo, de modo que havia uma única rede ligada, sem subgrupos (CHASE-DUNN e KANESHIRO, 2009). Essa rede multicêntrica era bastante estável em todos os locais de reunião⁷, o que sugere que tem havido uma estrutura semelhante de conexões de rede entre movimentos que são globais em escopo, e que a rede de nível global de movimentos também é muito semelhante à rede que existe entre ativistas do Fórum Social de movimentos de base dentro dos EUA (CHASE-DUNN *et al.*, 2019). O conjunto central de temas de movimento aos quais todos os outros movimentos estavam ligados incluía direitos humanos, antirracismo, ambientalismo, feminismo, paz/antiguerra, política econômica alternativa e anticorporativa.

Enquanto a esquerda global continha tanto antiglobalistas que defendiam maior autonomia local (AMIN, 1990; BELLO, 2002) quanto aqueles que favoreceram uma forma alternativa e mais igualitária de globalização (PLEYERS, 2011), toda a questão da antiglobalização deu uma guinada com a ascensão do populismo de direita e do hipernacionalismo, apoiados, em grande medida, por alguns dos perdedores com o projeto neoliberal global.

Globalismo da Justiça como Discurso

Uma estrutura organizacional que pode ganhar a fidelidade de um grande número de ativistas, especialmente os jovens, precisará considerar a cultura da esquerda global que surgiu desde a Revolução Mundial de 1968, revendo os resultados de dois estudos cuidadosos.

Manfred Steger, James Goodman e Erin K. Wilson (2013) apresentaram os resultados de um estudo sistemático das ideias políticas empregadas por 45 ONGs e organizações de movimentos sociais associados ao Conselho Internacional do Fórum Social Mundial. Usando uma forma modificada da análise de discurso morfológico desenvolvida por Michael Freeden (2003) para estudar ideologias políticas, Steger, Goodman e Wilson (2013) analisaram textos (sites, comunicados de imprensa e

⁷ As pesquisas de opinião foram realizadas em encontros do Fórum Social em Porto Alegre, em 2005, Nairóbi (Quênia) e Atlanta (Geórgia), em 2007, e Detroit (Michigan) em 2010.

declarações) e realizaram entrevistas para examinar os conceitos-chave, os conceitos secundários e a coerência geral das ideias políticas expressas por essas organizações como proponentes do “globalismo da justiça”.

Os principais conceitos do globalismo da justiça extraídos por Steger, Goodman e Wilson (2013, p. 28-29) são:

- democracia participativa,
- mudança transformativa ao invés de incremental,
- igualdade de acesso a recursos e oportunidades,
- justiça social,
- direitos humanos universais,
- solidariedade global entre trabalhadores, agricultores e povos marginalizados, e
- sustentabilidade ecológica.

Significados mais detalhados de cada um desses conceitos surgiram em uma luta dialética em curso com o globalismo de mercado (neoliberalismo). Steger, Goodman e Wilson (2013) discutem cada um deles e avaliam quanto consenso existe nas 45 organizações de movimento que estudaram. Eles encontram um grande grau de consenso, mas seus resultados também revelam muita contestação em andamento entre os ativistas dessas organizações em relação às definições e aplicações desses conceitos.

Por exemplo, embora a maioria das organizações pareça favorecer uma forma ou outra de democracia participativa, há a consciência de alguns dos problemas produzidos por uma ênfase excessiva nos processos horizontalistas de participação e debates permanentes sobre formas de representação e delegação.

Algumas das organizações estudadas por Steger, Goodman e Wilson (2013) evitam a participação em processos eleitorais estabelecidos, enquanto outras não. Os autores destacam a importância da “multiplicidade” como uma abordagem que valoriza a diversidade em vez de tentar encontrar soluções “de um tamanho que se encaixe em todas”. Eles observam que a carta do Fórum Social Mundial valoriza a inclusividade, o acolhimento e o empoderamento de grupos marginalizados. Os Zapatistas, os ativistas do *Occupy* e muitos no movimento ambientalista têm se engajado em esforços para construir instituições e comunidades locais mais igualitárias e sustentáveis ao invés de construir desafios organizados às estruturas globais e nacionais de poder. Embora os direitos humanos sejam um tema de movimento muito central no movimento dos movimentos, o movimento indígena global contesta a versão dos direitos humanos consagrada na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas,

de 1948. Os militantes dos movimentos indígenas ressaltam a importância dos direitos comunitários sobre os direitos dos indivíduos e a ideia de que a “Mãe Terra” tem direitos⁸. Essas contendas foram compartilhadas pelos muitos ativistas que simpatizam e se identificam com os povos indígenas (CHASE-DUNN *et al.*, 2019). A discussão da solidariedade global em Steger, Goodman e Wilson (2013) enfatizam a centralidade do que Ruth Reitan (2007) chamou de “solidariedade altruísta” – identificação com os povos pobres e marginalizados – sem muita consideração da solidariedade com base em circunstâncias comuns ou identidades. Steger, Goodman e Wilson (2013) fazem, no entanto, menção aos importantes esforços para vincular grupos que estão operando em níveis locais e global de conflito.

O estudo de Steger, Goodman e Wilson (2013) é um exemplo útil de como fazer pesquisas sobre ideologia política e fornece evidências valiosas sobre posições ideacionais e cultura da nova esquerda global. Tal estudo e os resultados da rede de movimento resumidos acima implicam que a nova esquerda global tem um grau de coerência que pode ser a base de uma maior articulação.

Think Tanks Transnacionais de Política Alternativa

O estudo minucioso de William Carroll (2016) sobre grupos de políticas alternativas transnacionais de justiça global examinou o problema de como construir um bloco transnacional contra-hegemônico de forças sociais progressistas (CARROLL, 2016). O estudo de Carroll analisou 16 *think tanks* progressivos transnacionais do Norte Global e do Sul Global⁹. Os resultados de Carroll concordam com os achados do estudo de Steger, Goodman e Wilson (2013) sintetizados acima sobre o conteúdo discursivo do movimento de justiça global. Carroll também observa que os *think tanks* progressivos contra-hegemônicos que ele estudou têm tentado produzir conhecimento que seja útil para a mudança social prefigurativa e uma forma democrática e igualitária de globalização em contraste com o projeto de globalização neoliberal. Carroll critica abordagens locais e antiorganizacionais e propõe a globalização contra-hegemônica:

[...] um projeto globalmente organizado de transformação com o objetivo de substituir o regime global dominante por um que maximize o controle político democrático e torne o

8 Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança Climática e Direitos da Mãe Terra, realizada em Cochabamba, Bolívia, em 2010 (WATERMAN, 2010).

9 Alguns exemplos bem conhecidos são a Fundação Rosa Luxemburgo (*Rosa-Luxemburgo-Stiftung*), o Fórum do Terceiro Mundo (*Forum du Tiers-Monde*), o Centro para a Sociedade Civil (*Centre for Civil Society*), Alternativas de Desenvolvimento com Mulheres para uma Nova Era (*Development Alternatives with Women for a New Era*) e Foco no Sul Global (*Focus on the Global South*).

desenvolvimento equitativo das capacidades humanas e a gestão ambiental suas prioridades. (CARROLL, 2016, p. 30).

Ao mesmo tempo em que é importante criar um conhecimento que favoreça uma globalização mais justa e equitativa, a produção de ideias tem que ir além e criar fontes de conhecimento alternativas às do Norte Global. O trabalho de Boaventura de Sousa Santos seguiu essa missão, sugerindo que a globalização neoliberal deve uma quantidade considerável de sua hegemonia à eficiência pela qual desacredita todas as fontes rivais de conhecimento (SANTOS, 2014). Além disso, Santos (2014) argumenta que o conhecimento científico, embora considerado universalmente verdadeiro e imparcial, é produzido principalmente no Norte Global, tendo por fim as forças produtivas do neoliberalismo. Nesse processo, fontes alternativas de conhecimento, fundamentadas em práticas ancestrais ou tácitas, são consideradas como atrasadas, ineficientes ou não comprovadas. Santos (2014, p. 92) chama esse processo de desdém de “epistemicida”, e sugere que não pode haver justiça global sem o reconhecimento dessas formas alternativas de sabedoria, ou melhor, das fontes alternativas *do que constitui conhecimento*. Em outras palavras, a justiça global deve ir de mãos dadas com a justiça cognitiva. Um exemplo primordial de esforço para expandir o conhecimento contra-hegemônico tem sido a ascensão meteórica do conceito de *buen vivir*. Esse neologismo, que hoje faz parte dos órgãos legais da Bolívia e do Equador, entende as comunidades humanas como algo entrelaçado com o ambiente natural, o que, ao mesmo tempo, quebra a concepção hegemônica das dimensões humana e natural como separadas e promove uma filosofia pela qual os objetivos econômicos estão sujeitos às necessidades do mundo natural. O navio, que investigaremos com mais detalhe abaixo, pode fornecer os elementos para incorporar todas essas diferentes epistemologias e suas respectivas comunidades em uma frente única.

Primavera Árabe, Maré Rosa, Neofascismo e Desglobalização Estrutural

A situação política, econômica e demográfica global tem evoluído de forma que desafia alguns dos pressupostos que foram feitos durante a ascensão do movimento de justiça global e que requer ajustes nas análises, estratégias e táticas dos movimentos sociais progressistas. A Primavera Árabe, a Maré Rosa latino-americana, os Indignados na Espanha e a ascensão dos partidos da Nova Esquerda baseados na mídia social na Espanha (Podemos), Itália e Grécia, e o pico de protestos de massa em 2011 e 2012 foram interpretados como o aquecimento de uma revolução mundial contra a globalização neoliberal que começou no final do século XX com a ascensão dos

Zapatistas (CHASE-DUNN *et al.*, 2014). No entanto, os resultados de alguns desses movimentos colocaram em questão as táticas do movimento de justiça global. O partido de esquerda Syriza, eleito na Grécia em 2015, foi um desastre que foi esmagado pelos bancos europeus e pela UE. Eles dobraram a austeridade, ameaçando falir os pensionistas da Grécia a menos que o regime de Syriza concordasse com novas políticas de ajuste estrutural, o que aconteceu. Esse foi um caso em que um outro mundo era possível, mas não aconteceu. Essa decepção foi sentida pelos outros novos partidos de esquerda baseados na mídia social na Itália e na Espanha, bem como pelo movimento de justiça global e pelo processo do Fórum Social.

O enorme aumento dos protestos globais em 2011-2012 foi seguido por uma calmaria e, em seguida, uma intensificação renovada das revoltas dos cidadãos em 2015-2016 (YOUNGS, 2017). O movimento *Black Lives Matter*, o protesto contra o *Dakota Access Pipeline*, o movimento *#MeToo*, as Marchas Globais das Mulheres e o levantamento dos Antifa contra o neofascismo mostraram que a Revolução Mundial de 20XX ainda estava acontecendo. No entanto, os resultados principalmente trágicos da Primavera Árabe e o declínio dos regimes populistas progressistas da Maré Rosa na América Latina foram duros golpes para a esquerda global.

O processo do Fórum Social chegou tarde no Oriente Médio e no Norte da África, mas acabou por chegar. Os movimentos da Primavera Árabe no Oriente Médio e Norte da África foram principalmente rebeliões de estudantes progressistas e jovens que utilizaram as mídias sociais para mobilizar protestos em massa contra regimes autoritários envelhecidos. O resultado na Tunísia, onde a sequência de protestos começou, tem sido positivo até agora. Mas os resultados no Egito, Síria e Bahrein foram desastres (MOGHADAM, 2018)¹⁰. A Turquia e o Irã também devem ser adicionados a essa lista. Os movimentos populares em massa que clamavam pela democracia foram derrotados por movimentos islamistas mais bem organizados e por golpes militares e/ou intervenção externa. Na Síria, partes do movimento foram capazes de organizar uma luta armada, mas foram derrotados pelo antigo regime com a ajuda russa. Fundamentalistas extremistas muçulmanos assumiram a luta dos progressistas, e a guerra civil síria produziu uma enorme onda de refugiados que se combinou com migrantes por razões econômicas da África para atravessar o Mar Mediterrâneo em direção à Europa. Isso adicionou combustível aos já existentes movimentos e partidos políticos nacionalistas populistas na Europa, impulsionando vitórias eleitorais inspiradas nos sentimentos xenófobo e racista anti-imigrante. No

10 Val Moghadam (2018) mostra como as relações de gênero e mobilizações de mulheres antes da explosão de protesto, juntamente com diferenças nas instituições políticas, sociedade civil e influências internacionais, explicam a maior parte da variação nos diferentes desfechos da Primavera Árabe.

Irã, o movimento verde foi reprimido. Na Turquia, Erdogan prevaleceu, reprimindo o movimento popular, bem como os curdos. Todos esses acontecimentos, exceto na Tunísia, foram grandes retrocessos para a esquerda global.

A substituição da maioria dos regimes progressistas da Maré Rosa e da América Latina por neoliberais locais reinventados e/ou homens fortes semelhantes a Trump tem sido em grande parte uma consequência da queda dos preços das exportações agrícolas e minerais pela diminuição da demanda chinesa. Os esforços do governo Bolsonaro para intensificar o desmatamento da Amazônia para fins agroindustriais, mantêm muitas semelhanças com as medidas protecionistas tomadas pela administração do presidente Trump para salvar muitas indústrias moribundas no Cinturão da Ferrugem (*Rust Belt*). Ambos respondem a um esforço para recuperar uma vantagem competitiva na economia mundial. Os programas sociais dos movimentos populistas de esquerda dependiam de sua capacidade de tributar e redistribuir os retornos dessas exportações. Mas isso também pode representar um novo normal melhorado para a América Latina, porque quase todas as transições anteriores envolveram golpes militares e repressão violenta, enquanto a maioria dessas recentes transições de regime para a direita têm sido relativamente pacíficas e não envolveram tomadas de poder pelos militares ou repressão violenta, com a notável exceção do golpe na Bolívia em 2019, que, apesar da ruptura inicial, foi concluído com uma transição democrática pacífica, devolvendo o poder ao partido de Evo Morales, Movimiento al Socialismo. No Chile, protestos antineoliberais massivos em 2019 deram lugar a um novo processo constitucional que ainda está por ser concluído. Até agora, o desejo de compor um novo comitê constitucional para escrever a nova constituição foi decidido em um referendo nacional. Embora o resultado do comitê e dos conteúdos da nova constituição chilena sejam incertos, é certamente um sucesso notável para os movimentos sociais no Chile e mostra que os processos democráticos na região são muito mais estáveis do que no passado. No Brasil, a ameaça de regime militar continua a desempenhar um papel na política, mas, pelo menos até agora, a mudança para a direita tem sido menos violenta do que era nas transições de regime anteriores. A democracia parlamentar estável parece finalmente ter chegado na maior parte da América Latina. Isso não é utopia, mas é progresso. Esquerdistas podem disputar o poder novamente na próxima rodada.

A ascensão contínua de movimentos populistas e neofascistas de direita e suas vitórias eleitorais tanto no Norte Global quanto no Sul Global adicionaram uma nova nota que lembra a ascensão do fascismo durante a Revolução Mundial de 1917. Chase-Dunn, Grimes e Anderson (2019) compararam o direito global contemporâneo com o direito global que existia nas primeiras décadas do século XX para identificar

as semelhanças e diferenças nos movimentos, organizações, partidos e nos contextos estruturais mais amplos que produziram essas ondas reacionárias. O fundamentalismo religioso desempenhou um papel muito mais fraco na onda do início do século XX. Estava presente, mas não tão dramaticamente. A ascensão do fundamentalismo religioso após a Revolução Mundial de 1968 se deu em parte devido à percepção de que a Velha Esquerda havia fracassado. Os fundamentalismos cristãos e islâmicos têm sido fontes importantes de enquadramento para as forças de direita contra-hegemônicas que surgiram desde os anos 1970. O importante papel que a ameaçada indústria de combustíveis fósseis está desempenhando atualmente no financiamento e apoio a causas de direita é outra diferença. No início do século XX, a indústria de combustíveis fósseis foi uma força crescente no fornecimento de energia barata para uma grande onda de industrialização. Mas os desafios da mudança climática global antropogênica colocaram a indústria de combustíveis fósseis na defensiva (CARROLL, 2014). Embora a indústria de combustíveis fósseis sempre tenha sido conservadora, ela tem cada vez mais financiado causas de direita durante a ascensão contemporânea da direita global (MAYER, 2016; WENAR, 2016).

A outra grande diferença entre as primeiras e as últimas ondas da direita global é o aventureirismo militar internacional, que foi um aspecto importante do fascismo no início do século XX, mas, pelo menos até agora, não foi um aspecto importante do populismo de direita ou neofascismo no final do século XX e início do século XXI. Essa é uma boa notícia, mas sua dependência da institucionalização de organizações internacionais que deveriam manter a paz pode ser duramente testada na era vindoura de multipolaridade e rivalidade interimperial que deve seguir o declínio contínuo da hegemonia dos EUA (ver também MOGHADAM, 2018; MOGHADAM e KAFTAN, 2019; BEREZIN, 2019).

Isso levanta a questão das relações entre movimentos e contramovimentos e a possibilidade de que a instrumentalização e a articulação da esquerda global possam ser impulsionadas pela necessidade de combater o fascismo do século XXI. A glorificação de líderes fortes nos movimentos neofascistas e populistas de direita também foi vista no século XX. Mas líderes carismáticos também foram importantes em movimentos progressistas no passado. Os Socialistas Democráticos da América (DSA), de certa forma, parecem estar reagindo contra a ideologia “sem liderança” dos horizontalistas, capitalizando a extraordinária popularidade de seu membro mais famoso, Bernie Sanders, atualmente o político mais popular dos Estados Unidos, com 63% de aprovação pública. A plataforma proposta por Sanders incorpora muitos dos símbolos da Nova Esquerda e do movimento de justiça global.

Dani Rodrik (2018) afirmou que dois tipos de populismo surgiram para contestar

o projeto de globalização neoliberal. Na América Latina, nas décadas de 1980 e 1990, as políticas de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional que exigiam austeridade e privatização foram apoiadas por políticos nacionais neoliberais que atacaram os sindicatos e partidos dos trabalhadores do setor formal, mas isso produziu uma reação populista em muitos países em que políticos progressistas foram capazes de ganhar eleições fazendo campanha contra essas políticas e mobilizando os residentes do “planeta das favelas” (DAVIS, 2006) – a população do setor informal urbano. Esse fenômeno foi chamado de “Onda Rosa”. Regimes baseados no populismo de esquerda surgiram na maioria dos países latino-americanos, e Rodrik corretamente vê isso como uma reação contra o projeto de globalização neoliberal. O populismo de direita emergiu, e ainda está emergindo, em países do Norte Global nos quais a globalização neoliberal produziu desindustrialização e em que muitos trabalhadores perderam seus empregos. Isso ocorreu em contextos em que era mais fácil para os políticos culpar os imigrantes e as minorias do que apontar o dedo aos grandes vencedores do capitalismo global – o capital financeiro e as corporações transnacionais. E alguns dos grandes vencedores apoiaram a política do hipernacionalismo, xenofobia, racismo e sexismo, que são os músculos do populismo de direita e do neofascismo.

Políticos populistas de direita exploraram clivagens ao longo de linhas culturais, reunindo indivíduos contra estrangeiros e minorias. Os movimentos populistas de esquerda, por outro lado, tenderam a angariar apoio com base nas clivagens econômicas. Eles apontaram o 1% dos ricos e as grandes corporações como responsáveis pelas crises econômicas e políticas de austeridade do século XXI. Assim, o projeto de globalização neoliberal e as crises do capitalismo global tardio produziram uma polarização política crescente, como o contexto no qual a nova esquerda global precisa reconsiderar sua cultura e atitudes em relação às questões organizacionais.

Além de tudo isso, a pandemia global da Covid-19 tem o potencial de acelerar um novo processo de desglobalização. É mais provável que exacerbe um período de realinhamento geopolítico, já que as nações desenvolvidas do Ocidente foram duramente atingidas pela pandemia (tanto pelo grande número de casos quanto economicamente falando). Um sinal relevante dessa transição geopolítica é a mudança na localização do Fórum Econômico Mundial 2020 de Davos para Cingapura. A pandemia global causou um grande prejuízo nas cadeias de abastecimento globais, causando grandes apelos para “reindustrializar” e reduzir a dependência da manufatura chinesa. Por sua vez, isso poderia alimentar as posições da direita populista global e reforçar sua presença nas câmaras legislativas na Europa e em outros lugares. Outro efeito relevante da pandemia em áreas periféricas, como América Latina, África Subsaariana ou Sudeste Asiático, é o tipo de estratégia de desenvolvimento que será seguida a

partir de agora. A pandemia destacou como os países com altos níveis de liberdade econômica e regimes políticos fortes, ou mesmo semiautoritários (por exemplo, Cingapura ou China) administraram os surtos de maneira bastante eficaz. Os países do Sul Global poderiam buscar alternativas políticas ao desenvolvimento da democracia liberal e, portanto, causar um grande golpe nas coalizões progressistas internacionais.

O resultado infeliz da Primavera Árabe, o fim da Onda Rosa, a ascensão de movimentos e partidos populistas de direita e neofascistas e a possível chegada de outro período de desglobalização com a pandemia são desenvolvimentos que sugerem que a esquerda global precisa conceber estratégias que possam ser mais eficazes no enfrentamento das crises do capitalismo global e na construção de uma sociedade mundial mais igualitária, democrática e sustentável. Mas esse projeto também precisa estar ciente da cultura contemporânea da esquerda global.

O navio¹¹: forjando um instrumento diagonal para a esquerda global

Um novo discurso emergiu nos últimos anos a respeito das possibilidades de maior articulação entre os movimentos de esquerda global em torno das ideias de frentes unidas, frentes populares e novas formas de organização. A tendência dos movimentos sociais progressistas de se formarem em torno de questões únicas e políticas de identidade é cada vez mais vista como um problema que impede uma mobilização mais eficaz para permitir que as pessoas construam projetos e comunidades mais igualitários e sustentáveis, além de se tornarem um ator significativo e consequente na política mundial. Isso foi reconhecido e abordado de maneiras diferentes por ativistas e teóricos políticos nos últimos 20 anos. A defesa de John Sanbonmatsu (2004) de um projeto global contra-hegemônico de esquerda localiza as raízes do horizontalismo e da celebração da diversidade na ascensão dos novos movimentos sociais e da filosofia pós-moderna nos anos que se seguiram à Revolução Mundial de 1968. Ele afirma que a ênfase pós-moderna nas diferenças e diversidades mina a capacidade das forças progressistas de se unirem para lutar pela mudança social. A sociologia crítica pós-moderna foi uma reação um tanto compreensível contra o stalinismo e o foco principal na tomada do poder estatal pelos partidos operários, que era o *modus operandi* da Velha Esquerda. Neoleninistas como Jodi Dean (2012, 2016) apontaram as limitações dos protestos de massa sem liderança como um método para produzir mudanças políticas. O estudo de Zeynep Tufekci (2017) sobre movimentos que fo-

11 O instrumento deve ser nomeado por aqueles que fazem o trabalho para criá-lo. Nossa sugestão de “embarcação” pretende ser inclusiva e diagonal. Outros sugeriram a Quinta Internacional (AMIN, 2008), uma Internacional de Trabalhadores e Povos (AMIN, 2018); o Príncipe pós-moderno (GILL, 2000; SONBONMATSU, 2004) e o Partido Mundial (WAGAR, 1999).

ram ativados por redes sociais observa sua fragilidade e suscetibilidade à interrupção. Greg Sharzer (2012, 2017) relata o destino das comunidades utópicas nos últimos dois séculos, que geralmente morrem ou são reincorporadas aos negócios capitalistas, como de costume.

Sahan Savas Karatasli também teorizou como os movimentos progressistas globais poderiam se aliar ao longo de diferentes linhas locais, nacionais e globais (KARATASLI, 2019). Para ele, a maioria dos movimentos sociais do início do século XXI surgiu como entidades espontâneas e sem liderança. A maioria desses movimentos (por exemplo, Tahir Square, Indignados [15-M] ou o Occupy) falhou no curto prazo em fazer reformas significativas. Em contraste, as revoluções sociais do início do século XX, nas quais organizações mais centralizadas se revoltaram em nome da classe trabalhadora (a mais proeminente delas, a Revolução Bolchevique), estabeleceram estados socialistas bem-sucedidos, mas devolvidos a regimes autoritários burocráticos (KARATASLI, 2019).

Ambas as tendências, por si só, podem ser fatais para os movimentos sociais. Os movimentos voluntários e hierárquicos do início do século XX não levaram as massas operárias ao poder. Em vez disso, eles se transformaram em estruturas militaristas/burocráticas que afirmavam ser agentes do proletariado, mas eram na verdade os instrumentos de uma nova classe de burocratas do partido. Por outro lado, a espontaneidade e a horizontalidade dos movimentos sociais do século XXI (que pretendiam superar as deficiências da Velha Esquerda) são muito evanescentes para ter um impacto duradouro na política mundial e nas instituições globais (KARATASLI, 2019). Para superar esses contratempos estruturais, Karatasli (2019) apoia a formação de duas organizações políticas progressistas globais que trabalharão simultaneamente e de forma colaborativa para lutar pelo poder na arena global. Dessa forma, organizações espontâneas, sem liderança e horizontais podem aproximar-se do poder por meio de uma grande estrutura política global que disputa o poder em diferentes arenas nacionais e internacionais.

Samir Amin (2008, 2018) propôs uma nova internacional progressista para servir como um instrumento para o movimento de justiça global na política mundial. Sua proposta de Quinta Internacional invoca a memória das internacionais socialistas e comunistas anteriores, levantando temores de vanguardismo entre os horizontalistas. Mas os focos organizacionais e de problema da proposta de Amin têm elementos internacionais que são diferentes dos anteriores. A Quinta Internacional é uma aliança de entidades nacionais, mas permitiria a participação de mais de um grupo legítimo por país. Amin difere de muitos outros ativistas da justiça global ao ver os projetos progressistas nacionais como a arena de luta mais importante, levantando a questão

do conteúdo do nacionalismo progressista.

O Fórum Social Mundial realizado em Salvador, Brasil, em 2018, enfocou como o seu processo poderia ser reinventado para enfrentar a ascensão das forças de direita (MESTRUM, 2017, 2018) de forma mais eficaz. O fim dos Fóruns Sociais dos EUA e da Europa pode significar que o processo do Fórum Social está se encerrando. Se for esse o caso, a pergunta é: O que pode substituir e melhorar o Fórum Social? Dados os inúmeros grupos de interesses concorrentes, todos com reivindicações legítimas, o quebra-cabeça é como uni-los em um movimento global de justiça social que seja inclusivo, mas que também enfoque os principais problemas que a humanidade enfrenta no século XXI. A interseccionalidade como um paradigma teórico que identifica camadas entrelaçadas na matriz da opressão (HOOKS, 2014), pode ser usada para construir um esquema para encaixar as múltiplas identidades e questões que estão envolvidas no movimento global de justiça social.

Um movimento político integrado precisaria “nomear o inimigo” (STARR, 2000). A direita global tem sido eficaz em grande parte porque construiu seus próprios inimigos como os “globalistas”, o “sistema” e “imigrantes”. Um amplo movimento de justiça social global precisará nomear como inimigos os predadores da classe corporativa transnacional e da direita global neofascista e populista, e tornar evidentes as conexões entre esses inimigos e a opressão e exploração da maior parte da população humana tanto do Sul Global quanto do Norte Global.

As versões de Amin e Dean do neoleninismo diferem em alguns aspectos quanto às suas noções de agência. Amin era um terceiro-mundista que via os trabalhadores e camponeses do Sul Global como os principais agentes da mudança social progressiva. Dean é mais uma trabalhadora que pensa que trabalhadores organizados liderados por comunistas dedicados do Norte Global e do Sul Global podem se unir para transformar o capitalismo global. Enquanto Dean se entusiasma com o espírito afetivo demonstrado pelas multidões em 2011, ela afirma que um partido organizado será necessário para mobilizar uma transformação progressiva do capitalismo global: “[...] essa perspectiva que dá corpo ao sujeito político é o partido” (DEAN, 2016, p. 19). Nem Dean nem Amin abordam diretamente a questão do vanguardismo, que foi uma das contribuições mais importantes de Lenin para a metodologia e estratégia do movimento comunista. Amin é sensível à acusação de vanguardismo, mas afirma que existem estruturas estatutárias que podem ser usadas para garantir o controle democrático de um partido político global. Amin (2018, p. xx) diz que:

O objetivo deve ser estabelecer uma Organização (a nova Internacional) e não apenas um ‘movimento’. Isso envolve ir além do conceito de fórum de discussão. Implica também ana-

lizar as inadequações da noção, ainda prevalecente, de que os ‘movimentos’ afirmam ser horizontais e hostis às chamadas organizações verticais a pretexto de que estas últimas são por sua própria natureza antidemocráticas: de que a organização é, na verdade, o resultado de uma ação que por si mesma gera ‘líderes’. Este último pode aspirar a dominar, até mesmo manipular os movimentos. Mas também é possível evitar esse perigo por meio de estatutos apropriados. Isso deve ser discutido.

Concordamos com Amin e Dean que as ideologias antiorganizacionais que têm sido uma parte saliente da cultura dos movimentos progressistas desde 1968 têm sido também um grande obstáculo, restringindo a capacidade desses movimentos de realizar efetivamente seus próprios objetivos. Mas essas ideias e sentimentos são profundos e, portanto, qualquer esforço para construir formas organizacionais que possam facilitar a ação coletiva progressiva deve estar ciente dessa cultura embutida. A Internet e as mídias sociais, permitindo comunicações de massa baratas e eficazes, têm sido responsabilizadas por produzir movimentos especializados em um único assunto. Sugerimos que as comunicações virtuais e as tecnologias de tomada de decisão democrática podem ser aproveitadas para produzir organizações mais sustentadas e integradas e ferramentas eficazes que podem ser usadas para lutar pelo poder nas ruas e corredores institucionais do sistema mundial.

Também achamos que o velho debate reformista/revolucionário sobre se devemos nos engajar na política eleitoral é um obstáculo à capacidade da esquerda global de lutar efetivamente. Concordamos que mudar as políticas dos Estados ou assumir o poder neles não devem ser os únicos objetivos dos movimentos sociais progressistas. Os Estados não são, e nunca foram, sistemas inteiros. São organizações que existem em uma economia mundial maior e em um sistema interestatal. E, embora não devam ser o único alvo de movimentos progressistas, seus recursos organizacionais podem ser usados para facilitar a construção de uma sociedade global pós-capitalista.

Os autonomistas percebem corretamente que a dependência dos recursos e apoio do Estado, bem como do financiamento das principais fundações, muitas vezes compromete a integridade e a flexibilidade das organizações de movimentos sociais em sua capacidade de desafiar as estruturas de poder existentes. Mas os movimentos sociais transnacionais progressistas devem estar preparados para trabalhar com os governos progressistas a fim de tentar mudar as regras da ordem econômica global (EVANS, 2009, 2010). Se as organizações de movimentos sociais se tornarem parte do problema em vez de parte da solução, novas organizações de movimentos sociais menos dependentes e comprometidos podem assumir a luta. É necessário um movimento multinível de movimentos que promovam as regiões dentro do país (os níveis nacional, regional

mundial), o Norte Global, o Sul Global e níveis globais de organização.

Que papéis as ONGs globais existentes e as alianças civis internacionais podem desempenhar nesse projeto? A Via Campesina forneceu por décadas um projeto muito resistente que busca unir agricultores pobres e organizações camponesas de todo o mundo para organizar redes de produção agrícola e alternativas de distribuição às cadeias globais de *commodities* neoliberais. Essa organização atuou não apenas como uma organização civil, mas como uma verdadeira rede econômica e social para os pequenos agricultores. O sucesso da Via Campesina é bem conhecido entre os ativistas globais progressistas por causa de sua história de trabalho como uma verdadeira organização global, sem comprometer as lutas nacionais pela soberania alimentar e os direitos dos agricultores às sementes. Hoje, a Via Campesina representa cerca de 200 milhões de agricultores por meio de 181 organizações em 81 países. Desde 2000, tem havido uma ascensão meteórica de organizações de base globais progressistas que visam combater o capitalismo neoliberal em diferentes frentes – ambientalismo, racismo, direitos dos trabalhadores etc. O Greenpeace é um dos grupos mais proeminentes no movimento pela justiça ambiental. Com cerca de 3,2 milhões de contribuintes e escritórios em 55 países, a organização, que foi fundada em Vancouver em 1971, combinou efetivamente objetivos globais e locais/regionais e contestou o poder global dos Estados e corporações para proteger o meio ambiente. O espaço proposto funcionará como um guarda-chuva organizacional para ajudar ONGs progressistas existentes e emergentes a coordenar suas atividades em uma ampla gama de questões.

Os movimentos sociais transnacionais progressistas também devem estar dispostos a trabalhar em nível local com os governos municipais para implementar metas progressistas, como uma renda básica universal, já que essas cidades podem servir como exemplos progressivos (WRIGHT, 2010; LOWREY, 2018; VAN PARIJS e VANDERBORGHT, 2017). Isso inclui compreender as experiências com as cidades do Sul Global e aplicar as lições aprendidas no Norte Global. Por exemplo, uma renda básica universal foi testada no século XXI no Quênia e no Brasil e agora está sendo introduzida em Stockton (Califórnia) e em Chicago. Concordamos com Paul Mason (2015) que o antiutopismo da Velha Esquerda e de alguns da Nova Esquerda estava um tanto deslocado. A pré-configuração é uma boa ideia. Redes de compartilhamento, cooperativas, bancos comunitários, residências com emissões zero, fazendas e indústrias são esforços que valem a pena para os ativistas da esquerda global (WALLERSTEIN, 1998). Mas esses projetos locais precisam ser vinculados e coordenados para que possam competir efetivamente na política nacional e mundial. Explicar como estruturar tal internacional progressista efetivamente requer uma compreensão do horizonta-

lismo, verticalismo e nossa síntese proposta, encontrada no diagonalismo. Só então pode ser construída uma rede partidária (*partnet*) forte e flexível o suficiente para resistir aos desafios da organização global.

Estrutura Organizacional Diagonal

A ideia de movimentos e organizações sem liderança é uma bandeira anarquista que foi criticada tanto por marxistas (EPSTEIN, 2001) quanto por feministas (FREEMAN, 1972-1973). As organizações políticas precisam ter procedimentos institucionalizados para a tomada de decisões e maneiras de responsabilizar a liderança para que os erros possam ser retificados. Esses requisitos não são tão importantes quando o sistema mundial está funcionando normalmente, mas quando as crises sistêmicas estouram e poderosos movimentos e regimes sociais populares de direita emergem, a ausência de liderança se torna um luxo inaceitável. Uma alternativa à “marcha em linha” leninista deve ser encontrada. Enquanto a cultura da esquerda global contemporânea geralmente equipara a ideia de um partido político a partidos de vanguarda ou máquinas eleitorais, há uma literatura recente que argumenta que novas formas de organização partidária são possíveis na era da comunicação pela Internet (DEAN, 2012, 2016; CARROLL, 2015).

As fazendas wiki¹² facilitam a formação de organizações virtuais que combinam os méritos de redes abertas com estruturas de liderança (administradores de dados), permitindo aos grupos criar documentos coletivamente e tomar decisões em grupo. O horizontalismo valoriza a falta de liderança e a informalidade, geralmente acompanhadas de uma tomada de decisão consensual. As organizações horizontalistas, também chamadas de “auto-organização” (PREHOFER e BETTSTETTER, 2005), têm várias vantagens: resiliência (você pode extinguir algumas delas, mas há redundância), flexibilidade e adaptabilidade, entidades individuais interagem diretamente umas com as outras, e não há hierarquia maior que pode ser interrompida. Essas características desejáveis são aquelas enfatizadas pelos defensores das redes horizontalistas. Mas os críticos da horizontalidade apontam que a ausência de estrutura não impede o surgimento de estruturas informais entre grupos de amigos, e os participantes que não estão ligados a essas redes de amizade não têm mecanismos para regular o poder das redes informais (FREEMAN, 1972-1973).

O diagonalismo combina o horizontalismo com uma estrutura organizacional formal semicentralizada, ela própria democrática e flexível. Uma organização diago-

¹² Uma fazenda wiki é uma coleção de wikis em execução no mesmo servidor da web e compartilhando um motor wiki principal.

nal é um complexo de indivíduos conectados horizontalmente, pequenos grupos e organizações regionais maiores com uma estrutura de tomada de decisão pela qual os grupos podem discutir e adotar políticas e implementá-las. As hierarquias são tão planas quanto possível, de acordo com a capacidade organizacional, e os grupos compostos podem se reportar a mais de um grupo de liderança. A liderança é rotativa e maximiza as oportunidades para a democracia participativa. A burocracia organizacional é reduzida ao mínimo, mas representantes legítimos ou delegados de grupos horizontais tomam decisões coletivas e ajudam a formular políticas e planejar ações para toda a organização. Os graus de hierarquia podem ser flexíveis, dependendo da natureza da tarefa. Tarefas de alto risco geralmente requerem mais hierarquia. Os grupos locais podem ajustar suas estruturas organizacionais ao contexto e à natureza da tarefa. O próprio espaço deve manter estruturas democráticas e flexíveis de tomada de decisão e implementação.

O *navio* é uma rede diagonal formada por grupos de afinidade do projeto e comunidades locais que compartilham os resultados de seus experimentos e construções e se coordenam para ações políticas, incluindo manifestações de massa, campanhas eleitorais e mobilizações de apoio e contenção. O diagonalismo vincula redes horizontais de indivíduos e grupos com uma estrutura de liderança legítima, composta de delegados designados com poderes para executar as decisões da organização que os nomeia. Os delegados tomam decisões em grupo por meio de consenso e votação. Várias organizações podem representar comunidades e nações. O conselho do *navio* será um compromisso entre as estruturas horizontais sem líder e as estruturas de comando hierárquico, nas quais a liderança é mantida por indivíduos ou grupos delegados. O *navio* se concentrará na articulação de questões centrais e formulará visões, estratégias e táticas para a esquerda global. Irá promover a comunicação e colaboração entre projetos transnacionais, nacionais e locais. O *navio* não deveria ser um partido político no sentido antigo, mas deveria ser permitido, ao contrário do que ocorre no Fórum Social Mundial, adotar resoluções e apoiar candidatos e campanhas. Deve ter uma estrutura designada composta de um conselho de delegados facilitadores escolhido para coordenar a tomada de decisão coletiva e lidar com problemas de segurança e comunicações. As organizações globais progressistas existentes devem ser encorajadas a aderir. As funções do *navio* e das organizações-membro variam dependendo das circunstâncias, mas o nível do *navio* deve se especializar na política de organizações internacionais e questões globais, enquanto as organizações regionais locais, nacionais e mundiais podem se concentrar nas questões que são salientes em seus contextos.

Questões

As principais questões que achamos que devem constituir o foco do navio são:

- Justiça climática;
- Direitos humanos;
- Antirracismo, descolonização e direitos indígenas;
- Feminismo e direitos queer;
- Redes de compartilhamento;
- Alianças de paz/antiguerra;
- Ativismo popular progressivo local e urbano;
- Transnacionalismo anticorporativo (justiça tributária etc.); e
- Governança global democrática.

O *navio* também deve coordenar esforços para combater o fascismo do século XXI e o populismo de direita, assim como deve encorajar a participação (na forma de frentes unidas ou frentes populares) de ONGs e partidos políticos que desejam colaborar com esses esforços.

Os direitos humanos e o antirracismo têm sido centrais na rede de movimentos participantes do processo do fórum social. O Indigenismo Global (HALL e FENELON, 2009; CHASE-DUNN *et al.*, 2019) tem sido uma questão cada vez mais importante para a esquerda global. Os direitos dos povos colonizados, minorias raciais e étnicas, povos indígenas e pessoas *queer* são centrais para as preocupações inclusivas da esquerda global. O movimento de justiça climática já é um projeto colaborativo que combina ambientalistas com aqueles que se concentram nas comunidades mais vulneráveis (BOND, 2012; FORAN, 2018; FORAN, GRAY e GROSSE, 2017). O feminismo tem sido um dos movimentos centrais na rede de movimentos dos fóruns sociais (MOGHADAM, 2018). Redes de compartilhamento são uma ferramenta de potencial para organizar instituições pós-capitalistas que podem transformar a lógica do capitalismo global (MASON, 2013; DANAHER e GRAVITZ, 2017). Os movimentos de paz/antiguerra precisam de mobilização local e nacional contra o militarismo (BENJAMIN, 2013), bem como engajamento com organizações governamentais internacionais a fim de prevenir o surgimento de guerras entre Estados centrais no mundo multipolar vindouro. As organizações políticas internacionais existentes estão sob o ataque de forças de direita. O *navio* precisa defender o fortalecimento e a democratização das instituições de governança global que podem ajudar a manter a paz enquanto a humanidade passa pela próxima fase multipolar de rivalidade interimperial e se mover na direção de uma eventual forma democrática e coletivamente racional de governança global. O nacionalismo progressista é uma tática defensi-

va importante contra a apropriação do nacionalismo pelos populistas de direita e neofascistas. Por exemplo, como a economia nacional dos Estados Unidos poderia ser reorganizada para produzir coisas necessárias no exterior sem destruir o meio ambiente e de uma forma que use as habilidades daqueles que foram deixados de fora da globalização neoliberal? O mundo desglobalizante está reinventando o nacionalismo como uma resposta às crises produzidas pelo processo de globalização neoliberal. Em muitos casos, esse nacionalismo se transformou em neofascismo. A esquerda global tem sido decididamente cosmopolita e internacionalista, mas como poderia envolver a crescente onda de nacionalismo para propor relações mais cooperativas com os povos no exterior e com o Sul Global? O *navio* também precisa apoiar a formulação de análises e estratégias para movimentos em nível local e nacional que lutam contra o aumento do autoritarismo de direita e a repressão aos movimentos populares progressistas.

Conclusão

Em vez de ceder ao cinismo, resignação e depressão, a esquerda global precisa enfrentar os reveses que ocorreram e conceber uma nova estratégia para mover a humanidade em uma direção melhor. Uma solução possível está na abordagem dos organizadores do DiEM25, o Movimento Democracia na Europa 2025, que vem agitando por uma internacional progressista desde a sua fundação, em 2016. O DiEM25 teve apenas uma pequena presença nas últimas eleições para o Parlamento Europeu, mas suas propostas delineiam uma abordagem cuidadosa para a formação de uma organização progressista de movimento social supranacional. Embora agora esteja limitado às nações europeias e à América do Norte (incluindo o México), sua abordagem diagonalista é adequada para uma organização flexível que pode enfrentar os movimentos globais de direita e a classe capitalista transnacional. O projeto do *navio* irá expandir o escopo e a missão de organizações como a DiEM25. Com boa liderança e participação entusiástica, o *navio* pode expandir o trabalho de redes partidárias globais como o DiEM25, a Via Campesina e o Greenpeace para envolver mais ativistas do Sul Global e abraçar o movimento de justiça global com grande atenção aos problemas da desigualdade global.

O Fórum Social Mundial (FSM) tem funcionado efetivamente por duas décadas como um campo de treinamento para o navio, onde ativistas progressistas, intelectuais orgânicos, movimentos de base, ONGs e organizações internacionais se reuniram para propor alternativas viáveis à globalização neoliberal. O *navio* funcionaria de maneira semelhante ao FSM, combinando e incluindo muitos corpos diferentes e diversos de mudança social. As próximas décadas serão caóticas, mas os movimentos

e instituições que construímos podem tornar as coisas melhores. Quer as grandes calamidades venham ou não de uma vez ou sequencialmente, precisamos buscar uma estratégia de “pós-capitalismo de desastre” que plante as sementes do futuro durante o caos. Não é o fim, apenas outra era das trevas e uma oportunidade de transição para um sistema mundial muito melhor. O navio pode nos levar até lá.

Referências

- AMIN, Samir. It is imperative to reconstruct the Internationale of workers and peoples. *IDEAS network*, July 3, 2018. Disponível em: <<http://www.networkideas.org/featured-articles/2018/07/it-is-imperative-to-reconstruct-the-internationale-of-workers-and-peoples/>>. Acesso em: 03 dez. 2021.
- AMIN, Samir. Towards the fifth international? In: SEHM-PATOMAKI, Kat; ULVILA, Mariko (Eds.). *Global political parties*. London: Zed Books, 2008. p. 123-143.
- AMIN, Samir. *Delinking: towards a polycentric world*. London: Zed Books, 1990.
- ARRIGHI, Giovanni; HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. *Antisystemic movements*. London: Verso 2012 [1989].
- BELLO, Walden. *Deglobalization*. London: Zed Books, 2002.
- BENJAMIN, Medea. *Drone warfare*. London: Verso, 2013.
- BEREZIN, Mabel. Fascism and populism: are these useful categories for comparative sociological analysis? *Annual Review of Sociology*, v. 45, p. 345-361, July 2019. DOI: 10.1146/annurev-soc-073018-022351
- BOND, Patrick. *The politics of climate justice: paralysis above, movement below*. Durban, SA: University of Kwa-zulu Natal Press, 2012.
- CARROLL, William K. *Expose, oppose, propose: alternative policy groups and the struggle for global justice*. New York: Zed, 2016.
- CARROLL, William K. Modes of cognitive praxis in transnational alternative policy groups. *Globalizations*, v. 12, n. 5, p. 710-727, 2015. DOI: 10.1080/14747731.2014.1001231
- CARROLL, William K. *Mapping the power of the carbon-extractive corporate resource sector*. University of Alberta, 2014. Disponível em: <<https://era.library.ualberta.ca/items/268c6398-54ab-4c22-ac6c-2f46102ff1d6>>. Acesso em: 03 dez. 2021.
- CHASE-DUNN, Christopher *et al.* Global indigenism and the web of transnational social movements. In: ROSSI, Ino (Ed.). *New frontiers of globalization research: theories, globalization processes, and perspectives from the global south*. Verlag: Springer, 2019. p. xx-xx.
- CHASE-DUNN, Christopher; GRIMES, Peter; ANDERSON, Eugene N. Cyclical evolution of the global right. *Canadian Sociological Review*, v. 56, n. 4, p. 529-555, Nov. 2019. DOI: 10.1111/cars.12263
- CHASE-DUNN, Christopher; MOROSIN, Alessandro; ÁLVAREZ, Alexis. Social movements and progressive regimes in Latin America: world revolutions and semiperipheral development. In: ALMEIDA, Paul; CORDERO ULATE, Allen (Eds.). *Handbook of social movements across Latin America*. Dordrecht, NL: Springer, 2015. p. 13-24.
- CHASE-DUNN, Christopher *et al.* Articulating the web of transnational social movements. In: WORLD CONGRESS OF SOCIOLOGY, 2014, Yokohama. *Proceedings*: Yokohama, 2014. Disponível em: <<http://irows.ucr.edu/papers/irows84/irows84.htm>>. Acesso em: 03 dez. 2021.
- CHASE-DUNN, Christopher; KANESHIRO, Matheu. Stability and change in the contours of alliances among movements in the social forum process. In: FASENFEST, David (Ed.). *Engaging social justice*. Leiden: Brill, 2009. p. 119-133.
- CHASE-DUNN, Christopher *et al.* North-South contradictions and bridges at the World Social Forum. In: REUVENY, Rafael; THOMPSON, William R. (Eds.). *North and South in the world political economy*. Malden, MA: Blackwell, 2008. p. 341-366.
- DANAHER, Kevin; GRAVITZ, Alisa (Eds.). *The Green Festival Reader*. London: Routledge, 2017.
- DAVIS, Mike. *Planet of slums*. London: Verso, 2006.

DEAN, Jodi. *Crowds and party*. London: Verso, 2016.

DEAN, Jodi. *The communist horizon*. London: Verso, 2012.

EPSTEIN, Barbara. Anarchism and the anti-globalization movement. *Monthly Review*, v. 53, n. 4, p. 1-14, 2001. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2001/09/01/anarchism-and-the-anti-globalization-movement/>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

EVANS, Peter B. Is it labor's turn to globalize? Twenty-first century opportunities and strategic responses. *Global Labour Journal*, v. 1, n. 3, p. 352-379, 2010. DOI: 10.15173/glj.v1i3.1082

EVANS, Peter B. From situations of dependency to globalized social democracy. *Studies in Comparative International Development*, v. 44, p. 318-336, 2009. DOI: 10.1007/s12116-009-9049-9

FORAN, John. *Taking or (re) making power? The new movements for radical social change and global justice*. London: Zed Books, 2018.

FORAN, John; GRAY, Summer; GROSSE, Corrie. 'Not yet the end of the world': political cultures of opposition and creation in the global youth climate justice movement. *Interface: a journal for and about social movements*, v. 9, n. 2, p. 353-379, 2017. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiivrLt08j0AhXupJUCHUMOBc-4QFnoECAGQAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.interfacejournal.net%2Fwordpress%2Fwp-content%2Fuploads%2F2017%2F12%2FInterface-9-2-Foran-Gray-Grosse.pdf&usq=AOvVaw0xbPqpdxmzN-x1OVmDJe8fu>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

FREEDEN, Michael. *Ideology: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

FREEMAN, Jo. The tyranny of structurelessness. *Berkeley Journal of Sociology*, v. 17, p. 151-165, 1972-1973. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/41035187>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

GILL, Stephen. Toward a post-modern prince? The battle of Seattle as a moment in the new politics of globalization. *Millennium*, v. 29, n. 1, p. 131-140, 2000. DOI: 10.1177/03058298000290010101

HALL, Thomas D.; FENELON, James V. *Indigenous peoples and globalization: resistance and revitalization*. Boulder, CO: Paradigm Press, 2009.

HOBSBAWM, Eric J. *The age of extremes: a history of the world, 1914-1991*. New York: Pantheon, 1994.

HOOKS, Bell. *Feminist theory: from margin to center*. 3rd ed. New York: Routledge, 2014 [1984].

KARATASLI, Sahan Savas. The Twenty-first century and internationalism: a world historical perspective. *Globalizations*. Volume 16, 2019, issue 7, 2019

LENIN, Vladimir. *What is to be done?* In: Lenin's collected works. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1961 [1902]. p. 347-530.

LOWREY, Annie. *Give people money: how a universal basic income would end poverty, revolutionize work, and remake the world*. New York, NY: Crown, 2018.

MASON, Paul. *Postcapitalism*. New York: Farrer, Straus and Giroux, 2015.

MASON, Paul. *Why it's still kicking off everywhere: the new global revolutions*. London: Verso, 2013.

MAYER, Jane. *Dark money: the hidden history of the billionaires behind the rise of the radical right*. New York: Anchor Books, 2016.

MESTRUM, Francine. The World Social Forum is dead! Long live the World Social Forum? *Alternatives International*, Mar. 23, 2018. Disponível em: <<http://www.alterinter.org/spip.php?article4654>>. Acesso em: 04 dez. 2021.

MESTRUM, Francine. Reinventing the World Social Forum: how powerful an idea can be. *Open Democracy*, Nov. 18, 2017. Disponível em: <<https://opendemocracy.net/francine-mestrum/reinventing-world-social-forum-how-powerful-idea-can-be>>. Acesso em: 04 dez. 2021.

MEYER, John W. *World society: the writings of John W. Meyer*. New York: Oxford University Press, 2009.

MICHELS, Robert. *Political parties*. New York: Simon and Schuster, 1968 [1915].

MOGHADAM, Valentine M. Feminism and the future of revolutions. *Socialism and Democracy*, v. 32, n. 1, p. 31-53, 2018. DOI: 10.1080/08854300.2018.1461749

MOGHADAM, Valentine M. *Globalizing women: transnational feminist networks*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005.

MOGHADAM, Valentine M.; KAFTAN, Gizem. Right-wing populisms north and south: varieties and gender dynamics. *Women's Studies International Forum*, v. 75, July/Aug. 2019. DOI: 10.1016/j.

wsif.2019.102244

PLEYERS, Geoffrey. *Alter-globalization*. Malden, MA: Polity Press, 2011.

PREHOFER, Christian; BETTSTETTER, Christian. Self-organization in communication networks: principles and design paradigms. *IEEE Communications Magazine*, v. 43, n. 7, p. 78-85, 2005. DOI: 10.1109/MCOM.2005.1470824

REITAN, Ruth. *Global activism*. London: Routledge, 2007.

RODRIK, Dani. Populism and the economics of globalization. *Journal of International Business Policy*, v. 1, p. 12-33, 2018. DOI: 10.1057/s42214-018-0001-4

SANBONMATSU, John. *The postmodern prince*. New York: Monthly Review Press, 2004.

SANTOS, 2014 *Epistemologies of the South. Justice against Epistemicide*. London: Paradigm Publishers, 2014.

SEN, Jai et al. *A political programme for the World Social Forum?* Democracy, substance and debate in the Bamako Appeal and the Global Justice Movements. Indian Institute for Critical Action, 2007.

SHARZER, Greg. Cooperatives as transitional economics. *Review of Radical Political Economics*, v. 49, n. 3, p. 456-476, 2017. DOI: 10.1177/0486613415627154

SHARZER, Greg. *Nolocal: why small-scale alternatives will not change the world*. Aireford, Hants, UK: Zero Books, 2012.

STANDING, Guy. *A precariat charter: from denizens to citizens*. London: Bloomsbury, 2014.

STARR, Amory. *Naming the enemy: anti-corporate movements confront globalization*. London: Zed Books, 2000.

STEGER, Manfred; GOODMAN, James; WILSON, Erin K. *Justice globalism: ideology, crises, policy*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2013.

TUFEKCI, Zeynep. *Twitter and tear gas: the power and fragility of networked protest*. New Haven, CT: Yale University Press, 2017.

VAN PARIJS, Philippe; VANDERBORGHT, Yannick. *Basic income: a radical proposal for a free society and a sane economy*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2017.

WAGAR, Warren. *A short history of future*. 1999. University of Chicago Press

WALLERSTEIN, Immanuel. The World Social Forum: from defense to offense. *TNI*, Feb. 07, 2007. Disponível em: <<http://www.sociologistswithoutborders.org/documents/WallersteinCommentary.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2021.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Utopistics: or historical choices of the twenty-first century*. New York: New Press, 1998.

WATERMAN, Peter. Five, six, many new internationalisms! (Nine reflections on a Fifth International). *ESSF*, May 8, 2010. Disponível em: <<http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article16650>>. Acesso em: 04 dez. 2021.

WATERMAN, Peter. *Toward a global labour charter for the 21st century*. 2006. Disponível em: <https://laborstrategies.blogs.com/global_labor_strategies/global_unionism/page/4/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

WENAR, Leif. *Blood oil: tyrants, violence and the rules that run the world*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

WORLD SOCIAL FORUM. *World Social Forum Charter of Principles*. 2001. Disponível em: <http://www.universidadepopular.org/site/media/documentos/WSF_-_charter_of_Principles.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2021.

WRIGHT, Erik O. *Envisioning real utopias*. London: Verso, 2010.

YOUNGS, Richard. What are the meanings behind the worldwide rise in protest? *Open Democracy*, Oct. 2, 2017. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/protest/multiple-meanings-global-protest>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

Mercado mundial, imperialismo e dependência: o papel central da grande indústria

Leonardo Leite* e Marcelo Carcanholo**

Resumo: O artigo analisa a relação entre grande indústria, mercado mundial e imperialismo, com o objetivo de reconstituir teoricamente o processo histórico que produziu a dependência. Constatase que o entendimento da gênese da dependência não pode estar vinculado com a tese do capitalismo monopolista, pois deve-se buscar suas raízes na Revolução Industrial e na formação do mercado mundial propriamente capitalista. Para isso, desenvolve-se a teoria do valor e dos preços de Marx para identificar os processos de transferência de valor a partir do comércio, mostrando que a grande indústria cria centro e periferias e que a relação embutida no desenvolvimento do mercado mundial é uma relação imperialista.

Palavras-chave: Imperialismo. Dependência. Mercado mundial. Grande indústria. Teoria marxista da dependência.

Abstract: The article analyzes the relationship between big industry, the world market and imperialism with the objective of theoretically reconstituting the historical process that produced dependency. It finds that an understanding of the genesis of dependency cannot be linked to the thesis of monopolistic capitalism since it must seek its roots in the Industrial Revolution and in the formation of the capitalist world market itself. To this end, he develops Marx's theory of value and prices to identify the processes of transference of value from trade, he shows that large industry creates centers and peripheries and that the relationship embedded in the development of the world market is an imperialist relationship.

Keywords: Imperialism. Dependency. World market. Big industry. Marxist dependency theory.

Resumen: El artículo analiza la relación entre la gran industria, el mercado mundial y el imperialismo para reconstituir teóricamente el proceso histórico que produjo la dependencia. Señala que la comprensión de la génesis de la dependencia no puede vincularse a la tesis del capitalismo monopolista, ya que debe buscar sus raíces en la Revolución Industrial y en la formación del propio mercado mundial capitalista. Para ello, desarrolla la teoría del valor y de los precios de Marx para identificar los procesos de transferencia de valor a partir del comercio, muestra que la gran industria crea centros y periferias y que la relación que se inscribe en el desarrollo del mercado mundial es una relación

Palabras-clave: Imperialismo. Dependência. Mercado mundial. Gran indústria. Teoría marxista de la dependencia.

* Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e Marxismo (NIEP-Marx/UFF).

** Professor Titular da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e Marxismo (NIEP-Marx/UFF)

Está bem consolidado na literatura sobre o imperialismo a indicação de que se trata de um fenômeno histórico cuja gênese se situa no último quarto do século XIX (LENIN, 2008; HARVEY, 2003; CALLINICOS, 2009; ARRIZABALO MONTORO, 2014). Existem outras interpretações, como a de Mészáros (2001), que aponta a existência de um “imperialismo colonial moderno” entre 1800 e 1870, ou a de Gallagher e Robinson (1953), que falam de um “imperialismo do livre comércio” no mesmo período, mas essas são teses com menor difusão e, por circunstâncias variadas, incapazes de desafiar a interpretação dominante.

Ao mesmo tempo, do ponto de vista da teoria marxista da dependência, está igualmente consolidada a tese de que a dependência da América Latina nasce com os processos de independência política no primeiro quarto do século XIX, com a constituição contraditória de soberanias nacionais (MARINI, 2005; SANTOS, 1970; BAMBIRRA, 2015). Isso se expressa na clássica definição de Santos (1970, p. 231, grifos nossos), por exemplo, quando ele diz que “[...] por dependência entendemos uma situação na qual a economia de *certo país* é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a primeira é subordinada”, ou quando ele separa a “dependência colonial” da “dependência industrial-financeira”.

Partindo da formulação de Santos, que é compartilhada por Marini, Bamberira e outros teóricos que fundam a teoria marxista da dependência, existe uma tentativa clara de vinculação com as teorias do imperialismo. Quando o autor indica que a “dependência industrial-financeira” substitui a “dependência colonial”, mas se consolida apenas no final do século XIX, reiterando a tese do capitalismo monopolista tão cara à interpretação leninista sobre o imperialismo¹, ele parece deixar um período descoberto na análise, que é o período entre as independências políticas (fim da dependência colonial) e o final do século XIX.

Luce (2018, p. 27), quando comenta o ensaio de Marini (2005), evita explicitar quando exatamente nasce a condição dependente, mas desenvolve uma formulação semelhante à de Santos (1970). Ele diz que “[...] o ensaio de Marini assentou as bases para aprofundar o conhecimento de complexos mecanismos que operam desde que se formou o mercado mundial e teve advento a fase superior do capitalismo”. Embora não fique claro quando seria o advento dessa “fase superior”, se o autor estiver supondo que corresponde ao final do século XIX, como sugere Santos, Lênin, e outros,

¹ Kvangraven (2021, p. 84) apresenta outras evidências da vinculação entre as teorias da dependência construídas pelos “neomarxistas” com a tese do capitalismo monopolista: “The neo-Marxist dependency theorists tend to root their economic theory in the extension of monopoly capitalism”.

temos o mesmo problema de antes, pois o esforço de Marini (e Bambirra, como Luce reconhece adiante) foi entender a nova condição de exploração internacional surgida com “as rupturas com as ex-metrópoles” (LUCE, 2018, p. 212).

Parece existir, na interseção entre as teorias marxistas do imperialismo e da dependência, uma dificuldade para interpretar esse período: como explicar as relações de dependência que se constituem com a descolonização formal a partir de uma teoria do imperialismo? Nossa hipótese é que a busca por teorizar a dependência nos marcos das teorias predominantes do imperialismo, que se baseiam na tese do capitalismo monopolista, torna essa dificuldade incontornável, o que poderia ser superado se recorrêssemos a uma teoria do imperialismo que não pressuponha o capitalismo monopolista. O reconhecimento de que nos marcos da expansão imperialista gesta-se a dependência exige que a teoria do imperialismo adequada à teoria marxista da dependência seja distinta da versão predominante.

Kvangraven (2021), na sua tentativa de sistematizar as diversas teorias sobre a dependência em um eclético programa de pesquisa, aponta que o núcleo do programa seria a hipótese de que o desenvolvimento econômico global tende a ser polarizador ao invés de equalizador, conformando, em nossas palavras, centro imperialista e periferias capitalistas dependentes. Explicar o desenvolvimento desigual entre nações está, de fato, no núcleo das teorias marxistas sobre a dependência, por isso elas partem da noção de troca desigual, que é o vetor adequado, como iremos defender neste artigo, pelo qual as teorias da dependência podem convergir com as teorias do imperialismo. Em outras palavras, a dependência e o imperialismo são frutos de um mesmo processo histórico, através do qual o primeiro ato envolve trocas desiguais através do comércio exterior, portando as condições necessárias para a gênese da relação de subordinação econômica das periferias dependentes ao centro imperialista.

O objetivo deste artigo é oferecer uma interpretação sobre a gênese do imperialismo (e da dependência) a partir da teoria do valor de Marx. Partindo desse referencial, a formulação teórica deve, necessariamente, vincular-se com a reconstituição do processo histórico, mesmo sem todas as complexas nuances concretas que, afinal, compõem o próprio objeto. Para isso, precisaremos mostrar que, com a constituição da grande indústria, no período histórico conhecido como a primeira Revolução Industrial, que se estende do último quarto do século XVIII à primeira metade do século XIX, o modo capitalista de produção (e apropriação) rompe radicalmente com formas pretéritas, torna-se *sui generis*, passa a reproduzir-se em escala mundial, gerando, assim, o par categorial imperialismo/dependência.

Ao lançar luz nas transformações reais e concretas oriundas da Revolução Industrial a partir da teoria do valor, nosso trabalho pretende contribuir com o entendi-

mento de uma *forma de imperialismo* muitas vezes negligenciada (o comércio exterior, característica inclusive do imperialismo contemporâneo do século XXI) e de uma *fase do imperialismo* igualmente negligenciada: o imperialismo do século XIX.

Nosso argumento está organizado em mais três seções. Na próxima, indicamos como a lei do valor opera uma transferência internacional de valor entre capitais em concorrência no mercado mundial. Na seguinte, mostramos como a transformação qualitativa no modo capitalista de produção gerada pela grande indústria se expressa na constituição do mercado mundial capitalista. Por fim, discutimos como esse mercado mundial existe necessariamente sob a forma de imperialismo.

Lei do valor e mercado mundial

Parece-nos que é requisito de uma teoria marxista do imperialismo e/ou da dependência um tratamento rigoroso do funcionamento do valor-capital em escala mundial. As distintas formas de inserção de cada economia/região, influenciando a dinâmica da acumulação mundial ou tendo que responder dialeticamente a essa mesma dinâmica, definem o caráter imperialista ou dependente das diversas economias. Os distintos níveis de desenvolvimento capitalista de determinadas economias são consequência da forma desigual e combinada com que as leis gerais do modo de produção capitalista se apresentam em determinado momento histórico.

Analisar concretamente as situações de imperialismo/dependência, além das historicidades específicas dentro do capitalismo, requer entender que o valor-capital, de um ponto de vista mais concreto, se manifesta, de forma desigual e combinada, no âmbito da acumulação mundial de capital. Um rigoroso entendimento da teoria do valor (capitalismo) é, portanto, obrigatório para isso.

Se a teoria do valor é, também, uma teoria sobre o modo de produção capitalista, então esta última depende dos “resultados” a que se chega com a primeira. Isso é importante porque a categoria *mercado mundial*, em Marx, é também a forma mais concreta de expressão das leis gerais do modo de produção capitalista. E estas últimas decorrem da teoria (lei) do valor. Portanto, um entendimento correto desta última está pressuposto na correta avaliação do significado da categoria *mercado mundial* para Marx.

Ainda que a teoria do valor, em Marx, não se restrinja à determinação da magnitude dos valores (relativos) das mercadorias, e nem seja essa a parte mais importante, a determinação da magnitude dos valores é parte constituinte da teoria do valor desse autor. Desafortunadamente, mesmo esse aspecto é pouco entendido. Alguns creem que a magnitude do valor de uma mercadoria se restringe ao seu mais alto nível de

abstração, no Capítulo 1 do Livro I de *O Capital*: o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Outros afirmarão que o Capítulo 9 do Livro III da mesma obra é crucial, pois demonstra que as mercadorias não se vendem por seus valores, mas por seus preços (de produção). Há ainda aqueles que percebem que as mercadorias não são nem vendidas pelos preços de produção, mas pelos preços de mercado. Estes últimos são o nível de determinação mais concreto daquilo que, no Capítulo 1 do Livro I, estava em sua determinação mais abstrata.

A teoria do valor em Marx significa uma teoria da realidade social e histórica em que o valor devém dinheiro, que devém capital. Todas as leis do capitalismo dependem de as mercadorias serem compradas e vendidas pelos seus valores. A teoria do valor em Marx é o entendimento, em todos os seus níveis de abstração, da lei do valor, determinação mais abstrata do que é a sociabilidade capitalista, seu objeto em sua *crítica da economia política*. Por isso é que, quando chegamos à segunda seção do Livro III, no Capítulo 8, nos deparamos com uma contradição. De acordo com a teoria do valor até ali desenvolvida, assumindo que a lei do valor implica a troca de equivalentes e que, nos vários setores da economia, existem diferenças nas rotações do capital e nas suas composições orgânicas, reinariam taxas de lucro diferenciadas. Por outro lado, o da evidência real e concreta, existe um processo de tendência à igualação das taxas de lucro, processo esse mediado pela concorrência² entre os distintos capitais. A teoria nos garante que as taxas de lucro têm que ser diferentes, dada a disparidade de composição e rotação do capital. A realidade concreta nos garante que não. A primeira chega a essa conclusão baseada na troca de equivalentes. A segunda sinaliza que as mercadorias não são e nem podem ser vendidas pelos seus valores. Há uma contradição flagrante entre os Livros I e II (mercadorias são vendidas pelos seus valores) e o Livro III (mercadorias não são e nem podem ser vendidas pelos seus valores). O que fazer?

Em primeiro lugar, deve-se deixar claro que não se trata de uma contradição do pensamento de Marx, mas de uma contradição própria da realidade concreta capitalista percebida por Marx. Se é assim, e o objetivo do autor é entender seu objeto como ele é, com todas suas legalidades, tendências e contradições, a obrigação da teoria é não esconder, mistificar, desconsiderar, abstrair (no puro pensamento) essa contradição, como se ela não existisse. Esse procedimento metodológico implicaria em desconsiderar a realidade para preservar a teoria quando esta não consegue explicar aquela.

2 A temática do sentido real da concorrência em Marx tem sido rigorosamente discutida nos últimos tempos, escapando da visão economicista que relaciona a concorrência no capitalismo unicamente com a dimensão do número de produtores (ofertantes) e consumidores (demandantes) para caracterizar estruturas de mercado específicas. Para uma visão sobre o assunto ver Shaikh (2016).

Em segundo lugar, é imprescindível alertar que esse não é o primeiro momento da exposição de Marx em que ele se depara com essa contradição. O autor já tinha tratado do assunto, em um maior nível de abstração, no Capítulo 1 do Livro I, quando constatou que a magnitude do valor de uma mercadoria era dada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria. Naquele momento, embora não o tenha ali explicitado, ele já tinha nos apresentado o verdadeiro significado da lei do valor (troca de equivalentes): as mercadorias não são vendidas pelos seus valores, e nem poderiam sê-lo, ainda que o sejam!

Naquele nível de abstração, Marx percebe que o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria determina o seu valor. Mas isso de acordo com as condições sociais médias de produtividade e intensidade do trabalho. Assim, se uma determinada economia necessita de duas unidades da mercadoria hipotética A, e um determinado capital I leva 4 horas para produzir uma unidade, sendo que outro capital II leva 6 horas para produzir outra unidade, tem-se que a economia tem um custo (social) de 10 horas para produzir duas unidades. O valor da mercadoria A, seu tempo de trabalho socialmente necessário, é igual a 5 horas, cada. Perceba-se que nenhum dos dois capitais (I ou II) tem um valor individual que corresponda a esse valor médio. Portanto, do ponto de vista dos capitais particulares, as mercadorias não foram vendidas por seus valores individuais (4 horas e 6 horas), mas do ponto de vista da totalidade, as duas mercadorias A foram vendidas por seus valores (10 horas no total).

Ali já estava o verdadeiro significado da lei do valor, só que ainda em um nível de abstração elevado. O segundo nível de abstração corresponde à famosa Seção II do Livro III, que trata da formação dos preços de produção. Naquele momento, Marx percebe que capitais de igual montante e apenas com distintas composições orgânicas, se vendessem as mercadorias por seus valores, obteriam taxas diferenciadas de lucro, o que faria com que fosse negada a própria tendência da concorrência entre capitais de distintos setores de procurarem maiores taxas de lucro, o que terminaria por, como tendência, formar uma taxa média de lucro³.

A taxa média de lucro, aplicada ao capital adiantado, define o lucro médio, que, somado ao preço de custo, forma o preço de produção, o qual garante que capitais

3 Essa forma de entender a tendência à formação da taxa média de lucro pela entrada e saída de capitais dos distintos setores fez com que vários intérpretes considerassem que Marx pensava o processo como a economia política clássica, isto é, a partir do pressuposto da concorrência perfeita e da taxa de lucro média como uma taxa de equilíbrio para onde convergiam todos os capitais. Isso é completamente estranho a Marx. Só para citar um exemplo, para que atue a tendência à igualação das taxas de lucro, bastaria que os capitais já operantes em um setor com taxa de lucro superior à média elevassem suas produções ao mesmo tempo em que aqueles em setores com taxas de lucro inferior à média reduzissem suas produções, para que a tendência se efetivasse, prescindindo da hipótese de livre entrada e saída de capitais.

de igual montante se apropriem do mesmo lucro médio, independentemente de quanta mais-valia produziram no processo produtivo⁴. Dessa forma, exceto em setores de composição orgânica do capital igual à média, os preços de produção necessariamente são distintos dos valores. Esse preço de produção não é o preço final de venda (de mercado). O fato é que, exatamente por isso, a categoria preço de produção é extremamente importante, mas também entendida de forma equivocada. Trata-se do preço que os capitais, ao saírem do processo produtivo, desejariam obter para se apropriar da taxa média de lucro. Se esse preço de produção vai ou não corresponder ao preço final de venda, apenas a concorrência em seu nível de abstração mais concreto (a confrontação do volume produzido com a necessidade social daquela mercadoria específica) poderá confirmar.

O preço de produção (a taxa média de lucro) é uma espécie de mecanismo de distribuição *a priori* (antes do mercado) do total do mais-valor produzido. Mas, na totalidade, o valor produzido é igual àquele que foi apropriado, na forma de preço de produção⁵. Comprova-se com isso que as mercadorias não são e nem podem ser vendidas pelos seus valores (do ponto de vista da particularidade dos capitais), mas pelos seus preços de produção. Entretanto, para o capital total, os preços de produção (magnitude de valor apropriada) equivalem aos valores (magnitude de valor produzida). Logo, nesse segundo nível de abstração, assim como no primeiro, as mercadorias não são, nem podem ser vendidas pelos seus valores, ainda que o sejam!

No terceiro, e último, nível de abstração, Marx constata que os preços de mercado só corresponderiam aos preços de produção por uma casualidade. Se a oferta é maior do que a demanda, os preços de mercado são inferiores aos preços de produção, e vice-versa, o que nos leva à conclusão de que as mercadorias, de fato, não são vendi-

4 Além do mais, como os capitais representantes dos distintos setores são também uma média (o preço de produção de mercado), que podem inclusive nem existir na particularidade concreta de um determinado capital, os mais variados capitais nesse setor (com distintos preços de custo, de produção etc.) apresentarão taxas distintas de lucro. A formação da taxa média de lucro não significa que todos os capitais ganharão a mesma taxa média de lucro (de equilíbrio). Ao contrário, ela pressupõe a disparidade de taxas efetivas de lucro.

5 A formação dos preços de produção levou a uma infundável discussão sobre o famigerado problema da transformação dos valores em preços de produção, com distintas posições dentro e fora do marxismo, com base na ou rechaçando a teoria do valor de Marx, ou ainda confrontando distintas interpretações desta última. Como foge ao escopo deste trabalho, nos limitamos a enunciar nossa posição. Trata-se de um falso problema! Valores e preços de produção não são coisas (entes) distintos, que necessitam ser transformados (seus sistemas) uns nos outros. *Transformação* em Marx significa a mudança de forma de uma mesma coisa. Valor e preço de produção são a mesma capacidade da mercadoria de ser trocada por outras, só que em instâncias (níveis de abstração) distintas. Por isso, em primeiro lugar, não parece fazer sentido transformar (no sentido corriqueiro) uma coisa nela mesma! Em segundo lugar, ainda que assim se proceda, não seria natural esperar que uma mesma coisa, em instâncias distintas, apresente cardinalidades distintas?

das pelos seus valores (intermediados pelos preços de produção). Observando mais de perto, quando os preços de mercado são inferiores aos preços de produção, a taxa efetiva de lucro é inferior à taxa média. Capitais instalados nesses setores tendem a reduzir seus volumes de produção, ou simplesmente abandonar essas esferas de produção. Por uma razão e/ou por outra, a quantidade de produção nesse mercado tende a cair, fazendo com que o preço de mercado suba em direção ao preço de produção. O mesmo processo ocorre, com sentido inverso, quando os preços de mercado são superiores aos preços de produção. Logo, a aparente flutuação indeterminada dos preços de mercado, na verdade, tem uma determinação, o valor da mercadoria, intermediado pelo preço de produção.

Ao contrário da economia política, clássica e vulgar, não se trata de um preço de produção que funciona como uma referência de equilíbrio que atrai os eventuais/conjunturais desacertos entre oferta e demanda. Trata-se de uma lei de tendência. Na realidade, os capitais reavaliam suas decisões de produção com base no ocorrido no período anterior, sinalizado pelo mercado, mas enfrentarão (no futuro!) condições de demanda completamente distintas, que são alteradas inclusive pelas modificações da totalidade de alterações nas decisões de produção.

Assim, a lei (teoria) do valor em Marx não significa que os preços de mercado irão corresponder quantitativamente aos valores das mercadorias, e nem poderia ser assim. A troca de equivalentes (lei do valor), de acordo com a teoria de Marx (2017), significa que o valor é o centro por onde flutuam os preços, explicando/determinando, portanto, essa flutuação.

Entendida de maneira correta (dialeticamente) a teoria do valor em Marx, deve-se retomar o fato de que todas as leis de tendência do modo de produção capitalista decorrem dela. Como essas leis de tendência se manifestam de forma distinta dependendo da conjuntura, do momento histórico e/ou do grau de desenvolvimento capitalista em determinada região, tem-se que a categoria *mercado mundial* em Marx, em um plano mais concreto, é crucial para entender o seu objeto de estudo, as categorias capitalistas como elas são na realidade concreta.

Alguns podem entender *mercado mundial* simplesmente como um mercado em escala global. Mas essa categoria em Marx significa muito mais. Quando esse autor se refere a mercado, não está tratando de um espaço específico onde os indivíduos, eventualmente, comprem e vendem produtos. Mercado (ou circulação de mercadorias) para ele é a totalidade das trocas em uma economia mercantil-capitalista. Nessa sociedade, os indivíduos não têm a liberdade de ir, ou não, conforme seus caprichos, ao mercado (mundial) para, eventualmente, comprar ou vender produtos. Na sociedade capitalista, os seres humanos são obrigados, para existirem

nessa sociedade, a comprar e vender produtos. Com o desenvolvimento da divisão do trabalho, esses indivíduos produzem apenas parte do que necessitam para viver. São obrigados, portanto, a obter as outras mercadorias na circulação, oferecendo para isso os seus produtos em troca. Isso significa que: (i) o trabalho privado, no capitalismo, só é reconhecido, ou não, como parte do trabalho social se o seu produto for reconhecido/validado na troca; (ii) os indivíduos se relacionam uns com os outros por intermédio da compra/venda de suas mercadorias, e não diretamente como seres sociais. Trata-se de uma sociabilidade obrigatoriamente mercantil. Portanto, quando Marx se refere ao *mercado mundial*, ele está se referindo a essa sociedade onde os seres humanos se relacionam socialmente de forma mediada/estranhada ao capitalismo. Em Marx, *mercado mundial* representa *capitalismo mundial*, as leis gerais de tendência que constituem o capitalismo em escala mundial, desenvolvidas de forma desigual.

E como a lei do valor implica, necessariamente, que capitais particulares não irão se apropriar exatamente da magnitude de valor que produziram, temos uma dialética entre a produção de valor e sua apropriação na interação entre capitais, que é justamente o que a categoria transferência de valor procura captar⁶. A diferença entre a produtividade de distintos capitais na concorrência dentro do setor (valor individual vs. valor de mercado) e entre setores (preço de produção individual vs. preço de produção mercado) é que determina essa diferença entre a produção e a apropriação do valor. Assim, é sob o acicate da concorrência que a lei do valor, bem entendida, se impõe. E, no *mercado mundial*, de forma desigual. Nos *Grundrisse*, isto é, em 1857-1858, Marx já tinha isso claro:

Tendo em vista que o lucro pode ser inferior ao mais-valor, ou seja, que o capital [pode] trocar-se lucrativamente sem se valorizar no sentido estrito, segue-se que não só os capitalistas individuais, mas também as nações podem trocar continuamente entre si, e repetir continuamente a troca em escala sempre crescente, sem que por isso precisem ganhar de modo uniforme. Uma pode apropriar-se continuamente de uma parte do trabalho excedente da outra, pela qual nada dá em troca, só que nesse caso a medida não é como na troca entre capitalista e trabalhador. (MARX, 2011, p. 747).

Rosdolsky (2001) percebe a importância desse trecho dos *Grundrisse* para o entendimento da relação de dependência – ainda que ele mesmo não use o termo – de

6 Esta categoria passou a ser reivindicada com o sentido que lhe estamos atribuindo apenas depois da morte de Marx. Em sua obra, Marx utiliza especialmente a dialética produção-apropriação quando se refere à relação de exploração da força de trabalho. Para sua utilização do ponto de vista da concorrência no mercado mundial, ver, por exemplo, Grossmann (1979). Ela será, posteriormente, central, por exemplo, para a teoria marxista da dependência.

nações formalmente independentes frente àquelas em que as legalidades capitalistas estão em maior grau de desenvolvimento. Esse autor ainda deixa claro que se trata de “[...] uma exploração que não necessita servir-se de nenhuma pressão política e, mais ainda, que sequer é intencional; estabelece-se simplesmente por causa das leis econômicas do capitalismo... Que leis são essas? Em primeiro lugar, a lei do valor” (ROSDOLSKY, 2001, p. 258)⁷. É, portanto, no mercado mundial que a lei do valor, enquanto dialética entre a produção e apropriação de valor, se expressa por intermédio da concorrência (mundial) entre os distintos capitais. Da citação dos *Grundrisse*, percebe-se que Marx tinha clara já nessa época a noção de transferência de valor – ainda que não usasse o termo nesse sentido –, sem confundir a exploração capital-trabalho com uma pretensa exploração nação-nação.

Mas a relação entre o mercado mundial (intercâmbio internacional) e o desenvolvimento desigual é ainda anterior. Em *A Ideologia Alemã*, de 1845-1846, Marx e Engels já sustentavam que:

De acordo com nossa concepção, portanto, todas as colisões na história têm sua origem na contradição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio. Aliás, não é necessário que essa contradição, para gerar colisões num país, tenha de chegar ao seu extremo nesse mesmo país. A concorrência com países industrialmente mais desenvolvidos, provocada pela expansão do intercâmbio internacional, é o bastante para engendrar uma contradição similar também nos países com indústria menos desenvolvida (por exemplo, o proletariado latente na Alemanha, revelado devido à concorrência da indústria inglesa). (MARX; ENGELS, 2007a, p. 61-62).

Sobre este trecho, Mészáros (2011, p. 332) afirma: “[...] a questão do desenvolvimento desigual [...]” apareceu em *A Ideologia Alemã* “[...] com referência à possibilidade de mudanças sociais dramáticas acontecerem em um país capitalisticamente *subdesenvolvido*, como resultado das contradições do desenvolvimento desigual em um sistema cada vez mais intimamente interconectado de maneira global”. Para Mészáros (2011, p. 333), “[...] isso acontece porque os países menos desenvolvidos são inevitavelmente impulsionados pelo comércio mundial à luta universal da concorrência”.

Em 1848, Marx novamente explicita o processo de transferência de valor inerente ao comércio internacional quando, em seu *Discurso sobre o Problema do Livre Comércio*, afirma que “[...] todos os fenômenos destruidores suscitados pela livre concorrência no interior de um país reproduzem-se, em proporções mais gigantescas,

⁷ Em sua forte crítica à teoria de Rosa Luxemburgo sobre a necessidade de mercados externos ao capitalismo, Grossmann (1979) percebe muito bem que o desenvolvimento da lei do valor, pressupondo e pondo o mercado mundial, implica transferência de valor de capitais em economias dependentes para capitais em economias centrais, em que pese toda a relação equivocada que ele faz desse processo com a *derrocada do capitalismo*.

no mercado mundial”. Portanto,

[...] não podemos nos espantar se os livre-cambistas são incapazes de compreender como um país pode enriquecer à custa de outro, pois estes mesmos senhores tampouco querem compreender como, no interior de um país, uma classe pode se enriquecer às expensas de outra. (MARX, 1985, p. 196).

Em síntese, o *mercado mundial* em Marx constitui uma categoria fundamental, significando a necessária expansão do valor-capital em escala mundial, com a dialética da lei do valor e sua contradição entre produção e apropriação contendo o que mais tarde chamou-se de transferência do valor. Não é que não existissem mercados em escala mundial antes do capitalismo, mas é que a lógica do capital industrial uma vez posta historicamente modificou o conteúdo desse mercado mundial, transformando-o em uma sociabilidade (mundial) capitalista. Aqueles mercados em escala mundial antes do capitalismo podem ser entendidos, como veremos, em uma forma antediluviana do mercado mundial enquanto uma categoria capitalista.

Grande indústria e mercado mundial

A historicização do mercado mundial, brevemente indicada na seção anterior, necessita ser teoricamente explicada para que nossa proposição de que o mercado mundial capitalista assume a forma de imperialismo faça sentido. Essa proposição pressupõe outra formulação: que esse mercado mundial capitalista é posto pela grande indústria, o que significa que sua gênese histórica é o período da Revolução Industrial, na transição entre os séculos XVIII e XIX. Nesse sentido, antes de analisarmos a relação entre mercado mundial e imperialismo (tema da próxima seção), necessitamos, agora, caracterizar os traços gerais da relação entre grande indústria e mercado mundial⁸.

Marx historiciza o mercado mundial, em vários momentos de sua obra, em duas fases. Na primeira, que começa com as Grandes Navegações do final do século XV e termina com a Revolução Industrial, o mercado mundial está em formação, em desenvolvimento, e seu conteúdo não é posto pelo capital. Por outro lado, é bem verdade que essa fase inicial do mercado mundial foi impulsionada por comerciantes, mercadores etc., encarnações de formas embrionárias de capital comercial⁹ – de uma

8 Trabalhos recentes sobre mercado mundial em Marx, como Pradella (2015), Franklin (2017) e Miranda (2018) não abordam essa questão ou, quando abordam, o fazem de forma muito superficial.

9 É bem conhecida a formulação de Caio Prado Júnior (1961) segundo a qual as “descobertas” da América configuram capítulo da história comercial europeia, dentro da qual o “sentido da colonização” tropical foi a constituição de uma “vasta empresa comercial”, cujo resultado foi a organização de uma economia e de uma sociedade “voltada para fora”, atendendo aos objetivos do comércio europeu.

forma de capital destituída de conteúdo capitalista, designada por Marx (2013) como forma antediluviana de capital. Na medida em que a primeira fase do mercado mundial foi gerada por essas formas antediluvianas de capital, vamos caracterizá-la aqui como a *forma antediluviana do mercado mundial*.

A segunda fase do mercado mundial, de constituição do mercado mundial com conteúdo capitalista, do mercado mundial propriamente dito, ocorre com a radical transformação na base técnica do modo capitalista de produção instaurada pela grande indústria. Pradella (2013, p. 121) indica que Marx distingue as duas fases do mercado mundial nos Cadernos de 1846-47 sobre Gustav von Gülich, separando, nas palavras da autora, um “mercado mundial pré-industrial” do “mercado mundial criado com base na grande indústria”. Segundo a autora, esses estudos formaram a base dos trabalhos de Marx nesse período, d’*A Ideologia Alemã* (1845-46) ao *Manifesto comunista* (1848), em que o tema do mercado mundial e o do imperialismo estão presentes.

Note-se, por exemplo, que Marx e Engels (2007a, p. 60) tratam a relação entre grande indústria e mercado mundial n’*A Ideologia Alemã* como de causa e consequência: a grande indústria funciona como causa, como motor do processo de “criação” do “moderno mercado mundial”, que significa, ao mesmo tempo, criação, “pela primeira vez”, da “história mundial”. Subentende-se que o mercado mundial, antes do modo capitalista de produção plenamente desenvolvido, tem outro conteúdo, ainda não capitalista.

Marx e Engels (2007b, p. 41), no *Manifesto Comunista*, de 1848, não hesitam em afirmar que “[...] a grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América”. O mercado mundial propriamente dito (criado pela grande indústria, que imprime “[...] um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países [...]” e que “[...] roubou da indústria sua base nacional” [MARX; ENGELS, 2007b, p. 43]) emerge a partir das condições pré-existentes postas pelo que chamamos de forma antediluviana do mercado mundial, que gesta as condições para sua transformação qualitativa posterior¹⁰.

O desenvolvimento da sociedade burguesa, objeto da primeira parte do *Manifesto*, caminha *pari passu* com o desenvolvimento do mercado mundial. Embora esse argumento já se encontre em 1848, ele será destacado novamente por Marx em 1858, quando, em carta para Engels, parcialmente citada por Pradella (2015, p. 131), explicita a criação do mercado mundial como a “verdadeira tarefa” da burguesia:

10 A América Latina, por exemplo, nos séculos XVI, XVII e XVIII, contribui decisivamente para o desenvolvimento do capital comercial europeu (tanto do capital de comércio de mercadorias quanto do capital de comércio de dinheiro) (MARINI, 2005). Ademais, igualmente decisivo para o desenvolvimento do capital industrial europeu, em especial o inglês, foi o mecanismo do exclusivo metropolitano, estabelecido graças ao monopólio comercial, como enfatiza Novais (1989).

Não há como negar que a sociedade burguesa experimentou pela segunda vez seu século XVI, um século XVI o qual, eu espero, soar como sua trombeta de morte assim como o primeiro a conduziu ao mundo. A verdadeira tarefa da sociedade burguesa é a criação do mercado mundial, ao menos em esboço, e da produção baseada neste mercado. Como o mundo é redondo, a colonização da Califórnia e da Austrália e a abertura da China e do Japão parecem ter completado esse processo. (MARX, 2010, p. 346-347, tradução nossa, grifos nossos).

Nessa carta, Marx reafirma, com todas as letras, a historicidade proposta anteriormente. O segundo século XVI da sociedade burguesa é o século XIX (ou, mais precisamente, a primeira metade do século XIX, pois a abertura dos portos japoneses ocorreu em 1854¹¹).

Ademais, se evidencia que a produção baseada na troca, isto é, produção de mercadorias enquanto cristais de trabalho humano abstrato, depende da criação do mercado mundial. No Livro III de *O Capital*, falando sobre o desenvolvimento do modo capitalista de produção, Marx (2017, p. 380) destaca o caráter impessoal (e global) da troca: “[...] em vez de produzir para o mercador individual ou para determinados clientes, agora o tecelão de pano produz para o mundo do comércio”. Portanto, produção capitalista é produção para o mercado mundial: o mercado mundial, como já afirmamos neste artigo, é o capitalismo (em escala mundial). Disso se infere que a expansão longitudinal do capitalismo equivale à expansão das fronteiras do mercado mundial, que passa a abarcar crescentemente todo o globo terrestre: “Uma produção em massa, cada vez mais ampla, inunda o mercado existente e, assim, promove constantemente a expansão desse mercado, a derrubada de suas barreiras” (MARX, 2017, p. 381). Na mesma carta citada anteriormente, de 1858, Marx pontua que, na Europa, uma “revolução é iminente”, de “caráter socialista”, mas tem dúvidas de sua efetividade, tendo em vista o “*movimento ascendente*” da sociedade burguesa sobre as demais partes da Terra (MARX, 2010, p. 346-347, grifos do autor), revelando a dinamicidade do mercado mundial: a expansão de suas fronteiras significa a expansão das relações sociais e de produção tipicamente capitalistas.

Uma vez que a expansão longitudinal de um tipo de forma social (a sociedade burguesa) se choca com outras formas sociais, precisamos compreender por qual motivo a sociedade burguesa, usando uma expressão famosa do *Manifesto*, “[...] cria um mundo à sua imagem e semelhança” (MARX; ENGELS, 2007B, p. 44), isto é, por

11 Devemos registrar que o método capitalista para forçar a abertura da China e do Japão foi a força das armas. Segundo Hobsbawm (2017a, p. 230), o “[...] comodoro Perry, dos Estados Unidos, [...] forçou os japoneses à abertura de alguns portos em 1853-54 com o método usual das ameaças navais. Os ingleses, e mais tarde, em 1862, as forças unidas ocidentais, bombardearam o Japão com a frivolidade e a impunidade habituais”. A China, por sua vez, foi aberta na Guerra do Ópio, entre 1839 e 1842 (HOBSBAWM, 2017b).

qual motivo ela sai vitoriosa do confronto com outras formas de sociabilidade. Mesmo que o confronto inicial se resolva com a força das armas, como, por exemplo, nas aberturas chinesa e japonesa, o capital recorre a outro tipo de artilharia para manter e desenvolver a dominação prestes a ser instaurada. Já no panfleto de 1848, Marx e Engels oferecem uma explicação inicial que será desenvolvida nos *Grundrisse*, nos *Manuscritos de 1861-1863* e em *O Capital*. Em todos os momentos, a chave para compreender a expansão capitalista (e o desenvolvimento da dominação do capital) é a mesma: a produtividade. Recuperando a famosa passagem do *Manifesto*, os autores dizem que “[...] os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China” e “obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção” (MARX; ENGELS, 2007b, p. 44, grifos nossos).

A expansão geográfica do mercado mundial, por sua vez, significa a extensão das distâncias percorridas pelo capital em seu ciclo. A revolução na produtividade que incide de início sobre as atividades fabris, têxteis em primeiro lugar, se transborda para atividades ligadas à circulação, como a navegação a vapor, a partir dos anos 1820, e as ferrovias, a partir da década seguinte. Isso significa aumento na velocidade de circulação das mercadorias, necessário para compensar as maiores distâncias percorridas no ciclo do capital com a dilatação do mercado mundial¹². A revolução nos transportes (com obras de infraestrutura para navegação, como, por exemplo, o Canal de Suez) e comunicações (com linhas telegráficas) abreviou “o tempo de rotação do comércio mundial”, incidindo positivamente sobre as taxas anuais de lucro (MARX, 2017, p. 98), o que pode ter levado Engels, em nota de rodapé ao texto de Marx, a afirmar que “[...] a expansão colossal dos meios de transporte – navios a vapor transatlânticos, ferrovias, telégrafos elétricos, canal de Suez – criou, pela primeira vez, de fato, o mercado mundial” (MARX, 2017, p. 546, grifos nossos).

Nos *Grundrisse*, em passagens parcialmente citadas por Harvey (2005, p. 50-51), Marx (2011, p. 444) argumenta que “[...] a própria distância espacial resolve-se em tempo; não depende, p.ex., da distância espacial do mercado, mas da velocidade – o quantum de tempo em que se chega ao mercado”. Isto é, para que a expansão das fronteiras do mercado mundial não reduza as taxas anuais de mais-valor, a resposta capitalista é incrementar a produtividade: o tempo de circulação, como corretamente enfatizado por Harvey, responde ao imperativo da acumulação.

12 Harvey (2005) indica que a dilatação do mercado mundial implicaria aumento do tempo de rotação caso a produtividade nos setores ligados à circulação permanecesse a mesma de antes. Ademais, se ocorresse de fato esse aumento no tempo de rotação do capital, o capital faria menos rotações por unidade de tempo, o que significaria produção menor de mais-valor, que levaria à diminuição na taxa anual de mais-valor (MARX, 2014) e na taxa anual de lucro (MARX, 2017).

Nos termos de Marx (2011, p. 445, grifos nossos) nos *Grundrisse*, o capital “[...] tem de se empenhar para derrubar toda barreira local do intercâmbio, i.e., da troca, para conquistar toda a Terra como seu mercado”. A superação de “toda barreira local do intercâmbio” equivale à superação de toda forma social não-capitalista, que se transforma, assim, em forma capitalista à medida que se integra ao mercado mundial. Ademais, a destruição do “espaço por meio do tempo” significa necessariamente o radical incremento de produtividade nos setores ligados à circulação, como sugerimos anteriormente, que, por sua vez, depende da revolução no valor nos setores propriamente produtivos. Um raciocínio parecido com esse é desenvolvido nas *Teorias da Mais-Valia*, obra escrita entre 1861 e 1863, em que Marx articula a expansão do mercado mundial com uma noção primitiva de relação centro-periferia, dizendo que “[...] o mercado se amplia no espaço, e um raio cada vez mais longo delimita a periferia em relação ao centro da esfera de produção da mercadoria” (MARX, 1980, p. 1335).

Contudo, ainda não está explícito que o que difere essencialmente o centro da periferia são os níveis diferentes de produtividade. Apenas em *O Capital* tal raciocínio encontra suporte efetivo, que começa a se desenhar, entretanto, nos *Manuscritos de 1861-1863* e especialmente no texto escrito entre 1863-4, que se tornou conhecido como *Capítulo VI Inédito de O Capital*. Ao desenvolver a distinção entre os processos formais e reais de subsunção do trabalho ao capital, Marx (2004, p. 92) indica expressamente que a produção do mais-valor relativo é a “expressão material [...] da subsunção real do trabalho ao capital”, com a qual “[...] efetua-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e trabalhador” (MARX, 2004, p. 104-105). O modo de produção capitalista “[...] agora se estrutura como um modo de produção *sui generis*”, especificamente capitalista, o que equivale a dizer que a subsunção real serve de “[...] base para o desenvolvimento da relação capitalista” (MARX, 2004, p. 105). Nesse sentido, já é possível antever que a subsunção real dota o capital das forças necessárias para a constituição do mundo “à sua imagem e semelhança”. Embora não nesses termos, nos parece que é isso que Marx aponta quando afirma que, com a subsunção real do trabalho ao capital, “[...] a produção capitalista tende a conquistar todos os ramos industriais de que até o momento ainda não se apoderou e nos quais ainda (existe) a subsunção formal” (MARX, 2004, p. 105).

Esse argumento presente no *Capítulo VI Inédito* foi aprofundado em *O Capital* nos três capítulos com os quais Marx explica o desenvolvimento dos métodos de produção do mais-valor relativo: cooperação, manufatura e grande indústria. O argumento do autor revela que os métodos pioneiros (cooperação e manufatura) não deixam de existir com o advento da maquinaria e da grande indústria, mas con-

stituem as bases para a produção capitalista mais desenvolvida, isto é, centrada na grande indústria. Marx (2013, p. 411, grifos nossos) foi explícito ao apontar que a manufatura foi a “*forma característica* do processo de produção capitalista” entre o século XVI e o último terço do século XVIII, sendo, a partir de então, substituída pela produção em grande indústria.

Ocorre, assim, uma revolução na produtividade e, em função disso, esse novo método de produção se generaliza gradativamente à medida que os novos capitalistas industriais passam a ocupar os espaços do mercado anteriormente ocupados pelos fabricantes que utilizavam métodos primitivos de produção¹³. Como a revolução na produtividade significa, tautologicamente, revolução na capacidade de produzir e fazer circular as mercadorias, isso só foi possível graças à revolução no próprio mercado mundial, que muda de qualidade a partir de várias e sucessivas mudanças quantitativas¹⁴. A diferença crucial que representa essa mudança de qualidade é que, antes, a produção capitalista não se distinguia radicalmente (do ponto de vista técnico) de formas de produção artesanais espalhadas ao redor do mundo, de modo que havia barreiras quase intransponíveis ao espraio da relação capitalista. Por outro lado, com a grande indústria (a partir de condições postas pela manufatura¹⁵), a forma de produção capitalista é radicalmente distinta de qualquer outra, e, por conseguinte, instaura-se progressivamente uma divisão do trabalho na sociedade (mundial) organizada pelo desnível estrutural de produtividade¹⁶.

No Capítulo “Maquinaria e grande indústria”, de *O Capital*, Marx (2013) deixa claro que a existência de uma divisão internacional do trabalho (a qual pressupõe a existência de nações formalmente independentes, como desenvolveremos na próxima seção) decorre da produção mecanizada em grande escala, de altíssima produtividade comparada com formas contemporâneas de produção, ou seja, da subsunção real do

13 Analisando dados da produção de tecidos entre 1788 e 1803, Rubin (2014, p. 279) relata o impacto da introdução da máquina de fiar na Inglaterra: “[...] o tecido de algodão começou a sobrepujar as lãs mais caras; graças ao seu preço barato, eles conseguiram penetrar na remota área rural e nos mercados estrangeiros”.

14 “A Inglaterra estava em vias de se transformar na ‘fábrica do mundo’, fornecendo bens fabricados para o resto do planeta. Seu comércio exterior crescia rapidamente. Entre 1760 e 1815, as importações para a Inglaterra passaram de 10 para 30 milhões de libras, ao passo que suas exportações aumentaram de 15 para 59 milhões de libras. O comércio exportador, que anteriormente subordinava a indústria de exportação, tornava-se agora o subsidiário de uma indústria poderosamente desenvolvida” (RUBIN, 2014, p. 279).

15 “Tão logo a manufatura se fortalece de alguma maneira – e, mais ainda, a grande indústria –, ela cria um mercado para si mesma, conquista-o por meio de suas mercadorias” (MARX, 2017, p. 380).

16 As máquinas “[...] supressam a atividade artesanal como princípio regulador da produção social. Por um lado, portanto, é removido o motivo técnico da anexação vitalícia do trabalhador a uma função parcial. Por outro, *caem as barreiras que o mesmo princípio ainda erguia contra o domínio do capital*” (MARX, 2013, p. 443, grifos nossos).

trabalho ao capital naqueles lugares a que o autor chamou de “centro” nos *Manuscritos de 1861-63*, que arruína o “produto artesanal” das periferias¹⁷.

Esse comentário de Marx reforça a tese segundo a qual

[...] a necessidade imanente que este possui [i.e., o modo de produção capitalista] de produzir em escala cada vez maior gera um impulso à constante expansão do mercado mundial, de modo que [...] não é o comércio que revoluciona a indústria, mas é ela que revoluciona constantemente o comércio. (MARX, 2017, p. 377).

O mercado mundial possui fronteiras fluidas que se deslocam de acordo com o ritmo da produção industrial, de forma que o “[...] capitalista industrial tem sempre diante de si o mercado mundial”; o produtor, quando se torna comerciante, isto é, quando produz para a troca, o que só ocorre no modo de produção especificamente capitalista, se torna dependente das “[...] condições de produção que têm origem no mercado mundial¹⁸” (MARX, 2017, p. 380). Em outras palavras, o capitalista industrial “[...] confronta e tem de confrontar constantemente seus próprios preços de custo com os preços de mercado, não só aqueles praticados em seu país, mas no mundo inteiro” (MARX, 2017, p. 381). Ou seja, desde a grande indústria, o valor-capital funciona, opera, em nível mundial, o que significa que os desdobramentos dialéticos da lei do valor (desenvolvidas na seção anterior) também são válidos nesse mesmo nível.

Marx retoma a tese do *Manifesto*, segundo a qual a “artilharia pesada” é evidentemente municiada pelos incrementos de produtividade, no Livro III de *O Capital*, quando comenta sobre os “ridículos” e “infames” experimentos econômicos britânicos na Índia: com o “poder político e econômico” dos ingleses, se “[...] se pode falar em um efeito revolucionador de seu comércio sobre o modo de produção [asiático], é apenas na medida em que, *por meio do baixo preço de suas mercadorias*, eles aniquilam as atividades de fiação e de tecelagem” e “desagregam essas comunidades” (MARX, 2017, p. 378, grifos nossos).¹⁹

17 Em estudo empírico sobre o comércio de têxteis entre Grã-Bretanha e Brasil na primeira metade do século XIX, Pereira (2021) mostra que o extraordinário volume de mercadorias que chegava aos portos brasileiros era causado mais pelo “hiato de produtividade” do que pelas tarifas preferenciais de 1810. “Demand increased substantially with cheaper textiles and Brazil imports of calicos increased from 12.8 million yards in 1815 to 153.8 million in 1860. In comparison, the estimated production of cotton fabrics (most of them coarse cloth) in Brazil was only 2.9 million yards in 1866” (PEREIRA, 2021, p. 328).

18 Nos *Manuscritos de 1864-65*, em trecho não incluído por Engels na edição do Livro III de *O Capital*, Marx (2015, p. 442) ainda enfatiza, entre parênteses, logo após mencionar o mercado mundial no final da oração citada: “ao invés de ser local ou nacional”.

19 Cf. Miranda (2018, p. 126-153) para um estudo rigoroso sobre o verdadeiro sentido das controversas teses de Marx sobre os efeitos do colonialismo britânico na Índia.

A produção artesanal em ruínas é imediatamente substituída pela produção para o mercado mundial, portanto, produção capitalista. Como o processo histórico é complexo e não-linear, podem se desenvolver relações capitalistas mesmo quando vigoram instituições pré-capitalistas, como a escravidão, por exemplo. Contudo, mesmo antes da disseminação histórica da relação de assalariamento, as regiões nas quais as unidades produtivas produziam mercadorias para o mercado mundial podem ser encaradas como *formalmente capitalistas* (MARX, 1980)²⁰. Em decorrência desse argumento, essas unidades produtivas eram capitais (na forma) e, como é de se esperar, operavam sob o jugo da lei do valor.

Interessante observar que as pressões inglesas para o fim do regime de escravidão na América ocorrem especialmente após a constituição da grande indústria. De fato, como explica Fernando Novais (1989, p. 109), o escravismo “[...] limita o crescimento da economia de mercado” e põe barreiras à rotação do capital industrial. Com a Revolução Industrial e o aumento da produtividade e da produção, há maior necessidade de consumo “da sociedade como um todo”, o que implica a necessidade da “generalização das relações mercantis”, inclusive no mercado de força de trabalho (NOVAIS, 1989, p. 112). Com o fim das formas de trabalho compulsório e a generalização do assalariamento, ocorre a disseminação da produção realmente (e não apenas formalmente) capitalista, com forma e conteúdo capitalista²¹.

Ora, a generalização do assalariamento e a dos processos formais de descolonização americana²² têm em comum serem ambas resultado, em um elevado nível de generalização, do desenvolvimento da grande indústria²³. O mesmo pode ser dito do mercado mundial capitalista, como tentamos mostrar nesta seção, cuja gênese como

20 Nas colônias onde vigoravam as *plantations* “[...] destinadas desde o início à especulação comercial e com a produção voltada para o mercado mundial, verifica-se produção capitalista, embora formalmente apenas, uma vez que a escravatura negra exclui o assalariado livre, portanto o fundamento da produção capitalista” (MARX, 1980, p. 729).

21 Registre-se que a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado é um longo processo histórico permeado por inúmeras formas intermediárias de trabalho. Ademais, como aponta Cardoso (1979, p. 365), apesar da abolição da escravidão e a imposição de reformas liberais serem responsáveis pela “desagregação de estruturas de tipo colonial” em proveito do avanço do capitalismo, elas “[...] não significaram, contudo, o triunfo de relações de produção capitalistas típicas”, isto é, como vigente nos países centrais.

22 Para nosso escopo, por “descolonização” estamos nos referindo ao processo de formação de uma soberania nacional do ponto de vista formal.

23 Não estamos, com isso, reduzindo a determinação de ambos os processos como se fossem única e exclusivamente causados pela grande indústria, por isso nosso aposto de que se trata de uma determinação em um elevado nível de generalidade. Os dois processos históricos – abolição da escravidão e declaração formal de independência – resultam, concretamente, da luta de classes. No primeiro caso, de uma luta de longa duração do povo negro contra as classes proprietárias (AZEVEDO, 1987), e, no segundo, observando o caso brasileiro, de uma disputa interna à classe dirigente, dos latifundiários brasileiros, que vendiam para o mercado mundial, contra a aristocracia imperial portuguesa (SALGADO, 2019).

uma categoria nova, qualitativamente distinta de sua forma antediluviana, depende da grande indústria. Precisamos ainda analisar outra implicação dessa questão: qual o desdobramento do fato de que o mercado mundial capitalista (criado pela grande indústria) é o lócus através do qual o capital se reproduz? Em outras palavras, qual a implicação da reprodução do valor-capital em escala mundial? Esse é o tema da próxima seção, na qual a análise será realizada em um nível lógico mais concreto, considerando a concorrência real entre capitais em um mundo fragmentado em nações (ou grupos de nações) formalmente independentes.

Mercado mundial e imperialismo

Na seção anterior mostramos que o mercado mundial capitalista nasce com a grande indústria, a qual também é responsável pela crise do sistema colonial latino-americano²⁴ (ou melhor, corresponsável, pois não podemos ignorar o papel da Independência dos Estados Unidos e do Haiti e da Revolução Francesa na difusão dos ideais anticoloniais [CARDOSO, 1990, p. 122]). Nascia a *sociedade moderna* (expressão utilizada por Marx para designar a “[...] diferença entre sociedades pré-capitalistas/pré-burguesas e capitalistas/burguesas”, resultado das “[...] profundas transformações políticas e econômicas ocorridas entre 1780 e 1860” [HEINRICH, 2018, p. 21-22]) e o “*sistema internacional de Estados soberanos*” (SALGADO, 2019, p. 2, grifos nossos). Pretendemos mostrar que, nessa sociedade moderna e nesse sistema internacional, as relações econômicas internacionais carregam características do que contemporaneamente chamamos de imperialismo, ou seja, o imperialismo é a forma histórica do mercado mundial capitalista. O conteúdo capitalista do mercado mundial, portanto, se desdobra historicamente, desde sua gênese, em imperialismo, que, por sua vez, também tem sua própria historicidade (a qual ajuda a explicar a confusão em torno da noção tradicional do imperialismo como capitalismo monopolista, como veremos adiante).

No caso da América Latina, a velha subordinação colonial se transforma, com a grande indústria e o mercado mundial, em uma nova subordinação, de qualidade radicalmente distinta, entre nações formalmente independentes. Contraditoriamente, em outros lugares do mundo, como a Ásia ou a África, por exemplo, o capital opera uma transformação inversa: a necessidade de mercados de matéria-prima impulsiona agressões militares das mais variadas formas, forjando novas relações de dominação coloniais (ou neocoloniais) a partir do século XIX (GALLAGHER; ROBINSON, 1953).

²⁴ Ver, a esse respeito, Novais (1989).

Nosso ponto é que a teoria do imperialismo geralmente não é requisitada para se analisar o período entre a Revolução Industrial e a formação do que Hilferding e Lenin chamaram de “capitalismo monopolista”, que começaria entre a depressão dos anos 1870 e a crise de 1900 a 1903 (LENIN, 2008). Historiadores marxistas, como Caio Prado Júnior (2006), por exemplo, enfatizam a influência do imperialismo sobre a economia brasileira a partir da República, notadamente recorrendo ao arsenal categorial de Lenin que enfatiza o papel das exportações de capital. Quanto aos estudos contemporâneos sobre o imperialismo, também parece existir um vácuo teórico quando o assunto é o século XIX, pois, como aponta Corrêa (2012), a maioria das teorias tenta explicar o imperialismo a partir dos anos 1870.

Ao reivindicar o “capitalismo monopolista” como fundamento genético do imperialismo e considerar a dominação exercida por capitais financeiros, monopólios, trustes etc. como a característica definidora do imperialismo, os autores clássicos estão caracterizando-o a partir de mecanismos de dominação econômica²⁵. Certamente essa dominação econômica depende da dominação extraeconômica, especialmente da força das armas, motivo pelo qual autores como Callinicos (2009) e Harvey (2003) caracterizam o imperialismo na interseção entre o econômico e o (geo) político. Contudo, a dominação econômica continua localizada no núcleo central da explicação do imperialismo capitalista (o que está correto, pois o que há de específico no capitalismo é exatamente a dominação via mercado, que se apresenta de forma velada, mais ou menos oculta, invisível, como sugere Wood [2014], diferenciando o que ela chama de “império do capital” de formas pré-capitalistas de dominação).

No entanto, como indicamos ao longo deste artigo, a conformação da grande indústria cristaliza a própria dominação econômica, embora por canais distintos do atribuído pelas teorias clássicas do imperialismo. Não é obra do acaso que a Inglaterra consolide uma posição absolutamente dominante no quadro das relações internacionais do século XIX. A explosão do comércio exterior entre 1780 e 1850 significa que a reprodução do capital passa a ocorrer no plano do mercado mundial²⁶, com imenso predomínio técnico de capitais ingleses. Segue-se, a partir daí, como expli-

25 Leite e Correa (2021) mostram porque Lênin tratou as exportações de capitais como “a questão principal” em sua teoria do imperialismo.

26 “Entre 1780 e 1840, o comércio internacional em todo o mundo ocidental mais do que triplicou; entre 1780 e 1850, ele se multiplicou em mais de quatro vezes. Por padrões posteriores, tudo isto foi sem dúvida muito modesto, mas, por padrões anteriores, e afinal de contas estes eram os padrões utilizados pelos contemporâneos para estabelecer comparações com sua época, eles estavam além dos sonhos mais loucos” (HOBBSAWM, 2017b, p. 271). Evidentemente, a partir dos anos 1870 este processo explode ainda mais, fazendo com que Engels sugira, por exemplo, em nota de rodapé ao Livro III de *O capital*, como já indicamos neste artigo, que o mercado mundial se origine, “de fato”, a partir da “expansão colossal dos meios de transporte” desde a crise de 1867. Ver nota de rodapé em Marx (2017, p. 546).

camos na primeira parte deste artigo, a conformação de um processo estrutural de transferência de valor pela via do comércio exterior: uma *transferência internacional de valor* nos marcos de um sistema internacional de Estados soberanos. A dominação, do ponto de vista da América Latina, é econômica. Por isso a teoria marxista da dependência toma como base o comércio exterior, que é o canal pelo qual se constitui uma relação original de “exploração internacional”, portanto de imperialismo e dependência²⁷.

Como a grande indústria exaspera a cooperação e a divisão do trabalho, o imperialismo que nasce com ela impõe o *desenvolvimento combinado*. Os “núcleos econômico-espaciais”, utilizando uma expressão de Osorio (2012, p. 76), estão necessariamente imbricados nessa rede de relações imperialistas; o desenvolvimento nos centros se combina com o desenvolvimento nas periferias. Ao mesmo tempo, a transferência internacional de valor segmenta as diversas regiões em “núcleos de acumulação de valor” e “territórios que sofrem de desacumulação” (OSORIO, 2012, p. 76), de modo que o *desenvolvimento* também é *desigual*²⁸.

Osorio (2012, p. 77) divide a história dos processos de transferência de valor em basicamente dois períodos: colonial e pós-colonial, sendo que os mecanismos econômicos de transferência de valor predominam apenas no último período. Se o imperialismo capitalista é definido exatamente pelo predomínio da coerção econômica sobre a não-econômica (WOOD, 2014), as relações imperialistas nascem quando os mecanismos de coerção econômica (transferência de valor) se estruturam organicamente no seio da economia mundial, o que pressupõe (i) o desnível estrutural de produtividade entre os núcleos econômico-espaciais e (ii) a conformação das soberanias nacionais.

Arrizabalo Montoro (2014) defende a interpretação de Lenin para a gênese histórica do imperialismo. Ele recorre à vitalidade dos famosos cinco traços do objeto e sustenta que o imperialismo deve ser formulado em termos de um estágio histórico do capitalismo, nascido no final do século XIX, sucedendo o que ele chama de “estágio do capitalismo ascendente”. Contudo, para defender que o terreno da acumulação de capital no estágio imperialista é a “economia mundial como tal” (ARRIZABALO MONTORO, 2014), ele precisa pressupor que há um processo de internacionalização

27 Utilizamos a definição de Marini, já destacada na Introdução com as palavras de Santos (1970), em que a dependência refere-se a “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2005, p. 141).

28 Para a relação entre desenvolvimento combinado e desenvolvimento desigual, ver Trotsky (1977). Não estamos apontando que o imperialismo é a única causa do desenvolvimento desigual, mas que é um mecanismo que o retroalimenta.

do capital que o antecede historicamente e forja, seguindo seus termos, o próprio imperialismo. Uma divisão internacional do trabalho no suposto estágio pré-imperialista, seguindo Arrizabalo Montoro (2014, p. 161-162), decorrente da operação da lei do valor, impõe-se como uma “[...] relação assimétrica, cujas diferenças tendem a se reproduzir de forma ampliada no tempo, convertendo a dependência em um fenômeno crônico”. O autor caracteriza a reprodução da assimetria “entre as distintas nações” como desenvolvimento desigual, que se constitui como “uma lei de desenvolvimento capitalista”. Portanto, a lei do desenvolvimento desigual explica o “lugar subordinado e dependente [das economias subdesenvolvidas] na divisão internacional do trabalho” e funciona desde antes do que ele denomina como “estágio histórico” do imperialismo.

O autor não desenvolve, contudo, qual o mecanismo lógico que dá sustentação a essa lei. Ademais, não percebe que a lei do valor implica uma relação assimétrica na divisão internacional do trabalho, reproduzida ampliadamente no tempo, desde a Revolução Industrial. Nesse quadro histórico, a dependência se converte em um fenômeno crônico desde a Independência. A diferença qualitativa entre a situação colonial e a situação de dependência, que Marini (2005, p. 141) sugere como “a dificuldade da análise teórica”, só pode ser compreendida à luz das imensas transformações operadas pela grande indústria que sobrepõem mecanismos econômicos de subordinação e dominação aos fundamentos extraeconômicos da dominação colonial²⁹.

Arrizabalo Montoro (2014, p. 167), embora defenda a concepção de Lenin para a gênese histórica do imperialismo no final do século XIX, Tateia nosso argumento quando diz que

[...] o grande desenvolvimento das forças produtivas que implicou o capitalismo ascendente [1750 a 1900], se materializa na constituição das grandes potências imperialistas, configuradas em torno de uns capitais cada vez maiores diretamente respaldados por seus respectivos Estados.

Ora, o “grande desenvolvimento das forças produtivas” é uma decorrência histórica da grande indústria. As “grandes potências imperialistas” só podem ser adjetivadas assim enquanto “capitais cada vez maiores” estabelecem relações econômicas com capitais menos produtivos e/ou produtores não-capitalistas de outros lugares, consti-

29 Em relação às diferenças entre a situação colonial e a situação de dependência, Marini argumenta que ambas são qualitativamente diferentes, contrapondo sua perspectiva à de André Gunder Frank. Seu argumento é que “[...] ainda que se dê continuidade entre ambas, não são homogêneas”. Por isso, assegura o autor, “[...] a dificuldade da análise teórica está precisamente em captar essa originalidade e, sobretudo, em discernir o momento em que a originalidade implica mudança de qualidade” (MARINI, 2005, p. 141).

tuindo necessariamente processos de transferência internacional de valor. Constituindo o imperialismo. É por esse motivo que o desenvolvimento desigual se reproduz no tempo e se firma como uma lei de desenvolvimento capitalista.

Se a “condição dependente”, como diz Osorio (2004, p. 81), se define pela “transferência de valor até o mundo central”, podemos dizer que a condição imperialista se define pelo inverso: pela apropriação/expropriação do valor produzido no mundo dependente. Em síntese, capitais espalhados em diversas partes do mundo relacionando-se de forma mercantil integram-se a uma relação de concorrência na qual os mais produtivos extraem valor dos demais. Isso potencializa a acumulação de capital nas regiões que reúnem os capitais mais produtivos, fortalecendo uma polarização global entre duas regiões, *imperialistas* e *dependentes*. Portanto, o mercado mundial (capitalista) carrega necessariamente uma relação social entre capitais na qual a riqueza subtraída de um polo alimenta o outro. Não se trata de uma exploração entre nações, embora possa assim aparecer quando mencionamos “exploração internacional” anteriormente, mas da exploração do capital sobre a força de trabalho em escala mundial. A classe trabalhadora mundial produz mais-valor, que é redistribuído pelos capitais em concorrência e, através de vários condutos, dentre eles o comércio exterior, se direciona predominantemente para os centros imperialistas.

Essa relação social é o próprio *imperialismo*, ou, em outras palavras, a *forma social e histórica* do mercado mundial na época capitalista. Interpretar o imperialismo desta maneira, cotejando-o, assim, com o mercado mundial, nos parece suficiente para sustentar que, independentemente da configuração concreta do mercado mundial em períodos distintos, ele só existe quando expresso em imperialismo. Este, por sua vez, também possui uma historicidade própria, com períodos nos quais as configurações concretas se distinguem das de outros períodos. E não poderia ser diferente, posto que o objeto se apresenta diferentemente em circunstâncias distintas.

Conclusões

Tomando a lei do valor como ponto de partida de nossa exposição, chegamos ao imperialismo como a forma social e histórica do mercado mundial, uma vez que aquele emerge a partir das mesmas condições que constituem este. Nosso ponto é que, uma vez constituídos, grande indústria e mercado mundial produzem uma relação crescentemente assimétrica, de desenvolvimento desigual e combinado, transformando a antiga relação colonial em uma moderna relação imperialista que engendra relações de dependência. Isto é, a lei do valor (que pressupõe e põe o mercado mundial) determina o imperialismo, de modo que este se configura como uma legalidade própria do

capitalismo a partir de sua transformação qualitativa com a grande indústria.

Ao tratar o imperialismo como uma categoria interna à lógica do capital, isto é, derivada do próprio desenvolvimento do capital, sustentamos um argumento que poderia ser lido como economicista. Afinal, onde está o Estado, a política, a diplomacia, a guerra, a cultura, a linguagem? Nossa resposta só poderia ser metodológica: utilizamos a “força da abstração”, para seguir com uma expressão de Marx (2013), para isolar as formas econômicas do imperialismo. Não é que o Estado ou as outras determinações citadas anteriormente não estejam presentes. Elas estão presentes e são necessárias para a existência real dessas formas econômicas, mas abstraímos delas para apreender o que de fato era nosso propósito.

A explicação sugerida neste trabalho equivale a uma reconstituição teórica do processo histórico que produziu a dependência (e o imperialismo). É uma tentativa de contribuir (i) com o esclarecimento de um aspecto crítico do capitalismo dependente e (ii) com o debate sobre a gênese do imperialismo.

Referências

- ARRIZABALO MONTORO, Xabier. *Capitalismo y economía mundial: bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI*. Madrid: Instituto Marxista de Economía, 2014.
- AZEVEDO, Celia Maria. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BAMBIIRA, Vânia. O capitalismo dependente latino-americano. Florianópolis: Insular, 2015.
- CALLINICOS, Alex. Imperialism and global political economy. London: Polity Press, 2009.
- CARDOSO, Ciro. A crise do colonialismo luso na América Portuguesa (1750-1822). In: LINHARES, Maria (Org.). História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 111-128.
- CARDOSO, Ciro. Latinoamérica y el Caribe (Siglo XIX): la problemática de la transición al capitalismo dependiente. In: FLORESCANO, Enrique (Org.). Ensayos sobre el desarrollo económico de México y América Latina, 1500-1975. México: Fondo Cultura Económica, 1979. p. 315-368.
- CORRÊA, Hugo F. S. Teorias do Imperialismo no Século XXI: (in)adequações do debate no marxismo. 2012. 247 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- FRANKLIN, Rodrigo. O mercado mundial no pensamento de Karl Marx. Economia Ensaio, v. 32, n. 1, p. 131-158, 2017. DOI: 10.14393/REE-v32n1a2017-6
- GALLAGHER, John; ROBINSON, Ronald. The imperialism of free trade. The Economic History Review, v. 6, n. 1, p. 1-15, 1953. DOI: 10.2307/2591017
- GROSSMANN, Henryk. La Ley de la Acumulación y del Derrumbe del Sistema Capitalista: una teoría de la crisis. México: Siglo XXI, 1979.
- HARVEY, David. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. In: HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. p. 41-73.
- HARVEY, David. O novo imperialismo. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2003.
- HEINRICH, Michael. *Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017a.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017b.
- KVANGRAVEN, Ingrid. Beyond the stereotype: restating the relevance of the dependency research programme. *Development and Change*, v. 52, n. 1, p. 76-112, 2021. DOI: 10.1111/dech.12593
- LEITE, Leonardo; CORREA, Hugo. A questão principal? Um debate sobre a importância da categoria exportação de capital em Lênin. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 26.,

2021. *Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia Política*. Goiânia: SEP, 2021.

LENIN, Vladimir. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2008.

LUCE, Mathias S. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João P. (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2017. Livro III.

MARX, K. *Economic Manuscript of 1864-1865*. Londres: Brill, 2015.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2014. Livro II.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Marx to Engels, in Manchester: London, 8 October 1858. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx & Engels collected works: Letters, 1856-1859*. London: Lawrence & Wishart, 2010. p. 345-347. v. 40.

MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito de O Capital*. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global Editora, 1985.

MARX, Karl. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. São Paulo: Difel, 1980. (3 v.).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007a.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007b.

MÉSZÁROS, István. *Estrutura Social e Formas de Consciência II: a dialética da estrutura e da história*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2001.

MIRANDA, Flávio. *Desenvolvimento desigual e mercado mundial em Marx*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1989.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

OSORIO, Jaime. *Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependencia*. México: Miguel Ángel Porrúa; UAZ, 2004. (Colección América Latina y el Nuevo Orden Mundial).

PEREIRA, Thales. Tariffs and the textile trade between Brazil and Britain (1808-1860). *Estudos Econômicos*, v. 51, p. 311-342, 2021. DOI: 10.1590/0101-416151242tp

PRADELLA, Lucia. *Globalisation and the critique of political economy: new insights from Marx's writings*. London: Routledge, 2015.

PRADELLA, Lucia. Imperialism and capitalist development in Marx's Capital. *Historical Materialism*, v. 2, n. 21, p. 117-147, 2013. Disponível em: <https://brill.com/view/journals/hima/21/2/article-p117_5.xml?language=en>. Acesso em: 19 jan. 2022.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto; UERJ, 2001.

RUBIN, Isaac. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

SALGADO, Pedro. Agency and geopolitics: Brazilian formal independence and the problem of Eurocentrism in international historical sociology. *Cambridge Review of International Affairs*, v. 33, n. 3, p.432-451, 2019. DOI: 10.1080/09557571.2019.1638343

SANTOS, Theotônio. The Structure of Dependence. *The American Economic Review*, vol. 60, n. 2, p. 231-236, 1970.

SHAIKH, Anwar. *Capitalism: competition, conflict, crisis*. New York: Oxford University Press, 2016.

TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WOOD, Ellen M. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Capitalismo e nacionalismo na longa duração: Hegemonia, crise e mobilização nacionalista em busca de Estado, 1492-2013⁺

Şahan Savaş Karataşlı*

Resumo: Este artigo analisa as dinâmicas históricas do nacionalismo em busca de Estado de 1492 a 2013. Ao sintetizar as visões de Gramsci sobre hegemonia com a perspectiva dos sistemas-mundo e o institucionalismo histórico, apresento um novo marco teórico que confere à crise, ao desenvolvimento desigual e à relação entre estrutura e agência, um lugar central na conceituação da mobilização nacionalista. Apresento também uma nova grande base de dados, a dos Movimentos Nacionalistas em Busca de Estado (SSNM, em inglês), que inclui dois conjuntos de dados únicos para a análise histórica do nacionalismo. O primeiro conjunto de dados inclui notícias que relatam as atividades nacionalistas em busca de Estado em todo o mundo, de 1804 a 2013, fazendo uso de reportagens internacionais. O segundo conjunto de dados é compilado a partir de fontes secundárias e inclui situações e conflitos revolucionários envolvendo movimentos em busca de Estado de 1492 a 1829. Combinando esses dois conjuntos de dados originais, a base de dados SSNM é um novo e rico recurso empírico para o estudo sociológico do nacionalismo em busca de Estado a partir de uma perspectiva de longo prazo e global. Padrões históricos e análise de regressão binomial negativa multivariada sugerem que os SSNM têm maior probabilidade de ocorrer durante períodos de financeirização, crise econômica, guerras interestatais, ocupação colonial e intensa agitação social.

Palavras-chave: Capitalismo. Geopolítica. Nacionalismo. Movimentos Sociais. Hegemonias Mundiais. Sistemas-Mundo.

Abstract: This article analyzes the historical dynamics of state-seeking nationalism from 1492 to 2013. By synthesizing Gramsci's insights of hegemony with world-systems perspective and historical institutionalism, I introduce a new theoretical frame that gives crisis, uneven development, and the relationship between structure and agency, a central place in conceptualizing nationalist mobilization. I also introduce a new major database, that is, The State-Seeking Nationalist Movements (SSNM) database, which includes two unique datasets for historical analysis of nationalism. The first dataset includes articles reporting on state-seeking nationalist activities throughout the world from 1804 to 2013 using international news reports. The second dataset is compiled from secondary sources and it includes revolutionary situations and conflicts involving statesseeking movements from 1492 to 1829. Combining the two original datasets, the SSNM database is a rich new empirical resource for the sociological study of state-seeking nationalism from a long term and global perspective. Historical patterns and multivariate negative binomial regression analysis suggest that SSNM are more likely to take place during periods of financialization, economic crisis, interstate wars, colonial occupation, and intense social unrest.

Keywords: Capitalism, geopolitics, hegemony, nationalism, social movements, world hegemonies, world-systems

Resumen: Este artículo analiza la dinámica histórica del nacionalismo en búsqueda de Estado desde 1492 hasta 2013. Al sintetizar las ideas de Gramsci sobre la hegemonía con la perspectiva del sistema-

⁺ Tradução de Raquel Coelho. Publicado originalmente em *International Journal of Comparative Sociology*, 2020, Vol. 61(4), p. 233–263 (Sage) com o título *Capitalism and nationalism in the longue durée: Hegemony, crisis, and state-seeking nationalist mobilization, 1492–2013*, este artigo foi premiado pela seção Economia Política dos Sistemas-Mundo (PEWS) da American Sociological Association em 2021.

* Professor do Departamento de Sociologia na Universidade da Carolina do Norte em Greensboro (EUA).

mundo y el institucionalismo histórico, introduzco un nuevo marco teórico que otorga a la crisis, al desarrollo desigual y a la relación entre estructura y agencia un lugar central en la conceptualización de la movilización nacionalista. También introduzco una nueva e importante base de datos, a saber, la base de datos Movimientos Nacionalistas en Búsqueda de Estado (SSNM en inglés), que incluye dos conjuntos de datos únicos para el análisis histórico del nacionalismo. El primer conjunto de datos incluye artículos que informan sobre las actividades nacionalistas en búsqueda de Estado en todo el mundo desde 1804 hasta 2013, utilizando informes de noticias internacionales. El segundo conjunto de datos se ha elaborado a partir de fuentes secundarias e incluye situaciones y conflictos revolucionarios relacionados con movimientos de búsqueda de Estado desde 1492 hasta 1829. Al combinar los dos conjuntos de datos originales, la base de datos SSNM constituye un nuevo y rico recurso empírico para el estudio sociológico del nacionalismo en búsqueda de Estado desde una perspectiva global y a largo plazo. Los patrones históricos y el análisis de regresión binomial negativa multivariante sugieren que es más probable que el SSNM tenga lugar durante los periodos de financiarización, crisis económica, guerras interestatales, ocupación colonial e intenso malestar social.

Palabras-clave: Capitalismo, Geopolítica, Nacionalismo, Movimientos sociales, Hegemonías mundiales, Sistemas Mundiales.

Introdução

Desde o final da Segunda Guerra Mundial até o final dos anos 1990, a posição dominante na literatura das ciências sociais era de que a longa marcha do nacionalismo na história mundial estava chegando ao fim (CARR, 1945; DEUTSCH, 1953; HOBBSBAWM, 1992; MCNEILL, 1986). O inesperado ressurgimento dos movimentos nacionalistas secessionistas na Europa Ocidental e na América do Norte nos anos 1970, e o súbito colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e dos países do bloco oriental no início dos anos 1990, foram acontecimentos recebidos, em grande parte, com surpresa e inspiraram uma nova rodada de debates acadêmicos sobre a dinâmica do nacionalismo (ANDERSON, 1991; BREUILLY, 1993; BRUBAKER, 1996; HUTCHINSON, 2005), a formação do Estado-nação (MEYER *et al.*, 1997; ROEDER, 2007; WIMMER e FEINSTEIN, 2010), e os conflitos armados étnico-nacionalistas (FEARON e LAITIN, 2003; WIMMER, CEDERMAN e MIN, 2009). Desde então, surgiu uma vasta literatura sobre nacionalismo. Essa literatura analisou muitos elementos interessantes dos movimentos nacionalistas, incluindo a sua relação com raízes étnicas primordiais/pré-modernas e identidades (GAT e YAKOBSON, 2013; SMITH, 1995; VAN DEN BERGHE, 1987), modernização econômica e industrialização (GELLNER, 1983; HOBBSBAWM, 1992), globalização (CASTELLS, 2004; KALDOR, 2004), modernização política e centralização do poder estatal (HECHTER, 2000; LACHMANN, 2010; MANN, 1995; TILLY, 1990) e difusão de ideologias nacionalistas e de Estados-nação (MEYER *et al.*, 1997; WIMMER, 2013).

Há duas grandes limitações dessa literatura, uma teórica e outra metodológica. A limitação teórica é a falta de atenção dada à relação entre crise e nacionalismo. Até agora, nenhuma das principais teorias do nacionalismo se propôs seriamente à tarefa de examinar como as crises nas esferas econômica, política e social afetam a mobilização nacionalista nos níveis local, nacional ou dos sistemas-mundo. Na maioria dos estudos clássicos sobre a evolução histórica do nacionalismo, o termo “crise” nem sequer aparece como um conceito, muito menos como um processo explicativo, um mecanismo ou uma variável independente (por exemplo, ANDERSON, 1991; GELLNER, 1983; HOBBSBAWM, 1992; TILLY, 1990). Esse é um ponto cego grave na literatura, porque muitos fatores explicativos nos quais os cientistas sociais se baseiam – como identidades étnico-nacionais ou religiosas relativamente estáveis, ou o desenvolvimento gradual de processos históricos macroestruturais, como modernidade, industrialização, ou globalização – não podem explicar ou prever os altos e baixos sucessivos na mobilização nacionalista. Tendo em vista que a mobilização nacionalista ocorre de forma descontínua e em intervalos irregulares, para melhor

captar sua dinâmica histórica, devemos voltar nossa atenção para (1) múltiplas formas de crise nas esferas econômica, política e social, (2) desenvolvimento temporal e espacial desigual do capitalismo histórico que produz tais crises, e (3) existência de organizações que transformam essas crises em oportunidades.

A limitação metodológica está ligada ao âmbito espacial restrito e ao intervalo temporal curto da maioria das análises empíricas existentes sobre o tema. Devido à capacidade camaleônica do nacionalismo (SMITH, 1995) de se transformar e se adaptar a contextos temporais e espaciais muito diferentes, as dinâmicas da mobilização nacionalista não podem ser generalizadas a partir de estudos que consideram apenas tipos específicos de movimentos nacionalistas em determinados pontos no espaço e no tempo. Embora tais estudos de caso e análises comparativas sejam inestimáveis para produzir novas perspectivas e interpretações inovadoras sobre as dinâmicas do nacionalismo no nível local, eles não são muito úteis para observar e identificar fatores macroestruturais que afetam a mobilização nacionalista no nível global (ver KAUP e GELLERT, 2017). Recentemente, têm surgido muitas iniciativas para superar essa limitação, através da elaboração de conjuntos de dados de longo prazo e globais sobre o nacionalismo (ver BERGESEN e SCHOENBERG, 1980; GLEDITSCH e WARD, 1999; GURR, 1993; WIMMER e MIN, 2006). No entanto, a maioria desses conjuntos de dados concentra-se em incidentes exitosos na formação de Estados-nação, guerras étnico-nacionalistas ou tipos específicos de movimentos, tais como os nacionalismos de cunho anticolonial e étnico. Consequentemente, acabam por excluir muitos casos de mobilização nacionalista ao redor do mundo, incluindo as mobilizações nacionalistas fracassadas e os movimentos que fazem uso de uma ampla variedade de atividades, tais como comícios democráticos, protestos em massa, referendos e motins nacionalistas.

Este artigo visa repensar a dinâmica da mobilização nacionalista na história mundial, superando essas duas limitações. Para superar a limitação teórica, apresentarei os pilares para uma nova abordagem alternativa que atribui à crise, ao desenvolvimento desigual e à relação entre estrutura e agência, um lugar central na conceitualização da mobilização nacionalista. Partindo dos *insights* de Antonio Gramsci (1971) sobre hegemonia, da teoria de Giovanni Arrighi (1994) sobre os “ciclos sistêmicos de acumulação” e das teorias histórico-institucionalistas do nacionalismo (LACHMANN, 2010; WIMMER, 2013), esse marco teórico visa explicar a ascensão e queda da mobilização nacionalista em busca de Estado na história mundial, ao voltar nossa atenção para a forma como as crises nas esferas econômica, política e social produzem oportunidades estruturais para a mobilização nacionalista em níveis local e global.

Para superar a limitação metodológica, estenderei o marco espaço-temporal de análise para além do que é recorrente na literatura e examinarei padrões de movimentos nacionalistas desde 1492 até o presente. Como elaborarei na seção seguinte, neste artigo, conceitualizo o nacionalismo como uma forma de luta pelo poder que se manifesta como duas formas opostas de movimentos – o nacionalismo de Estado e o nacionalismo em busca de Estado – ambos os quais evoluíram lado a lado com o capitalismo histórico e o sistema interestatal moderno. Para efeitos deste artigo, limitarei a minha análise empírica sobre os Movimentos Nacionalistas em Busca de Estado (SSNM, em inglês), que defino como *movimentos sociopolíticos de comunidades apátridas que visam estabelecer um Estado independente num sistema interestatal e, assim, produzir uma convergência de lealdade territorial e política em torno do seu Estado, independentemente de focos concorrentes de vínculos como parentesco, religião, interesse econômico, etnia, raça ou língua* (ver HAAS, 1986; TILLY, 1994).

Como não existe um conjunto de dados que enfoque os SSNM para todo esse período, neste artigo também apresentarei uma nova e importante base de dados sobre mobilização nacionalista no mundo entre 1492 e 2013. A base de dados SSNM consiste em dois conjuntos de dados originais compilados pelo autor. O primeiro conjunto de dados inclui reportagens do *The Guardian/Observer* e do *The New York Times* sobre atividades nacionalistas em busca de Estado – incluindo uma ampla lista de ações levadas a cabo pelos nacionalistas em busca de Estado, tais como conflitos armados, comícios e protestos pró-independência, propostas de referendo, movimentos de massas violentos ou pacíficos exigindo a libertação nacional – por todo o mundo entre 1804 e 2013. O segundo é compilado a partir de fontes secundárias e inclui uma lista de situações e conflitos revolucionários envolvendo SSNM dentro dos limites do moderno sistema-mundo de 1492 a 1839. Combinando os dois conjuntos de dados originais, a base de dados SSNM é um novo e rico recurso empírico para o estudo sociológico do nacionalismo em busca de Estado a partir de uma perspectiva global e de longo prazo.

Após explicar o processo de coleta de dados e descrever a trajetória histórica e as ondas globais de nacionalismo de 1492 a 2013, usarei uma análise de regressão multivariada para analisar fatores que afetam a frequência dos SSNM de 1816 a 2001. A análise sugere que grandes ondas de mobilização nacionalista em busca de Estado em escala mundial são mais propensas a emergir durante períodos de expansão financeira e crise hegemônica mundial. Além disso, crises econômicas intensas, guerras interestatais no território (manifestações de crises geopolíticas) e agitação social crescente (um substituto para crise social) aumentam a probabilidade de nacionalismo em busca de Estado. A existência de organizações nacionalistas, status de dependência

imperial, formação recente de Estados-nação, ou mobilização nacionalista em busca de Estado em territórios vizinhos também aumenta a probabilidade de nacionalismo em busca de Estado. Concluo discutindo como a nova teoria, e os novos dados (SSNM) apresentados neste artigo avançam a nossa compreensão da dinâmica do nacionalismo na história mundial.

Conceitualizando o nacionalismo a partir de uma perspectiva histórica mundial

Um dos principais problemas na literatura é que o termo nacionalismo é usado para descrever dois tipos quase opostos de fenômenos sociopolíticos. Por um lado, é usado para descrever movimentos realizados por Estados (ou elites estatais) que visam acumular mais poder através da união de seus sujeitos em um único corpo coletivo e mobilizá-los contra inimigos internos ou externos, ou mesmo para fins de produção, proteção e administração. Por outro lado, o termo nacionalismo também é usado para descrever movimentos por parte de comunidades apátridas que almejam formar um novo Estado para se emanciparem de um governo estrangeiro ou para resolverem seus problemas políticos, econômicos e culturais através da autodeterminação. Esses são tipos de movimentos nacionalistas interligados, mas categoricamente diferentes. Usando a terminologia oferecida por Tilly (1994, p. 133), chamarei esses dois movimentos respectivamente de “nacionalismo de Estado” e “nacionalismo em busca de Estado”.

Existe um antagonismo inerente entre as formas de nacionalismo de Estado e em busca de Estado. Enquanto o primeiro está preocupado em preservar a integridade territorial dos Estados existentes num sistema interestatal, o segundo desafia a integridade dos Estados. Essa tensão histórica entre as duas formas distintas de nacionalismo é parte integral da coevolução da economia-mundo capitalista e do sistema interestatal moderno, ambos constituindo aquilo a que Wallerstein (1974) denominou de moderno sistema-mundo. A coevolução histórica dessas duas formas antitéticas de nacionalismo lado a lado com o moderno sistema-mundo, afetou a sua relação *vis-à-vis* com esse sistema de formas opostas. Diferentes manifestações do nacionalismo de Estado evoluíram como forças *pró-sistêmicas* que emergiram como um produto da hierarquia do sistema interestatal (PHILLIPS e WALLERSTEIN, 1985; WALLERSTEIN, 1991) e reproduziram, em contrapartida, a natureza territorialmente delimitada desse sistema. Em contraste, as diferentes formas de nacionalismo em busca de Estado – como os movimentos de libertação nacional e o nacionalismo anti-colonial – evoluíram como *movimentos antissistêmicos* (WALLERSTEIN, 1983). Juntamente com os movimentos sociais de classe, os SSNM representavam uma grande ameaça à integridade dos membros existentes do sistema interestatal, porque eles

“[...] buscavam a criação de um estado integralmente novo, seja por secessão ou por integração” (ARRIGHI, HOPKINS e WALLERSTEIN, 1989, p. 32).

A distinção entre nacionalismo em busca de Estado e nacionalismo de Estado não é necessariamente uma distinção entre boas e más formas de nacionalismo. Ambas essas formas podem ser democráticas ou autoritárias, progressistas ou reacionárias, reformistas ou revolucionárias, violentas ou pacíficas. Além disso, essas duas formas opostas de nacionalismo estão dialeticamente relacionadas entre si, visto que elas produzem e reproduzem uma a outra. Um dos principais paradoxos dos SSNM é que, conforme eles se tornam exitosos no estabelecimento de novos Estados e se aderem ao sistema interestatal existente, eles passam a emular formas nacionalistas de Estado pró-sistêmicas. Ao fazer isso, no longo prazo, eles também acabam “[...] reproduzindo a economia-mundo capitalista, ampliando e aprofundando seu plano de operações interestatais” (ARRIGHI, HOPKINS e WALLERSTEIN, 1989, p. 53; ver também WALLERSTEIN, 1983, p. 101). Da mesma forma, à medida que os nacionalistas de Estado se empenham em acumular mais poder no sistema interestatal, muitas vezes acabam oprimindo e antagonizando populações minoritárias concentradas geograficamente, plantando, assim, as sementes para novos SSNM.

Hegemonia, crise e nacionalismo

Os conflitos entre governantes e populações concentradas geograficamente não são produtos do capitalismo. Eles existiram provavelmente desde a emergência dos primeiros Estados que conhecemos na antiga Mesopotâmia. A formação do sistema-mundo capitalista, porém, transformou radicalmente a natureza desses conflitos de duas maneiras. Primeiro, os Estados existentes começaram a operar dentro de um sistema interestatal no qual cada Estado reconhecia e competia entre si. Segundo, os governantes desses Estados começaram a empregar combinações diferentes de coerção e consentimento para exercer o poder estatal e representar os interesses particularistas de seu Estado como interesses gerais do povo. Dito de outro modo, eles começaram a exercer o poder estatal não através da força bruta, mas através do que Gramsci (1971) chamou de “hegemonia”. Esses dois desdobramentos reforçavam-se mutuamente. Contrabalançar coerção com diferentes graus de consentimento não só ajudou os governantes a mobilizar as massas de forma mais eficaz – para fins de produção, proteção e administração, mas também lhes deu uma vantagem comparativa na competição econômica e militar contra outros Estados do sistema interestatal. Através da competição, estratégias hegemônicas exitosas foram reproduzidas por outros governantes e adaptadas a novos contextos.

Essas várias estratégias hegemônicas também ajudaram os governantes a produzir Estados nacionais mais estáveis ao conterem com mais eficiência as ameaças internas e os “problemas nacionais”. As pesquisas comparativas históricas existentes corroboram essa visão ao sugerir que a repressão militar não é suficiente para produzir entidades políticas estáveis e evitar rebeliões nacionalistas. Para produzir “Estados nacionais” estáveis, os governantes também devem oferecer ao seu povo – especialmente às minorias concentradas geograficamente – bens públicos (WIMMER, 2013), direitos político-econômicos (GURR, 1993; HECHTER, 2013) e um certo grau de autonomia (HECHTER, 2000). Essas ofertas podem ser consideradas como esforços dos governantes para estabelecer diferentes formas de “pactos sociais” (MILTON, 2007; SILVER, 2003) entre o Estado e o povo. Em Estados onde há “problemas nacionais” ativos, tais pactos sociais podem ajudar os governantes a reduzir temporariamente as reivindicações de autogovernança e independência por parte de grupos minoritários e, assim, fortalecer a hegemonia do Estado sobre o povo (ver MILTON, 2007).

Porém, numa economia-mundo capitalista e num sistema interestatal competitivo, os governantes não são capazes de exercer uma combinação eficaz de coerção e consentimento segundo sua vontade. Isso porque a capacidade dos governantes para estabelecer pactos sociais depende em grande medida dos recursos disponíveis a eles. A disponibilidade de tais recursos está estreitamente associada aos *booms* e estouros do capitalismo histórico e ao seu desenvolvimento desigual em escala mundial. É por isso que os períodos de intensa *crise econômica e estagnação* não são propícios para estabelecer novos pactos sociais ou manter os existentes. Mesmo em regiões com altos níveis de desenvolvimento econômico, uma crise econômica prolongada e estagnação podem reduzir os recursos disponíveis para redistribuição e pressionar os governantes a *desmanchar os pactos sociais existentes*, reduzindo assim sua capacidade de conter a agitação social (SILVER, 2003) e os movimentos nacionalistas (MILTON, 2007).

Além das crises econômicas e da estagnação, as crises geopolíticas (como guerras interestatais, rivalidades entre grandes potências) também afetam a mobilização nacionalista em busca de Estado ao reduzir a capacidade dos governantes de combinar eficientemente coerção e consentimento. Na sequência das grandes guerras, como disse Gramsci (1971, p. 80), “[...] abriram-se brechas por todo o lado no aparato hegemônico, e o exercício da hegemonia tornou-se permanentemente difícil e aleatório”. Durante tais crises e guerras, os governantes enfrentam dificuldades crescentes no uso eficaz da coerção contra ameaças internas, incluindo contra os movimentos nacionalistas em busca de Estado. Nesses períodos, as potências imperiais e os Estados rivais são mais propensos a prover ajuda logística e material aos SSNM para

enfraquecer seus oponentes (GURR, 1993; MAYALL, 1994), o que serve como oportunidade para a mobilização nacionalista em busca de Estado. Ademais, os custos econômicos da guerra, as necessidades de centralização em tempos de guerra e a extração de recursos locais também podem forçar as elites existentes a desmantelar privilégios econômicos, sociais e políticos previamente concedidos, acarretando fortes insatisfações que podem ser usadas pelos nacionalistas em busca de Estado para mobilizar as massas. Consequentemente, à semelhança das crises econômicas, as crises geopolíticas e as guerras também se tornam terrenos férteis para revoltas, rebeliões e revoluções em geral (LÊNIN, 1963; SKOCPOL, 1979) e, em particular, para a mobilização nacionalista em busca de Estado (WIMMER, 2013).

A escalada da crise social e os elevados níveis de agitação social num determinado território também podem aumentar a probabilidade de mobilização nacionalista em busca de Estado ao enfraquecer a capacidade hegemônica dos governantes. A relação entre os movimentos sociais e os movimentos nacionalistas (em busca de Estado) é complexa. Por vezes, esses movimentos podem reforçar-se mutuamente através da troca de ideias, formas de atividade pública, veículos organizacionais, símbolos e *slogans* de outros movimentos sociais (MARKOFF, 1996) ou aderindo a uma força revolucionária mais ampla (ver SILVER e SLATER, 1999), como os bolcheviques conseguiram durante a Revolução de Outubro, e numa escala mais ampla após o Congresso de Baku de 1920.

Entretanto, como William G. Martin (2008, p. 169) observa corretamente, “[...] networks e intercâmbios entre [diferentes tipos de movimentos antissistêmicos] nem sempre produzem (como é frequentemente assumido) relações cooperativas ou oportunas entre os movimentos”. Dessa forma, uma análise da relação entre movimentos sociais e movimentos nacionalistas (em busca de Estado) deve considerar cuidadosamente os vários antagonismos existentes entre eles. Ao afirmar isso, não temos que pressupor necessariamente a existência de relações cooperativas e oportunas entre movimentos para sugerir que a escalada de movimentos sociais pode ajudar na mobilização nacionalista em busca de Estado. Como mostra a retomada recente dos movimentos secessionistas em Donetsk e Luhansk após os protestos da Maidan em 2013 e a revolução ucraniana de 2014, os movimentos em busca de Estado também podem emergir como uma *reação* às revoluções sociais existentes. Fortes movimentos sociais, revoltas e rebeliões também fornecem um ambiente mais propício à mobilização nacionalista em busca de Estado, *independentemente de sua intenção*, se eles forem capazes de desestabilizar os aparatos estatais vigentes (GOLDSTONE, 2014; SKOCPOL, 1979). Como Beissinger (2002) observa no caso dos movimentos nacionalistas na URSS de 1988 a 1992, muitos SSNM conseguem “seguir a maré” do

conflito gerado por outros atores e movimentos. Contudo, o mais importante é que há uma linha ainda mais tênue entre os movimentos sociais e o nacionalismo em busca de Estado do que é geralmente visto na literatura. Como Gramsci observa no sul da Itália, os *problemas nacionais* não se manifestam necessariamente de uma forma direta e imediata como nacionalismo em busca de Estado, mas primeiramente como movimentos sociais que abordam as desigualdades e injustiças existentes (ver também SMITH, 1971; WALLERSTEIN, 1961). Para usar as famosas categorias de Albert Hirschman (1970), às vezes a secessão torna-se uma estratégia de “saída” para os movimentos sociais concentrados geograficamente quando estes percebem que suas “vozes” não serão ouvidas pelos governantes e a “lealdade” já não é mais uma opção.

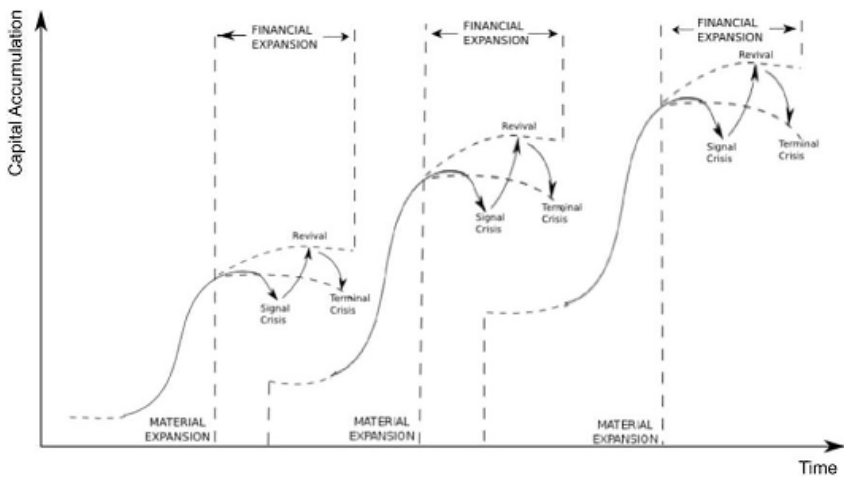
A financeirização e a crise hegemônica mundial

Considerando corretos esses argumentos, consequentemente os períodos de financeirização da economia-mundo capitalista também serão muito propícios para a mobilização em busca de Estado. Embora seja amplamente discutida como um fenômeno novo e recente por economistas e sociólogos econômicos, a financeirização é, na verdade, uma característica recorrente do capitalismo histórico desde o século XIV até hoje. Com base nas observações e ideias do historiador francês Fernand Braudel (1992), Giovanni Arrighi (1994) argumenta que todas as principais [organizações capitalistas] governos-empresas comerciais do capitalismo histórico, desde a época das cidades-estado do norte da Itália no século XIV até os Estados Unidos no século XX, conduziram o mundo a um período de financeirização a partir do momento em que se tornou extremamente difícil sustentar altas taxas de lucro na produção e comércio, devido ou a um aumento da concorrência ou a uma crise de superacumulação. Essas crises estruturais que impulsionam os principais complexos empresariais e governamentais da economia-mundo capitalista a financializar a economia mundial são conhecidas como *crises sinalizadoras*.

Os períodos de expansão financeira geram temporariamente superlucros, principalmente através da especulação financeira e intermediação, e ajudam a produzir no curto prazo uma Era de Ouro (ou seja, uma *belle époque*) correspondente aos principais complexos empresariais e governamentais. No entanto, eles possuem vários efeitos negativos a médio prazo. Nesses períodos, a economia política internacional transforma-se num jogo de soma zero assolado por crises (ARRIGHI, 1994; WALLERSTEIN, 1974), a competição e a rivalidade entre empresas disparam (ARRIGHI, 1994; ARRIGHI e SILVER, 1999; GO, 2011), as crises sociais e políticas no mundo intensificam-se, e revoluções irrompem (SILVER e SLATER, 1999). Essas crises

interligadas tornam-se sintomas de crises hegemônicas mundiais (ARRIGHI e SILVER, 1999; CHASE-DUNN, KAWANO e BREWER, 2000), sinalizando o início da dissolução de ordens hegemônicas mundiais. Ao invés de solucionar de vez as *crises sinalizadoras*, as expansões financeiras acabam gerando crises mais profundas, conhecidas como *crises terminais*, as quais marcam o fim de uma hegemonia mundial e a transição para uma nova ordem mundial. Os períodos de expansão financeira, e o consequente aprofundamento do *caos* sistêmico, são também os períodos em que surgem as *condições prévias* para uma nova expansão material, ciclo sistêmico de acumulação e ordem hegemônica, como mostrado na Figura 1 e no Quadro 1.

Figura 1. Ciclos sistêmicos de acumulação capitalista



Fonte: Elaboração própria

Quadro 1. Datas aproximadas para a crise sinalizadora, crise terminal e o fim de cada período

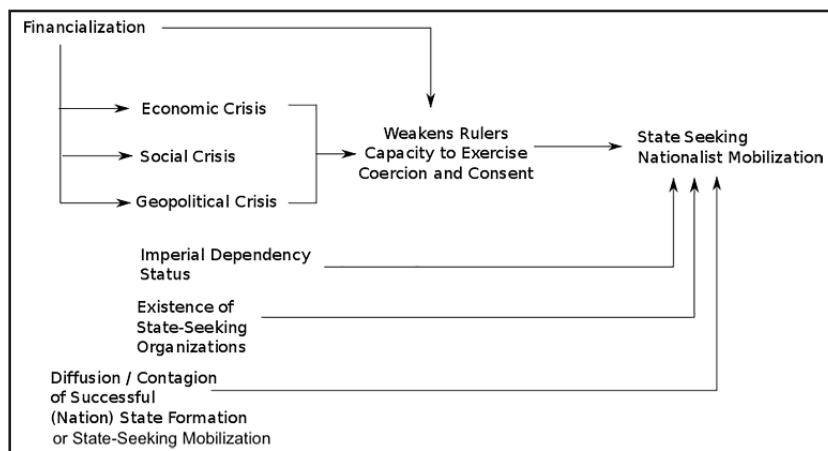
	Beginning of the systemic cycle of accumulation	Beginning of the world hegemonic order	Signal crisis (the onset of hegemonic crisis and the beginning of the hegemonic transition)	Terminal crisis (beginning of the "Chaos" period of the hegemonic transition)	End of hegemonic transition and the systemic cycle of accumulation
	Material expansion		Financial expansion		Material expansion
	<-----	-----	-----	-----	----->
Genoese-Iberian systemic cycle (no world hegemony)	1450	N/A [1492/1494] ^a (Peace of Tordesillas)	1560	1625	N/A [1648] ^a
Dutch systemic cycle and Dutch world hegemony	1560	1648 (Peace of Westphalia)	1760	1790	1815
British systemic cycle and British world hegemony	1760	1815 (Congress of Vienna)	1873/1896	1929	1945
US systemic cycle and US world hegemony	1873	1945 (Foundation of the United Nations)	1973/1980	2007/2008 ^b	N/A

See Arrighi (1994) for a timeline that illustrates these periods. These are approximate dates. In the statistical analysis, to assess whether or not the findings are robust to the dates chosen, I replicated the same analysis presented in this article using alternate date combinations (5 years). Results are robust.

^aGenoese-Iberian systemic cycles did not create an Iberian-centered world hegemony in the capitalist world-economy. Thus, there are no beginning and end dates for world hegemonic orders. Yet, in our analysis, to be able to compare state-seeking movements in this period to other "hegemonic consolidation" and "hegemonic transition" periods, we will treat 1492–1560 period as era, which is analogous to an era of world hegemonic consolidation; and the period from 1560 to 1648 as an era which is analogous to world hegemonic transition.

^bBecause the crisis of the US world hegemony is an ongoing process, it is not possible to assess a date for its terminal crisis or to state whether there will be a terminal crisis. Recognizing this fact, however, Silver and Arrighi (2011) suggest that the recent 2007/2008 crisis has resemblances with terminal crisis of previous world hegemonies.

Figura 2. Financeirização, crise e mobilização nacionalista em busca de Estado



Fonte: Elaboração própria

Com base nessas observações, defendo que a expansão financeira e os períodos de crise/transição hegemônica mundial também devem produzir um clima macroestrutural mais favorável às organizações nacionalistas em busca de Estado para mobilizar as massas do que os períodos de expansão material e de consolidação hegemônica mundial. Isso porque esses períodos da história reduzem a capacidade dos governantes de usar efetivamente a coerção e o consentimento no nível local. Como mostrado na Figura 2, alguns dos efeitos da expansão financeira/transição hegemônica mundial nos SSNM se dão através da intermediação de (1) crises econômicas, (2) crises geopolíticas, e (3) crises sociais em nível local. Alguns dos seus efeitos, contudo, não podem ser reduzidos apenas a essas crises. Períodos de financeirização têm propriedades *emergentes*. Ou seja, os efeitos combinados e interativos dessas múltiplas crises e conflitos são maiores e qualitativamente diferentes da soma de seus efeitos isolados. A financeirização produz *conjunturas contenciosas* no nível global devido às interações prolongadas de uma série de crises no mundo. Essas *conjunturas contenciosas* estão ligadas a essas crises e conflitos específicos, mas não podem ser reduzidas apenas a eles. Esses períodos sinalizam uma grande instabilidade no sistema-mundo, caracterizada pelo dismantelamento de pactos sociais, declínio da legitimidade da governança, mudanças sociais rápidas, aumento das ansiedades econômicas baseadas em *status* e oportunidades de independência identificadas por organizações nacionalistas em busca de Estado.

No entanto, essas oportunidades estruturais desaparecem com a emergência de

uma nova ordem mundial hegemônica. A reconstituição do sistema interestatal (isto é, após a Paz de Westfália em 1648, o Congresso de Viena em 1815, ou a criação das Nações Unidas em 1945), o estabelecimento de uma nova hegemonia mundial (ou seja, as hegemonias mundiais holandesa, britânica, e americana) e o simultâneo fim da financeirização e início de um novo período de expansão material do comércio e da produção criam condições favoráveis para que os governantes derrotem movimentos secessionistas pela força bruta e/ou os cooptem através da distribuição de novos direitos ou privilégios. Consequentemente, a frequência dos SSNM diminui durante esses períodos nas regiões que se beneficiam de estabilidade geopolítica e crescimento econômico.

Em suma, a alternância regular de períodos de expansão material e financeira (ou hegemonia e crise hegemônica) em nível mundial produz ondas globais sucessivas de SSNM durante a *longa duração* do capitalismo histórico. Se este argumento estiver correto, traria não só uma nova explicação ao agrupamento global de movimentos nacionalistas – observados por muitos sociólogos macro-históricos, como Frank e Fuentes (1990), Calhoun (1997), Silver e Slater (1999), Boswell e Chase-Dunn (2000) e Martin (2008), para citar alguns – mas também uma nova interpretação da teoria de Lênin (1963) que liga a ascensão dos movimentos de libertação nacional à dominação do *capital financeiro* durante a era do *imperialismo* (ver também SMITH, 1971). Semelhante à teoria de Lênin, a perspectiva apresentada neste artigo também explica por que os períodos do capitalismo dominado pelo capital financeiro são propensos a revoluções sociais e movimentos de libertação nacional. Porém, diferentemente da abordagem de Lênin, nesta conceitualização, a dominação do capital financeiro *não é o estágio mais alto*, mas uma *fase recorrente* do capitalismo histórico. Assim, em vez de uma *era de libertação nacional*, assistimos a *sucessivas ondas globais de mobilização nacionalista em busca de Estado*.

Agência, desenvolvimento desigual e colonização

É importante notar que essas oportunidades estruturais proporcionadas por múltiplas formas de crises não se transformarão automaticamente em SSNM, a menos que existam organizações nacionalistas de base, aguardando para explorar tais oportunidades de mobilização. A existência de organizações nacionalistas é necessária para articular esses problemas através do prisma de uma ideologia nacionalista (ênfatizando a necessidade de se formar um Estado separado como solução) e para mobilizar as pessoas para uma estratégia de *saída*. Entretanto, a existência de tais organizações não garante necessariamente que as pessoas as seguirão. Embora a multiplicidade de crises explicadas acima sirva como importante oportunidade estrutural, outro aspec-

to igualmente importante de tal mobilização é a percepção das pessoas em relação à independência – ou formação de fortes movimentos – como sendo uma possibilidade real. Historicamente falando, as pessoas se mobilizam mais facilmente em prol da independência quando outras nações começam a conseguir sua independência ou a iniciar fortes movimentos nesse sentido.

Finalmente, as regiões sob domínio imperial são mais propensas a produzir SSNM porque o domínio imperial se baseia principalmente na coerção, não no consentimento. Mas não podemos explicar adequadamente o padrão temporal-espacial das formas anticoloniais de SSNM sem lidar com o desenvolvimento desigual do capitalismo no espaço e no tempo. A literatura centrada na descolonização encontra fortes evidências de um aumento dos movimentos de descolonização durante períodos de hegemonias mundiais (BERGESEN e SCHOENBERG, 1980; BOSWELL, 1989; STRANG, 1991). Contudo, a investigação quantitativa que aplica essa teoria a todas as formas de nacionalismo no sistema-mundo não encontra provas robustas que sustentem essas alegações (WIMMER, 2013). Essa discrepância surge porque as dinâmicas no nível macro da descolonização periférica não podem ser aplicadas diretamente às dinâmicas no nível macro dos movimentos de nacionalismo em busca de Estado nas regiões centrais (ou semiperiféricas) devido às suas posições estruturais distintas na economia-mundo capitalista e no sistema interestatal. Uma vez que as regiões periféricas da economia mundial não se beneficiam plenamente das vantagens econômicas e políticas da fase de expansão material (ARRIGHI, 1994; WALLERSTEIN, 1974), as elites das colônias periféricas são incapazes de aumentar sua capacidade de consentimento durante esses períodos. Durante as hegemonias mundiais, elas também não se beneficiam de um ambiente geopolítico estável. Afinal, quando a paz entre as superpotências é estabelecida durante as hegemonias mundiais, a periferia muitas vezes se transforma em um campo de batalha para as rivalidades entre superpotências e para guerras por procuração. Além disso, quando uma nova hegemonia mundial é estabelecida, as novas potências hegemônicas tentam liquidar as colônias periféricas de potências hegemônicas rivais antigas ou contemporâneas e, assim, enfraquecer os seus adversários e obter a liderança num novo sistema interestatal. Dessa forma, devido ao desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo, os SSNM nas regiões periféricas da economia-mundo – especialmente os movimentos nacionalistas anticoloniais – não diminuem durante os períodos de expansão material e consolidação hegemônica mundial, mas aumentam ainda mais.

Hipóteses

Todos estes argumentos podem ser formalmente expressos em termos das seguintes hipóteses:

H1. A probabilidade de SSNM aumenta em períodos de intensa crise econômica.

H2. A probabilidade de SSNM aumenta à medida que a guerra interestatal aumenta.

H3. A probabilidade de SSNM aumenta à medida que a agitação social aumenta.

H4. A probabilidade de SSNM aumenta durante períodos de expansão financeira e de crise hegemônica mundial.

H5. A probabilidade de SSNM aumenta com a existência de organizações nacionalistas em busca de Estado ativas.

H6. A probabilidade de uma mobilização nacionalista em busca de Estado aumenta com rodadas exitosas de formação de Estados-nação (e forte mobilização nacionalista em busca de Estado) dentro dos territórios vizinhos.

H7a. Ser uma colônia imperial aumenta a probabilidade de uma mobilização nacionalista em busca de Estado.

H7b. A probabilidade de uma mobilização nacionalista em busca de Estado nos territórios coloniais imperiais aumenta durante os períodos de expansão material.

Dados e métodos

Para avaliar a validade dessas hipóteses e para examinar a dinâmica da mobilização nacionalista em toda a história da economia-mundo capitalista, precisamos de um conjunto de dados confiáveis sobre a mobilização nacionalista. Na falta de dados confiáveis com escopo temporal e geográfico satisfatório, eu estruturei a base de dados dos SSNM através de um processo intenso de pesquisa e coleta de dados durante dez anos. Essa base de dados original sobre mobilização nacionalista em busca de Estado inclui dois grandes conjuntos de dados.

Conjunto de dados SSNM 1

O primeiro conjunto de dados inclui notícias que relatam um amplo espectro de atividades nacionalistas em busca de Estado em todo o mundo – incluindo comícios democráticos, protestos pacíficos, propostas de referendos e ações violentas, bem como guerras nacionalista-secessionistas – no período entre 1804 a 2013 utilizando os jornais *The Guardian/Observer* (1804-2013) e *The New York Times*

(1851-2013). Entre todos os jornais disponíveis nos arquivos digitais do *ProQuest Historical Newspapers*¹, escolhi o *The Guardian/Observer* e o *The New York Times* como fontes para este conjunto de dados devido ao seu (1) maior alcance temporal, (2) maior alcance geográfico de cobertura e (3) capacidade de produzir uma maior frequência de notícias publicadas sobre mobilização nacionalista em escala mundial. Uma consideração adicional foi o fato de estarem entre os principais jornais das potências hegemônicas mundiais (isto é, o Reino Unido e os Estados Unidos) nos últimos dois séculos cobertos pelo conjunto de dados. As potências hegemônicas mundiais, por definição, tomam o mundo inteiro como sua esfera de interesse ou influência; por isso, seus principais jornais relatam assuntos globais mais do que jornais de outros países (ver SILVER, 2003, p. 191).

Estratégia de busca. O conjunto de dados SSNM 1 é compilado (1) construindo uma cadeia de palavras-chave com operadores booleanos² e indicadores de truncamento, (2) conduzindo uma combinação de busca por título/resumo e texto completo nos arquivos digitais dos jornais selecionados e (3) lendo cada artigo para identificar os *verdadeiros positivos* (ou seja, reportagens geradas pela busca que são realmente sobre SSNM) e para codificar outras informações necessárias, como a data e o local do evento e o nome do Estado e a nação sem Estado envolvidos.

Eu usei {*secess* OR separat* OR nationalis* OR independen* OR autonom**} como a cadeia de palavras-chave principal³. Escolhi essa combinação de termos a partir de uma lista mais longa de potenciais palavras-chave devido à sua capacidade superior para (1) selecionar reportagens sobre formas de atividade nacionalista em busca de Estado, tais como secessão, separação, independência etc.⁴, e, assim, (b) minimizar a taxa de *falsos positivos* (ou seja, notícias que incluem essas palavras-chave mas não fornecem relatos sobre atividades de mobilização nacionalista

1 Os jornais considerados para este projeto foram *The New York Times*, *The Washington Post*, *The Christian Science Monitor*, *The Los Angeles Times* para os jornais americanos, e *The Guardian/Observer*, *The Times*, *The Financial Times*, e *The Daily/Sunday Telegraph* para os jornais britânicos. O *The Times* não estava disponível no ProQuest, mas em <<https://www.thetimes.co.uk/archive/>> e nos arquivos Gale.

2 Operadores booleanos são os termos “AND”, “OR” e “NOT” que são digitados entre palavras-chave quando são pesquisadas em uma base de dados para melhorar a qualidade, precisão e eficiência da pesquisa. O termo “AND” reduz a busca ao obter todas as palavras-chave que ele separa; “OR” amplia a busca ao obter qualquer uma das palavras que ele separa, e “NOT” reduz a busca ao obter os resultados que não incluem o termo que o segue.

3 Os asteriscos (*) utilizados na cadeia de palavras-chave são caracteres de truncamento utilizados para substituir um ou mais caracteres. Por exemplo, a palavra-chave *nationalis** obtém não só nacionalismo, mas também nacionalista, nacionalistas etc.

4 Com base em pesquisas preliminares, decidi incluir “autonomia” na cadeia de palavras-chave porque a maioria dos jornais históricos usa às vezes os termos independência e autonomia de forma intercambiável, especialmente até meados do século XX. Um evento é codificado como “falso positivo” quando o termo autonomia é usado para não significar independência política

em busca de Estado) no processo de coleta de dados.

Depois de testar várias estratégias alternativas, decidi usar uma combinação de busca por título e texto completo. A lógica e os procedimentos dessa estratégia de busca podem ser resumidos da seguinte forma: uma busca por texto completo utilizando {*secess** OR *separat** OR *nationalis** OR *independen** OR *autonom**} produz mais de 2,5 milhões de artigos do *The Guardian/Observer* e do *The New York Times* juntos. Essa frequência não só torna a estratégia de *codificação não-automatizada* extremamente improvável, mas também não vale o esforço porque a esmagadora maioria dessas notícias são falsos positivos. Minha análise preliminar mostrou que a probabilidade de a cadeia de palavras-chave produzir verdadeiros positivos aumenta significativamente se as palavras-chave aparecem nos títulos ou subtítulos.

Uma simples busca por “título”, no entanto, exclui resultados importantes, especialmente no *The Guardian/Observer*. Embora eu tenha utilizado a mesma base de dados (*arquivos ProQuest*) e comandos idênticos (ou seja {TITLE (*secess** OR *separat** OR *nationalis** OR *independen** OR *autonom**)} comando), houve grandes diferenças nos resultados gerados no *The New York Times* e no *The Guardian/Observer*. Foi usada a mesma estratégia de busca por títulos e subtítulos nos artigos do *The New York Times*, mas apenas por títulos nos artigos do *The Guardian/Observer*. Consequentemente, a mesma busca por título encontra 46.939 notícias do *The New York Times* de 1851 a 2013, e 16.525 notícias do *The Guardian/Observer* de 1791 a 2013. Na *primeira fase* do processo de coleta de dados, eu codifiquei todos esses artigos. As taxas de verdadeiros positivos foram de 27,06% e 23,22%, respectivamente.

Para superar potenciais vieses que poderiam surgir com a exclusão dos subtítulos do *The Guardian/Observer*, também conduzi uma *segunda fase* no processo de coleta de dados. Minha análise preliminar mostrou que tal exclusão não só reduziu o número de artigos do *The Guardian/Observer*, mas também introduziu um potencial viés temporal nos resultados. Isso porque, no início do século XIX, muitas notícias sobre assuntos globais não tinham manchetes convencionais. Na maioria das vezes, todas as notícias sobre um determinado país ou região do mundo ficavam listadas sob uma única palavra: ou seja, o nome desse país ou região, como “China”, “Espanha”, “Itália” e “Boêmia”. Para superar esse problema, na *segunda fase* da coleta de dados, busquei o nome das nações (com as suas ortografias alternativas e nomes de territórios) na manchete e a cadeia de palavras-chave principal no texto completo do artigo. Para não duplicar a contagem e codificar duplamente os artigos já codificados na primeira fase, também excluí a busca anterior por títulos

dos resultados⁵. Essa estratégia de busca resultou em 40.593 artigos *adicionais* no *The Guardian/Observer* com uma taxa verdadeiramente positiva de 28%⁶. O coeficiente de correlação de Pearson entre a frequência anual de *verdadeiros positivos* encontrados nesses dois jornais (*The Guardian/Observer* e *The New York Times*) é de 0,67 ($p < 0,001$).

Decisões de codificação. Os resultados das reportagens são codificados como *verdadeiros positivos* se (1) mencionarem a existência de SSNM, demandas, esforços de mobilização, ameaças, ou resoluções, e se (2) o evento relatado tiver ocorrido no mesmo ano da publicação. Este último critério significa que se as notícias publicadas em 1960 mencionam um SSNM que ocorreu em 1870, eu não codifiquei o evento como um verdadeiro positivo modificando a sua data para 1870. Se a reportagem cumprisse essas duas condições, informações como data, nome da nação em busca de Estado, nome do Estado contra o qual os nacionalistas se mobilizaram e o local do evento eram, portanto, codificados.

Como as reportagens do *The New York Times* só começaram em 1851, para os propósitos deste artigo, utilizarei apenas reportagens do *The Guardian/Observer* como a principal variável dependente. O conjunto de dados SSNM 1 possui 15.254 notícias verdadeiramente positivas do *The Guardian/Observer* sobre os SSNM em mais de 350 nações subjugadas de 1804 a 2013, ocorridas em 150 territórios distintos. Esses “territórios” são construídos com base nas fronteiras físicas dos Estados soberanos existentes no mundo em 2001. No entanto, para fins de análise estatística histórica, eles são tratados meramente como indicadores geográficos e, portanto, extrapolados para períodos anteriores, independentemente da existência ou não de tais Estados naquele dado período histórico. Essa estratégia é consistente com a prática vigente utilizada por muitos conjuntos de dados globais e históricos, como Maddison (2003) e Wimmer e Feinstein (2010). Por exemplo, o conjunto de dados SSNM 1 inclui territórios chamados “Itália” e “Nigéria” em 1816, embora tais Estados não existissem nesse período. Por conseguinte, codifiquei um SSNM na Sicília sob o território da “Itália” e uma rebelião Igbo em Biafra sob “Nigéria”.

5 Para essa tarefa, é utilizada a seguinte estrutura de comandos: “title([nation_name] OR [nations’_alternative_names_OR alternative_spellings’_OR_territory_names]) AND (secess* OR separat* OR nationalis* OR independen* OR autonom*) NOT title(secess* OR separat* OR nationalis* OR independen* OR autonom*)”.

6 A aplicação dessa estratégia ao *The New York Times* resultaria em 112.714 artigos adicionais e aumentaria ainda mais a discrepância entre os dois jornais. Como verificação de robustez, também realizei a análise estatística excluindo a segunda fase da coleta de dados. Os resultados estatísticos apresentados neste artigo não mudam.

Codifiquei um SSNM que ocorreu numa determinada região de um império histórico (ou uma federação multinacional que não existe mais em 2001) sob o território do Estado soberano existente em 2001. Por exemplo, os territórios reivindicados pela mobilização nacionalista em busca de Estado estoniana contra a URSS estão codificados sob “Estônia” e não sob “Rússia”, assim como qualquer Estado contemporâneo que pertencia à URSS na época da mobilização nacionalista.

Da mesma forma, se um SSNM ocorreu em uma região mais ampla do mundo, a qual se encontra dividida em diferentes Estados soberanos em 2001, ele é codificado separadamente em todos esses Estados. Por exemplo, uma revolta nacionalista curda ocorrida durante o final do Império Otomano, na região que atualmente engloba o Iraque, Turquia, Síria e Irã, é codificada sob *todas* estas localidades. Na análise complementar, verifiquei se essa decisão afetou ou não os resultados. Testes de robustez mostram que codificar tais movimentos sob um único Estado ou eliminá-los completamente das análises não altera os resultados apresentados no artigo.

Confiabilidade e validade do conjunto de dados SSNM 1

A coleta de dados por arquivos de jornais é uma estratégia amplamente utilizada nas ciências sociais (BEISSINGER, 2002; FRANZOSI, 1987; MCADAM, 1982; TILLY, 1978), e alguns estudiosos consideram reportagens de jornais mais confiáveis do que estatísticas oficiais e métodos alternativos, como pesquisas domiciliares (SILVER, 2003; VARSHNEY, TADJOEDDIN e PANGGABEAN, 2008; WILKINSON, 2006). No entanto, apesar de suas vantagens, o uso de reportagens para analisar formas de agitação social pode conter potenciais vieses (EARL *et al.*, 2004; FRANZOSI, 1987). Embora seja impossível eliminar completamente todos os potenciais vieses em qualquer estratégia de coleta de dados, os pesquisadores podem detectar e usar estratégias para minimizá-los. Dado o âmbito limitado deste artigo, mencionarei a seguir brevemente quatro dessas estratégias que utilizei para assegurar a confiabilidade e validade do conjunto de dados.

Em primeiro lugar, para evitar potenciais *vieses na coleta de dados* (EARL *et al.*, 2004) por esquemas de coleta de dados errôneos, não empreguei nenhum esquema de amostragem, mas codifiquei todos as reportagens geradas pela cadeia de palavras-chave. Da mesma forma, não recorri a índices e categorias temáticas elaborados por jornais, nem a técnicas de coleta de dados totalmente automatizadas, as quais podem gerar uma alta taxa de resultados falsos positivos. Em vez disso, todos os dados são codificados manualmente através da leitura individual de cada uma dessas notícias. Para evitar um possível *viés de pesquisador*, eu não me baseei no meu próprio co-

nhcimento sobre esses casos, mas apenas na informação disponível nessas notícias. Para evitar outras formas de *vieses de pesquisador* devido à inserção manual de dados e erros de codificação no processo da coleta de dados (FRANZOSI, 1987), todos os artigos foram duplamente codificados pelo mesmo pesquisador (99,9% de sobreposição nas decisões); e 10% dos artigos selecionados aleatoriamente foram duplamente codificados por pesquisadores assistentes, que receberam 20 horas de treinamento sobre o processo de coleta de dados através de instruções em codificação (97,3% de sobreposição nas decisões).

Em segundo lugar, para evitar possíveis *vieses de descrição* por causa de reportagens com informações incorretas (ou ausentes) (EARL *et al.*, 2004), eu não coletei informações que respondem a questionamentos como “quem fez o que com quem?”, “por que o conflito/protesto começou?” ou “quantas pessoas participaram (ou morreram)?”. Considerando que interesses geopolíticos afetariam significativamente a forma como esses jornais formulariam e relatariam as ações dos SSNM em diferentes partes do mundo, limitei a coleta de dados apenas a informações essenciais – que seriam relatadas mais ou menos de forma semelhante por apoiadores, opositores ou observadores neutros desses movimentos – tais como data, nome da nação em busca de Estado (incluindo nomes alternativos, ortografias etc.) e nome do Estado contra o qual os nacionalistas em busca de Estado se mobilizaram.

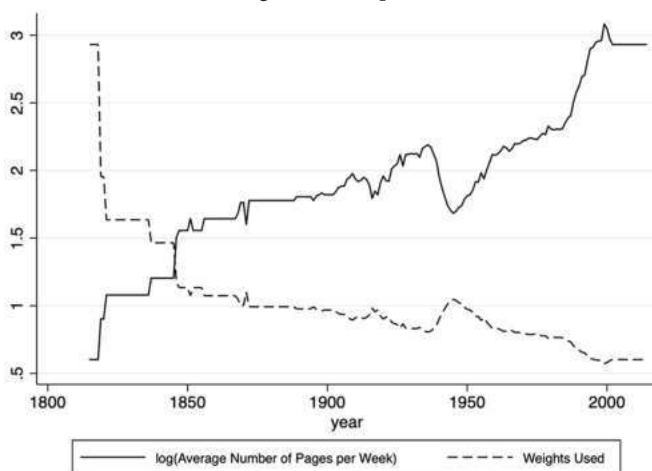
Em terceiro lugar, atribuí *pesos* para a variável dependente para compensar o possível *viés de seleção temporal* decorrente das frequências diferentes das reportagens produzidas pelos jornais em diferentes momentos na história. Em pesquisas históricas que utilizam reportagens como fontes de dados, o aumento na capacidade de cobertura dos jornais – e o correspondente aumento no número de páginas e palavras que os jornais dedicam às notícias internacionais – ao longo do tempo pode se tornar um motivo de grande preocupação. Para ilustrar, em média, o número total de páginas do *The Guardian/Observer* em uma semana qualquer foi de 12 na década de 1830, 60 na década de 1880, 130 na década de 1930, 64 na década de 1950, 160 na década de 1970, 420 na década de 1990 e aproximadamente 1000 na década de 2000. Tais mudanças no formato físico dos jornais podem produzir um aumento arbitrário na frequência dos eventos noticiados. Por outro lado, há períodos na história – como durante a Segunda Guerra Mundial – quando a capacidade de reportagem dos jornais diminui devido a vários infortúnios, incluindo a escassez de papel.

A *forma ponderada da variável dependente* visa evitar qualquer inflação arbitrária (ou deflação) na frequência dos SSNM devido ao aumento (ou redução) do número de páginas dos jornais ao longo do tempo. Para estabelecer esses *pesos*, recolhi e examinei notícias publicadas de 1 a 30 de junho de cada ano (de 1804 a 2013 para o *The*

Guardian/Observer, e de 1851 a 2013 para o *The New York Times*) e calculei o número total de páginas e o número de páginas que publicaram notícias internacionais. Com base na minha análise, construí pesos que são *inversamente proporcionais* ao logaritmo⁷ da média do número de páginas que esses jornais tinham por semana a cada ano, como mostra a Figura 3. A análise estatística apresentada no artigo é realizada utilizando-se tanto os dados ponderados como os não ponderados. Os resultados são robustos.

Em quarto lugar, criei uma *versão binária* do conjunto de dados para minimizar o possível *viés de seleção geográfica* que pode surgir devido a diferentes frequências de reportagens produzidas por jornais sobre diferentes países do mundo⁸. Como mencionado anteriormente, ao escolher potenciais jornais como fontes para este projeto, identifiquei aqueles com a capacidade de cobertura geográfica mais ampla.

Figura 3. Número médio de páginas no *The Guardian/Observer* (em escala logarítmica) e pesos utilizados



Fonte: Elaboração própria

7 O aumento exponencial do número de páginas, no entanto, não corresponde a um aumento exponencial do número total de páginas que noticiam matérias internacionais. Se compararmos o ano de 1957 (um ano em que ambos os jornais publicavam aproximadamente 100 páginas por semana) com o ano 2000 (um ano em que ambos os jornais publicavam aproximadamente 1000 páginas por semana), podemos ver que o número de páginas que poderiam noticiar matérias internacionais aumentou em 50%. Por essa razão, os pesos inversos que usei são calculados usando o logaritmo do número médio de páginas que os jornais tinham por semana num determinado ano.

8 Considerando que os jornais irão mencionar mais os movimentos nacionalistas ocorrendo em seus próprios países do que em outros países, eu também deflacionei a frequência dos movimentos no Reino Unido do *The Guardian/Observer*. Para essa tarefa, eu (1) calculei a razão de frequências dos movimentos nacionalistas no Reino Unido para o mundo a partir do *The Guardian/Observer* e do *The New York Times* para o período de 1851 a 2013, (2) multipliquei as frequências dos movimentos no Reino Unido com um deflator que fez com que a razão do *The Guardian/Observer* fosse a mesma que a do *The New York Times*, e (3) arredondei os dados para o inteiro mais próximo para garantir que os dados ainda sejam de contagem.

O problema é que mesmo jornais com a mais ampla capacidade de cobertura geográfica podem produzir mais notícias sobre umas regiões do mundo do que de outras. Por exemplo, a maioria dos jornais americanos tem a tendência de produzir mais notícias sobre a América Latina do que os jornais britânicos. Enquanto a maioria dos jornais britânicos produz mais notícias sobre suas antigas colônias do que a maioria dos jornais americanos. Pela mesma lógica, muitos jornais franceses têm tendência a produzir mais notícias sobre o Norte da África, a Indochina francesa e países francófonos da Europa do que os jornais americanos e britânicos. Esse problema é importante porque se os jornais tendem a reportar mais notícias sobre umas regiões do que outras, isso pode arbitrariamente aumentar (ou diminuir) a frequência dos movimentos observados na base de dados em tais regiões.

A versão binária do conjunto de dados SSNM 1 visa responder a esse potencial viés de seleção geográfica. Nessa versão binária do conjunto de dados, os SSNM num determinado território recebe um valor “1” se houver pelo menos uma menção a um SSNM num determinado ano, e um valor “0” se não houver nenhuma menção. Ao deflacionar todas as frequências em um binário, essa versão do conjunto de dados assegura que não haja flutuações arbitrárias na frequência de mobilização nacionalista em busca de Estado devido a um potencial viés de seleção geográfica. Como irei demonstrar na seção de análise, a replicação da análise estatística usando a versão binária do conjunto de dados SSNM 1 produz os mesmos resultados.

Outros testes de confiabilidade também mostram que o conjunto de dados SSNM 1 inclui todos os incidentes de formação de Estados quando estes são fundados por SSNM (em lugar de revoluções sociais não-nacionalistas ou acordos internacionais), e inclui também a esmagadora maioria das guerras secessionistas/étnico-nacionalistas, como divulgado por outros conjuntos de dados existentes⁹. Contudo, esses outros

⁹ Tal comparação revela diferenças fundamentais entre a produção de conjuntos de dados utilizando fontes históricas e reportagens. Conjuntos de dados que usam fontes históricas (como WIMMER e MIN, 2006) podem identificar o início e o fim de uma guerra étnico-nacionalista ou secessionista a partir de fontes históricas e podem codificar todos os períodos intermediários como “verdadeiros positivos”, enquanto jornais históricos podem cobrir algumas partes de todo esse período e eventualmente perder certos anos, como também pode ser visto na Figura 4. Isto é provavelmente porque as reportagens são muito sensíveis aos altos e baixos no tempo e ritmo da guerra étnica/secessionista. Isto explica por que o *The Guardian/Observer* parece subnotificar algumas das guerras nacionalistas em busca de Estado em certas regiões da América Latina (como a República Dominicana), em algumas colônias portuguesas (como a Guiné-Bissau e Moçambique) e em algumas regiões da Indochina francesa (como o Laos e o Camboja). Uma análise mais aprofundada também demonstra que as notícias sobre guerras, revoltas e rebeliões nessas regiões nos anos em que estão ausentes podem ser encontradas nas páginas do *The Guardian/Observer*, mas não são contadas como verdadeiros positivos, uma vez que essas notícias não falam explicitamente de secessão, independência ou autodeterminação como o objetivo dessas rebeliões nesses anos.

conjuntos de dados não capturam a maioria dos SSNM como o faz o conjunto de dados SSNM 1.

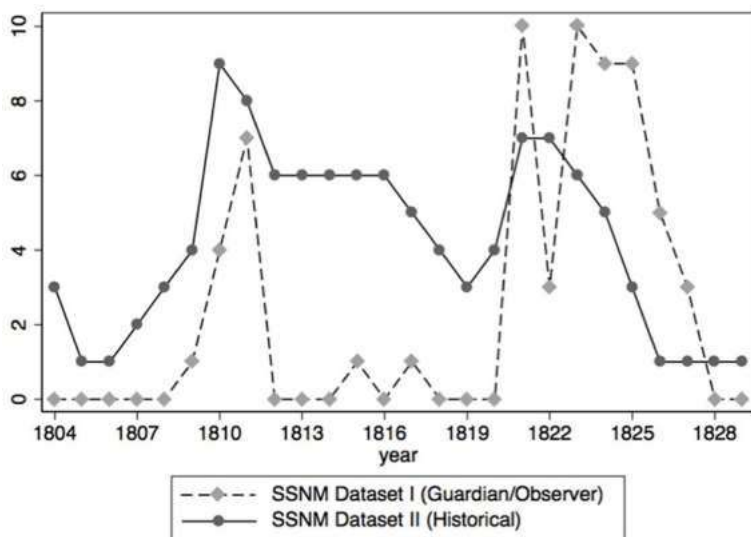
Conjunto de dados SSNM 2

É impossível usar o mesmo método de coleta de dados para o período que se estende do final do século XV ao início do século XIX. Por esse motivo, o segundo conjunto de dados da base de dados SSNM faz uso de uma metodologia diferente. Baseando-se nos dados de Tilly (1993, 1994) sobre acontecimentos revolucionários na Europa, eu calculei o número de situações revolucionárias e conflitos de alta intensidade envolvendo movimentos em busca de Estado de 1492 a 1829, usando as mesmas unidades territoriais que usei no primeiro conjunto de dados.

Examinando cada situação revolucionária nos dados de Tilly (1993) de 1492 a 1829, codifiquei situações revolucionárias envolvendo movimentos em busca de Estado, mas ampliei (e revisei) esses dados de duas formas significativas. Primeiro, ampliei a lista de Tilly contendo “situações revolucionárias nacionais” ao incluir instâncias de formação de Estado e de conflitos de alto nível em que grupos subordinados exigiam independência. Para essa tarefa, recorri a quatro volumes da *Enciclopédia das Nações sem Estado* de Minahan (2002), ao *Catálogo de Conflitos* de Brecke (2012), à *Enciclopédia dos Movimentos Separatistas Modernos* de Hewitt e Cheethnam (2000), aos movimentos nacionalistas históricos listados por Smith (1971) e a uma ampla gama de recursos históricos secundários sobre esses conflitos. Como a base de dados SSNM se concentra no nacionalismo em busca de Estado, excluí conflitos e reações contra políticas nacionalistas de Estado voltadas à homogeneização se não houvesse evidência de demandas pela independência ou autonomia por parte das nações subjogadas. Segundo, os dados de Tilly incluem a Europa Ocidental e Oriental, mas não incluem as regiões da América do Norte ou América Latina, as quais já haviam sido incorporadas à economia-mundo capitalista naquela época. Portanto, expandi geograficamente os dados de Tilly para incluir também os movimentos em busca de Estado nas Américas.

A lista completa dos conflitos de alta intensidade e das situações revolucionárias nacionalistas em busca de Estado cobertas pelo conjunto de dados SSNM 2 no período de 1492 a 1829 pode ser encontrada no Apêndice A. Para os fins deste artigo, os dados foram agregados num formato território-ano utilizando as mesmas unidades territoriais do conjunto de dados SSNM 1. O resultado final são 446 território-anos de conflitos de alta intensidade e situações revolucionárias nacionalistas em busca de Estado produzidos por 86 SSNM distintos.

Figura 4. Número médio de páginas no *The Guardian/Observer* (em escala logarítmica) e pesos utilizados



Fonte: Elaboração própria

É importante notar que, do século XVI ao século XIX, a base de dados SSNM inclui situações revolucionárias e conflitos de alta intensidade envolvendo movimentos em busca de Estado. A partir do século XIX, porém, começamos a observar uma gama mais ampla de atividades em busca de Estado, incluindo protestos, comícios, manifestações e referendos de independência, bem como aqueles conflitos armados secessionistas, situações revolucionárias e guerras de secessão que conseguiram aparecer nos noticiários internacionais. Por um lado, essa distinção é imposta por dificuldades técnicas e metodológicas, pois não temos uma fonte de notícias única e fiável com capacidade de reportagem em nível mundial para o período anterior. Por outro lado, essa distinção capta uma grande transformação histórica ocorrida no século XIX: a dupla ascensão da democracia e dos movimentos sociais democráticos de base (MARKOFF, 1996). À medida que as ideologias nacionalistas começaram a se difundir, surgiram organizações nacionalistas, movimentos de democratização obtiveram êxito, a autodeterminação nacional foi adotada como um princípio democrático, e, à medida que os movimentos nacionalistas se tornaram movimentos sociais, uma série mais ampla de ações (incluindo as não violentas e normativas) foi sendo usada por grupos e organizações nacionalistas. Nossos dois conjuntos de dados capturam essa grande transformação, e a sobreposição dos anos em ambos

os conjuntos, o período de 1804 a 1829, é intencional. Como ilustra a Figura 4, não há grande discrepância na padronização/frequência dos movimentos em busca de Estado nesses dois conjuntos de dados durante esse período de sobreposição, sugerindo uma transição suave de uma forma de ação para a outra.

Estratégia analítica

Avaliar o poder explicativo de teorias concorrentes sobre o nacionalismo (ou qualquer outro tópico nas ciências sociais) usando métodos quantitativos é um grande desafio. Embora alguns estudiosos acreditem que conjuntos de dados de larga escala estão facilitando a falsificação de teorias que não se apoiam em evidências empíricas/históricas, o problema é que muitas teorias sérias sobre nacionalismo (como em muitos outros assuntos da sociologia comparativa-histórica) não se permitem ser quantificadas facilmente. De Ernest Gellner a Anthony Smith, a Eric Hobsbawm, a maioria dos teóricos do nacionalismo nos fornecem conjuntos de argumentos, ideias e observações extremamente complexos, que não podem ser transformados em umas poucas hipóteses testáveis sem simplificar em demasiado o assunto em questão. Também é muito difícil encontrar dados de alta qualidade que possam ser usados como variáveis e proxies válidos na análise. É por isso que o ceticismo existente por parte de alguns sociólogos comparativos-históricos com testar teorias concorrentes sobre o nacionalismo usando métodos quantitativos não deve ser descartado. Ao contrário, ele deve ser levado em séria consideração, deixando claro que a análise quantitativa utilizada nos estudos comparativos-históricos não visa estabelecer causalidade ou descreditar teorias existentes de forma popperiana, mas meramente descobrir alguns padrões e relações escondidos em dados de larga escala, que mais tarde deveriam ser objeto de um estudo sociológico e histórico sério. Assim, os métodos e análises utilizados neste artigo devem ser vistos como um primeiro corte macroquantitativo para o início de uma pesquisa histórica e empírica mais abrangente e rigorosa, em vez de ser a última palavra num debate sobre algumas teorias existentes acerca do nacionalismo.

Com esse cuidado em mente, vou proceder em dois passos. No primeiro, irei analisar a formação e dissolução das ondas globais de nacionalismo em busca de Estado de 1492 ao presente, utilizando os dois conjuntos de dados da base SSNM. Nessa seção, tanto a unidade de análise como a unidade de observação são o sistema-mundo observado em anos individuais. Esta análise nos fornecerá uma visão global da trajetória histórica do nacionalismo em busca de Estado na longa duração. No segundo, utilizarei o conjunto de dados SSNM 1 para analisar o poder explicativo

da perspectiva teórica apresentada neste artigo contra algumas das abordagens existentes na literatura, usando uma análise de regressão multivariada. Nessa seção, a unidade de análise ainda será o sistema-mundo, mas a unidade de observação será o território-ano. Dessa forma, vamos explorar as dinâmicas do nacionalismo em busca de Estado no mundo, analisando como ele é afetado por diferentes variáveis em nível local. A análise estatística nessa seção focaliza os efeitos de uma série de covariáveis derivadas de algumas das teorias concorrentes do nacionalismo sobre a frequência (e, portanto, probabilidade) dos SSNM. A variável dependente é a frequência de SSNM (ou seja, dados de contagem), que mostra propriedades de sobredispersão (ou seja, sua variância é maior do que sua média). Dessa forma, vou usar uma análise de regressão binomial negativa para estimar como as variáveis independentes afetam a frequência dos movimentos em busca de Estado.

A Tabela 1 mostra explicações e estatísticas descritivas das variáveis utilizadas nos modelos. A maioria das variáveis independentes está disponível apenas para o período de 1816 a 2001 e para 137 territórios. Todos os modelos de regressão incluem uma defasagem de um ano para todas as variáveis independentes. Correlações de Pearson (Tabela 2) e os valores dos fatores de inflação de variância (ver Tabela 3) não sugerem problemas de multicolinearidade nos modelos utilizados.

Tabela 1. Variáveis e estatística descritiva

Variable	Explanation	Observations	Mean	Standard deviation
SSNM	Frequency of state-seeking movements in the territory in a given year as measured from international news reports (SSNM dataset 1)	25,482	0.42	3.21
Ethnic diversity	Ethnic fractionalization index score (Fearon and Laitin, 2003; Wimmer and Min, 2006)	25,482	0.41	0.28
Religious diversity	Religious fractionalization index score (Fearon and Laitin, 2003; Wimmer and Min, 2006)	25,482	0.37	0.22
Iron-steel production	Iron and steel production (thousands of tons) as calculated by Singer (1987) and updated by Correlates of War project.	25,345	1260.49	8560.98
GDP per capita	GDP per capita in Geary-Khamis (PPPs) as calculated by Maddison (2003). Missing years are imputed using linear interpolation and extrapolation based on the growth rate of the closest neighbor with a similar geographic standing (Karataşlı 2017).	25,345	1874.82	2847.88
Globalization	Global trade openness index score as calculated by Chase-Dunn et al. (2000) as world average of the country-level ratio of the level of external trade (e.g. imports) to the GDP.	25,345	0.11	0.04
State power	Composite index of national capabilities score as measured by Singer (1987) using military expenditure, number of soldiers, iron-steel production, energy consumption, urbanization and population size in a given country relative to the world, updated by Wimmer and Feinstein (2010). Centered around the mean.	24,972	0.00	0.07
Recent nation-state formation in the empire	Number of nation-states formed in the empire in the last 5 years (Wimmer and Feinstein, 2010).	25,482	0.15	0.84
Recent nation-state formation in neighborhood	Number of nation-states formed in neighbor territories in the last 5 years (Wimmer and Feinstein, 2010).	25,482	0.15	0.55
Nationalist organizations	Dichotomous variable (1= there is at least one nationalist organization; 0= no nationalist organization) calculated by Wimmer and Feinstein (2010).	25,345	0.58	0.49
Duration of nationalist propaganda	Years passed since first nationalist organization is founded, calculated by Wimmer and Feinstein (2010).	25,482	41.00	53.00
Imperial dependency	Dichotomous variable (1= the territory is an imperial dependency; 0= the territory is not an imperial dependency) as calculated by Wimmer and Feinstein (2010).	25,345	0.42	0.49
Number of wars in the empire	Number of wars interstate wars fought in the empire as calculated by Wimmer and Feinstein (2010).	25,345	0.36	0.98
Number of wars in the territory	Number of wars interstate wars fought in the territory as calculated by Wimmer and Feinstein (2010).	25,345	0.09	0.32
Economic crisis	Dichotomous variable (1= crisis, 0= no crisis) calculated using Maddison's GDP estimates as years where a country's GDP per capita growth rates fall below 0 or below the 25th percentile in the world.	25,345	0.25	0.43
Social unrest	Frequency of non-nationalist social unrest measured from international newspapers, calculated by Global Social Protest Research Group (Arrighi Center, 2019).	25,345	0.18	1.17
Financialization	Dichotomous variable (1= financial expansion, 0= material expansion) calculated by the author based on Arrighi (1994) and explained in Table 1.	25,345	0.42	0.49
State-seeking nationalist unrest in neighborhood	Frequency of SSNM in neighbor territories (SSNM dataset 1)	25,345	2.45	8.58

GDP: gross domestic product; PPPs: purchasing power parities; SSNM: state-seeking nationalist movements. Control variables are year of the analysis and regional controls (Middle East, Eastern Europe, Africa, Asia, Oceania, Latin America), where territory gets a value of 1 if it belongs to the region, and a value of 0 if it does not. Western Europe/North America is the reference group.

Tabela 2. Matriz de Correlação

Variables	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)
(1) SSNM	1.00																		
(2) Ethnic diversity	0.03	1.00																	
(3) Religious diversity	-0.02	0.37	1.00																
(4) Iron-steel production	0.03	-0.05	0.05	1.00															
(5) GDP per capita	0.04	-0.20	0.02	0.40	1.00														
(6) Globalization	0.04	0.00	0.00	0.15	0.38	1.00													
(7) State power	0.01	0.09	0.10	0.10	-0.07	-0.17	1.00												
(8) Recent nation-state formation in the empire	0.11	0.06	0.03	0.00	-0.03	-0.05	0.03	1.00											
(9) Recent nation-state formation in neighborhood	0.06	0.01	0.00	0.03	0.02	0.04	-0.08	0.12	1.00										
(10) Nationalist organizations	0.09	-0.21	-0.12	0.13	0.39	0.28	-0.23	0.08	0.17	1.00									
(11) Duration of nationalist propaganda	0.06	-0.25	-0.13	0.28	0.65	0.37	-0.21	-0.05	0.05	0.66	1.00								
(12) Imperial dependency	0.01	0.14	0.10	-0.12	-0.23	-0.23	0.53	0.15	-0.08	-0.34	-0.42	1.00							
(13) Wars in the empire	0.03	0.08	0.03	-0.04	-0.10	-0.16	0.30	0.19	-0.01	-0.09	-0.17	0.36	1.00						
(14) Wars in the territory	0.16	0.01	-0.02	-0.02	-0.06	0.04	-0.01	0.02	0.08	0.10	0.04	-0.07	0.07	1.00					
(15) Economic crisis	0.04	-0.09	-0.00	-0.03	-0.04	0.00	0.05	-0.04	0.05	0.15	0.06	-0.01	-0.01	0.03	1.00				
(16) Social unrest	0.21	-0.03	-0.01	0.22	0.14	0.02	0.05	0.02	0.04	0.12	0.20	-0.09	-0.01	0.09	0.02	1.00			
(17) Financialization	0.03	-0.00	-0.00	0.04	0.12	0.54	-0.00	-0.05	-0.01	0.08	0.12	0.01	0.02	0.00	-0.00	0.03	1.00		
(18) SSNM in neighborhood	0.15	-0.04	-0.05	0.09	0.09	0.10	-0.04	0.06	0.12	0.12	0.09	-0.05	0.03	0.09	0.03	0.08	0.05	1.00	
(19) Year	0.07	0.00	0.00	0.17	0.47	0.58	-0.24	0.07	0.13	0.63	0.58	-0.19	-0.07	0.07	-0.00	0.10	0.28	0.17	1.00

GDP: gross domestic product; SSNM: state-seeking nationalist movements.

Regional control variables (Middle East, Eastern Europe, Africa, Asia, Oceania, Latin America), where territory gets a value of 1 if it belongs to the region, and a value of 0 if it does not, are not presented in the matrix.

Resultados

Se minhas premissas fundamentais estiverem corretas, então os períodos que se estendem desde a crise sinalizadora até o fim da crise terminal (ou seja, 1560-1648, 1760-1815, 1873-1929/1945, e 1973/80 ao presente) devem ser extremamente férteis para a mobilização nacionalista em busca de Estado, porque esses períodos de financeirização são caracterizados por crises interligadas nas esferas econômica, geopolítica e social, bem como pela diminuição dos recursos para promover o consentimento entre as massas e para manter a hegemonia dos governantes em nível local. O Quadro 2 dá exemplos de tais crises e anedotas históricas sobre os padrões previstos.

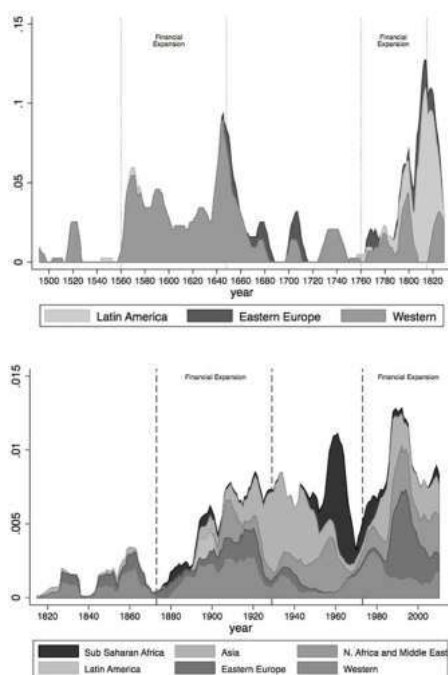
Quadro 2. Financeirização, crises e desmantelamento de pactos sociais

	Signal crisis (onset of financialization)	Terminal crisis (onset of “Chaos”)	Examples of unmaking of social compacts
Genoese-Iberian systemic cycle	Economic crisis Social crisis Geopolitical crisis Economic crisis Social crisis Geopolitical crisis	Price inflation of the 16th century (rising after 1560s) Protestant revolts 80 years war Stagnation of the transatlantic trade after 1750s Revolt of Thirteen Colonies 70 years war	Centralization policies of Philip II of the Spanish–Habsburg Empire
Dutch systemic cycle		General depression of the 17th century Protestant revolutions 30 years war General crisis of the early-19th century French and Haitian Revolutions Napoleonic wars	Unmaking of “flexibilities” introduced during mercantilist expansion. Increasing tax extraction from American settler colonies by the British Empire. Centralization policies of Carlos III of the Spanish Empire; Selim III of the Ottoman Empire; Joseph II of the Austrian Empire.
British systemic cycle	Economic crisis Social crisis Geopolitical crisis	1873/1896 recession Paris Commune 1871 Franco-Prussian war 1870– 1871, Russo-Turkish war of 1877–1878	Dissolution of the Tanzimat compacts and centralization in the Ottoman Empire in late- 19th and early-20th century.
US systemic cycle	Economic crisis Social crisis Geopolitical crisis	1929 crisis 1905/1908 wave of bourgeois- democratic revolutions; 1917 Bolshevik Revolution Russo-Japanese war, Balkan wars, First and Second World War 2007/2008 crisis Post-2008 waves of revolts and revolutions 9/11, Global War on Terror (Wars in Afghanistan and Iraq), Syrian “internationalized” Civil War	Unmaking of developmentalist policies (including its capitalist, social democratic, and socialist variants)

Fonte: Elaboração própria.

A fim de avaliar se essa previsão é respaldada por dados históricos, o quadro da mobilização nacionalista no mundo, derivado dos dois conjuntos de dados da base de dados SSNM, está resumido na Figura 5. Essa figura documenta a trajetória histórica dos SSNM dentro dos limites da economia-mundo capitalista de 1492 a 2013. Ela mostra que a distribuição dos movimentos em busca de Estado ao longo do tempo não é uniforme nem aleatória. Pelo contrário, há períodos na história em que os movimentos em busca de Estado se agrupam no espaço e no tempo. A Figura 5 mostra que os períodos que se estendem dos anos de 1560 a 1640, de 1780 a 1810, de 1880 a meados do século XX, e dos anos 80 ao presente estão entre essas conjunturas históricas que produzem sucessivas ondas globais de nacionalismo.

Figura 5. Índice de mobilização dos movimentos em busca de Estado, 1492-2013 (média móvel de nove anos)



Nota: Os eixos Y mostram a razão entre o número de movimentos em busca de Estado num determinado ano e o número total de movimentos em busca de Estado ao longo do período. Estes dados de 1492 a 1829 (linha superior) incluem situações revolucionárias e conflitos de alto nível envolvendo movimentos em busca de Estado. Esses dados de 1816 a 2013 (linha inferior) incluem o número de notícias sobre movimentos em busca de Estado em todo o mundo. Ambos os números consideram os limites da economia-mundo capitalista. Assim, regiões que só foram incorporadas à economia-mundo capitalista após o século XIX (África Subsaariana, Ásia, Norte da África e Oriente Médio) estão excluídas do gráfico superior.

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 3 documenta as ondas de nacionalismo em busca de Estado e sua sobreposição com as fases dos ciclos sistêmicos de acumulação. Mostra que, enquanto *ondas* de nacionalismo podem ocorrer tanto durante os períodos de expansão material como financeira do capitalismo histórico, *grandes ondas* tendem a emergir predominantemente durante os períodos de expansão financeira. No total, 14 das 17 grandes ondas ocorreram durante períodos de expansão financeira (como sugerido pela H4); 2 das 3 grandes ondas que ocorreram durante um período de expansão material e hegemonia mundial estão ligadas à descolonização das colônias asiáticas e africanas, como explicado na seção acima sobre o desnível espacial do nacionalismo anticolonial (conforme sugerido também pela H7b).

Figura 5. Índice de mobilização dos movimentos em busca de Estado,
1492-2013 (média móvel de nove anos)

Dataset	Waves ^a	Major waves ^b	Systemic cycle of accumulation
SSNM dataset 2	–	–	Material expansion (Genoese–Iberian)
	1566–1570	1567–1570	Financial expansion (Genoese–Iberian)
	1636–1641	1638–1641	Financial expansion (Genoese–Iberian)
	1704–1707	–	Material expansion/world hegemony (Dutch)
	1733–1735	–	Material expansion/world hegemony (Dutch)
	1744–1746	–	Material expansion/world hegemony (Dutch)
	1764–1765	–	Financial expansion/hegemonic crisis (Dutch)
	1779–1781	1779–1781	Financial expansion/hegemonic crisis (Dutch)
	1789–1791	1789	Financial expansion/hegemonic crisis (Dutch)
	1794–1796	1794–1796	Financial expansion/hegemonic crisis (Dutch)
SSNM Dataset 1	1831	–	Material expansion/world hegemony (British)
	1848–1849	1848–1849	Material expansion/world hegemony (British)
	1859	–	Material expansion/world hegemony (British)
	1863	–	Material expansion/world hegemony (British)
	1896–1897	1897	Financial expansion/hegemonic crisis (British)
	1903–1910	1910	Financial expansion/hegemonic crisis (British)
	1918–1920	1918–1920	Financial expansion/hegemonic crisis (British)
	1930	1930	Financial expansion/hegemonic crisis (British)
	1945–1947 ^c	1947 ^c	Material expansion/world hegemony (US)
	1955 ^c	–	Material expansion/world hegemony (US)
	1960 ^c	1960 ^c	Material expansion/world hegemony (US)
	1974–1975	1975	Financial expansion/hegemonic crisis (US)
	1984–1986	1984–1986	Financial expansion/hegemonic crisis (US)
	1989–1991	1989–1991	Financial expansion/hegemonic crisis (US)
	1999	1999	Financial expansion/hegemonic crisis (US)
	2007–2008	2007–2008	Financial expansion/hegemonic crisis (US)

SSNM: Movimentos Nacionalistas em Busca de Estado.

^a Ondas de nacionalismo são operacionalizadas como anos nos quais a frequência da mobilização nacionalista no mundo é ao menos 50% maior do que a média dos cinco anos anteriores (ver SHORTER e TILLY, 1974) e a frequência da mobilização nacionalista é maior que a média de todo o período do conjunto de dados (ver SILVER, 1995).

^b Grandes ondas são definidas como anos nos quais a frequência da mobilização nacionalista é ao menos 50% maior do que a média dos 5 anos anteriores, e a frequência da mobilização nacionalista é ao menos 100% maior do que a média de todo o período no conjunto de dados.

^c Predominantemente a descolonização periférica da Ásia e da África.

A principal exceção parece ser a onda de 1848-1849, que ocorreu durante um período de expansão material e hegemonia mundial. Curiosamente, no entanto, o período de 1848 a 1849 é único dentro da hegemonia mundial britânica e inclui muitos componentes de uma *crise* hegemônica, entre eles uma intensa crise econômica (como previsto pela H1) e intensas revoluções sociais e agitação trabalhista (como previsto pela H3). O que parece estar faltando é a crise geopolítica (ou seja, a grande guerra de poder). Essa observação também explica algo interessante sobre a natureza da “Primavera das Nações” no período entre 1848 e 1849. Enquanto o ambiente de crise existente ajudou os movimentos nacionalistas a se mobilizarem, na falta de intensa crise geopolítica, os Estados e impérios existentes foram capazes de esmagar todas as revoltas nacionalistas. Portanto, nenhum deles pôde triunfar e se espalhar.

Embora essa visão macroscópica da mobilização nacionalista na história mundial coincida largamente com as nossas expectativas, isso não é suficiente para avaliar o poder explicativo da teoria apresentada neste artigo. Para tanto, como segundo passo, precisamos ir além dessas análises descritivas em nível global e examinar a dinâmica dos movimentos em busca de Estado utilizando uma análise de regressão multivariada. A Tabela 3 apresenta modelos de regressão binomial negativa (e logit) prevendo a frequência anual (e existência/ausência) dos SSNM em formato território-ano de 1816 a 2001.

A perspectiva teórica apresentada em uma seção anterior deste artigo é testada nos Modelos 4a-c. Os Modelos 1-3 incluem variáveis de outras abordagens existentes na literatura, conforme discutido na “Introdução”. O modelo 1 contém variáveis de diversidade étnica e religiosa para averiguar se a mobilização nacionalista em busca de Estado tem ou não suas raízes em origens étnicas ou religiosas, como afirmam as escolas de pensamento do nacionalismo sociobiólogo (VAN DEN BERGHE, 1987) ou primordialista (CONNOR, 1967). Nem as variáveis de diversidade étnica nem as de diversidade religiosa atingem níveis padrão de significância, o que não é surpreendente, uma vez que uma das principais limitações dessas perspectivas é que elas permanecem agnósticas às dinâmicas de mobilização nacionalista. Como elas se concentram em laços étnicos “estáveis” e “duradouros” que se estendem ao longo de milênios, a maioria dessas perspectivas não consegue explicar qualquer variação no ritmo e intensidade das revoltas nacionalistas.

Afinal, *uma constante não pode explicar variação*. Dito de outra forma, essas perspectivas *podem* explicar como os movimentos secessionistas escoceses, catalães, curdos, tibetanos ou uyghur de hoje podem estar ligados a identidades étnicas antigas e longevas, ou por que esses grupos resistem repetidamente a domínios estrangeiros. Contudo, elas não podem explicar por que esses movimentos ocorreram em certos mo-

mentos da história mundial, mas não em outros, ou por que eles começaram a emergir recentemente em sincronia com muitos outros movimentos ao redor do mundo.

O modelo 2 inclui variáveis de diferentes perspectivas modernistas que associam o nacionalismo ao avanço da modernidade econômica, da modernidade política e da globalização. As variáveis desse modelo visam levar em conta as perspectivas que associam o nacionalismo em busca de Estado à transição das sociedades agrícolas para as sociedades industriais (GELLNER, 1983), à modernização econômica que se seguiu à ascensão do capitalismo (HOBSBAWM, 1992), às ansiedades associadas à rápida globalização (CALHOUN, 1997; KALDOR, 2004; ver também OLZAK, 2006; SMITH, 1995), bem como às reações ao aumento do domínio direto através da centralização das estruturas estatais (HECHTER, 2000; MANN, 1995; TILLY, 1990).

Nesse modelo, a produção de ferro e aço é usada como *proxy* para a industrialização, e o PIB per capita como um *proxy* para a modernização econômica. A variável globalização – calculada como a média mundial por país da relação entre o nível de comércio externo (por exemplo, importações) e o PIB – visa captar os efeitos dos ciclos de globalização do comércio sobre o nacionalismo em busca de Estado. A variável poder estatal tem como objetivo avaliar os efeitos da centralização pelas estruturas estatais sobre o nacionalismo em busca de Estado. Nenhuma dessas variáveis tem um impacto significativo sobre a mobilização nacionalista em busca de Estado. A falta de evidência robusta para corroborar as teorias que afirmam que modernização econômica ou “globalização-gera-nacionalismo” é consistente com a literatura existente, ao concluir que nem a modernização econômica nem a globalização aumentam a probabilidade de formação de Estados-nação (WIMMER, 2013; WIMMER e FEINSTEIN, 2010) ou de conflitos étnico-nacionalistas (FEARON e LAITIN, 2003).

Tabela 3. Explicando a probabilidade de uma mobilização nacionalista em busca de Estado, 1816-2001

	Model 1	Model 2	Model 3	Model 4a	Model 4b (unweighted)	Model 4c (binary/logit)
Ethnic diversity	0.884					
Religious diversity	-1.330					
Iron-steel production		-0.16e ⁻⁵				
GDP per capita		-0.83e ⁻⁴				
Globalization		-4.862				
State power		3.335	2.468	-1.166	-0.795	0.971
Recent nation-state formation in the empire in the past 5 years			0.302***	0.362***	0.351***	0.184***
Recent nation-state formation in neighborhood in the past 5 years			0.269**	0.216**	0.192**	0.148**
Nationalist organizations			1.702***	1.700***	1.618***	1.428***
Duration of nationalist propaganda			0.005	0.003	0.004	0.005
Imperial dependency			0.997***	1.175***	0.988***	0.794***
State power × imperial dependency			-4.126			
Number of wars in the empire			0.177**	0.184**	0.184**	0.054
Number of wars in the territory			1.809***	1.522***	1.417***	1.002***
Economic crisis				0.612**	0.566**	0.261*
Social unrest				0.445***	0.398***	0.172**
Financialization				0.581**	0.724***	0.563***
SSNM in neighborhood				0.028**	0.023**	0.019***
Middle East	-0.752	-0.634	0.166	0.142	0.208	0.380
Eastern Europe	-0.724	-0.917*	-0.640	-0.821	-0.618	-0.409
Africa	-1.883***	-2.207***	-1.584*	-1.531*	-1.242*	-0.503
Asia	-0.693	-0.703	0.088	-0.373	-0.210	-0.049
Oceania	-1.788*	-2.345**	-1.381	-1.383	-1.028	-0.471
Latin America	-2.038**	-2.007***	-2.816***	-2.705***	-2.808***	-1.731***
Year	0.014***	0.019***	-0.000	-0.003	0.001	0.003
Constant	-26.194***	-35.553***	-2.375	2.878	-5.045	-10.951*
lnalpha	3.716***	3.696***	3.340***	3.206***	2.705***	
McFadden's adjusted R ²	0.025	0.026	0.066	0.081	0.096	0.201
Maximum VIF	3.04	3.15	5.08	4.16	4.16	4.16
Observations	25,482	24,972	24,972	24,972	24,972	24,972

PIB: Produto Interno Bruto; FIV: Fator de Inflação de Variância; SSNM: Movimentos Nacionalistas em Busca de Estado. São usados erros-padrão robustos (não mostrados). Todas as variáveis independentes são defasadas por um ano.

*p < .05; **p < .01; ***p < .001 (testes t de duas caudas).

Fonte: Elaboração própria.

O modelo 3 avalia o poder explicativo de uma abordagem histórico-institucionalista de configuração de poder, que compartilha alguns aspectos da teoria apresentada neste artigo. Resumidamente, o institucionalismo histórico argumenta que quando o modelo de Estado-nação emergiu no final do século XVIII e início do século XIX, ele se tornou um modelo de governabilidade para outras elites ao redor do mundo (WIMMER, 2013; WIMMER e FEINSTEIN, 2010). Com o surgimento de novos Estados-nação, esse modelo se difundiu dentro dos impérios e entre territórios vizinhos, alterando o equilíbrio de poder existente em favor dos nacionalistas. As guerras entre Estados foram fundamentais para a difusão gradual do novo modelo de Estado-nação. Esse processo de difusão não foi automático, mas sim consolidado através da disseminação da ideologia nacionalista e da propaganda política pelas organizações nacionalistas (WIMMER, 2013). Estados com um poder militar, político e econômico superior, sem embargo, foram capazes de resistir aos oponentes nacionalistas e de reduzir a probabilidade de rebeliões nacionalistas em busca de Estado dentro dos seus territórios.

Encontro evidências fortes, significativas e sólidas de muitos elementos da abordagem histórico-institucionalista de configuração do poder. O modelo 3 mostra que a probabilidade de uma mobilização nacionalista em busca de Estado aumenta em regiões (e épocas) onde (e quando) há incidentes recentes de formação de Estados-nação no império e em territórios vizinhos (H6), guerras dentro do império e em territórios vizinhos (H2), e organizações nacionalistas (H5), bem como dependências imperiais (H7a). Todavia, curiosamente, a duração da propaganda nacionalista (isto é, operacionalizada como o número de anos desde a fundação da primeira organização nacionalista) não possui um efeito significativo sobre a probabilidade de movimentos em busca de Estado. Isso sugere que o efeito das organizações nacionalistas na mobilização nacionalista em busca de Estado não aumenta monotonicamente ao longo do tempo.

Mais importante ainda, não encontro evidências de que a probabilidade de movimentos em busca de Estado diminua à medida que o poder estatal aumenta. Por que essa variável não se comporta como a teoria histórico-institucionalista de configuração do poder supõe? Essa questão é importante porque chama a atenção para uma das principais diferenças entre o institucionalismo histórico e a perspectiva apresentada neste artigo. O institucionalismo histórico assume que o poder militar dos Estados aumenta a capacidade dos governantes de conter as ameaças internas. A perspectiva apresentada neste artigo, porém, enfatiza que a dominação sem hegemonia pode ser contraproducente. A acumulação de poder estatal não hegemônico é uma faca de dois gumes. Por um lado, confere mais recursos aos governantes para

conter as ameaças internas. Por outro lado, produz descontentamentos e reações por parte das massas que são forçadas a se submeter ao Estado centralizador. Dessa maneira, o efeito do poder estatal sobre a mobilização nacionalista não é claro. Os histórico-institucionalistas afirmam que o efeito do poder estatal sobre a contenção do nacionalismo será mais proeminente nos territórios coloniais e dependentes. Dito de outra forma, para eles, o que realmente importa é a interação entre o poder estatal e o status de dependência imperial (WIMMER, 2013). Também não encontro evidências desse efeito de interação. Há, no entanto, fortes evidências que sugerem que a probabilidade de movimentos em busca de Estado aumenta nos territórios dependentes imperiais e coloniais (como sugerido pela H7a).

O modelo 4a apresenta variáveis da teoria apresentada neste artigo. Como esta perspectiva compartilha muitos aspectos da perspectiva histórico-institucionalista, ela mantém como variáveis explicativas o número de Estados-nação criados nos cinco anos anteriores (no império e na região), a existência de organizações nacionalistas e o status de território de dependência imperial. Como nos modelos anteriores, essas variáveis permanecem positivas e significativas. Ainda não há evidências dos efeitos do poder estatal e da duração da propaganda nacionalista.

Outras variáveis do modelo 4a ajudam-nos a testar as hipóteses 1-4. Os períodos de crise econômica têm um efeito positivo e significativo nos movimentos em busca de Estado (H1). Isso corrobora o nosso argumento de que, durante períodos de intensa desaceleração econômica e crise, os recursos econômicos disponíveis para os governantes diminuem e a probabilidade de movimentos em busca de Estado aumenta. Essas constatações controlam para os efeitos das diferentes regiões do mundo. Isso significa que, mesmo em regiões centrais, como na Europa Ocidental, os movimentos em busca de Estado podem ocorrer durante períodos de estagnação econômica e crise. Como esperado tanto pela nossa abordagem como pelo institucionalismo histórico, o número de guerras travadas no território e no império (um *proxy* para as crises geopolíticas) aumenta a probabilidade de movimentos em busca de Estado (H2). Ademais, níveis crescentes de agitação social aumentam a probabilidade de movimentos em busca de Estado (H3) mesmo controlando para os efeitos das crises econômica e geopolítica e outras variáveis. Essa constatação sugere que o efeito dos movimentos sociais na mobilização nacionalista é muito mais significativo do que reconhece a literatura sobre o tema.

Além disso, o coeficiente da variável financeirização (0,581), o nosso *proxy* para a crise hegemônica mundial, é positivo e significativo. Esse fato corrobora a nossa afirmação de que, durante períodos de expansão financeira, os movimentos em busca de Estado são mais prováveis de ocorrer do que em períodos de expansão material

(H4). Mais precisamente, controlando para tudo mais, durante os períodos de expansão financeira (e crise hegemônica mundial) a frequência esperada de SSNM é $e^{0,581} = 1,79$ vezes mais alta que nos períodos de expansão material (e consolidação hegemônica mundial). Essa constatação é robusta para os pontos de corte alternativos escolhidos para os períodos de financeirização. Uma vez que o modelo 4 controla para os efeitos individuais das regiões, crises econômicas, guerras e agitação social, ele sugere que o efeito da financeirização nos movimentos em busca de Estado não pode ser reduzido somente ao impacto de crises específicas nas esferas econômica, geopolítica e social. Sustentando nossas perspectivas teóricas, os resultados sugerem que períodos de financeirização produzem *conjunturas contenciosas*, caracterizadas por crises contínuas em um âmbito geográfico mais amplo e temporal mais longo, cujo efeito é mais do que a soma das crises individuais nas esferas econômica, social e geopolítica. Finalmente, encontramos um efeito forte e positivo para o contágio dos SSNM a partir dos territórios vizinhos, como previsto pela H6.

Uma comparação dos valores R^2 ajustados de McFadden mostra que o modelo 4a tem maior potencial explicativo do que suas alternativas. Os modelos 4b-c replicam o modelo 4a utilizando diferentes versões das variáveis dependentes (ou seja, as versões “não ponderadas” e “binomial”), empregando análises de regressão binomial negativa e logit, respectivamente. Os resultados são semelhantes. Em análises complementares, também apliquei vários testes de sensibilidade e robustez ao considerar novas variáveis de controle (por exemplo, variável dependente defasada, tamanho da população, efeitos não lineares do tempo, produção de petróleo), novas estratégias de operacionalização para variáveis existentes (por exemplo, pontos de corte alternativos para datas de financeirização, uso de extensão ferroviária para industrialização) e modelos alternativos de regressão (por exemplo, efeitos aleatórios e fixos, distribuição de Poisson). As principais constatações apresentadas neste artigo são robustas a essas alterações.

Conclusão e discussão

Confirmando nossas premissas teóricas, os resultados mostram que os SSNM são mais prováveis de ocorrer durante períodos de crise econômica, guerras interestatais (crise geopolítica), agitação social (crise social) e financeirização (crise hegemônica mundial). Para além desses fatores estruturais, os resultados também chamam a atenção para o papel da agência (organizações nacionalistas). Embora os resultados indiquem fortemente que as organizações nacionalistas aumentam a probabilidade do nacionalismo em busca de Estado, eles também mostram que as organizações

nacionalistas não produzem movimentos nacionalistas como quiserem. Fazem-no em circunstâncias fora do seu controle, as quais restringem ou facilitam a sua mobilização. É por isso que a mobilização nacionalista em escala mundial não é um produto da extensão da propaganda nacionalista, mas, sim, é fortemente influenciada pelo contexto econômico e político em que essas organizações operam. Em certos períodos (por exemplo, períodos de expansão material do comércio e da produção e estabilidade internacional), é relativamente difícil mobilizar as massas para criar novos Estados, já em outros períodos (por exemplo, períodos de expansão financeira com crises interligadas), a mobilização de massas torna-se relativamente mais fácil. Em suma, as diferentes conjunturas produzidas pela dinâmica histórica do capitalismo criam diferentes ambientes (mais ou menos favoráveis) para a mobilização nacionalista e produzem um refluxo e fluxo de SSNM em nível global. Essa é uma das razões pelas quais todos os períodos de expansão financeira da economia-mundo capitalista desde o século XVI até o presente passaram por grandes ondas de nacionalismo em busca de Estado que desafiaram e transformaram a configuração do sistema interestatal de cada hegemonia mundial. Como sugerido por Goertz e Mahoney (2012), estes resultados quantitativos não devem ser interpretados como respostas definitivas, mas sim como novos e interessantes pontos de partida para estudos de casos mais rigorosos e análises comparativas-históricas sobre o assunto.

Ressurgimento do nacionalismo em busca de Estado no século XXI

O quadro teórico e as evidências empíricas apresentadas neste artigo trazem algumas novas perspectivas para o inesperado ressurgimento do nacionalismo nos últimos anos e décadas. Nossas descobertas sugerem que a inesperada escalada dos SSNM desde os anos 1970 não está ligada nem a “identidades étnicas duradouras” nem a “reações contra a globalização”, mas sim à escalada das crises econômicas, sociais e geopolíticas que acompanhou a *quarta grande onda de financeirização* da economia-mundo capitalista e a crise da hegemonia mundial dos EUA.

Enquanto o inesperado ressurgimento do secessionismo ao redor do mundo no último quarto do século XX estava ligado à *crise sinalizadora* do ciclo sistêmico americano, a multiplicidade de movimentos secessionistas que vemos hoje parece estar ligada à *crise terminal* (ou seja, a fase de caos) deste período de expansão financeira liderado pelos EUA. Desde a virada do século XXI, parecemos ter entrado na fase de *caos* do declínio hegemônico mundial americano (SILVER e ARRIGHI, 2011), na qual as organizações nacionalistas existentes usam as condições da *crise econômica* adjacente aos seus Estados para propagar os benefícios da independência

(como fazem os nacionalistas catalães, escoceses, padanos ou flamengos), lutam para transformar a *crise geopolítica* e as guerras numa oportunidade para a independência (como fazem os curdos no Iraque e os nacionalistas nas regiões de Donetsk e Luhansk na Ucrânia) e seguem a corrente dos movimentos sociais (ou seja, *crise social*) para obter maior autonomia e independência (como fizeram os nacionalistas na URSS no período de 1988 a 1992, os curdos em Rojava durante a recente Primavera Árabe da Síria, e Donetsk e Luhansk na sequência dos protestos da Maidan em 2014). Em regiões onde os Estados desenvolvimentistas entraram em colapso durante a atual era de financeirização, a legitimidade declinante dos regimes existentes aos olhos dos cidadãos também oferece às organizações nacionalistas várias oportunidades estruturais de mobilização. Se alguns desses movimentos lograrem estabelecer novos Estados, existe o potencial de se alastrarem especialmente aos Estados e regiões com alta concentração de SSNM. Uma perspectiva de *longa duração* do nacionalismo sugere que estamos vivendo uma época muito propícia para a rápida escalada da agitação nacionalista e para a reconfiguração do sistema interestatal que surgiu durante o longo século XX.

Ressurgimento de formas chauvinistas, excludentes e autoritárias de nacionalismo de Estado

Embora o escopo limitado deste artigo tenha se concentrado apenas nos efeitos da crise e do declínio hegemônico sobre o nacionalismo em busca de Estado, a abordagem teórica apresentada também pode nos ajudar a dar sentido ao súbito ressurgimento de formas agressivas, excludentes e expansionistas de nacionalismo de Estado nos últimos anos. O atual ressurgimento e a rápida proliferação de movimentos e líderes autoritários, populistas e chauvinistas de direita em todo o mundo, têm também as suas raízes na hegemonia declinante dos governantes. Esta tampouco é a primeira vez que experimentamos uma retomada tão rápida. Pelo contrário, durante cada crise hegemônica mundial e período de transição, formas hegemônicas de nacionalismo de Estado foram desmanteladas e abriram caminho para formas mais autoritárias, excludentes e chauvinistas de nacionalismo de Estado. A ascensão do bonapartismo durante a crise terminal da hegemonia mundial holandesa e a ascensão do fascismo durante a crise terminal da hegemonia mundial britânica são exemplos históricos diferentes de um mesmo processo. Hoje, ao entrarmos na crise terminal da hegemonia mundial dos EUA, os nacionalistas de direita estão ganhando poder em muitas partes do mundo.

Essa relação não é acidental porque a intensificação da crise econômica, política e social e o correspondente declínio na capacidade de consentimento dos governantes

também oferecem oportunidades para a ascensão de uma parcela dos nacionalistas de Estado que recorrem mais à coerção que ao consentimento. Dado que as *conjunturas contenciosas* tornam muito difícil para os governantes manter sua hegemonia sobre *todas* as pessoas, torna-se atrativo para setores da elite governante mobilizar *uma determinada parcela* do povo (por exemplo, grupos raciais, étnicos, religiosos ou baseados em classes) contra outras. Da mesma forma, a coescalada dos movimentos sociais antissistêmicos e as agitações nacionalistas em busca de Estado nesses períodos pressionam essas elites a adotar estratégias mais agressivas e autoritárias para manter seu poder. Quando levamos em consideração todas essas dinâmicas no seu conjunto, o caráter transformador desses períodos de crise intensa – como o que estamos vivendo neste momento – se torna mais explícito. São períodos de rápidas mudanças sociais, cuja direção depende das lutas reais no local.

Implicações para os padrões de governabilidade global

O quadro teórico e as conclusões deste artigo também trazem novas perspectivas sobre a evolução dos padrões de governabilidade global. Eles mostram que, ao contrário do sugerido pelas teorias de modernização política, a ascensão do nacionalismo não provocou uma transição gradual de um mundo de impérios e cidades-Estado para um mundo de Estados-nação. Mais precisamente, a ascensão do nacionalismo transformou o nosso mundo através de sucessivas ondas globais de revoltas nacionalistas que ocorreram durante *conjunturas contenciosas* do capitalismo histórico do século XVI até o presente. Essas ondas globais não só produziram uma série de mudanças significativas no panorama político-territorial do sistema interestatal, mas também transformaram as concepções existentes de nação e os conteúdos cultural e ideológico do nacionalismo. O exame dessas transformações está além do escopo deste artigo¹⁰. Deixe-me apenas mencionar que o conjunto de agitações nacionalistas durante as *conjunturas contenciosas* do capitalismo histórico produziu uma série de *destruições criativas* nos modos de governabilidade usados pelas elites estatais, porque cada onda global as pressionou a inventarem novas formas de estratégias de construção hegemônica que manteriam as populações leais aos seus Estados. Consequentemente, as nações e o nacionalismo transformaram-se no espaço e no tempo, em sincronia com as crises sistêmicas. Contudo, ao contrário do que geralmente tem sido afirmado, nenhum desses processos acabou estabelecendo Estados-nação homogêneos numa escala global. A maioria dos SSNM acabou estabelecendo mini-impérios que foram quase tão heterogêneos quanto aos que eles pertenciam antes da secessão.

¹⁰ Para uma análise destas transformações do século XIII até o presente, ver Karataşlı (2013).

As ondas globais de nacionalismo também desempenharam um papel fundamental na formação das ordens hegemônicas mundiais e dos regimes de governabilidade global. Ondas de nacionalismo em busca de Estado levaram à criação de novos Estados no sistema interestatal, e ciclos de nacionalismo de Estado proporcionaram aos Estados existentes maior domínio sobre a produção, proteção e administração, ou seja, maior poder político e econômico. Assim, as potências hegemônicas mundiais que buscavam liderar os demais Estados no sistema interestatal tiveram que, com o passar do tempo, expandir a sua esfera de influência para uma área mais ampla e controlar mais recursos que seus antecessores. É por isso que o aumento do tamanho, alcance e complexidade do sistema interestatal de uma onda global para outra (e de uma hegemonia mundial para outra) foi acompanhado pelo crescimento em tamanho, alcance e complexidade dos *hegemons* mundiais ao longo do tempo (ver também ARRIGHI, 1994). As Províncias Unidas eram um pouco mais do que um conjunto de cidades-Estado, mas ainda assim menos do que um Estado-nação. O Reino Unido – construído pela subjugação da Irlanda, Escócia, País de Gales, e assim por diante – era mais do que um típico Estado-nação que controlava um império comercial e territorial em escala mundial. No auge de seu poder hegemônico, os Estados Unidos eram um enorme complexo militar-industrial de tamanho continental sem precedentes, com redes informais de apropriação de excedentes de um império, e controle direto sobre uma rede global de bases militares. Nenhuma das potências hegemônicas mundiais eram Estados-nação. Todas elas combinavam elementos de formas nacionais e imperiais de governo.

Além disso, as diferentes formas pelas quais essas potências hegemônicas visavam conter os problemas nacionais em todo o mundo mudaram o caráter qualitativo de cada regime hegemônico mundial. É por isso que seria errado assumir que a dinâmica macroestrutural das hegemonias mundiais produz ondas globais de nacionalismo do topo para a base. De fato, a direção dessa relação sempre foi em sentido duplo. Desde o século XVI até o presente, os movimentos nacionalistas de base (juntamente com os movimentos sociais) moldaram ativamente o funcionamento da economia-mundo capitalista, do sistema interestatal e dos regimes hegemônicos mundiais. Os movimentos nacionalistas não foram apenas afetados pelas *conjunturas contenciosas*, mas tornaram-se um agente ativo desses ciclos viciosos. O recente ressurgimento de múltiplas manifestações de nacionalismo na nossa era – desde os SSNM exigindo autodeterminação e independência às formas de nacionalismo de Estado autoritárias, expansionistas e excludentes – deve ser interpretado a partir desta perspectiva. As lutas em curso locais não só redefinirão o tipo de relações que as pessoas terão diante de seus Estados e diante de outros grupos que residem nessas entidades políticas, mas também o tipo de mundo em que viveremos quando este caos tiver terminado.

Agradecimentos

O autor agradece Çınar Ark e Amanda Lawrence pela sua excelente assistência neste projeto. Ele também gostaria de agradecer a Beverly Silver, Mike Levien, Ryan Calder, Joel Andreas, Ho-Fung Hung, Rina Agarwala, Lingxin Hao, Andreas Wimmer, Şefika Kumral, Corey Payne, Rishi Awatramani, Zachary Levenson, Tad Skotnicki, Cindy Brooks Dollar, Ting Wang, Simeon Newman, Edwin Ackerman, Mathieu Desan, Eric Schoon, Jonah Stuart Brundage, Xiaohong Xu, Megan Mavrakis, David Smith e revisores anônimos do IJCS por seus comentários e feedback nas diferentes versões deste artigo.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. Londres: Verso, 1991.
- ARRIGHI, Giovanni. *The long twentieth century*. Londres: Verso, 1994.
- ARRIGHI, Giovanni; HOPKINS, Terence; WALLERSTEIN, Immanuel. *Anti-systemic movements*. Londres: Verso, 1989.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *Chaos and governance in the modern world system*. Minneapolis, MN: Minnesota University Press, 1999.
- ARRIGHI CENTER. *Global Social Protest Research Group*. 2019. Disponível em: <<https://krieger.jhu.edu/arrighi/research/socialprotest/>>. Acesso em: 26 dez. 2021.
- BEISSINGER, Mark. *Nationalist mobilization and the collapse of the Soviet State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- BERGESEN, Albert; SCHOENBERG, Ronald. Long waves of colonial expansion and contraction, 1415-1969. In: BERGESEN, Albert (Ed.). *Studies of the modern world-system*. Nova York: Academic Press, 1980. p. 231-278.
- BOSWELL, Terry. Colonial empires and the capitalist world economy: a time series analysis of colonization. *American Sociological Review*, v. 54, n. 2, p. 180-196, 1989. DOI: 10.2307/2095789
- BOSWELL, Terry; CHASE-DUNN, Christopher K. *The spiral of capitalism and socialism*. Boulder, CO: Lynne Rienner, 2000.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilization and capitalism 15th-18th century*. Berkeley, CA: Califórnia University Press, 1992.
- BRECKE, Peter. *Catálogo de conflitos*. 2012. Disponível em: <<http://www.cgeh.nl/data>>. Acesso em: 14 abr. 2018.
- BREUILLY, John. *Nationalism and the State*. Chicago, IL: Chicago University Press, 1993.
- BRUBAKER, Rogers. *Nationalism reframed*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CALHOUN, Craig. *Nationalism*. Minneapolis, MN: Minnesota University Press, 1997.
- CARR, Edward. *Nationalism and after*. Londres: Macmillan, 1945.
- CASTELLS, Manuel. *Power of identity, the information age*. Oxford: Blackwell, 2004.
- CHASE-DUNN, Christopher K.; KAWANO, Yukio; BREWER, Benjamin. Trade globalization since 1795: waves of integration in the world-system. *American Sociological Review*, v. 65, n. 1, p. 77-95, 2000. DOI: 10.2307/2657290
- CONNOR, Walker. Self-determination: the new phase. *World Politics*, v. 20, n. 1, p. 30-53, 1967. DOI: 10.2307/2009726
- DEUTSCH, Karl. *Nationalism and social communication*. Nova York: John Wiley, 1953.
- EARL, Jennifer et al. The use of newspaper data in the study of collective action. *Annual Review of Sociology*, v. 30, p. 65-80, 2004. DOI: 10.1146/annurev.soc.30.012703.110603
- FEARON, James; LAITIN, David. Ethnicity, insurgency, and civil war. *American Political Science Re-*

view, v. 97, n. 1, p. 75-90, 2003. DOI: 10.1017/S0003055403000534

FRANK, Andre G.; FUENTES, Marta. Civil democracy: Social movements in recent world history. In: AMIN, Samir *et al.* (Eds.). *Transforming the revolution*. Nova York: Monthly Review Press, 1990. p. 139-180.

FRANZOSI, Roberto. The press as a source of socio-historical data: issues in the methodology of data collection from newspapers. *Historical Methods*, v. 20, n. 1, p. 5-16, 1987. DOI: 10.1080/01615440.1987.10594173

GAT, Azar; YAKOBSON, Alexander. *Nações*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

GELLNER, Ernest. *Nations and nationalism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1983.

GLEDITSCH, Kristian; WARD, Michael. Interstate system membership. *International Interactions*, v. 25, p. 393-413, 1999.

GO, Julian. *Patterns of empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

GOERTZ, Gary; MAHONEY, James. *A tale of two cultures*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2012.

GOLDSTONE, Jack. Waves of war. *Trajectories*, v. 26, n. 1, p. 71-84, 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Selections from the prison notebooks*. Nova York: International Publishers, 1971.

GURR, Ted. Why minorities rebel. *International Political Science Review*, v. 14, n. 2, p. 161-201, 1993. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1601151>>. Acesso em: 27 dez. 2021.

HAAS, Ernst. What is nationalism and why should we study it? *International Organization*, v. 40, p. 707-744, 1986. DOI: 10.1017/S0020818300027326

HECHTER, Michael. *Alien rule*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

HECHTER, Michael. *Containing nationalism*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

HEWITT, Christopher; CHEETNAM, Tom. *Encyclopedia of modern separatist movements*. Nova York: ABC-CLIO, 2000.

HIRSCHMAN, Albert. *Exit, voice, loyalty*. Cambridge: Harvard University Press, 1970.

HOBSBAWM, Eric. *Nations and nationalism since 1780*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

HUTCHINSON, John. *Nations as zones of conflict*. Londres: Sage, 2005.

KALDOR, Mary. Nationalism and globalization. *Nations and Nationalism*, v. 10, n. 1-2, p. 161-177, 2004. DOI: 10.1111/j.1354-5078.2004.00161.x

KARATAŞLI, Şahan S. The capitalist world-economy in the longue durée. *Sociology of Development*, v. 3, n. 2, p. 163-195, 2017. DOI: 10.1525/sod.2017.3.2.163

KARATAŞLI, Şahan S. *Financial expansions, hegemonic transitions and nationalism: a longue duree analysis of state-seeking nationalist movements*. 2013. 508 f. Dissertação (Doutorado em Filosofia) – Johns Hopkins University, Baltimore, MD, 2013.

KAUP, Brent; GELLERT, Paul. Cycles of resource nationalism: hegemonic struggle and the incorporation of Bolivia and Indonesia. *International Journal of Comparative Sociology*, v. 58, n. 4, p. 275-303, 2017. DOI: 10.1177/0020715217714298

LACHMANN, Richard. *States and power*. Cambridge: Polity Press, 2010.

LÊNIN, Vladimir. Imperialismo, a etapa superior do capitalismo. In: LÊNIN, Vladimir. *Obras selecionadas*. Moscou: Edições Progresso, 1963. v. 1, p. 667-766.

MCADAM, Doug. *Political process and the development of black insurgency*. Chicago, IL: Chicago University Press, 1982.

MCNEILL, William. *Polyethnicity and national unity in world history*. Toronto, ON: Toronto University Press, 1986.

MADDISON, Angus. *The world economy*. Paris: OCDE, 2003.

MANN, Michael. A political theory of nationalism and its excesses. In: PERIWAL, Sukumar (Ed.). *Notions of nationalism*. Budapest: Central European University, 1995. p. 44-64.

MARKOFF, John. *Waves of democracy*. Thousand Oaks, CA: Pine Forge, 1996.

MARTIN, William. *Making waves*. London: Paradigm Press, 2008.

MAYALL, James. Irredentist and secessionist challenges. In: HUTCHINSON, John; SMITH, Anthony (Eds.). *Nationalism*. Oxford: Oxford University Press, 1994. p. 269-279.

MEYER, John *et al.* World society and the nation-state. *American Journal of Sociology*, v. 103, n. 1, p.

144-181, 1997. DOI: 10.1086/231174

MILTON, Cynthia. *The many meanings of poverty*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2007.

MINAHAN, James. *Encyclopedia of stateless nations*. Westport, CT: Greenwood Press, 2002.

OLZAK, Susan. *The global dynamics of racial and ethnic mobilization*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2006.

PHILLIPS, Peter; WALLERSTEIN, Immanuel. National and world identities and the interstate system. *Millennium*, v. 14, n. 2, p. 159-171, 1985. DOI: 10.1177/030582988501400201

ROEDER, Philip. *Where nation-states come from*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007.

SHORTER, Edward; TILLY, Charles. *Strikes in France, 1830-1968*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

SILVER, Beverly J. *Forces of labor*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SILVER, Beverly J. Labor unrest and world-systems analysis. *Review*, v. 18, n. 1, p. 7-34, 1995. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40241319>>. Acesso em: 27 dez. 2021.

SILVER, Beverly J.; ARRIGHI, Giovanni. The end of the long twentieth century. In: CALHOUN, Craig; DERLUGUIAN, Georgi (Eds.). *Business as usual*. New York: NYU Press, 2011. p. 53-68.

SILVER, Beverly J.; SLATER, Eric. The social origins of world hegemonies. In: ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. (Eds.). *Chaos and governance in the modern world system*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1999. p. 151-216.

SINGER, J. David. Reconstructing the correlates of war dataset on material capabilities of states, 1816-1985. *International Interactions*, v. 14, p. 115-132, 1987. DOI: 10.1080/03050628808434695

SKOCPOL, Theda. *States and social revolutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SMITH, Anthony. *Nations and nationalism in a global era*. Cambridge: Polity Press, 1995.

SMITH, Anthony. *Theories of nationalism*. New York: Harper & Row, 1971.

STRANG, David. Global patterns of decolonization, 1500-1987. *International Studies Quarterly*, v. 35, n. 4, p. 429-454, 1991. DOI: 10.2307/2600949

TILLY, Charles. States and nationalism in Europe 1492-1992. *Theory and Society*, v. 23, p. 131-146, 1994. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/657814>>. Acesso em: 27 dez. 2021.

TILLY, Charles. *European revolutions 1492-1992*. Oxford: Blackwell, 1993.

TILLY, Charles. *Coercion, capital, and European States, AD 990-1990*. Cambridge: Blackwell, 1990.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Reading: Addison-Wesley, 1978.

VAN DEN BERGHE, Pierre L. *The ethnic phenomenon*. London: Praeger, 1987.

VARSHNEY, Ashutosh; TADJOEDDIN, Mohammad; PANGGABEAN, Rizal. Creating datasets in information-poor environments. *Journal of East Asian Studies*, v. 8, p. 361-394, 2008. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/23418631>>. Acesso em: 27 dez. 2021.

WALLERSTEIN, Immanuel. The construction of peoplehood. In: WALLERSTEIN, Immanuel; BALIBAR, Étienne (Eds.). *Race, nation, class*. London: Verso, 1991. p. 71-85.

WALLERSTEIN, Immanuel. Nationalism and world transition to socialism: is there a crisis? *Third World Quarterly*, v. 5, n. 1, p. 95-102, 1983. DOI: 10.1080/01436598308419681

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system I*. New York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Africa: the politics of independence*. New York: Vintage, 1961.

WILKINSON, Steven. *Votes and violence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

WIMMER, Andreas. *Waves of war*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

WIMMER, Andreas; CEDERMAN, Lars-Eric; MIN, Brian. Ethnic politics and armed conflict. *American Sociological Review*, v. 74, n. 2, p. 316-337, 2009. DOI: 10.1177/000312240907400208

WIMMER, Andreas; FEINSTEIN, Yuval. The rise of the nation-state across the world, 1816 to 2001. *American Sociological Review*, v. 75, n. 5, p. 764-790, 2010. DOI: 10.1177/0003122410382639

WIMMER, Andreas; MIN, Brian. From empire to nation-state. *American Sociological Review*, v. 71, p. 867-897, 2006. DOI: 10.1177/000312240607100601

O subimperialismo no Oriente Médio

Claudio Katz*

Resumo: Três países da região atendem às características do subimperialismo: Turquia, Arábia Saudita e Israel. São economias intermediárias que implementam ações militares e relações contraditórias com os Estados Unidos. São países que não são substitutos dos atores globais e têm raízes de longa data. O conceito se aplica à Turquia, esclarece seu expansionismo externo, as ambiguidades em relação a Washington e o autoritarismo de Erdogan. Lança luz sobre as aventuras externas da Turquia e a perseguição aos curdos. O rentismo, as aventuras bélicas e as ambições dos monarcas estão levando a Arábia Saudita ao subimperialismo. Mas a teocracia encuba reações internas explosivas e enfrenta resultados militares adversos. A eventual reconstituição do status subimperial do Irã se combina com um novo tom defensivo de tensões com os Estados Unidos. As disputas entre subimpérios mudam o status de todos os competidores.

Palavras-chave: Subimperialismo. Oriente Médio. Turquia. Arábia Saudita. Irã.

Abstract: Three countries in the region meet the characteristics of sub-imperialism. They are intermediate economies that deploy military actions and adversarial relations with the United States. They are not substitutes for global actors and have long-standing roots. The concept applies to Turkey. It sheds light on its external expansionism, ambiguities toward Washington, and Erdogan's authoritarianism. It also sheds light on Turkey's external adventures and persecution of the Kurds. Rent hoarding, war adventures, and monarch ambitions are driving Saudi Arabia into sub-imperialism. But the theocracy incubates explosive internal reactions and faces adverse military outcomes. The eventual reconstitution of Iran's sub-imperial status matches a new defensive tone of tensions with the US. Disputes between sub-empires change the status of all competitors.

Keywords: Subimperialism. Middle East. Turkey. Saudi Arabian. Iran.

Resúmen: Tres países de la región reúnen las características del subimperialismo. Son economías intermedias que implementan acciones militares y relaciones contradictorias con Estados Unidos. No sustituyen a los jugadores globales y tienen raíces de larga data. El concepto se aplica a Turquía. Aclara su expansionismo externo, las ambigüedades hacia Washington y el autoritarismo de Erdogan. También arroja luz sobre las aventuras exteriores de Turquía y la persecución de los kurdos. La acumulación de rentas, las aventuras bélicas y las ambiciones de los monarcas están empujando a Arabia Saudí al subimperialismo. Pero la teocracia alberga reacciones internas explosivas y enfrenta resultados militares adversos. La eventual reconstitución del estatus subimperial de Irán coincide con un nuevo tono defensivo de las tensiones con Estados Unidos. Las disputas entre subimperios cambian el estatus de todos los competidores.

Palabras-clave: Subimperialismo. Oriente Médio. Turquía. Arábia Saudita. Irán.

* Professor da Universidade de Buenos Aires (UBA) e pesquisador do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CONICET). Seu livro *A Teoria da dependência 50 anos depois* foi publicado pela Expressão Popular (2020).

Turquia, Arábia Saudita e Irã estão competindo pela primazia em um novo contexto de destaque regional das tensões do Oriente Médio. Essa gravitação é registrada por muitos analistas, mas a conceituação desse papel requer o recurso a uma noção introduzida pelos teóricos marxistas da dependência.

O subimperialismo aplica-se a esses casos e contribui para esclarecer a peculiar intervenção desses países no cenário traumático da região. A categoria é relevante e comum em vários níveis, mas também tem três significados muito singulares.

Características e singularidades

O subimperialismo é uma forma paralela e secundária do imperialismo contemporâneo. Ela se encontra em potências médias que mantêm uma distância significativa dos centros do poder mundial. Esses países desenvolvem relações contraditórias de convergência e tensão com as forças hegemônicas da geopolítica global, e Turquia, Arábia Saudita e Irã se encaixam nesse perfil.

Os subimpérios surgiram no período pós-guerra com a extinção massiva das colônias e a crescente transformação das semicolônias. A ascensão das burguesias nacionais nos países capitalistas dependentes mudou substancialmente o status dessas configurações.

No segmento superior da periferia, irrompem modalidades subimperiais, em sintonia com o processo contraditório de persistência global da lacuna centro-periferia e a consolidação de certos segmentos intermediários. O principal teórico dessa mutação descreveu as principais características do novo modelo nos anos 1960, observando a dinâmica do Brasil (MARINI, 1973).

O pensador latino-americano situou o surgimento dos subimpérios em um contexto internacional marcado pela supremacia dos Estados Unidos, em tensão com o chamado bloco socialista. Ele destacou o alinhamento dessas formações com o primeiro poder na Guerra Fria contra a URSS. Mas ele também enfatizou que os governantes desses países reivindicaram seus próprios interesses. Eles desenvolveram cursos de ação autônomos e às vezes conflitantes com o comandante americano.

Essa relação de parceria internacional e poder regional próprio se consolidou como uma característica posterior do subimperialismo. Os regimes que adotam esse perfil têm laços conflitantes com Washington. Por um lado, eles assumem posições intimamente interligadas, ao mesmo tempo em que exigem um tratamento respeitoso.

Essa dinâmica de subordinação e conflito com os Estados Unidos acontece com uma velocidade imprevisível. Regimes que pareciam ser marionetes do Pentágono embarcam em atos fraccionários de autonomia, e países que agiram com grande in-

dependência se submetem a ordens da Casa Branca. Essa oscilação é uma característica do subimperialismo, que contrasta com a estabilidade prevalecente nos impérios centrais e suas variedades alterimperiais.

Potências regionais que adotam um perfil subimperial recorrem ao uso da força militar. Eles utilizam esse arsenal para fortalecer os interesses das classes capitalistas em seus países, dentro de um raio de influência limitado. Ações bélicas têm como objetivo disputar a liderança regional com concorrentes do mesmo tamanho.

Os subimpérios não atuam na ordem planetária e não compartilham as ambições de domínio global de seus parentes maiores. Eles restringem sua esfera de ação à esfera regional, estritamente em sintonia com a influência limitada dos países de médio porte. O interesse em mercados e lucros é o principal motor das políticas expansionistas e das incursões militares.

A gravitação realizada nas últimas décadas pelas economias intermediárias explica esse correlato subimperial, que não existia na era clássica do imperialismo no início do século XX. Foi somente no período posterior do pós-guerra que essa influência das potências médias veio à tona, e se tornou ainda mais significativa atualmente.

No Oriente Médio, a rivalidade geopolítico-militar entre os atores da própria região tem sido precedida por algum desenvolvimento econômico desses atores. A era neoliberal acentuou a predominância internacional do petróleo, a desigualdade social, a precarização e o desemprego em toda a região. Mas também consolidou várias classes capitalistas locais, que operam com maiores recursos e não disfarçam seus apetites para obter maiores lucros.

Esse interesse pelo lucro impulsiona a engrenagem subimperial de países igualmente situados no meio da divisão internacional do trabalho. Turquia, Arábia Saudita e Irã estão rondando essa inserção, sem se aproximar do clube das potências centrais.

Eles compartilham a mesma localização global que outras economias intermediárias, mas complementam sua presença nessa esfera com poderosas incursões militares. Essa extensão das rivalidades econômicas para o reino da guerra é um fator determinante em sua especificidade subimperial (KATZ, 2018).

Atualidade e raízes

O subimperialismo é uma noção útil para registrar o substrato da rivalidade econômica que está por trás de muitos conflitos no Oriente Médio. Ela permite que esse interesse de classe seja notado, ao contrário de diagnósticos centrados em disputas pela primazia de alguma vertente do Islã. Tais interpretações em termos religiosos obstruem o esclarecimento da real motivação por trás dos conflitos crescentes.

Os negócios em disputa entre Turquia, Arábia Saudita e Irã explicam o caráter único do subimperialismo nesses países. Em todos os três casos, governos belicosos no comando de Estados dirigidos por burocracias militarizadas estão em ação. Todos utilizam credos religiosos para fortalecer seu poder e capturar maiores quotas de recursos em disputa. Os subimpérios têm procurado, na Síria, conquistar os espólios gerados pela destruição de território, e a mesma competição está ocorrendo na Líbia pela partilha do petróleo. Lá, eles estão engajados nas mesmas lutas que as grandes potências.

No nível geopolítico, os subimpérios da Turquia e da Arábia Saudita estão em sintonia com Washington, mas não participam das decisões da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) nem das definições do Pentágono. Eles se distinguem da Europa no primeiro terreno e de Israel no segundo, e não estão envolvidos na determinação da batalha que o imperialismo americano está travando para recuperar a hegemonia diante do desafio da China e da Rússia. Sua ação é restrita à órbita regional. Eles mantêm relações contraditórias com o poder dos Estados Unidos (EUA) e não aspiram a substituir os grandes dominadores do planeta.

Mas sua intervenção regional é muito mais relevante do que a de seus pares em outras partes do mundo. Ações subimperiais da mesma magnitude não são vistas na América Latina ou na África. O subimperialismo no Oriente Médio está ligado às antigas raízes históricas dos impérios otomano e persa. Tal conexão com fundações de longa data não é muito comum no resto da periferia.

As rivalidades entre os poderes incluem, nesse caso, uma lógica que remete à antiga competição entre dois grandes impérios pré-capitalistas. Não é apenas a animosidade entre otomanos e persas que remonta ao século XVI. As tensões deste último conglomerado com os sauditas (xiitas versus wahhabitas) também têm uma longa história de batalhas pela supremacia regional (ARMANIAN, 2019).

Essas grandes potências locais não foram diluídas na era moderna. Tanto o império otomano quanto o persa se mantiveram no século XIX, impedindo que o Oriente Médio fosse simplesmente tomado (como a África) pelos colonialistas europeus. O desmoronamento Otomano no início do século seguinte deu origem a um Estado turco que perdeu sua antiga primazia, mas renovou sua consistência nacional. Não foi relegado ao status meramente semicolonial.

Durante a República Kemalista, a Turquia sustentou um desenvolvimento industrial próprio, que não teve o sucesso do bismarquismo alemão ou seu equivalente japonês, mas moldou a classe capitalista média que dirige o país (HARRIS, 2016). Um processo similar de consolidação burguesa ocorreu sob a monarquia Pahlavi no Irã.

Ambos os regimes participaram ativamente da Guerra Fria contra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) para defender seus interesses na fronteira contra

o gigante russo. Eles hospedaram bases americanas e seguiram o roteiro da OTAN, mas reforçaram seus próprios arranjos militares. O subimperialismo, portanto, carrega fundações antigas em ambos os países e não é uma improvisação do cenário atual.

Esse conceito fornece um critério para entender os conflitos em curso, superando a vaga noção de “choques entre impérios”, que não distingue os atores globais de seus equivalentes regionais. Os subimpérios mantêm uma diferença qualitativa com seus pares maiores que vai além da simples lacuna de escala. Eles adotam papéis e desempenham funções muito diferentes das do imperialismo dominante e de seus associados.

Eles também entram em conflito uns com os outros em deslocamentos de alinhamentos externos e em conflitos de enorme intensidade. Devido à magnitude desses confrontos, alguns analistas registraram a presença de uma nova “guerra fria inter-árabe” (CONDE, 2018). Mas cada um dos três casos atuais apresenta características muito específicas.

O protótipo turco

A Turquia é o principal expoente do subimperialismo na região. Vários marxistas discutiram esse status em polêmicas com o contraste do diagnóstico semicolonial (GÜMÜŞ, 2019). Eles enfatizaram os sinais de autonomia do país, ao contrário da opinião de que ele é fortemente dependente dos Estados Unidos.

Esse debate destacou corretamente a obsolescência do conceito de semicolônia. Esse status foi uma característica do início do século XX que perdeu peso com a subsequente onda de independência nacional. A partir de então, a sujeição econômica ganhou preeminência sobre a dominação explicitamente política.

A despossessão sofrida pela periferia nas últimas décadas não alterou esse novo padrão introduzido pela descolonização. A dependência assume outras modalidades na era atual, e a noção de semicolônia é inadequada para caracterizar economias médias ou países com uma longa tradição de autonomia política, como a Turquia.

O status subimperial da Turquia se reflete em sua política regional de expansão externa e em seu relacionamento contraditório com os Estados Unidos. A Turquia é de fato um elo da OTAN e abriga um monumental arsenal nuclear sob a custódia do Pentágono na base İncirlik. As bombas armazenadas nessa instalação tornariam possível destruir todas as regiões vizinhas (TUĞAL, 2021).

Mas Ancara realiza muitas ações por conta própria sem consultar o guardião americano. Adquire armas russas, discorda da Europa, envia tropas a vários países sem consulta e compete com Washington em muitas negociações comerciais.

O papel da Turquia como potência autônoma foi, de fato, reconhecido pelos Estados Unidos como uma peça do xadrez regional. Vários líderes da Casa Branca toleraram as aventuras de Ancara sem vetá-las. Eles fecharam os olhos para a anexação do norte do Chipre em 1974 e permitiram a perseguição de minorias entre 1980 e 1983.

A Turquia não desafia o governante americano, mas aproveita as derrotas de Washington para intensificar suas próprias ações. Erdogan fez várias alianças com rivais americanos (Rússia e Irã) para impedir a criação de um Estado curdo.

As oscilações do presidente ilustram o típico comportamento subimperial. Há uma década, ele inaugurou um projeto de islamismo neoliberal ligado à OTAN e destinado a se conectar com a União Europeia. Esse curso foi apresentado por Washington como um modelo para a modernização do Oriente Médio. Mas nos últimos anos, os porta-vozes do Departamento de Estado mudaram drasticamente de tom. Eles passaram de elogios a críticas e, em vez de elogiar um regime político simpático, começaram a denunciar uma tirania hostil.

Essa mudança na classificação de seu polêmico parceiro nos EUA foi acompanhada pelas próprias oscilações da Turquia. Erdogan manteve sua política externa em equilíbrio enquanto gerenciava as tensões internas com certa facilidade. Mas ele foi desviado por operações além de suas fronteiras quando perdeu o controle do curso local. O gatilho foi a onda democratizadora da Primavera Árabe, a revolta curda e o surgimento de forças progressistas.

Erdogan respondeu com violência contrarrevolucionária ao desafio da rua (2013), às vitórias dos curdos e ao avanço da esquerda (2015). Ele optou por um autoritarismo virulento e repressivo, uniu forças com variantes seculares reacionárias e lançou uma contraofensiva com bandeiras nacionalistas (USLU, 2020). Sob essa bandeira, ele persegue adversários, prende ativistas e dirige um regime que é próximo a uma ditadura civil (BARCHARD, 2018). Seu comportamento se enquadra no perfil autoritário que prevalece em todo o Oriente Médio.

Em poucos anos, transformou seu islamismo neoliberal inicial em um regime de direita ameaçador, o que minou a oposição burguesa. As classes dirigentes finalmente endossaram um presidente que deslocou a antiga elite secular kemaliana e excluiu do poder os setores mais pró-americanos.

Aventuras externas, autoritarismo interno

Erdogan optou por um curso pró-ditatorial após a experiência fracassada de seu colega Morsi. O projeto islâmico conservador da Irmandade Muçulmana foi demolido

no Egito pelo golpe militar de Sisi. Para evitar um destino semelhante, o presidente turco reativou as operações militares externas.

Esse curso militarista também inclui um perfil ideológico mais autônomo do Ocidente. Os discursos oficiais exaltam a indústria nacional e pedem a expansão do comércio multilateral a fim de consolidar a independência da Turquia. Tal retórica é intensamente utilizada para denunciar as posições “antipatrióticas” da oposição. Sem abandonar a OTAN ou questionar os EUA, Erdogan se distanciou da Casa Branca.

Essa autonomia levou a sérios conflitos com Washington. A Turquia estabeleceu um “cinto de segurança” com o Iraque, fortaleceu sua presença de tropas na Síria, enviou tropas para o Azerbaijão e está testando alianças com o Talibã no Afeganistão. Essas aventuras – parcialmente financiadas pelo Catar e pagas com recursos provenientes de Trípoli – são até agora de escopo limitado. São operações de baixo custo econômico e alto benefício político. Elas distraem a atenção doméstica e justificam a repressão, mas desestabilizam a relação com os EUA.

Erdogan reforça o protagonismo das forças armadas, que desde 1920 têm sido o principal instrumento da modernização autoritária do país. O subimperialismo turco está enraizado nessa tradição belicista, que padronizou coercivamente a nação através da imposição de uma religião, uma língua e uma bandeira. Essas bandeiras estão agora sendo retomadas a fim de expandir a presença externa e conquistar os mercados vizinhos. Uma variante mais selvagem desse nacionalismo foi usada no passado para exterminar os armênios, expulsar os gregos e forçar a assimilação linguística dos curdos.

O presidente da Turquia preserva esse legado no novo formato da direita islâmica. Ele incentiva os sonhos expansionistas e exporta contradições internas com tropas no exterior. Mas ele age em nome dos grupos capitalistas que controlam as novas indústrias de exportação de médio porte. Essas fábricas localizadas nas províncias têm impulsionado o crescimento das últimas três décadas.

Como a Turquia importa a maior parte de seu combustível e exporta manufaturas, a geopolítica subimperial procura sustentar o desenvolvimento da indústria. A agressividade de Ancara no norte do Iraque, no Mediterrâneo oriental e no Cáucaso está em sintonia com o apetite da burguesia industrial islâmica por novos mercados.

A prioridade de Erdogan é esmagar os curdos. É por isso que ele procurou minar todas as tentativas de consagrar o estabelecimento de uma zona controlada por curdos na Síria. Ele tentou várias ofensivas militares para destruir esse enclave, mas acabou endossando o *status quo* de uma fronteira invadida por refugiados.

Erdogan não conseguiu impedir a autonomia concedida pelo governo sírio às organizações curdas (PYP-UPP). Essas forças conseguiram repelir o cerco de Kobani

em 2014-2015, derrotaram as gangues jihadistas e ratificaram seus sucessos em Rojava. E o presidente turco não está em condições de digerir esses resultados.

A estratégia americana de apoiar parcialmente os curdos – para criar instalações do Pentágono em seus territórios – acentuou o distanciamento de Ancara de Washington. O uso dos curdos pelo Departamento de Estado como moeda de troca com o presidente rebelde mudou drasticamente. Obama apoiou a minoria, Trump retirou o apoio sem os cortar, e Biden ainda tem que definir sua linha de intervenção. Mas, em todos os cenários, Erdogan deixou claro que não aceita o papel de satélite subserviente a ele atribuído pela Casa Branca.

As tensões entre os dois governos se aprofundaram sobre os interesses concorrentes na divisão da Líbia. Para piorar a situação, Erdogan desafiou o Departamento de Estado com a compra de mísseis russos, o que levou ao cancelamento de investimentos estadunidenses.

O clímax do conflito foi o fracasso do golpe de Estado em 2016. Washington emitiu vários sinais de aprovação para uma revolta que eclodiu em áreas próximas às bases da OTAN. Essa conspiração foi patrocinada por um pastor refugiado nos EUA (Gulen), que lidera o setor mais ocidentalista do *establishment* turco. Erdogan dispensou imediatamente todos os oficiais militares simpáticos a esse setor. O golpe falhado indicou até que ponto os EUA aspiram a impor um governo fantoche na Turquia (PETRAS, 2017). Em resposta, Erdogan reafirmou sua resistência à obediência exigida pela Casa Branca.

Ambivalências e rivais

O subimperialismo turco equilibra a permanência na OTAN com as aproximações com a Rússia. É por isso que Erdogan começou seu mandato como um aliado próximo dos EUA e depois se moveu na direção oposta (HEARST, 2020).

Na guerra síria, ela estava em desacordo com a Rússia e sofreu um grande choque quando abateu uma aeronave militar russa. Mas, posteriormente, retomou as relações com Moscou e aumentou as compras de armas (CALVO, 2019). Também se distanciou dos principais peões da OTAN (Bulgária, Romênia) e negociou um oleoduto submarino para exportar combustível russo para a Europa sem passar pela Ucrânia (TurkStream).

Putin está bem ciente da falta de confiabilidade de um líder que treina as forças azerbaijanas em conflito com a Rússia. Ele não esquece que a Turquia é membro da OTAN e abriga o maior arsenal nuclear próximo à Rússia. Mas ele está apostando em negociar com Ancara a dissuasão de uma frota permanente dos EUA no Mar Negro.

As tensões com a Europa são igualmente significativas. Erdogan faz pressão sobre Bruxelas por montantes milionários em troca de manter refugiados sírios em suas próprias fronteiras. Ele está sempre ameaçando inundar o Velho Continente com essa massa de desabrigados se a Europa levantar o tom de seu questionamento ao governo turco ou reter fundos para o apoio a essa maré humana.

A nível regional, a Turquia enfrenta sobretudo a Arábia Saudita. Os dois países ostentam bandeiras islâmicas divergentes dentro do próprio conglomerado sunita. Erdogan difundiu um perfil do islamismo liberal em contraste com a severidade do wahhabismo saudita, mas não foi capaz de sustentar essa imagem devido ao comportamento feroz de seus próprios agentes.

Os conflitos com a Arábia Saudita estão concentrados no Catar, que é o único emirado do Golfo aliado à Turquia. A monarquia saudita tentou enquadrar esse miniestado fraccionário com várias tramas, mas não conseguiu repetir a bem-sucedida conspiração que destronou Morsi no Cairo, e enterrar a principal participação geopolítica de Ancara na região.

O outro rival estratégico da Turquia é o Irã. Nesse caso, a disputa envolve um contraponto de adesões religiosas diferenciadas entre as vertentes sunitas e xiitas do islamismo. O confronto entre os dois escalou no Iraque, com a frustrada expectativa da Turquia de conquistar uma área relacionada naquele território. Essa afirmação colidiu com a primazia contínua dos setores pró-iranianos. Erdogan faz valer igualmente sua presença, através das tropas estacionadas na fronteira, para subjugar os curdos.

O vai e vem tem sido a tônica do subimperialismo turco. Essas oscilações eram mais visíveis na Síria. Erdogan tentou primeiro derrubar seu antigo concorrente Assad, mas enfrentou uma mudança abrupta para sustentar aquele governo quando viu a perspectiva perigosa de um Estado curdo.

Ancara primeiro abrigou o Exército Livre da Síria para criar um regime em Damasco e depois entrou em conflito com os jihadistas, enviados pela Arábia Saudita para o mesmo fim. Finalmente, criou uma zona tampão na fronteira síria para usar os refugiados como moeda de troca, enquanto treinava seus próprios criminosos.

Em outras áreas, a Turquia tece o mesmo tipo de alianças contraditórias. Na Líbia, ela se aliou à facção Sarraj contra Haftar, em uma coalizão com o Catar e a Itália contra a Arábia Saudita, a Rússia e a França. Enviou paramilitares e fragatas para conseguir uma fatia maior dos contratos de petróleo e decidiu estabelecer uma base militar em Trípoli para disputar sua participação no gás do Mediterrâneo. Com o mesmo objetivo, está fortalecendo sua presença na parte do Chipre sob sua influência e disputando esses campos com Israel, Grécia, Egito e França.

Os avanços subimperiais da Turquia também estão sendo vistos em áreas mais remotas, como o Azerbaijão, onde Ancara restabeleceu laços com minorias étnicas turcas. Ela forneceu armas para a dinastia Aliyev em Baku e escorou os territórios conquistados no ano passado nos conflitos do Nagorno-Karabakh. O almejado expansionismo otomano está ganhando força mesmo em regiões mais remotas. A Turquia treinou o exército somali, enviou um contingente para o Afeganistão e expandiu sua presença no Sudão.

Mas Ancara tem pouco espaço para jogar tais jogos geopolíticos. No máximo, ela pode tentar manter sua autonomia na remodelação do Oriente Médio. Sua oscilação habitual expressa uma combinação de arrogância e impotência, decorrente da fragilidade econômica do país.

As ambições militaristas externas exigiriam uma força produtiva que a Turquia não possui. Os grandes passivos financeiros do país coexistem com um déficit comercial e desequilíbrio fiscal que provocam convulsões periódicas na moeda e na bolsa de valores (ROBERTS, 2018). Essa inconsistência econômica, por sua vez, recria a divisão entre os setores atlantistas e eurasiáticos das classes dominantes, que privilegiam os negócios em áreas geográficas opostas.

Erdogan tentou unificar essa diversidade de interesses, mas alcançou apenas um equilíbrio transitório. Ele impôs uma certa reconciliação entre as elites seculares da grande burguesia e o capitalismo crescente do interior e conseguiu moderar os desequilíbrios estruturais da economia turca, mas está longe de ser capaz de corrigi-los. Erdogan comanda um subimpério economicamente fraco para as ambições geopolíticas que ele encoraja. É por isso que está conduzindo aventuras com recuos abruptos, enredos e cambalhotas.

O potencial modelo saudita

A Arábia Saudita não tem antecedentes subimperiais, mas está caminhando para tal configuração. Tem sido um pilar tradicional do domínio americano no Oriente Médio, mas a acumulação de renda, as aventuras belicistas e as rivalidades com a Turquia e o Irã estão empurrando o reino em direção a esse clube conturbado.

Esse curso introduz muito barulho na relação privilegiada da monarquia wahhabitica com o Pentágono. A Arábia Saudita é o maior importador de armas do mundo (12% do total) e gasta 8,8% de seu produto interno bruto (PIB) em defesa. Os Estados Unidos colocam 52% de suas exportações militares totais na região e fornecem 68% das compras sauditas. Cada contrato assinado entre os dois países tem um correlato direto no investimento nos EUA. A monarquia wahhabitica fornece apoio estratégico

para a supremacia financeira da moeda americana.

Devido à sua gravitação decisiva, todos os líderes da Casa Branca procuraram harmonizar o impacto do *lobby* sionista com seu equivalente saudita. Trump alcançou um ponto de equilíbrio máximo ao aproximar os dois países do eventual estabelecimento de relações diplomáticas (ALEXANDER, 2018).

O envolvimento dos EUA com a dinastia saudita remonta ao período do pós-guerra e ao papel da monarquia nas campanhas anticomunistas. Os *sheikhs* estiveram envolvidos em inúmeras ações contrarrevolucionárias para conter a ascensão das repúblicas em toda a região (Egito – 1952, Iraque – 1958, Iêmen – 1962, Líbia – 1969, Afeganistão – 1973). Quando o xá do Irã foi derrubado, os reis wahhabitas assumiram um papel mais direto na defesa da ordem reacionária no mundo árabe.

Esse papel regressivo foi novamente visível durante a Primavera Árabe da última década. O gendarme saudita e seus anfitriões jihadistas levaram todas as incursões a esmagar essa rebelião.

No entanto, depois de muitos anos administrando um gigantesco excedente de petróleo, os monarcas de Riad também criaram um poder próprio, baseado na renda gerada pelos campos petrolíferos da península. Esses fluxos enriqueceram os emirados organizados no Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), que consolidou um centro de acumulação para coordenar o uso desse excedente.

Nessa administração, a antiga estrutura semifeudal saudita adotou formas mais contemporâneas de rentismo, compatíveis com a gestão despótica do Estado. As poucas famílias que monopolizam os negócios usam o poder monárquico para impedir a concorrência, mas o enorme volume de riqueza que administram aumenta as rivalidades pelo controle do Palácio e do tesouro petrolífero que se deriva dele (HANIEH, 2020).

O poder econômico de Riad alimentou as ambições geopolíticas da monarquia e as incursões militares sauditas, colocando o país no caminho do subimperialismo.

Esse curso foi adequadamente interpretado por autores que aplicam o conceito de Marini ao perfil atual da Arábia Saudita. Eles retratam como esse reino cumpre os três requisitos delineados pelo teórico brasileiro para identificar a presença de tal status. O regime wahhabita promove ativamente o investimento estrangeiro direto nas economias vizinhas, mantém uma política de cooperação antagônica com o dominador americano e implanta um manifesto expansionismo militar (SÁNCHEZ, 2019).

O Chifre da África é a área favorecida pelos monarcas para essa intervenção. Eles estenderam todas as disputas no Oriente Médio a essa região, e lá eles resolvem quem controla o Mar Vermelho, as conexões da Ásia com a África e o transporte de recursos energéticos consumidos pelo Ocidente.

Os gendarmes sauditas estão ativamente envolvidos nas guerras que têm devastado a Somália, a Eritreia e o Sudão. Eles comandam a pilhagem de recursos e o empobrecimento das populações desses países. As brigadas de Riad demolem Estados para aumentar os lucros do capital saudita nos setores de agricultura, turismo e finanças.

As regiões supervisionadas pelos monarcas também fornecem uma parcela significativa da força de trabalho explorada na Península Arábica. Os migrantes sem direitos constituem entre 56 e 82% da força de trabalho na Arábia Saudita, Omã, Bahrein e Kuwait. Esses assalariados não podem se mover sem permissão e estão sujeitos à chantagem da expulsão e consequente corte de remessas. Tal divisão estratificada do trabalho – em torno de gênero, etnia e nacionalidade – é a base para um fluxo monumental de remessas da região para o exterior.

As aspirações sauditas à primazia regional chocam-se com o destaque alcançado pelos aiatolás do Irã. Desde a ruptura das relações diplomáticas em 2016, as tensões entre os dois regimes têm sido processadas através de confrontos militares entre aliados de ambos os lados. Esse confronto tem sido particularmente sangrento no Iêmen, Sudão, Eritreia e Síria.

A disputa entre sauditas e iranianos, por sua vez, retoma o divórcio entre dois processos históricos diferentes de regressão feudal e modernização incompleta. Essa bifurcação moldou as configurações de Estado diferenciadas entre os dois países (ARMANIAN, 2019).

Tal disparidade de trajetórias também tem levado a cursos capitalistas igualmente contrastantes. Enquanto Riad surge como um centro internacionalizado de acumulação do Golfo, Teerã comanda um modelo autocentrado de recuperação econômica gradual. Essa diferença se traduz em caminhos geopolíticos muito divergentes.

O perigoso descontrolo da teocracia

Os reis sauditas lideram o sistema político mais obscurantista e opressivo do planeta. Esse regime tem funcionado desde a década de 1930 através de um compromisso entre a dinastia dominante e uma camada de clérigos retrógrados que supervisionam a vida diária da população. Uma divisão especial da polícia está habilitada a chicotear as pessoas que permanecem nas ruas na hora da oração. Tal modelo retrata uma forma acabada de totalitarismo.

A imprensa estadunidense questiona regularmente o apoio flagrante do Ocidente a esse grupo medieval e saúda as reformas cosméticas prometidas pelos monarcas. Mas, na realidade, nenhum presidente americano está disposto a se distanciar de um reinado que é tão pouco representativo quanto indispensável ao domínio da principal potência mundial.

O principal problema com um regime tão fechado é a potencial explosividade de suas tensões internas. Como todos os canais de expressão estão fechados, o descontentamento irrompe em atos de revolta. O surto de 1979 em Meca teve o mesmo efeito, assim como a projeção de Bin Laden. Esta figura da camada teocrática acumulou os ressentimentos típicos de um setor deslocado e canalizou esse ressentimento em direção ao padrinho estadunidense (CHOMSKY; ACHCAR, 2007).

A política imperial americana deve também enfrentar as perigosas aventuras externas da teocracia dominante. Os *sheikhs* que administram a principal reserva mundial de petróleo têm sido vassalos leais do Departamento de Estado. Mas, nos últimos anos, eles fizeram suas próprias apostas, às quais Washington assiste com grande nervosismo.

A ambição dos monarcas é unir-se a uma aliança com o Egito e Israel para controlar um vasto território. Tal expansão mortal já incendiou muitos barris de pólvora que complicam os próprios agressores.

As tensões aumentaram até um ponto crítico desde que o Príncipe Bin Salman assumiu o trono em Riad (2017) e implementou sua violência desenfreada. Ele controla a fortuna não quantificável da monarquia com total discrição e ambições selvagens para o poder regional.

Primeiro ele aumentou seu controle do sistema político confessional, com uma sucessão de purgas internas que incluiu prisões e apropriações da riqueza de outras pessoas. Posteriormente, embarcou em várias operações militares para contestar o poder geopolítico. Ele comanda a guerra devastadora no Iêmen, ameaça seus vizinhos no Catar, rivaliza com a Turquia na Síria e demonstrou um grau incomum de interferência no Líbano, realizando chantagens com o sequestro do presidente daquele país. Bin Salman está determinado a subir a aposta de guerra contra o regime iraniano, especialmente após a derrota de suas milícias na Síria.

Os assassinatos no Iêmen estão na vanguarda da investida saudita. Os reis se mudaram para capturar os poços de petróleo inexplorados da Península Arábica. Depois de muitas décadas de extração frenética, os campos petrolíferos tradicionais começam a enfrentar limites, o que leva a uma busca por outras fontes de abastecimento. Riad quer garantir sua primazia, com acesso direto aos três cruzamentos estratégicos da região (Estreito de Hormuz, Golfo de Adão e Bab el-Mandeb). Por isso, rejeitou a reunificação do Iêmen e procurou dividir o Iêmen em duas metades (ARMANIAN, 2016).

Mas a sangrenta batalha no Iêmen se tornou uma armadilha. A dinastia saudita enfrenta ali um atoleiro semelhante ao sofrido pelos Estados Unidos no Afeganistão. Ela causou a maior tragédia humanitária da última década sem ganhar o controle do país. É incapaz de quebrar a resistência ou dissuadir ataques em sua própria retaguar-

da. Os chocantes bombardeios com drones no coração de petróleo da Arábia Saudita ilustram a escala dessa adversidade.

A tecnologia de mísseis de alta tecnologia tem provado ser uma espada de dois gumes quando os inimigos podem descobrir como usá-la. A única resposta de Riad tem sido a de apertar o cerco alimentar e sanitário, com mortes causadas pela fome no atacado e 13 milhões de pessoas afetadas por epidemias de vários tipos.

Esses crimes são ocultados na atual apresentação da guerra como um confronto entre os súditos da Arábia Saudita e do Irã. O apoio de Teerã à resistência contra Riad não é o fator determinante em um conflito decorrente do apetite da monarquia pela expansão.

Essa ambição também explica o ultimato ao Catar, que estabeleceu uma aliança com a Turquia. A monarquia wahhabita não tolera essa independência, nem tolera a equidistância com o Irã ou a variedade de posições exibidas pelo canal *Al-Jazeera* (COCKBURN, 2017).

Os catarianos abrigam uma base estratégica dos EUA, mas concluíram importantes negócios energéticos com a Rússia, realizam comércio com a Índia, e não participam da “OTAN sunita” promovida por Riad (GLAZEBROOK, 2017). Eles também conseguiram disfarçar seu regime doméstico opressivo com uma operação de lavagem esportiva que os transformou em um grande patrocinador do futebol europeu. Bin Salman não tem sido capaz de lidar com esse adversário, e alguns analistas advertem que ele está planejando uma operação militar para forçar seus vizinhos a se submeterem (SYMONDS, 2017).

À beira do precipício

O intervencionismo do príncipe saudita está tomando conta a um ritmo vertiginoso. No Egito, ele está consolidando sua influência ao multiplicar o financiamento da ditadura de Sisi. Na Líbia, ele apoia a facção de Haftar contra o rival patrocinado por Ancara e aguarda a correspondente retribuição em contratos.

No Iraque, o monarca sustenta as contraofensivas das facções sunitas para erodir a primazia do Irã. Esse apoio inclui o incentivo a massacres e guerras religiosas. Na Síria, ele procurou criar um califado sujeito a Riad e em desacordo com Ancara e Teerã. O fanatismo de guerra do monarca foi encarnado na rede de mercenários que ele recrutou através da chamada “Aliança Militar Islâmica”.

A Arábia Saudita é um antro internacional de jihadistas que o Pentágono patrocinou com grande entusiasmo inicial. Mas os monarcas estão usando cada vez mais esses grupos como suas próprias tropas, sem consultar os EUA e às vezes em

contraponto com Washington.

Na Somália, Sudão e em alguns países africanos, a coordenação com o diretor dos EUA falhou. Além disso, o significado dos ataques de uma organização como a *Al Qaeda*, que teve a aprovação da monarquia, nunca foi esclarecido. As ações terroristas dos jihadistas como força transfronteiriça são muitas vezes indecifráveis e com frequência desestabilizam o Ocidente.

Essa falta de controle colidiu com a estratégia de Obama de acalmar as tensões na região por meio de tons tímidos com a Turquia e com as negociações com o Irã. Em vez disso, Trump jogou a favor do Príncipe Salman com o aumento das vendas de armas, encobrimento de massacres e convergências com Israel.

Mas as ações imprevisíveis do monarca têm gerado grandes crises. A selvageria que ele demonstrou no desmembramento da figura de oposição Khashoggi desencadeou um escândalo que não cicatrizou. O jornalista era um servo leal da monarquia e posteriormente forjou laços mais estreitos com os liberais nos Estados Unidos. Ele trabalhou para o *Washington Post* e descobriu provas de criminalidade sob o regime saudita.

O príncipe arrogante escolheu assassiná-lo na própria embaixada da Turquia e foi exposto como um criminoso comum quando o presidente Erdogan tornou o caso transparente para sua própria conveniência. Trump fez de tudo para encobrir seu parceiro com algum conto de assassino selvagem, mas ele não conseguiu esconder a responsabilidade direta do jovem rei.

Esse episódio retratou o caráter incontrolável de um presidente aventureiro, que, com o declínio de Trump, perdeu o apoio direto da Casa Branca. Agora Biden anunciou uma nova direção, mas sem esclarecer qual será esse caminho. Enquanto isso, ele adiou a abertura dos arquivos secretos que lançariam luz sobre a relação entre a liderança saudita e o ataque às Torres Gêmeas.

O *establishment* norte-americano tem se tornado cada vez mais cauteloso com relação ao aventureiro que esbanjou parte das reservas do reino em passeios belicosos. O projeto de lei para a guerra do Iêmen já é visível na brecha no orçamento, o que acelerou os planos de privatização da empresa estatal de petróleo e gás.

A teocracia medieval se tornou uma dor de cabeça para a política externa dos EUA. Alguns arquitetos dessa orientação defendem mudanças mais substanciais na monarquia, mas outros temem o efeito de tais mutações no circuito de petrodólares internacionais. Washington acabou perdendo a lealdade de muitos países que aliviaram suas ditaduras ou moderaram seus reinados.

Esses dilemas não têm soluções preestabelecidas. Ninguém sabe se as ações de Bin Salman são mais perigosas do que sua substituição por outro príncipe da

mesma linhagem. A existência de uma grande realeza na teia de miniestados que compõem as dinastias do Golfo traz mais solidez, mas também maiores riscos para a política imperialista.

É por isso que os assessores da Casa Branca diferem se patrocinam políticas de centralização ou de balcanização dos vassalos de Washington. Em ambas as opções, o desvio da Arábia Saudita em direção a um caminho subimperial implica um conflito com o dominador americano.

Reconstituição contraditória no Irã

O atual status subimperial do Irã é mais controverso e permanece sem solução. Ele inclui vários elementos desse comportamento, mas também contém características que questionam esse status.

Até os anos 80, o país era um modelo de subimperialismo, e Marini (1973) o apresentou como um exemplo análogo ao protótipo brasileiro. O xá foi o principal parceiro regional dos EUA na Guerra Fria contra a URSS, mas, ao mesmo tempo, estava desenvolvendo seu próprio poder em disputa com outros aliados do Pentágono.

A dinastia Pahlavi consolidou essa gravitação autônoma através de um processo de modernização segundo as linhas anticlericais ocidentais. Ela sustentou a expansão das reformas capitalistas em sucessivos conflitos com a casta religiosa.

O monarca procurou criar um polo regional de supremacia distante do mundo árabe e lançou as bases para um projeto subimperial, que se reconectou com as raízes históricas dos confrontos persas com os otomanos e os sauditas (ARMANIAN, 2020).

Mas o colapso do xá e sua substituição pela teocracia dos aiatolás mudou radicalmente o status geopolítico do país. Um subimpério autônomo – mas estruturalmente associado a Washington – foi transformado em um regime envolto por uma tensão permanente com os Estados Unidos. Todo líder da Casa Branca tem procurado destruir o inimigo iraniano.

Esse conflito altera o perfil de um modelo que não atende mais a uma das exigências da norma subimperial. A estreita convivência com o dominador norte-americano desapareceu, e essa mudança confirma o caráter mutável de uma categoria que não compartilha a durabilidade das formas imperiais.

Os confrontos com Washington mudaram o perfil subimperial anterior do Irã. A velha ambição da supremacia regional foi articulada como uma defesa contra o assédio dos EUA. Todas as ações externas do Irã visam criar um anel de proteção contra as agressões que o Pentágono coordena com Israel e a Arábia Saudita. Teerã intervém em conflitos contínuos com o objetivo de salvaguardar suas fronteiras, e opta por

alianças com os adversários de seus inimigos e procura multiplicar os incêndios na retaguarda de seus três perigosos atacantes.

Essa impressão defensiva determina uma modalidade muito singular do eventual ressurgimento subimperial do Irã. A busca da supremacia regional coexiste com a resistência ao assédio externo, determinando um curso geopolítico muito peculiar.

Defesas e rivalidades

O expansionismo brando do Irã em zonas de conflito reflete essa situação contraditória no país. O regime dos aiatolás certamente comanda uma rede de recrutamento xiita com milícias filiadas aos xiitas em toda a região. Mas, de acordo com o aspecto defensivo de sua política, ela age com mais cautela do que seus adversários jihadistas.

A principal vitória do regime foi alcançada no Iraque. Eles conseguiram colocar o país sob seu comando após a devastação perpetrada pelos invasores dos EUA. Eles agora usam seu controle desse território como um grande amortecedor defensivo para desencorajar os ataques que Washington e Tel Aviv continuam a repetir.

O mesmo propósito dissuasivo tem guiado a intervenção de Teerã na guerra síria. A capital sustentou Assad e se engajou diretamente em ações armadas, mas buscou consolidar um cordão de segurança para suas próprias fronteiras. E as milícias libanesas do Hezbollah atuaram como os principais arquitetos desse cinturão amortecedor.

Os sangrentos confrontos na Síria se desdobraram como ensaios para a maior conflagração que os sionistas imaginam contra o Irã. É por isso que Israel descarregou seus bombardeios sobre tropas xiitas.

Washington tem denunciado repetidamente a “agressividade do Irã” na Síria, enquanto de fato Teerã está reforçando sua defesa contra a pressão dos EUA. Nessa resistência, obteve resultados satisfatórios. Trump jogou suas cartas para as várias incursões de Israel, Arábia Saudita e Turquia e acabou perdendo a batalha. Esse fracasso corrobora a adversidade geral que Washington enfrenta. Após inúmeras investidas, não foi capaz de subjugar o Irã, e a mãe de todas as batalhas ainda está pendente.

Em um nível mais limitado, o Irã disputa a primazia regional com a Arábia Saudita nas guerras dos países vizinhos. Na Síria, os jihadistas de Riad têm favorecido ataques contra tropas treinadas por seu rival, e no Iêmen a monarquia wahhabita está atacando milícias que estão em sintonia com Teerã. No Catar, Líbano e Iraque, a mesma tensão pode ser vista na disputa sobre o Estreito de Hormuz. O controle do Estreito de Hormuz pode muito bem significar o vencedor do jogo entre os aiatolás e a principal dinastia do Golfo. Essa rota – que liga os exportadores do Oriente Médio aos mercados mundiais – é a rota através da qual circula 30% do petróleo comercializado no mundo.

Como seu adversário saudita, o regime iraniano usa o véu religioso para encobrir suas ambições (ARMANIAN, 2020). Ele mascara a intenção de aumentar seu poder econômico e geopolítico alegando a superioridade dos postulados xiitas sobre as normas sunitas. Na prática, as duas vertentes do islamismo estão em conformidade com regimes igualmente controlados por camadas obscurantistas de clérigos.

A rivalidade com a Turquia não apresenta, até agora, contornos tão dramáticos. Inclui mal-entendidos que são visíveis no Iraque, mas não altera o *status quo* nem assume o perigo de um confronto como há com os sauditas. O governo pró-turco da Irmandade Muçulmana no Egito manteve os equilíbrios regionais que o Irã deseja. Em contraste, a tirania – atualmente patrocinada por Washington e Riad – tornou-se outro adversário ativo de Teerã.

Assim como a Turquia e a Arábia Saudita, o Irã expandiu sua economia, e o governo procura alinhar esse crescimento com uma presença geopolítica mais proeminente. Mas Teerã buscou um desenvolvimento autárquico feito sob medida para dar prioridade à defesa e resistir ao assédio externo. As exportações de petróleo têm sido utilizadas para sustentar um esquema que mistura o intervencionismo estatal com a promoção de negócios privados.

Todos os desenvolvimentos geopolíticos foram transformados pela elite governante em esferas lucrativas, administradas por grandes empresários associados à alta burocracia estatal. O controle do Iraque abriu um mercado inesperado para a burguesia iraniana, que agora também está competindo pelo negócio da reconstrução da Síria.

Há muitas incógnitas no tabuleiro de xadrez entre o Irã e seus rivais. Os aiatolás ganharam e perderam batalhas no exterior e enfrentam escolhas econômicas difíceis. A liderança clerical-militar dominante, que prioriza o negócio do petróleo, deve enfrentar a desconexão financeira internacional imposta pelos EUA. O regime perdeu a coesão do passado e deve definir respostas à decisão de Israel para evitar que o país se torne uma potência atômica.

As duas principais alas do partido no poder estão promovendo estratégias diferenciadas de maior negociação ou aumento da luta armada militar. O primeiro curso prioriza os amortecedores defensivos em zonas de conflito. O segundo rumo não se afasta de repetir o derramamento de sangue sofrido durante a guerra do Iraque. A reconstituição subimperial depende dessas definições.

Cenários críticos

O conceito de subimperialismo ajuda a esclarecer o cenário explosivo no Oriente Médio e regiões vizinhas. Ele nos permite registrar o destaque das potências regio-

nais nos conflitos da zona. Esses atores são mais influentes do que no passado e não agem no mesmo nível que as grandes potências globais.

A noção de subimperialismo facilita a compreensão desses processos. Ela lança luz sobre o papel dos países mais relevantes e esclarece sua distância contínua dos EUA, Europa, Rússia e China. Explica também por que as novas potências regionais não substituem o domínio americano e desenvolvem trajetórias frágeis corroídas por tensões incontrolláveis.

A Turquia, a Arábia Saudita e o Irã rivalizam entre si a partir de configurações subimperiais, e o resultado dessa competição é altamente incerto. Se um dos competidores emerge como o vencedor ao dobrar os outros, poderia introduzir uma mudança radical nas hierarquias geopolíticas da região. Se, por outro lado, os poderes em disputa se esgotarem em batalhas sem fim, eles acabariam anulando seu próprio status subimperial.

Referências

- ALEXANDER, Anne (2018). The contemporary dynamics of imperialism in the Middle East: a preliminary analysis. *International Socialism*, n. 159, June 26, 2018. Disponível em: <<https://isj.org.uk/contemporary-dynamics-of-imperialism/>>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- ARMANIAN, Nazanín. *El objetivo de EEUU es Irán, no la República Islámica*. 12 ene. 2020. Disponível em: <<http://www.nazanin.es/?p=15306>>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- ARMANIAN, Nazanín. *Arabia Saudí-Irán: los ocho motivos de un odio "sunnita-chiita" poco religioso*. 30 jun. 2019. Disponível em: <<https://blogs.publico.es/puntoyseguido/5847/arabia-saudi-iran-los-ocho-motivos-de-un-odio-sunnita-chiita-poco-religioso/>>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- ARMANIAN, Nazanín. *EEUU y Arabia Saudí provocan en Yemen la mayor crisis humanitaria del mundo*. 25 set. 2016. Disponível em: <<https://blogs.publico.es/puntoyseguido/3550/eeuu-y-arabia-saudi-provocan-en-yemen-la-mayor-crisis-humanitaria-del-mundo/>>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- BARCHARD, David. Victoria de Erdogan, la oposición se estrella, pero no den por agotado al Partido Democrático de los Pueblos. *Rebelión*, 27 jun. 2018. Disponível em: <<https://rebelion.org/victoria-de-erdogan-la-oposicion-se-estrella-pero-no-den-por-agotado-al-partido-democratico-de-los-pueblos/>>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- CALVO, Guadi. Turquia: el portazo de Erdogan. *América Latina en Movimiento*, 16 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.alainet.org/es/articulo/201028>>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- CHOMSKY, Noam; ACHCAR, Gilbert. *Estados peligrosos: Oriente Medio y la política exterior estadounidense*. Barcelona: Paidós, 2007.
- COCKBURN, Patrick. Una gira que llevó tensión al Golfo. *Página 12*, 07 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/42401-una-gira-que-llevo-tension-al-golfo>>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- CONDE, Gilberto. El Medio Oriente: entre rebeliones populares y geopolítica. *Oasis*, n. 27, p. 07-25, 2018. DOI: 10.18601/16577558.n27.02
- GLAZEBROOK, Dan. El bloqueo de Catar, el “petro-yuán” y la próxima guerra contra Irán. *Rebelión*, 19 jun. 2017. Disponível em: <<https://rebelion.org/el-bloqueo-de-catar-el-petro-yuan-y-la-proxima-guerra-contra-iran/>>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- GÜMÜŞ, Güneş. Turquia: ¿Dónde se ubica Turquía en la jerarquía imperialista? *Liga Internacional Socialista*, 02 ago. 2019. Disponível em: <<https://lis-isl.org/2019/08/02/turkiye-emperryalist-hiyerarsinin-neresinde-gunes-gumus/>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

HANIEH, Adam. A Marxist guide to understanding the Gulf States' political economy. *Jacobin*, July 13, 2020. Disponível em: <<https://www.jacobinmag.com/2020/07/gulf-states-political-economy-saudi-arabia-qatar-uae>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

HARRIS, Kevan. Remodelar Oriente próximo. *New Left Review*, v. 101, p. 07-40, nov./dic. 2016.

HEARST, David. Erdogan y Putin: Fin del romance. *Rebelión*, 05 mar. 2020. Disponível em: <<https://rebelion.org/erdogan-y-putin-fin-del-romance/>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

KATZ, Claudio. *La teoría de la dependencia, 50 años después*. Buenos Aires: Batalla de Ideas Ediciones, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: ERA, 1973.

PETRAS, James. Los siete pecados capitales del presidente Erdogan: ¿Hacia dónde va Turquía? *Globalización*, 17 oct. 2017. Disponível em: <<https://www.globalizacion.ca/los-siete-pecados-capitales-del-presidente-erdogan-hacia-donde-va-turquia/>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

ROBERTS, Michael. Turquía: colapso económico total. *Sin Permiso*, 12 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.sinpermiso.info/textos/turquia-colapso-economico-total>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

SÁNCHEZ, Victoria Silva. *Los países del Golfo como nuevos actores de (in)seguridad en el Mar Rojo: una visión desde el subimperialismo*. 2019. Disponível em: <<https://www.recp.es/files/view/pdf/congress-papers/14-0/2087/>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

SYMONDS, Peter. Arabia Saudí hace público un provocativo ultimátum a Catar. *Rebelión*, 26 jun. 2017. Disponível em: <<https://rebelion.org/arabia-saudi-hace-publico-un-provocativo-ultimatum-a-catar/>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

TUĞAL, Cigan. Turquía en sus encrucijadas. *New Left Review*, n. 127, p. 27-60, mar./abr. 2021.

USLU, Esen. Turquía: más sangre y lágrimas. *Sin Permiso*, 10 oct. 2020. Disponível em: <<https://www.sinpermiso.info/textos/turquia-mas-sangre-y-lagrimas>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

Anticomunismo e o fantasma do “neostalinismo”: a “questão Stálin” na obra de Domenico Losurdo

Jones Manoel Silva*

Resumo: O objetivo deste ensaio é tecer uma análise sobre a “questão Stálin” na obra de Domenico Losurdo, buscando mostrar que não existe um “neostalinismo” ou uma “reabilitação de Stálin” na produção do autor, mas um novo balanço do papel do líder soviético e do seu governo à luz dos debates críticos sobre modernidade, questão colonial, liberalismo e história das experiências socialistas.

Palavras-chaves: Stalinismo. Stálin. Questão Colonial. Liberalismo.

Abstract: The purpose of this essay is to analyze the “Stalin question” in the work of Domenico Losurdo, trying to demonstrate that there is no “neo-Stalinism” or “rehabilitation of Stalin” in the author’s production, but a new assessment of the role of the Soviet leader and his government in the light of critical debates on modernity, the colonial question, liberalism and the history of socialist experiences.

Keywords: Stalinism. Stálin. Colonial Question. Liberalism

Resumen: El objetivo de este ensayo es analizar la “cuestión de Stalin” en la obra de Domenico Losurdo, intentando demostrar que no hay un “neostalinismo” o una “rehabilitación de Stalin” en la producción del autor, sino una nueva valoración del papel del líder soviético y de su gobierno a la luz de los debates críticos sobre la modernidad, la cuestión colonial, el liberalismo y la historia de las experiencias socialistas.

Palabras-llave: Estalinismo. Stálin. Cuestión Colonial. Liberalismo.

* Historiador, professor de História, Mestre em Serviço Social, educador e comunicador popular.

Em 2018, morreu o intelectual e militante comunista Domenico Losurdo. Não só na Itália, sua terra natal, como em muitos outros países – a exemplo de Cuba, Espanha, Portugal, Venezuela, China etc. –, o nome do filósofo foi lembrado, e sua obra apontada como um aporte fundamental para o marxismo e o pensamento crítico.

No Brasil, a obra losurdiana é conhecida e tem penetração acadêmica desde os anos de 1990. Nunca despertou muitas paixões de combate polêmico. Contudo, a partir de 2018, um setor da esquerda brasileira – notadamente os trotskistas – passou a atacar o italiano de forma sistemática. Bem longe de um debate teórico qualificado, o que vimos foram dogmas de gueto ideológico repetidos *ad nauseam* – como um inquisidor tentando curar os hereges – e puro e simples xingamento e desqualificação: farsante, charlatão, revisionista, mentiroso e outras palavras entraram no repertório dos “anti-Losurdo”.

Toda essa histeria chegou ao auge quando, em janeiro de 2020, foi publicada na internet uma entrevista do autor destas linhas com o prestigiado músico brasileiro Caetano Veloso. Durante a entrevista, dentre vários temas, Caetano afirmou que desenvolveu interesse pela leitura de Losurdo a partir do meu trabalho, rasgou elogios ao italiano e falou das obras dele que estava lendo. Esse episódio projetou o nome de Domenico Losurdo para outro patamar de conhecimento público e visibilidade.

Depois dessa entrevista, algumas almas atormentadas entenderam que o maior perigo da conjuntura é o crescimento do “neostalinismo”, representado, principalmente, por Domenico Losurdo. O cavalo de batalha dos Dom Quixotes da política – que me desculpe Cervantes pela comparação – é a acusação de que Losurdo seria um “stalinista” (ou “neostalinista”) e promoveria uma reabilitação da figura de Joseph Stálin.

Esperei pacientemente o momento de responder essa “acusação”. Farei esse debate agora neste ensaio. Não buscarei tratar de pormenores das “acusações”, mas debater o que considero ser o núcleo central da questão em todas as suas dimensões – teórica, política e tático-estratégica.

Como já falamos, Losurdo é conhecido pelo público brasileiro desde os anos de 1990. Teve presença constante nas principais revistas marxistas do país e foi publicado por mais de cinco editoras. O percurso acadêmico do italiano, no Brasil, deu-se de início devido à sua leitura de Hegel e sua crítica do liberalismo. Em 1998, é lançado o livro *Marx, Hegel e a tradição*; em 2004, foi lançado *Democracia ou bonapartismo*; e, em seguida, chega seu mais conhecido livro de crítica ao pensamento liberal,

Contra-história do liberalismo, em 2006; no mesmo ano, outro importante livro de crítica ao liberalismo é publicado: *Liberalismo. Entre a civilização e a barbárie*. Ainda no mesmo ano, é impresso o prestigiado *Antônio Gramsci: do liberalismo ao “comunismo crítico”*.

Como se pode perceber, em um curto período de tempo, vários livros do italiano foram lançados no Brasil. Nos anos que se seguiram, tivemos muitos outros; para citar apenas alguns: *A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense* (2010); *O pecado original do século XX* (2013); *A não violência. Uma história fora do mito* (2012); *Fuga da história? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje* (2004); *A luta de classes. Uma história política e filosófica* (2015); *Guerra e revolução. O mundo um século após outubro de 1917* (2017); *Nietzsche: o rebelde aristocrata. Biografia intelectual e balanço crítico* (2009); *Stalin – uma história crítica de uma lenda negra* (2010) etc.

Não citarei toda a bibliografia – inclusive os artigos – para não cansar o/a leitor/a (vale destacar o caráter multitemático da produção do filósofo). O livro sobre Stálin é o único de toda a produção losurdiana que tem como centro da atenção o famoso líder soviético. Em artigos e entrevistas, é difícil também achar outro momento do italiano que seja concentrado em Stálin.

É necessário, portanto, afirmar que Stálin, enquanto figura histórica, não tem um papel importante no conjunto da reflexão losurdiana. E não deixa de ser significativo que a edição italiana do livro sobre Stálin seja de 2008 – como sabemos, dez anos antes da morte do filósofo. Stálin, enquanto figura histórica, é não só um tema marginal no conjunto da obra de Losurdo, *como uma matéria de trabalho que só recebeu maior atenção – um livro específico – no crepúsculo da produção losurdiana*. Agora, o período de Stálin como liderança na União Soviética, normalmente chamado de “stalinismo”, esse, sim, tem papel de relevo no conjunto das reflexões do filósofo.

A diferença de interesse e atenção da figura de Stálin para o “stalinismo” se explica por uma questão fundamental: na multiplicidade de temáticas e autores abordados por Losurdo, podemos apontar que o fio condutor de sua produção é a *tentativa de construir uma contra-história da modernidade, suas ideologias e conflitos políticos fundamentais a partir da apreensão das contradições objetivas em um quadro histórico-concreto, destacando a importância da questão colonial – recalcada pela ideologia dominante – e valorizando o legado de emancipação encarnado pela Revolução Francesa, Haitiana e Russa* (e as continuidades da Revolução de Outubro, como a Batalha de Stalingrado, Revolução Chinesa etc.).

Esse fio condutor da obra losurdiana é uma resposta à burguesia e suas expressões político-ideológicas, como o liberalismo, que buscam não só expropriar as classes

trabalhadoras do seu mais-valor, como também do seu passado, satanizando, tratando como episódio de teratologia todo o processo revolucionário – desde a Revolução Francesa até as revoluções socialistas – e seus intérpretes, como Hegel ou Lênin, se autorrepresentando num quadro idílico e belo, isento de contradições, dramas e tragédias.

O autoelogio do liberalismo como uma ideologia/programa político de defesa absoluta da liberdade, do indivíduo e da limitação do poder, ou a imagem do imperialismo estadunidense como exemplo máximo de liberdade e democracia, tem como fundamento o apagamento da questão colonial e a demonização absoluta de toda experiência revolucionária; trata-se de resumir a experiência socialista a um grande *gulag*. A operação é bem simples: criam-se dois monstros gêmeos, representando o ápice da barbárie, o totalitarismo nazista e comunista, e se apresenta o liberalismo como um elemento terceiro, puro, superior e não maculado pelo pecado.

Losurdo percebe que sua contra-história da modernidade o leva a repensar o balanço construído pelos vencedores no século XX sobre as experiências socialistas. O filósofo italiano busca operar uma história crítica e não poupa palavras aos erros e crimes das experiências do século passado; contudo, recusa as demonizações, simplismos e as abordagens dedutivistas que buscam em Platão ou Rousseau as origens do “terror jacobino”, ou em Marx ou Lênin a semente do *gulag* soviético. Em síntese, como coloca Gianni Fresu (2018),

Losurdo sempre levantou a necessidade de compreender os elos entre a primeira e a Segunda Restauração, mostrando a tarefa ideológica comum a elas: deslegitimar as duas maiores Revoluções da história mundial. Depois de 1815, a resistência filosófica que tentou explicar racionalmente as razões e as heranças da Revolução Francesa teve um significado que ia além da luta política imediata. Da mesma maneira, como Hegel fez no começo do século XIX, era preciso demonstrar as contradições e a instrumentalidade das teorias que apresentaram os acontecimentos de 1917 como a origem de todos os males e desastres. Um fio vermelho une Von Haller aos teóricos do revisionismo contemporâneo; assim, os lutos e os horrores de um século ensanguentado são o fruto envenenado da Revolução Russa, e mesmo o fascismo, segundo Nolte, não seria produto da história burguesa, a prossecução nos confins europeus da ideologia colonial, mas uma simples consequência do fanatismo ideológico bolchevique. A mesma crítica contra os jacobinos envolveu os bolcheviques, a idêntica condenação da Revolução Francesa abrangeu a Revolução de Outubro.

O projeto teórico losurdiano teria, mais cedo ou mais tarde, de enfrentar a grande arma da classe dominante, que serve ao mesmo tempo para: a) produzir seu autoelogio

histórico como auge da liberdade e democracia; b) demonizar e criminalizar todas as experiências socialistas; c) combater, a partir do mais reacionário revisionismo histórico, ou confinar ao esquecimento as tradições revolucionárias anteriores ao marxismo e seus intérpretes. Que arma é essa? A representação caricatural, teratológica e patológica do “stalinismo”.

Existe um *reductio ad stalinum*. Qualquer argumento que não seja uma condenação sumária de Marx, jacobinismo, Revolução de Outubro, Revolução Chinesa, socialismo cubano, pensamento de Hegel, violência revolucionária e assim segue, rima com a evocação de alguma barbaridade do “stalinismo” (real ou fictícia). Não deixa de ser curioso que esse *reductio ad stalinum* apareça também na política mais imediata: os moderadíssimos Jeremy Corbyn (Inglaterra) e Bernie Sanders (Estados Unidos), nas suas recentes disputas eleitorais, foram acusados de stalinismo. Como bem disse um importante historiador,

A demonização de Stalin, elevado à reencarnação do Lúifer no Relatório Kruschiov [no XX Congresso do PCUS], não tem por objeto o Stalin real, que historicamente existiu, mas a sua representação caricatural. Depois acriticamente recebida e repetida no Ocidente, elevada a dogma, enquanto particularmente funcional à luta anticomunista. (GIACOMINI, 2019, p. 39).

Ao enfrentar esse ponto vital da ideologia dominante, Losurdo não escreveu uma biografia de Stálin. Os “críticos” que acusaram o italiano de ser um mau biógrafo não perceberam que o autor não tem qualquer intenção de escrever algo próximo dos livros clássicos, como a biografia sobre Stálin de Isaac Deutscher¹ ou o recente livro de Stephen Kotkin². A função do livro de Losurdo é desconstruir a imagem que o Ocidente liberal-imperialista produz sobre o “stalinismo” como reflexo de sua própria imagem idealizada. Imagine a metáfora: é como se existisse um espelho com a imagem diabolizada de Stálin e do “stalinismo”, e, ao se olhar nesse espelho, esse Ocidente liberal-imperialista vê uma imagem pura e idílica como reflexo.

O livro de Domenico Losurdo é fundamentalmente uma análise histórico-crítica, focada nas contradições objetivas do “stalinismo” e de Stálin como líder político, negando a propaganda anticomunista e perquirindo as múltiplas imagens de Stálin produzidas – também dentro do movimento comunista – ao longo da história e historicizando essas imagens³. O/A leitor/a do livro de Losurdo percebe isso até

1 *Stalin*: uma biografia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

2 *Stálin*: Paradoxos do poder, 1878-1928. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017. v. 1.

3 Um pequeno exemplo da abordagem histórica de Losurdo: “Em junho de 1956, sob a impressão imediata da leitura do Relatório Kruschov, [Isaac] Deutscher observa: ‘os comunistas se tinham

pela disposição temática dos capítulos: na maioria dos capítulos e subtópicos, temos uma rica e complexa investigação das múltiplas imagens de Stálin como reflexo da idealização do Ocidente liberal-imperialista e as variadas comparações de Stálin e da União Soviética com Hitler e a Alemanha nazista. Uma síntese da ambição teórica do livro pode ser vista neste trecho que conclui um longo raciocínio sobre a ideologia do totalitarismo e a comparação Hitler-Stálin.

O que mais impressiona em tais textos é a ausência da história e, em certo sentido, até da política. Desaparecem o colonialismo, o imperialismo, as guerras mundiais, as lutas de libertação nacional, os projetos políticos diferentes e opostos. Não se pergunta tampouco pelas relações entre o Ocidente Liberal, de um lado, com o fascismo e o nazismo (que se comportam como campeões do Ocidente mais autêntico e mais consequente), por outro lado, e o antigo regime russo, cujas contradições tendem há muito tempo a precipitar-se numa enorme catástrofe. Tudo isso é colocado substancialmente na sombra pela centralidade absoluta conferida a duas personalidades criadoras, ainda que maleficamente criadoras. (LOSURDO, 2010, p. 187).

Essa incompreensão da tarefa fundamental da reflexão losurdiana faz com que alguns autores, como o historiador Jean-Jacques Marie (2011), tenham ficado indignados pelo fato de Losurdo responder que as deportações em massa e punições coletivas existentes na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) não foram fruto de qualquer personalidade doentia e paranoica de Stálin ou de um instinto sanguinário do totalitarismo, mas sim que se tratava de uma prática estatal generalizada no período histórico e que conheceu realidade também nos países de sólida tradição liberal, como Estados Unidos e Inglaterra. Na visão subalterna ao

prostrado por mais de: ‘um quarto de século’ diante de um tirano monstruoso e repugnante tanto no plano moral como no plano intelectual; como pôde acontecer tudo isso?’. Prosseguido nessa linha, ele teria podido acrescentar: o que teria levado filósofos e estadistas ocidentais ilustres a tributar àquele monstro declarações de estima e de respeito e, em certos casos, até de admiração? Estas perguntas são legítimas e até inevitáveis, mas talvez deversem ser completadas por outra: como pôde acontecer que o próprio Deutscher se tenha deixado contagiar por aquele comportamento que ele denuncia tão asperamente em 1956? Sim, depois do fim da II Guerra Mundial e por ocasião da morte de Stálin, ele prestara homenagem ao estadista que tinha contribuído de modo decisivo para a derrota do III Reich e tinha construído o socialismo na URSS. Naquela época, o monstro de abjeção e de imbecilidade ainda não tinha entrado em cena, e, portanto, ainda não surgira a pergunta sobre o enorme crédito que ele, apesar de tudo, por tanto tempo teve. Talvez, em 1956, ao ler o Relatório Kruschiov, Deutscher tivesse agido melhor se houvesse feito uma pergunta bem diferente: guiada por um ‘generalíssimo’ e por um dirigente político tão ridículo, como a União Soviética pôde denotar a terrível máquina de guerra nazista, que tinha rapidamente subjugado o resto de Europa continental? E como pôde a União Soviética, partindo de uma posição de extrema fraqueza, tornar-se uma superpotência militar e industrial?” (LOSURDO, 2010, p. 296).

liberalismo de Marie, isso é o mesmo que dizer “tudo bem então esse horror na União Soviética”, quando, na realidade, Losurdo deseja dizer que defender que esse horror na União Soviética é um derivado da essência do marxismo ou a prova do totalitarismo (e do liberalismo como um terceiro equidistante, democrático etc.) não se sustenta.

É óbvio que, durante o livro, além de demolir a autoimagem falseada do Ocidente liberal-imperialista, Losurdo também realiza outros objetivos. Busca, por exemplo, combater as mitologias anticomunistas mais grosseiras, como a ideia de que Stálin – e o Partido Comunista – confiava em Hitler, não sabia dos planos de invasão nazistas e que o pacto de não-agressão germano-soviético foi fruto de uma pura e simples atração ideológica de dois sistemas iguais; mas, embora esse combate às propagandas anticomunistas mais vulgares seja importante, o fundamental para o autor é olhar a experiência soviética como uma jornada histórica, com todos os seus erros e acertos, como uma tentativa de construção socialista, como parte da história do movimento comunista, sem autofobia⁴.

Para Losurdo, só observando de forma objetiva a história soviética podemos repensar a teoria e a prática do movimento comunista à luz da história. Caso contrário, surgem os expedientes de fuga da história, que afirmam que tudo não passou de “capitalismo de Estado”, “revolução traída” ou fim do socialismo com a morte de Lênin (ou derrota de Trotsky), sendo necessário fazer tudo de novo, negando toda a história e redescobrimdo a pureza original dos textos de Marx, perdidos pelos seus intérpretes e deturpadores (e para não poucos “estudiosos” de Marx, o primeiro grande deturpador foi Friedrich Engels). Nesse ponto, cabe deixar a palavra com o próprio Domenico Losurdo:

Eis que emerge a palavra de ordem “volta a Marx”. Seria fácil demonstrar que Marx é o filósofo mais decisivamente crítico da filosofia dos retornos. Em sua época, desprezou aqueles que, em polêmica com Hegel, queriam voltar a Kant ou, definitivamente, a Aristóteles! Voltar a entrar no abc do materialismo histórico, a tese segundo a qual a teoria se desenvolve a partir da história, da materialidade, dos processos históricos. O grande pensador revolucionário não hesitou em reconhecer o débito teórico contraído por ele em relação à breve experiência da Comuna de Paris: atualmente, ao contrário, décadas e décadas de um período histórico particularmente intenso, da Revolução de Outubro à chinesa, cubana, etc., devem ser declaradas destituídas de significado e de relevância no que diz respeito à “autêntica”

⁴ “Porém, apesar das assonâncias, autocrítica e autofobia constituem duas posições antitéticas. Em seu rigor, e até mesmo em seu radicalismo, a autocrítica exprime a consciência da necessidade de acertar as contas com a própria história; a autofobia é uma fuga vil desta história e da realidade da luta ideológica e cultural que sob ela que ainda arde. Se a autocrítica é o pressuposto da reconstrução da identidade comunista, a autofobia é sinônimo de capitulação e de renúncia da identidade autônoma” (LOSURDO, 2004, p. 14-15).

mensagem de salvação já consignada, de uma vez por todas, em textos sagrados, que teriam apenas de ser redescobertos e reanalisados religiosamente! [...] Em que texto de Marx se pode ler a previsão ou a justificativa de um socialismo em uma pequena ilha como Cuba, ou de guerrilha na Bolívia para promover uma revolução de tipo socialista? No que concerne a Gramsci, é notório que ele saúde Outubro como a revolução contra “o capital”. Foram os mencheviques que lançaram, naquele momento, a palavra de ordem da “volta a Marx”. (LOSURDO, 2009, p. 20-21).

O filósofo, porém, não confunde o combate à fuga da história com sancionar tudo que aconteceu na experiência histórica como único caminho possível. Diz textualmente que “[...] não se trata de engolir a pretensão dos ideólogos do ‘socialismo real’, de enquadrar totalmente o possível ao real, quase como se toda escolha tenha sido sempre obrigatória” (LOSURDO, 2015, p. 206) e que devemos nos indagar, também, sobre “[...] os erros (e os crimes) dos dirigentes políticos da URSS ou de outros países [socialistas]” (LOSURDO, 2015, p. 207). Como se pode notar, não existe defesa de uma apologia acrítica do que existiu e existe ainda como experiência socialista e muito menos um “negacionismo” de erros e crimes, mas sim uma recusa de reduzir décadas de história a um grande filme de terror psicopatológico. A União Soviética, no período de Stálin, foi uma combinação entre emancipação e des emancipação, e Losurdo, no seu livro, demonstra isso muito bem⁵.

Apenas um único exemplo de um dos argumentos centrais da abordagem losurdiana: o italiano destaca como o nazifascismo é também uma radicalização da tradição colonial-ocidental e como a União Soviética, ao contrário da Alemanha Nazista e inclusive das democráticas França e Inglaterra, tinha um firme compromisso com a luta anticolonial e antirracista. Reduzir a URSS a um reino de terror, ou liquidar essa experiência histórica como “totalitarismo” ou “revolução traída”, significa negar esse capítulo fundamental da história do século XX e da luta de classes. Vejamos, por exemplo, o que dizem dois dos maiores nomes da luta anticolonial e antirracista da história.

W. E. B. Du Bois (2008 [1953]), o maior intelectual da história dos Estados Unidos, por ocasião da morte de Stálin, escreveu um necrólogo elogioso defendendo

5 Um pequeno exemplo dessa abordagem: “as massas populares tradicionalmente condenadas ao analfabetismo irrompem em massa nas escolas e nas universidades; forma-se assim “toda uma nova geração de operários especializados e técnicos e administradores tecnicamente preparados”, chamados de modo rápido a desempenhar uma função dirigente. “Novas cidades são fundadas e velhas cidades são reconstruídas”; o surgimento de novos complexos industriais gigantescos nada junto com a “ascensão de cidadãos hábeis e ambiciosos de origem operária ou camponesa aos níveis superiores da escola social”. A esse respeito falou-se de “uma mistura de coerções brutais, de heroísmo memorável, de loucura desastrosa e de resultados espetaculares” (LOSURDO, 2010, p. 148).

o líder soviético e destacando que a URSS conseguiu vencer o preconceito racial e “[...] construiu uma nação de 140 grupos sem destruir suas individualidades”. Mesmo depois do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), onde ocorrem as denúncias dos “crimes de Stálin”, dado o papel da URSS na luta antirracista e anticolonial, Du Bois continuou destacando os elementos positivos do legado staliniano em textos como *Socialism and democracy*, de 1957. O dirigente e teórico da Revolução Argelina, Frantz Fanon, afirmou:

Para os povos coloniais escravizados pelas nações ocidentais, os países comunistas são os únicos que em qualquer ocasião tomam sua defesa. Os países coloniais não têm que se preocupar com saber se esta atitude é ditada pelo interesse da estratégia comunista; verificam sobretudo que este comportamento geral vai no sentido dos seus próprios interesses. Os povos coloniais não são especialmente comunistas, mas são irredutivelmente anticoloniais. (FANON, 2018 [1958], p. 87).

Como se pode ver, para Fanon não faria sentido descartar as experiências socialistas (“países comunistas”) em curso: elas eram fundamentais na liquidação de séculos e décadas de domínio colonial, a forma mais brutal de dominação do capitalismo. Ainda cabe destacar que, para Fanon e vários outros líderes anticoloniais – como Thomas Sankara, Amílcar Cabral ou Kwame Nkrumah –, na hora de buscar o máximo exemplo de barbárie, não se deveria olhar para a URSS ou o Leste Europeu (ou Stálin e Mao Zedong), mas para o colonialismo e neocolonialismo operado pelas potências liberal-capitalistas.

Claro, pode-se objetar que Domenico Losurdo, para além de não reduzir a URSS no período stalinista a um reino de terror *per se* e considerar toda a dimensão de emancipação presente, também elogia Stálin enquanto líder e teórico em alguns aspectos de sua vida-obra. Losurdo, no debate com Jean-Jacques Marie, resume o que considera os méritos de Stálin:

No âmbito do quadro por mim traçado, permanecem firmes os méritos de Stálin. Ele compreendeu uma série de pontos essenciais: a nova fase histórica que se abria com a falência da revolução no Ocidente; o período de colonização escravista que ameaçava a Rússia soviética; a urgência de recuperação do atraso em relação ao Ocidente; a necessidade de conquista de ciência e tecnologia mais avançadas e a consciência de que a luta por tal conquista pode ser, em determinadas circunstâncias, um aspecto essencial, e mesmo decisivo, para a luta de classe; e a necessidade de coordenar patriotismo e internacionalismo e a compreensão do fato de uma vitoriosa luta de resistência e de libertação nacional (como foi a Grande guerra patriótica) constituir-se na mesma época uma contribuição de primeiríssimo plano à causa internacionalista da luta contra o imperialismo e o capitalismo. (LOSURDO, 2011).

Contudo, se reconhecer algum mérito político ou teórico a Stálin, a despeito da avaliação global que se faça de sua vida-obra, for sinônimo de “stalinismo”, temos um problema. Teremos que considerar que autores tão diferentes entre si como György Lukács, Louis Althusser, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Luciano Canfora, James Petras, Michael Parenti, Isaac Deutscher, Vijay Prashad, Slavoj Žižek e tantos outros seriam todos stalinistas, dado que é possível achar em todos eles algum elogio ou consideração positiva sobre algum aspecto do governo staliniano ou a vida-obra do líder soviético⁶.

A essa altura da argumentação é necessário dizer que eu considero que sim, existe uma leitura stalinista do marxismo. Essa leitura tem três pilares fundamentais: a) uma visão acrítica do período stalinista na URSS, onde todos os problemas e tragédias podem ser colocados na conta de agentes externos ao regime – ou elementos do sistema alheios à sua organicidade – e resumidos a mentiras da burguesia; b) uma visão laudatória do socialismo realmente existente na URSS, como se tudo o que aconteceu tenha sido a melhor ou a única escolha possível, sendo a construção socialista do período um exemplo máximo que deve até hoje ser perseguido; c) a redução de qualquer crítica ou questionamento da ação política e legado teórico de Stálin a revisionismo, normalmente adotando como fonte única ou principal de debate os próprios materiais produzidos pelo Partido Comunista da URSS sob a supervisão de Stálin.

Alguns autores se encaixam ou se aproximam desta compreensão de stalinismo, mas de forma alguma Domenico Losurdo; convido o leitor a estudar o livro do italiano sobre Stálin e conferir por si. Aliado a isso, Losurdo está bem longe de usar qualificativos para Leon Trotsky e a tradição trotskista como um todo de traidor, contrarrevolucionário e afins. É claro, o filósofo era um crítico de vários elementos da obra do fundador do Exército Vermelho, mas ser um crítico de Trotsky não transforma ninguém em “stalinista”. Caso contrário, teríamos que dizer, por exemplo,

⁶ Um trecho importante para pensar os variados significados de “reivindicar” Stálin: “[...] Em 1963, [Dipa Nusantara] Aidit [jovem líder do Partido Comunista da Indonésia - PKI] havia criticado os soviéticos, dizendo: ‘Os Estados socialistas não são genuínos se eles não conseguem realmente dar assistência à luta de libertação nacional’. A razão pela qual partidos como o PKI se apegaram a ‘Stalin’ não foi porque eles defenderam os expurgos ou coletivização na URSS. Foi porque ‘Stalin’, no debate sobre a militância, havia vindo para substituir o idealismo revolucionário pela luta antifascista. Aidit havia concordado que os soviéticos poderiam ter qualquer interpretação de ‘Stalin’ em termos de política interna (‘critique-o, remova seus restos do mausoléu, renomeie Stalingrado’), mas outros partidos comunistas tinham o direito de avaliar seu papel internacionalmente. Ele era um ‘farol’, disse Aidit em 1961, cujo trabalho foi ‘ainda útil para os países do Oriente’. Essa foi uma declaração contra a conciliação em relação ao imperialismo da era Krushchev. Foi uma posição compartilhada em muitos dos partidos comunistas do Terceiro Mundo» (PRASHAD, 2019, p. 140).

que Antônio Gramsci foi um dos maiores “stalinistas” do século XX, já que ele tratava a Trotsky nestes termos:

Neste caso, seria possível dizer que Bronstein [Trotski], que aparece como um “ocidentalista”, era, ao contrário, um cosmopolita, isto é, superficialmente nacional e superficialmente ocidentalista ou europeu. Em vez disso, Ilitch [Lenin] era profundamente nacional e profundamente europeu. Bronstein recorda, em suas memórias, terem-lhe dito que sua teoria se revelara boa... Quinze anos depois, e responde ao epigrama com outro epigrama. *Na realidade, sua teoria, como tal, não era boa nem quinze anos antes nem quinze anos depois*: como sucede com os obstinados, dos quais fala Guicciardini, ele adivinhou no atacado, isto é, teve razão na previsão prática mais geral; como se se previsse que uma menina de quatro anos irá se tornar mãe e, quando isto ocorre, vinte anos depois, se diz: “adivinhei”, mas sem recordar que, quando a menina tinha quatro anos, se tentara estuprá-la, na certeza de que se tornaria mãe. (GRAMSCI, 2017, p. 265, grifos nossos).

A preocupação de Domenico de repensar o balanço do século XX, combater a ideologia liberal, erodir a imagem do socialismo histórico como um cardápio de crimes e desconstruir o autoelogio da burguesia é manifesta por vários intelectuais de corte político-ideológico bem diferente. Não poucos, inclusive, reclamam que o mesmo tratamento teórico-metodológico que a esquerda marxista dedica à experiência jacobina e a seus protagonistas, como Maximilien de Robespierre, seja oferecido às experiências do século XX. Luciano Canfora, prestigiado historiador italiano que consta como posfácio do livro de Losurdo sobre Stálin, defende esse procedimento⁷. Postura semelhante pode ser indicada nas reflexões do comunista português Francisco Martins Rodrigues⁸.

O filósofo francês Jean Salem, falecido em 2018, ao traçar um balanço do movimento comunista na França e no mundo e como esse movimento foi criminalizado pela

7 “Molotov lembra que Stalin lhe dissera uma vez: quando eu morrer jogarão lixo sobre a minha tumba, mas depois entenderão. A acusação quase judiciária que pesa sobre Stálin é de ter ceifado vidas humanas demais. Essa medida de avaliação, que já durante todo o século XIX acompanhou e distorceu os vaivéns (muito semelhantes aos atuais) da historiografia sobre a Revolução Francesa, foi por fim manchado com as monstruosidades do chamado *Livro Negro* de Courtois e companheiros: um livro que inclui entre as ‘vítimas de Stalin’, também os milhões de mortos na Guerra mundial ou entre as ‘vítimas do comunismo’ as infinitas vítimas da UNITA em Angola. Depois daquele monstruoso *pamphlet* é difícil levar a reflexão para um plano decente; nem basta o rápido dismantelamento que se produziu depois daqueles números de causar vertigem. O nexos entre a Revolução e Terror é o duro problema: ele começa com Robespierre, não com Lenin, e ainda está aberto” (CÂNFORA, 2010, p. 339-340).

8 “As responsabilidades de Mao perante a revolução chinesa (tal como as de Stalin perante a revolução russa) são pesadas. Mas isto não nos leva a misturar a avaliação dessas responsabilidades com a infantil negação dos seus méritos na fase revolucionária da sua vida; muito menos com a estúpida negação de uma das mais gigantescas revoluções de todos os tempos” (RODRIGUES, 1989).

ideologia dominante (expresso principalmente, na contabilidade criativa de “vítimas do comunismo”, que cresce ano após ano de acordo com o cinismo do contador do momento), afirma:

Isto mostra que estamos confrontados com uma intensa propaganda mundial que, se não for sujeita a uma crítica, à nossa crítica, julgo que o desenvolvimento do pensamento revolucionário, não a sua retomada, seria contrariado, obliterado pela ausência de reação, designadamente da nossa parte, perante tais mentiras [...] Por isso não transformo numa condição absoluta do movimento progressista ou revolucionário a clarificação da história do século XX, mas penso que, se não travarmos a vaga ridícula e escandalosa de criminalização da militância comunista e da história do comunismo, o movimento social irá perder muito tempo. (FARIAS, 2013).

Outro filósofo francês de imenso prestígio mundial, Alain Badiou, em um dos seus muitos seminários, colocou nesses termos o problema de que estamos tratando:

Stálin é o nome de uma questão crucial em nossa história política e é geralmente considerada uma questão resolvida, a saber: Stálin foi um tirano totalitário e um grande criminoso. Mas quando dissemos que o estado stalinista era um estado de terror – o que é indubitável – você vê que a questão da relação entre Stálin e a história dos problemas políticos não estava realmente constituída. É por essa razão que, em minha opinião, Stálin não pode ser considerado o nome de uma questão resolvida.

Nos períodos de sucesso da contrarrevolução, uma operação fundamental não consiste somente em macular o período revolucionário anterior (o que é normal) mas também, o que é mais nefasto, a tornar esse período ininteligível. Isso aconteceu especialmente na revolução francesa. *Não podemos esquecer que, por um século, até a aparição, no século 20, da escola histórica de Mathiez e dos seus sucessores, Robespierre foi considerado como hoje é Stálin. Nos dois casos, nós temos operadores subjetivos da revolução tornados ininteligíveis sob a forma de uma patologia da história que os descola completamente de qualquer racionalidade política.* Pode-se dizer que a totalidade do processo chamado na China de Revolução Cultural, mas também Maio de 68 é, hoje, na propaganda dominante, objeto de operações de “incompreensibilidade” histórica do mesmo tipo. Propus de as qualificar como operações “thermidorianas”, porque isso começou com a queda de Robespierre, em Thermidor. *Quanto a Stálin, isso deve ser esclarecido à luz da questão, bem real, do lugar do terror na política revolucionária em geral, a partir também da singularidade do terror bolchevique em relação aos problemas internos iminentes à revolução russa, e enfim da travessia desses episódios históricos consideráveis que se produziram nos quarenta anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial.* Não vamos, claro, concluir que ele [Stálin] foi um cara formidável, etc. Essa questão independe, insisto, da questão do julgamento final que ele merece, mas é preciso que se constitua um dossiê, que a inteligibilidade mínima da coisa exista. (BADIOU, 2010-2011, grifos nossos, tradução nossa).

Alain Badiou encaminha sua reflexão indicando dois livros, e um deles é a reflexão de Domenico Losurdo sobre Stálin, embora pondere que o livro pode ser criticado por “[...] não tratar de forma concentrada e central o período mais marcante e terrível, o do grande terror de 1937-38”. Poderíamos estender os exemplos a muitos outros autores. *Não se trata de fazer nenhuma “reabilitação de Stálin” ou de “neostalinismo”, mas de um novo balanço do século XX à luz de diversos projetos teórico-políticos que têm sua unidade na busca de reconstruir um movimento revolucionário no século atual.*

Afirmar, contudo, que os alaridos sobre neostalinismo são falsos não explica a sua existência. Especialmente, não explica duas questões: por que agora? E por que contra Losurdo? O citado Badiou, além de um declarado simpático ao maoísmo, opera com um prisma teórico-político parecido com o de Domenico sobre Stálin, é publicado no Brasil, mas não é alvo dessa campanha, por exemplo.

Para explicar o “por que agora” dessa reação contra Losurdo, começamos comentando um episódio do percurso do historiador Perry Anderson. Anderson lançou em 1976 seu clássico e paradigmático (escrito em 1974) *Considerações sobre o marxismo ocidental* (2019). Deixando de lado a tese central do livro por demais conhecida – e debatê-la não é nosso objetivo –, Anderson (2019, p. 122) considera que o legado e a obra de Leon Trotsky “[...] poderá surpreender os futuros historiadores com seus recursos”. O historiador estava muito empolgado com a possibilidade de o marxismo ocidental, e em especial a obra de Leon Trotsky, conseguir finalmente reencontrar as massas. Segundo ele: “Desde o fim dos anos 1960 começa a criar, pela primeira vez desde a derrota da Oposição de Esquerda na Rússia, alguma possibilidade objetiva de reaparecimento das ideias políticas associadas a Trotsky em áreas fulcrais do debate e da atividade da classe trabalhadora” (ANDERSON, 2019, p. 125).

O prognóstico não é triunfalista, mas tem um tom claro de otimismo ao refletir sobre a possibilidade da “ascensão de um movimento revolucionário de massa” nas “pátrias do capitalismo industrial”. O autor diz que “as perspectivas de reaparecimento” do movimento de massas revolucionário nos países centrais do imperialismo “estão agora finalmente aumentando” (ANDERSON, 2019, p. 128-129).

Em 1984, o mesmo Perry Anderson escreve um posfácio para seu livro. O levante de massas revolucionário no centro do capitalismo não aconteceu. Ao contrário, vivíamos o começo da longa noite neoliberal e uma defensiva gigantesca da classe trabalhadora. O autor, em tom mais sóbrio e autocrítico, faz uma nova avaliação das perspectivas políticas do marxismo ocidental tão bem avaliado teoricamente. Atenção especial é dada ao legado de Leon Trotsky. Com ares melancólicos, diz Anderson (2019, p. 140, grifos nossos):

Entretanto, depois de 1924, Trótski generalizou seu esquema da Revolução Russa para

incluir todo o mundo colonial e ex-colonial, declarando que dali por diante não poderia haver revolução burguesa bem-sucedida em nenhum país atrasado nem fase estabilizada de desenvolvimento capitalista antes de uma revolução do proletariado. As duas principais realizações sempre citadas como impossíveis para qualquer burguesia colonial eram o êxito da independência nacional e uma solução para a questão agrária. A experiência histórica do pós-guerra seria ainda mais ambígua. O exemplo da Revolução da Argélia parece contradizer a primeira avaliação; o caso da Revolução Boliviana, a última. Um terceiro critério, não mencionado com muita frequência, era o estabelecimento da democracia representativa (parlamentar): trinta anos de União Indiana indicam que isso também pode ser possível. Linhas secundárias de defesa poderiam argumentar que nenhuma ex-colônia conseguiu preencher todos os três critérios, que a verdadeira independência, a solução da questão agrária e a democracia nunca foram obtidas em nenhum país, em consequência do papel que neles desempenharam o imperialismo, a usura e a corrupção. Mas qualquer ampliação indevida dos critérios para uma revolução burguesa desse tipo ou tende a transformar em tautologia a teoria da revolução permanente (somente o socialismo pode por definição subtrair um país completamente do mercado mundial, ou resolver todos os problemas do campesinato), ou exige dela credenciais que nunca teriam sido atingidas nem pelos próprios países capitalistas avançados (que levaram séculos para alcançar a democracia burguesa, por exemplo, com muitos retrocessos semelhantes aos da Índia contemporânea). O axioma da “revolução permanente” deve, portanto, ser considerado até agora não provado como teoria geral. *Suas dificuldades poderiam talvez ter sido presumidas, na medida em que ele deriva literalmente de um texto de Marx de 1850. Tal fidelidade canônica a Marx dificilmente seria garantia de precisão científica.*

A diferença de 1974 para 1984, apenas dez anos, é gritante. Sumiram as esperanças de Perry Anderson com o renascimento do movimento de massas revolucionário em conexão com o trotskismo.

É fato, porém, que, em alguns países, como o Brasil, o trotskismo realmente teve crescimento. A Convergência Socialista⁹, nos anos 1980, tinha milhares de militante operários e jovens. Os trotskistas chegaram a ter um peso considerável na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e no Partido dos Trabalhadores (PT). Alcançaram seu maior período de peso sindical, eleitoral e audiência pública entre os anos 1980 e 1990 na história brasileira. Embora esse crescimento tenha sido significativo e tenha ajudado a formar uma nova geração de acadêmicos marxistas com rebatimento nas ciências humanas, a realidade é que acontece uma inflexão a partir dos anos 2000, e o trotskismo, no Brasil e no mundo, não consegue seu grande objetivo.

⁹ A Convergência Socialista (CS) foi uma organização trotskista brasileira, ligada à Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), organização internacional dirigida por Nahuel Moreno. A CS existiu no Brasil entre 1978 e 1992.

Leon Trotsky, no seu famoso *Programa de Transição*, define como o grande objetivo da IV Internacional superar a socialdemocracia e o “stalinismo” no movimento operário e oferecer uma saída revolucionária ao que chamava de “crise de direção”. Em canto nenhum da terra, contudo, esse objetivo foi alcançado. Se é possível dizer que em países como Brasil e Argentina os trotskistas conseguiram superar ou ter a mesma força que os partidos comunistas (depois do fim da URSS), nunca chegaram perto de ter a direção do movimento operário e popular – para não falar de dirigir uma revolução.

Esse momento de crescimento relativo do trotskismo passou e, na década atual, ele vive uma crise histórica. Essa crise é bem retratada pelo intelectual e dirigente trotskista brasileiro Valério Arcary (2019), que diz:

Mas um tsunami de proporções inusitadas atingiu o movimento trotskista mundial nesta década. Seis, entre as principais organizações revolucionárias que reivindicam a tradição da Quarta Internacional, se fragmentaram pela metade e aumentou, qualitativamente, a dispersão daqueles que compartilham o programa marxista revolucionário. O SWP inglês se dividiu; o PSTU do Brasil se dividiu; o POI francês se dividiu; a ISO norte-americana se dissolveu; o CWI, liderado pelo Socialist Party, que vinha da corrente Militant rompeu em três frações; e o Partido Obrero da Argentina se dividiu.

O diagnóstico mais imediato de Arcary pode ser completado com uma reflexão de maior profundidade histórica de Vijay Prashad:

O trotskismo teve muito pouco impacto no Terceiro Mundo – exceto Sri Lanka, na Bolívia e na Argentina, bem como entre um pequeno número de intelectuais. A denúncia do trotskismo sobre os Estados nacionais anticoloniais (aqueles que formaram o movimento dos não alinhados) e, em seguida, sobre a Revolução Cubana, alienou-o dos comunistas do Terceiro Mundo. (PRASHAD, 2019, p. 96).

O trotskismo, assim como outras tendências teórico-políticas, como o anarquismo e a socialdemocracia, se vê diante de um aparente paradoxo. Com a crise do movimento comunista, muitos esperavam ser a sua vez de ter a direção – ou exercê-la de forma absoluta, como a socialdemocracia – no movimento operário e popular. Tudo podia acontecer, e, no final, nada aconteceu em relação a essas esperanças. A classe trabalhadora amarga uma época contrarrevolucionária em que é possível registrar em vários países 30 anos seguidos de perdas salariais, fechamento dos espaços democráticos, ampliação do aparato penal-burguês, crescimento do neofascismo etc.

Onde ocorreu uma relativa reorganização política, teórica e sindical-partidária da classe trabalhadora – a exemplo Venezuela, Bolívia, Equador e até certo ponto Grécia, Espanha e Estados Unidos – o trotskismo está bem longe de ser a força hegemônica. Muitos seguidores do Fundador do Exército Vermelho tentaram se colar a experiências do dito “socialismo democrático”, algo profundamente estranho ao pensamento de Trotsky, para buscar maior influência de massas. As experiências até agora com o Syriza (Grécia), Podemos (Espanha) e os Socialistas Democráticos da América (Estados Unidos – grupo interno do Partido Democrata), para ficar nos exemplos mais significativos, não são animadoras, para dizer o mínimo.

Ficou claro algo que muitos pensadores já tinham observado: *o trotskismo se configurou como uma tradição política em negativo, existia por contraste e crítica ao movimento comunista hegemonzado pelo marxismo soviético*. Ser uma alternativa interna de crítica e disputa aos rumos da URSS e posteriormente do chamado “campo socialista” era o principal ativo dos continuadores de Trotsky. É notório, contudo, que outras alternativas internas, como o maoísmo e o foquismo-castrismo, se apresentaram frente ao marxismo soviético e tiveram uma audiência de massas bem maior que os partidários da teoria da revolução permanente. Todavia, o trotskismo tinha uma vantagem: não exercia poder, não estava sujeito às contradições de governar, e poderia apresentar sempre uma crítica de princípios que, diante do existente, era sedutora.

Essa dinâmica de “parasitar” frente ao “campo socialista” e ao movimento comunista, ganhando notoriedade com a perda de prestígio desses atores políticos, foi captada anos atrás por Louis Althusser (1978, p. 56):

O que explica, diga-se de passagem, não poucos fenômenos de aparência paradoxal como, por exemplo, 50 depois da Revolução de Outubro e 20 anos depois da Revolução Chinesa, o fortalecimento de Organizações que subsistem há 40 anos sem terem obtido nenhuma vitória histórica (pois, ao contrário dos “esquerdismos” atuais, elas são organizações e têm uma teoria): as organizações trotskistas.

Esse efeito de prestígio por contraste e tradição em negativo se manteve nos anos seguintes à contrarrevolução no Leste Europeu. Poucos marxistas podiam dizer que nunca tiveram simpatias pela URSS, China Popular, Iugoslávia, algum país do Leste Europeu, Coreia Popular, Albânia ou Cuba. Quando reverbera o discurso liberal de que “*Mao Zedong matou 70 milhões*”, por exemplo, ao contrário de muitos marxistas que tiveram seus anos de amores com o maoísmo, os trotskistas podiam dizer: “*É verdade! E nós desde sempre denunciemos esse ‘autoritarismo’*”. Sem dúvida, esse era um ativo importante nos anos 90 e primeira década dos anos 2000.

Essa possibilidade de viver em negativo, porém, está acabando e, em alguns países, está totalmente terminada. Os motivos são bem simples. Onde a luta de

classes conhece um altíssimo grau de acirramento, como a Venezuela, a crítica ao “stalinismo” ou o repúdio ao “socialismo autoritário” do século passado não é questão central. Para completar, Cuba, com todas as suas dificuldades, se mantém como um ponto de resistência socialista fundamental na América Latina e, frente às nossas misérias, as “três coisas que funcionam” em Cuba – saúde, educação e segurança (como disse um liberal) – parecem muito luminosas.

O novo papel geopolítico da China e as mudanças na sua política interna, notadamente desde 2013 com a liderança de Xi Jinping, e o “redescobrimento” do Vietnã, países governados por partidos que reivindicam o marxismo-leninismo, reacendem em alguns ciclos intelectuais e políticos um novo “olhar” sobre a história e o legado do movimento comunista. Não deixa de ser curioso que o citado historiador Perry Anderson, tão empolgado com o trotskismo e crítico ao maoísmo em 1976, hoje tenha uma visão muito positiva da experiência chinesa em curso¹⁰.

Os outros dois elementos são geracionais. Primeiro, fora dos ex-países socialistas, temos uma geração de jovens que não sentiu o peso do Muro de Berlim caindo nas suas costas. O XX Congresso do PCUS, a “grande fome” da China, a invasão da Tchecoslováquia e tantos outros exemplos significativos e traumáticos, embora repetidos todo dia pela propaganda anticomunista, não têm impacto sentimental e afetivo nessa nova geração (e a economia dos afetos é muito importante para compreender essa mudança de olhar).

Outro fenômeno, também geracional e totalmente ligado ao primeiro, é que a memória afetiva dos habitantes dos ex-países socialistas é profundamente positiva e nostálgica (na maioria dos países). É comum em vários países termos números próximos ou superiores de 50% do total dos ouvidos em pesquisas de opinião falando que a vida no socialismo era melhor – ou, o que talvez seja mais significativo, jovens falando que acham que sua vida no socialismo seria melhor. Traz-se dois exemplos dessa nostalgia recolhidos na mídia – o primeiro do jornal *El País*:

10 “Em termos taxonômicos, a RPC [China] do século XXI é um *novum* histórico-mundial: a combinação daquilo que, segundo qualquer critério convencional, apresenta-se por ora uma economia predominantemente capitalista, com aquilo que, segundo qualquer critério convencional, ainda é incontestavelmente um Estado comunista – cada qual o mais dinâmico já visto em seu gênero. Politicamente, os efeitos dessa contradição deixam marcas em toda a organização social, na qual eles se fundem ou se mesclam. Nunca tantos saíram tão rapidamente da pobreza absoluta. Nunca as indústrias modernas e infraestrutura moderníssima foram implantadas em escala tão colossal e em tão pouco tempo; nunca também uma classe média florescente emergiu tão rapidamente junto com elas. Nunca a hierarquia das potências foi alterada tão dramaticamente, alimentando o orgulho popular de modo tão espontâneo” (ANDERSON, 2018, p. 68). Um complemento para ficar claro: Anderson não é apenas elogios à China, mas os elogios de hoje são mais significativos que as críticas, considerando sua trajetória como marxista.

Aumenta a nostalgia na Rússia pela União Soviética. O número de russos que lamentam o colapso da URSS atingiu seu recorde na última década, de acordo com uma pesquisa do Centro Levada. No total, 66% dos cidadãos russos se declaram “arrepentidos” da sua dissolução. No ano passado, a mesma pesquisa apontou que 58% sentiam de alguma forma saudade da URSS. Por muitos anos o número não ultrapassou 60%. Sociólogos e analistas apontam que a reforma do sistema de aposentadorias – que eleva a idade de se aposentar – e o medo da instabilidade econômica estão por trás do aumento dos que sentem nostalgia de um sistema que desmoronou há 27 anos. (SAHUQUILLO, 2018).

O segundo exemplo, uma publicação do *Le Monde Diplomatique*:

Pressionado em suas trincheiras, o sr. Krenz acabou por admitir um “lado bom” da nostalgia: “As pessoas do Leste conheceram duas sociedades e podem, portanto, comparar”. Elas são 17 milhões e sabem que a RDA [Alemanha Oriental] “não se resume ao Trabant ou à Stasi. Apesar de tudo que deu errado, havia trabalho para todos, moradias baratas, um sistema de saúde gratuito e que funcionava... Tantas conquistas de que eles sentem saudade” [...] “Quanto mais vivemos o capitalismo, mais nos perguntamos o que havia de errado com o socialismo”, resume o jornalista Wolfgang Herr. Normal, alguém irá dizer: ele escrevia no diário comunista Neues Deutschland. Mas todos os ossis, ou quase todos, repetem: “Nem tudo era tão mal ontem” e “nem tudo é tão bom hoje”. (VIDAL; LINDEN, 2004).

Com todos e cada um dos problemas que existiam nas experiências passadas, os trabalhadores tinham certeza de que teriam um emprego e casa, educação, esporte, cultura e saúde para eles e suas famílias, e na velhice podiam contar com uma aposentadoria. A sensação de ter certeza de que seu filho viveria no mínimo nas mesmas condições que você ou melhor – e não teria risco de cair na miséria – é poderosa frente à precariedade, pobreza, miséria e instabilidade econômica do neoliberalismo. Longe de combinar a segurança econômica do socialismo com o padrão de consumo do capitalismo europeu e estadunidense, o que os de baixo receberam com a contrarrevolução de 1989-91 foi desemprego estrutural, intensificação sempre constante dos ritmos de trabalho, velhice desamparada, ausência de saúde, privatização da cultura, educação e oportunidades.

Essa síntese sobre a União Soviética, em contraste com o que existe hoje, é ilustrativa:

[...] O sociólogo americano Albert Szymanski passou em revista uma série de estudos ocidentais sobre a distribuição de rendimentos e o nível de vida soviético. Apurou que as pessoas mais bem pagas da União Soviética eram artistas proeminentes, escritores, professores universitários, administradores, cientistas, que auferiam quantias entre 1200 e os 1500 rublos; os diretores empresariais entre 190 a 400 rublos mensais; os trabalhadores cerca de 150 rublos

mensais. Consequentemente, os rendimentos mais elevados correspondiam a apenas 10 vezes o salário do trabalhador médio; ao passo que nos Estados Unidos as mais altas chefias empresariais recebiam 115 vezes o salário de um trabalhador. Os privilégios associados a altos cargos do Estado, como lojas especiais e automóveis oficiais, permaneciam baixos e limitados e não contrariavam uma tendência contínua de quarenta anos no sentido de um maior igualitarismo. [...] Szymanski concluiu: ‘embora a estrutura social soviética não possa corresponder ao ideal comunista ou socialista, é ao mesmo tempo qualitativamente diferente e mais igualitária que a dos países capitalistas ocidentais. O socialismo representou uma diferença radical em favor da classe trabalhadora’. (KEERAN; KENNY, 2008, p. 13-14, grifos nossos).

O jovem precarizado, terceirizado, desempregado, sem dinheiro para pagar a faculdade e sem muita perspectiva de futuro, escuta seu pai/mãe ou avô/avô falando de outra época, quando, dentre outras coisas, o emprego era garantido e as oportunidades educacionais eram gratuitas ou de baixíssimo custo. Alguns podem falar que isso é uma distorção política da memória ditada pelas condições conjunturais e gritar com escândalo o quão absurdo é relativizar a *Stasi*, os expurgos da era stalinista ou os tanques soviéticos entrando em Praga e na Hungria. O problema, nesse caso, é que toda memória é uma construção política (inclusive a memória de negação total do socialismo dos anos de 1990), e o repúdio moral não vai mudar o sentimento de massa em vários setores dos trabalhadores e da juventude. Gostando-se ou não, o fenômeno existe – e precisa ser mais bem estudado e compreendido.

Esse sentimento de nostalgia é alimentado pela falência da promessa neoliberal. É importante nunca esquecer que, com o fim da URSS, “campo socialista” e movimento terceiro-mundista, na era do “Fim da História”, como disse um ideólogo do império, a democracia liberal e a economia de mercado prometeram promover liberdade, eficiência, oportunidades, crescimento econômico.

No meio desse deserto de ideias e oásis de ilusões, apareceu um George W. Bush presidente – depois de fraudar uma eleição – proclamando a “guerra ao terror” e destruindo um país com a maior mentira institucional do século XXI até agora (“armas de destruição em massa no Iraque”). O liberalismo, depois de três ou quatro décadas de reinado soberano (a temporalidade depende do país) entregou nada próximo de um legado civilizatório. Essa situação é ainda mais dramática no antigo Terceiro Mundo, agora chamado de Sul Global.

Esse Sul Global, ou em termos mais precisos, a periferia do sistema capitalista, não conseguiu nenhuma superação do subdesenvolvimento, e até o grande exemplo liberal na América Latina, o Chile, conheceu recentemente seu maior movimento de massas em 40 anos, questionando o legado liberal pinochetista. Confluem três fatores objetivos: piora das condições de vida na imensa maioria dos países do ex-

“campo socialista”, falência das promessas do neoliberalismo e manutenção de todas e cada uma das misérias da periferia do sistema capitalista – os condenados da terra continuam condenados.

É nessa situação sociopolítica que a obra losurdiana ganha força e impacto social. Mas por que Losurdo e não outro autor causa todo esse barulho? É bem simples. O filósofo italiano, como falamos, busca pensar uma contra-história da modernidade, destacando a questão colonial como central.

Muitos setores do marxismo, profundamente eurocêtricos, não podem aceitar essa contra-história. Como falamos acima ao citar Vijay Prashad, o trotskismo passou ao largo de qualquer protagonismo nas guerras de libertação nacional e revoluções socialistas na periferia. Os liberais também não podem permitir esse debate sobre a questão colonial. Com a questão colonial – e acrescento: racial – em jogo, fica impossível, por exemplo, sustentar o mito do totalitarismo e ocultar a ligação de continuidade entre liberalismo e nazifascismo. É sempre importante lembrar uma clássica reflexão de Aimé Césaire sobre Ocidente e nazifascismo (que Losurdo dá continuidade e adensa):

Sim, valeria a pena estudar, clinicamente, em detalhes, os passos de um Hitler e do hitlerismo e revelar ao burguês muito distinto, muito humanista e muito cristão do século XX que ele carrega consigo um Hitler sem saber, que Hitler *vive nele*, que Hitler é seu *demônio*, que ele o vitupera, é por falta de lógica e, no fundo, o que ele não perdoa em Hitler não é o crime em si, *o crime contra o homem*, não é a *humilhação do homem em si*, é o *crime contra o homem branco*, é a *humilhação do homem branco*, é de haver aplicado à Europa os procedimentos colonialistas que atingiram até então apenas os árabes da Argélia, os *coolies* da Índia e os negros da África. (CÉSAIRE, 2020 [1950], p. 18).

Combinado a isso, Losurdo é o autor, como também já dito, da contra-história do liberalismo. Poucos autores, mesmo no marxismo, são capazes de desenvolver uma crítica ao liberalismo como o italiano. E desse pensamento também emerge – friso esse ponto – um novo balanço crítico das experiências socialistas. Para quem se sustenta afirmando uma negativa total das experiências socialistas, reivindicando e defendendo no máximo a Comuna de Paris e os primeiros cinco ou seis anos da Revolução Russa, esse novo balanço é disfuncional para sua legitimidade política.

Essa disfuncionalidade se explica pelo “culto da derrota”. Chamo de culto da derrota a visão cultural, histórica e política que predica que todas as experiências históricas de construção do socialismo são uma tragédia, que o marxismo continua

sendo o caminho, porém um caminho não contaminado por essas experiências. O culto da derrota em sua dimensão total gera como subproduto um autoelogio. É como se o sujeito falasse, “sim, Cuba, China, Coreia, URSS, Iugoslávia e afins foram uma tragédia, mas eu não tenho nada com isso; o meu marxismo é limpo”. É bem estranho que uma “filosofia da práxis” – como Antonio Gramsci chamava o marxismo – tenha como um dos seus principais ativos nunca ter se “contaminado” pela práxis de tentar construir o socialismo.

Nesse ponto, certo marxismo e o liberalismo – de esquerda ou de direita – se unem, ainda que por formas diferentes. Para ambos, por questão de legitimidade histórica e política, confinar a história do movimento comunista e do socialismo a um grande *gulag*, a uma espécie de terror stalinista perpétuo, é questão de vida ou morte. O abismo, no caso dos marxistas, entre a defesa do socialismo na teoria e a negação total de suas tentativas de materialização histórica (note que crítica é bem diferente de negação total) é preenchido com esse culto da derrota que pensa mais ou menos assim: “perdemos e que bom que perdemos! Mas na próxima vamos ganhar!”. Aqui vale citar uma crítica de Leon Trotsky aos seus seguidores, que, já nos anos de 1930, manifestavam esse tipo de pensamento:

Uma forma de pensar “puramente” normativa, idealista e ultimatista quer construir o mundo à sua imagem e desfazer-se simplesmente dos fenômenos de que não gosta. Só os sectários, quer dizer, a gente que é revolucionária só na sua própria imaginação, se deixa guiar por puras normas ideais. Dizem: não gostamos destes sindicatos, não os defendemos. *E cada vez prometem voltar a começar a história a partir do zero.* Edificação, isso sim, um Estado operário quando o bom deus lhes ponha entre as mãos um partido ideal e sindicatos ideais. *Esperando este feliz momento, fazem todos os trejeitos que podem frente à realidade. Um vigoroso trejeito é a mais alta expressão do “revolucionário” sectário.* (TROTSKY, 2009 [1937], grifos nossos).

Losurdo não defendia recomeçar a história do zero, mas entender os motivos da derrota. Compreendendo que derrota não significa anular todas as experiências históricas acumuladas e deixar de se orgulhar das vitórias que tivemos pelo caminho. Em nossa época, quando todas as forças do espectro político, de uma forma ou de outra, parasitam em torno do anticomunismo, era óbvio que não poderia ser permitido um herege questionar esse dogma. Mais uma vez citando o filósofo Alain Badiou,

Não tenho um conhecimento amplo e preciso da sua obra, mas em todo o caso, penso que é um verdadeiro historiador progressista, capaz de descrever e julgar as situações de uma forma ao mesmo tempo documentada, materialista e ousando ir contra a corrente. O comunismo tem sido, desde a contra-revolução das décadas de 1980 e 1990, objeto de uma ofensiva ideológica massiva, apoiada em flagrantes mentiras históricas, e de uma identificação com o

fascismo que, embora seja totalmente absurda, se tornou um lugar-comum. Losurdo merece imenso crédito por nos dar novas maneiras de lidar com a equação “Stalin = Hitler” pelo que ela é: uma peça enganosa e importante da máquina da ideologia dominante contemporânea. (BADIOU, 2021).

Conclusão

Este breve debate sobre a questão Stálin na obra de Domenico Losurdo não pretende esgotar o tema. Buscamos mostrar como resumir a obra de Losurdo a uma espécie de “neostalinismo” ou “reabilitação de Stálin” é uma pura falácia para, como diz o ditado popular, matar o carteiro evitando de ler a carta. Aliado a isso, abordagens mais respeitadas e equilibradas tendem a elogiar o conjunto da obra losurdiana, mas desprezar o livro *Stálin, história crítica de uma lenda negra*.

Como procuramos mostrar no decorrer deste ensaio, a obra de Losurdo debatendo o líder soviético não é um raio em céu azul, um ponto fora da curva, mas uma consequência necessária dos debates sobre a questão colonial na modernidade, contra-história do liberalismo e reavaliação das experiências socialistas no século XX. Por óbvio, ninguém é obrigado a ter as mesmas conclusões que o pensador italiano sobre o “stalinismo”, mas é incontornável, para quem leve a sério esses debates, um novo balanço sobre a questão Stálin fora dos paradigmas construídos durante a Guerra Fria.

Que este escrito seja uma modesta contribuição ao debate e ao esforço coletivo de reflexão sobre o legado de Domenico Losurdo, assim como à reconstrução da memória histórica do movimento comunista. Losurdo dizia que a burguesia não apenas expropria o mais-valor, como também o passado das classes trabalhadoras. É nesse espírito que devemos fazer o debate teórico e político: lutar para tomar de volta o nosso passado como parte do processo de conquista do poder e dos meios de produção.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Posições I*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- ANDERSON, Duas Revoluções. Rússia e China. São Paulo. Boitempo Editorial, 2018.
- ARCARY, Valerio. Uma nota sobre a fragmentação no movimento trotskista internacional. *Esquerda Online*, 20 nov. 2019. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/11/20/uma-nota-sobre-a-fragmentacao-no-movimento-trotskyista-internacional/>>. Acesso em: 01 out. 2020.
- BADIOU, Alain. Entrevista exclusiva com Alain Badiou [concedida a Marcelo Bamonte e Diogo Fagundes]. *Lavra Palavra*, 08 set. 2021. Disponível em: <<https://lavrpalavra.com/2021/09/08/>>

entrevista-exclusiva-alain-badiou/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BADIOU, Alain. *Séminaire d'Alain Badiou (2010-2011)*. [Transcrição de seminários de Alain Badiou]. 2010-2011. Disponível em: <<http://www.entretemps.asso.fr/Badiou/10-11.htm>>. Acesso em: 01 out. de 2020.

CÂNFORA, Luciano. *De Stalin a Gorbatchov: como acaba um império*. In: LOSURDO, D. Stalin: uma história crítica de uma lenda negra. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

CÊSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.

DU BOIS, William E. B. *On Stalin*. 2008 [1953]. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/biographies/1953/03/16.htm>>. Acesso em: 08 set. 2020

FANON, Frantz. *Em defesa da Revolução Africana*. São Paulo: Raízes Americanas, 2018. p.83-107

FARIAS, Wagner. Lênin e a revolução entrevista de Jean Salem ao Avante!. 23 nov. 2013. Disponível em: <<https://fdinarcocoreis.org.br/fdr/2013/11/23/lenin-e-a-revolucao-entrevista-de-jean-salem-ao-avante/>>. Acesso em: 03 out. 2020.

FRESU, Gianni. Domenico Losurdo: luta filosófica e revolução entre as duas Restaurações. *Margem Esquerda*, n. 31, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://www.giannifresu.it/2020/08/domenico-losurdo-luta-filosofica-revolucao-entre-as-duas-restauracoes/>>. Acesso em: 01 out. 2020.

GIACOMINI, Ruggero. *Il processo Stalin*. Roma: Castelvechi, 2019.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. v. 3.

KEERAN, Roger; KENNY, Thomas. *O socialismo traído: por trás do colapso da União Soviética*. Lisboa: Avante!, 2008.

LOSURDO, Domenico. *Stalin: uma história crítica de uma lenda negra*. Rio de Janeiro: Revan, 2010. p. 339-340.

LOSURDO, Domenico. *Marx e o balanço histórico do século 20*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.

LOSURDO, Domenico. Stalin e o pensamento primitivo. *Vermelho*, 09 abr. 2011. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2011/04/09/domenico-losurdo-stalin-e-o-pensamento-primitivo/>> Acesso em: 01 out. 2020.

LOSURDO, Domenico. *Stalin: uma história crítica de uma lenda negra*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

LOSURDO, Domenico. *Fuga da história? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vista de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

MARIE, Jean-Jacques. Le socialisme du Goulag. *Faire Vivre le PCF*, 28 jun. 2011. Disponível em: <<http://lepcf.fr/LE-SOCIALISME-DU-GOULAG>>. Acesso em: 08 set. 2020

PRASHAD, Vijay. *Estrela vermelha sobre o terceiro mundo*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

RODRIGUES, Francisco M. Mao nunca foi comunista? *Política Operária*, n. 21, 1989. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/rodrigues/1989/10/mao.htm>>. Acesso em: 02 out. 2020.

SAHUQUILLO, María. Cresce na Rússia o número de nostálgicos da União Soviética. *El País*, 20 dez. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/19/internacional/1545228653_659406.html>. Acesso em: 12 dez. 2021.

TROTSKY, Leon. Um estado não operário e não burguês. 2009 [1937]. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1937/11/25.htm>>. Acesso em: 04 out. 2020.

VIDAL, Dominique; LINDEN, Peter. Os alemães se rendem à “nostalgia”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 01 ago. 2004. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/os-alemaes-se-rendem-a-ostalgia/>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Bem Viver e democracia no pensamento de Mariátegui e Gramsci[†]

César Germaná*

Resumo: Tanto Gramsci quanto Mariátegui questionam a ideologia do progresso inevitável sustentado pelas correntes liberais e marxistas, particularmente as do marxismo-leninismo. Essa foi uma das teses fundamentais do Iluminismo e foi desenvolvida teoricamente pela filosofia positivista. Argumenta-se que as sociedades estão em um inevitável movimento de avanço com o avanço da ciência e da tecnologia, ou, na linguagem do marxismo, com o desenvolvimento das forças produtivas. Em vez disso, apontam para a necessidade de erradicar o caráter explorador das relações de produção capitalistas, e ajudam a compreender que a democracia direta constitui uma das bases essenciais para a construção do projeto de bem viver.

Palavras-chaves: Democracia. Bem Viver. Mariátegui. Gramsci.

Resumen: Tanto Gramsci como Mariátegui cuestionan la ideología del progreso inevitable sostenida por las corrientes liberales y marxistas, particularmente las del marxismo-leninismo. Esta fue una de las tesis fundamentales desarrollada teóricamente por la filosofía positivista. Se argumenta que las sociedades se encuentran en un movimiento hacia adelante inevitable con el avance de la ciencia y la tecnología o, en el lenguaje del marxismo, con el desarrollo de las fuerzas productivas. En cambio, los autores señalan a la necesidad de erradicar el carácter explotador de las relaciones de producción capitalistas, y ayuda a comprender que la democracia directa constituye una de las bases esenciales para la construcción del proyecto del buen vivir.

Palabras clave: Democracia. Bien Vivir. Mariátegui. Gramsci.

Abstract: Both Gramsci and Mariátegui question the ideology of inevitable progress held by liberal and Marxist currents, particularly those of Marxism-Leninism. This was one of the fundamental theses of the Enlightenment and was developed theoretically by positivist philosophy. It argues that societies are in an inevitable forward movement with the advance of science and technology, or, in the language of Marxism, with the development of the productive forces. Instead, they point to the need to eradicate the exploitative character of capitalist relations of production, and help understand that direct democracy constitutes one of the essential bases for the construction of the project of good living (*buen vivir*).

Keywords: Democracy. Well Living. Mariátegui. Gramsci.

[†] Revisão da tradução de Joana das Flores Duarte.

* César Germaná Caveno, sociólogo, mestrado na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales do Chile e doutorado na Universidad de Stdhande Francia. É catedrático por la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Peru.

Aníbal Quijano (2020, p. 937) argumentou muito corretamente que o

[...] Bien Vivir para ser una realización histórica efectiva, no puede ser sino un complejo de prácticas sociales orientadas a la producción y a la reproducción democráticas de una sociedad democrática, un otro modo de existencia social, con su propio y específico horizonte histórico de sentido, radicalmente alternativos a la Colonialidad Global del Poder y a la Colonialidad / Modernidad / Eurocentrada.

Tendo em vista essa afirmação essencial, procuro neste ensaio explorar a ideia de democracia no pensamento de José Carlos Mariátegui (1894-1930) e Antonio Gramsci (1891-1937), na perspectiva de vinculá-la ao bem viver. Entre Mariátegui e Gramsci há uma conexão fundamental que se dá pelo problema da socialização do poder político, ou seja, a redistribuição do poder político entre os produtores organizados para que possam exercer o controle imediato e direto do poder. Gramsci encontra essa forma de democracia direta nos conselhos de fábrica; Mariátegui a observa na forma de organização das comunidades dos povos originários. Esta perspectiva destaca a validade e o significado do pensamento de Mariátegui e Gramsci. Neles estão os pontos de partida para uma análise crítica da realidade social e sua transformação. No período de transição em que vivemos, a obra de Mariátegui e Gramsci, lida de forma crítica, é extremamente fecunda para avançar no projeto da descolonialidade do poder; ou seja, na busca essencial de um novo horizonte histórico de sentido. Mariátegui percebeu isso com clareza na busca pela realização das esperanças do passado:

El pasado incaico –escribió Mariátegui en el artículo ‘La tradición nacional’ – ha entrado en nuestra historia, reivindicado no por los tradicionalistas sino por los revolucionarios. En esto consiste la derrota del colonialismo [...]. La revolución ha reivindicado nuestra más antigua tradición. (MARIÁTEGUI, 1994a, p. 326).

Não se tratava – para ele – de voltar ao passado pré-colonial, mas de compreender as raízes indígenas do futuro que certamente constituem a base do bem viver.

Em Gramsci e Mariátegui existem perspectivas teórico-políticas complementares. Por isso considero que podemos ler Mariátegui e extrair frutos para melhor compreender o sentido da abordagem crítica de Gramsci; além da leitura da obra de Gramsci, isso nos permitirá um esclarecimento mais preciso do sentido das propostas de Amauta. É verdade que ambos viveram em mundos sociais e culturais muito diferentes e se ignoraram. No entanto, apesar dessa falta de comunicação recíproca, suas preocupações e abordagens teóricas e políticas são muito semelhantes. Neste

texto, pretendo sustentar a tese de que entre eles existe uma semelhança genuína nas formas de abordar a análise da realidade histórico-social e na busca das formas mais fecundas de alcançar a emancipação do ser humano de todas as formas de dominação e exploração, do ponto de vista dissidente da vulgata do marxismo-leninismo. Em particular, eu argumento que ambos compartilham a crítica radical do sistema capitalista e da sociedade burguesa e lançaram as bases para o projeto de uma nova ordem social, em que o horizonte histórico do significado seria a democracia socialista, para um, e o socialismo indo-americano, para o outro, bem como também exploraram as formas políticas mais eficazes de alcançar tal horizonte.

Tanto Gramsci quanto Mariátegui questionam a ideologia do progresso inevitável sustentado pelas correntes liberais e marxistas, particularmente as do marxismo-leninismo. Essa foi uma das teses fundamentais do Iluminismo e foi desenvolvida teoricamente pela filosofia positivista. Argumenta-se que as sociedades estão em um inevitável movimento de avanço com o avanço da ciência e da tecnologia, ou, na linguagem do marxismo, com o desenvolvimento das forças produtivas.

Para Mariátegui (1994a), tanto conservadores quanto revolucionários compartilhavam as “ilusões de progresso”, a “superstição de progresso”, na medida em que participavam da tese evolucionária. Conforme apontado no artigo “Dos concepciones de la vida”:

La filosofía evolucionista, historicista, racionalista, unía en los tiempos pre-bélicos, por encima de las fronteras políticas y sociales, a las dos clases antagónicas. El bienestar material, la potencia física de las urbes habían engendrado un respeto supersticioso por la idea del progreso. La humanidad parecía haber hallado una vía definitiva. Conservadores y revolucionarios aceptaban prácticamente las consecuencias de las tesis evolucionistas. Unos y otros coincidían en la misma adhesión a la idea del progreso y en la misma aversión a la violencia. (MARIÁTEGUI, 1994a, 495).

Gramsci (1986), discutindo a relação entre progresso e devir, argumenta que o progresso é “uma ideologia democrática” que na era atual “não está mais em ascensão”. E ele se pergunta em que sentido não está no auge e responde:

No en el de que se haya perdido la fe en la posibilidad de dominar la naturaleza y el azar, sino en el sentido “democrático”, o sea que los “portadores” oficiales del progreso se han vuelto incapaces de este dominio, porque han suscitado fuerzas destructivas reales tan angustiosas y peligrosas como las del pasado [...] como las “crisis”, la desocupación, etcétera. (GRAMSCI, 1986: t. 4, p. 213).

A proposta de ambos os pensadores não é descartar a ideia de progresso como produto da atividade transformadora do ser humano, mas descartar a tese de que o progresso será inevitavelmente alcançado. Em ambos os casos se trata da luta por uma nova ordem social, radicalmente oposta à capitalista, que se baseia na indicação de como as forças sociais que a criaram se tornaram reacionárias. “La crisis de la idea de progreso no es, pues, crisis de la idea misma, sino de los portadores de la idea, que se han convertido, ellos mismos, en ‘naturaleza’ que debe ser dominada” (GRAMSCI, 1986: t. 4, p. 213).

Consequentemente, o futuro se apresenta a eles como um mundo aberto, pois não é possível saber de antemão como será o sistema histórico que irá substituir o atual que está em crise, pois não existem leis históricas que indiquem que estrutura assumirá a nova sociedade. O futuro é por natureza incerto, especialmente se a perspectiva determinista que dominou o pensamento social, tanto marxista quanto não marxista, não for assumida. E a incerteza é ainda maior quando vivemos um período de transição como este em que nos encontramos, quando toda a estrutura de poder que se estabeleceu há 500 anos está se desintegrando, e outra, que ainda não conhecemos, surge diante de nós. Estamos em uma época em que – como Immanuel Wallerstein tão precisamente aponta – “[...] el sistema mundo moderno se aproxima a su fin y está ingresando en una era de transición hacia un sistema histórico nuevo, cuyos contornos no conocemos ahora –no podemos conocerlos por anticipado–, pero cuya estructura podemos ayudar a modelar” (WALLERSTEIN, 2002, p. 63). Embora você não possa prever o futuro, você pode, em vez disso, refletir em termos intelectuais, morais e políticos sobre a nova ordem que deseja ajudar a construir. As reflexões de Gramsci e Mariátegui podem nos ajudar nessa tarefa. Neles encontramos as ferramentas teóricas para avaliar intelectualmente as tendências para onde estamos indo; avaliar moralmente que forma de coexistência social queremos abordar; e julgar politicamente como estabelecer as maneiras mais eficientes de chegar aonde queremos. O que aparece claramente em suas propostas é que podemos modelar a nova ordem que queremos construir. Eles consideram esse empreendimento possível porque defendem o papel criativo da *práxis* do ser humano; que o ser humano faz sua própria história. “A história não faz nada, o homem faz tudo”, escreveu Gramsci em 1918 em um artigo no *Il Grido del Popolo*, e manteve essa ideia por toda a vida. Nos *Cuadernos de la cárcel*, ele afirma que o que define o ser humano é “o conjunto de relações sociais” em que se envolve (GRAMSCI, 1986). E, dessa perspectiva, ele aponta que: “Por eso puede decirse que el hombre es esencialmente ‘político’, porque la actividad para transformar y dirigir conscientemente a los otros hombres realiza su ‘humanidad’, su ‘naturaleza humana’” (GRAMSCI, 1986: t. 4, p. 215).

Em ambos os pensadores está a busca por práticas sociais voltadas à construção de uma outra forma de existência social que possibilite a produção e reprodução democrática de uma sociedade democrática, que, para Aníbal Quijano, consiste no projeto de bem viver dos povos indígenas do mundo andino. Do ponto de vista dessa abordagem, procuro explorar a ideia de democracia no pensamento de José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci, como a natureza que funda o bem viver. Entre Mariátegui e Gramsci há uma conexão fundamental que se dá pelo problema da socialização do poder político, ou seja, a redistribuição do poder político entre os produtores organizados para que possam exercer o controle imediato e direto do poder. Conforme já exposto, Gramsci encontra essa forma de democracia direta nos conselhos de fábrica; Mariátegui o observa na forma de organização das comunidades dos povos originários.

A teoria política conservadora sustenta que os conceitos de democracia e socialismo são incompatíveis e busca fundamentar essa tese com base na análise do funcionamento das democracias populares dos países do chamado “socialismo realmente existente”. É verdade que nessas sociedades nenhuma forma de democracia poderia se desenvolver, já que o poder político aí funcionou na forma de uma imensa maquinaria institucional de administração, coerção e repressão, cada vez mais separada do cotidiano dos trabalhadores e, portanto, distante de seu controle imediato, e que se relacionava com eles de forma burocrática e despótica. No entanto, a conexão orgânica entre socialismo e democracia está profundamente enraizada no pensamento de Marx e Engels. Quando Marx e Engels afirmaram em o *Manifesto do Partido Comunista* (1848) que o primeiro passo da revolução dos trabalhadores é a elevação do proletariado à classe dominante, a conquista da democracia, eles o fizeram entendendo que a igualdade política não poderia ser facilmente garantida se a esfera econômica exigisse a rígida manutenção da estrutura de classes. Embora, a partir de 1848, tenham rompido com os movimentos democrático-burgueses, o fizeram apenas para reafirmar o espírito democrático pelo fato de que as ideias democráticas estavam sendo abandonadas pelas classes burguesas. Essa atitude foi evidenciada por Arthur Rosenberg (1966) ao apontar que Marx e Engels “[...] durante toda su vida permanecieron demócratas en el mejor sentido del término y en el espíritu de 1848”. Gramsci e Mariátegui mantiveram de maneira muito proveitosa o espírito democrático do marxismo e trabalharam para moldá-lo nas condições específicas da sociedade italiana e peruana.

A teoria política de Gramsci permitiu-lhe desenvolver uma concepção de democracia socialista que lhe possibilitou superar a “[...] falsa democracia burguesa, uma forma hipócrita de dominação oligárquica financeira”, bem como as várias

formas de totalitarismo. Como Cerroni (1973) bem assinalou:

Si se considera cuidadosamente el dramático desarrollo de la teoría política del socialismo en el curso del siglo XX, es forzoso afirmar que solamente Antonio Gramsci llega a esa teoría a una elaboración suficientemente articulada, capaz de competir con la teoría política oficial (CERRONI, 1973, s/p).

No centro dessa teoria está o conceito de hegemonia e a tese da socialização do poder, ou seja, “[...] la reabsorción de la sociedad política en la sociedad civil” (GRAMSCI, 1981: t. 2, p. 346).

Na América, José Carlos Mariátegui desempenhou um papel equivalente ao de Gramsci na Europa. A concepção de Mariátegui sobre as relações entre socialismo e democracia guarda grande semelhança com a de Gramsci, mas levando em conta a especificidade da formação social peruana, uma sociedade periférica e dependente, diferente da sociedade italiana. Nesse sentido, Mariátegui (1994a, p. 261) propôs: “No queremos, ciertamente, que el socialismo sea en América calco y copia, debe ser creación heroica. Tenemos que dar vida con nuestra propia realidad, con nuestro propio lenguaje, al socialismo indo-americano”.

José Carlos Mariátegui: a democracia direta como organização política do novo poder socialista

O socialismo foi para José Carlos Mariátegui o núcleo central de suas reflexões e de sua atividade política. O exame de toda a sua obra mostra como foi a ideia do socialismo que o orientou e ordenou. Com a rotundidade que lhe era característica, destacou: “Tengo una declarada y enérgica ambición: la de concurrir a la creación del socialismo peruano” (MARIÁTEGUI, 1994a, p. 06). E é justamente esse ideal que nos permite descobrir o sentido unitário de estudos e atividades aparentemente heterogêneos: o acompanhamento cuidadoso da “cena contemporânea”, a investigação detalhada dos problemas da sociedade peruana e, também, as árduas tarefas de organização cultural, sindicato e política. Os *7 Ensaios sobre a interpretação da realidade peruana*, a revista *Amauta*, a organização da Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru e o Partido Socialista Peruano faziam parte do mesmo interesse vital intelectual e político. O socialismo foi o fio condutor do seu trabalho e da sua vida e determinou o desenvolvimento da sua reflexão e prática.

Sem dúvida, Mariátegui foi, na América Latina, o único pensador que desenvolveu uma concepção política original do socialismo, que chamou de *socialismo indo-*

americano (GERMANÁ, 1995). A tarefa e promessa desse socialismo indo-americano implicava uma ruptura radical com as três propostas que dominariam a vida política do Peru desde o final dos anos 1920: democracia liberal, nacionalismo democrático radical e socialismo burocrático.

Essa rejeição denotava a intuição profundamente antiautoritária de Mariátegui. Em suas reflexões, há uma forte oposição a todas as formas de despotismo de poder. A política nos modelos que questiona é apresentada como uma técnica de luta pelo poder; isto é, como a escolha do meio mais eficaz de controlar o poder do Estado. Por isso, nenhuma dessas três alternativas constituiu para ele uma verdadeira garantia para evitar que uma nova sociedade fosse regida pela lógica da racionalidade instrumental da modernidade europeia, pois isso significaria o triunfo da autoridade sobre a liberdade e do interesse individual sobre a solidariedade. Em suma, a consolidação do Estado em detrimento da sociedade determinaria a impossibilidade de alcançar a liberdade e a igualdade.

Embora Mariátegui tenha usado o termo “ditadura do proletariado” em algumas ocasiões, ele o fez para se referir à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e aos programas dos partidos comunistas na Europa. No entanto, em nenhum momento o propõe como forma de organização política do novo poder socialista. Julgo que essa ausência não se deveu a considerações de táticas políticas – medo de alienar trabalhadores, por exemplo – mas correspondeu a uma forma particular de conceber o poder socialista.

Em Mariátegui a ideia da construção do socialismo está profundamente arraigada como a de um período aberto à criação dos próprios trabalhadores, e, portanto, não foi necessário desenhar o modelo dessa sociedade do futuro. O que importava era sua concepção de um movimento social autônomo que, em seu desenvolvimento, moldaria aquela sociedade do futuro. Essa ideia, porém, não negava a indicação das condições que deveriam ser preenchidas para que o poder fosse exercido diretamente pelos próprios trabalhadores. Em seu exame dos *soviets* na URSS, é possível encontrar o pano de fundo de suas reflexões sobre o novo poder. Na conferência que deu em julho de 1923, intitulada “A Revolução Russa”, ele disse que os *soviets* ou conselhos existiam na Rússia antes da revolução bolchevique e representavam plenamente o proletariado, uma vez que todas as tendências políticas existentes estavam representadas dentro deles: bolcheviques, mencheviques, anarquistas, socialistas-revolucionários e trabalhadores sem partido. Embora o partido de Lenin fosse minoria, esse fato não foi um obstáculo para ele proclamar: “todo o poder político aos soviéticos”. Sobre esse *slogan*, Mariátegui disse que significava o controle do poder político total pelo “proletariado organizado” e não pelo partido bolchevique

(MARIÁTEGUI, 1994a, p. 864).

Numa palestra subsequente, proferida em outubro do mesmo ano, *Exposição e Crítica às Instituições do Regime Russo*, da qual se preservam apenas as notas do conferencista, foram apontadas algumas características do funcionamento do regime soviético. Entre elas, para entender o problema que estou examinando, duas merecem destaque: primeiro, as eleições dos delegados a cada três meses, as quais “podem ser revogados a qualquer momento”; e, em segundo lugar, o exercício pelos *soviets* de funções executivas e legislativas, de modo que o Conselho dos Comissários do Povo (o governo) “[...] não passe de uma comissão, dirigente, um quadro de pessoal da assembleia de soviets” (MARIÁTEGUI, 1994a, p. 903). Certamente, Mariátegui analisou o regime dos soviéticos nos primeiros anos de seu funcionamento, quando ainda existia a democracia socialista. Por outro lado, em seus escritos não se encontram vestígios da degeneração burocrática e despótica desses órgãos dos trabalhadores. Penso, no entanto, que ele se manteve fiel à concepção original dos *soviets* e que ela constituiu o quadro para suas reflexões sobre o poder socialista no Peru.

Por outro lado, há um tema que se repete nos escritos de Mariátegui que lhe permite completar sua visão do poder político socialista: a crise da democracia liberal. A democracia liberal, para o analista da cena contemporânea, foi corroída pelo fascismo e pelo socialismo. Para os trabalhadores, a democracia liberal havia perdido sua legitimidade e se apresentava como o governo dos capitalistas, e por isso optaram pela revolução socialista. Perseguida pela esquerda e pela direita, a democracia liberal se mostrou incapaz de governar. A partir dessas ideias, Mariátegui concluiu que a crise da democracia não era apenas um fenômeno europeu, mas afetava os países latino-americanos, porque estavam integrados à civilização ocidental.

No entanto, Mariátegui não reduziu a democracia à experiência liberal. No artigo *A crise da democracia*, ele estabelece a distinção entre “democracia pura” e a “forma liberal-burguesa” de democracia. Embora a análise seja breve, ela tem implicações que são úteis para a compreensão do problema com o qual estou lidando. Lá, ele argumentou que os defensores do “estado demo-liberal-burguês” reconheciam o esgotamento da democracia como uma forma política, mas não como uma ideia. Ele considera esse argumento inconsistente, pois indica a impossibilidade de separar a forma da ideia. “Una forma política constituye, en suma, todo el rendimiento posible de la idea que la engendrò” (MARIÁTEGUI, 1994a, p. 503). Nessa discussão, um princípio metodológico fundamental é levantado para Mariátegui: a historicidade dos conceitos. A democracia não é um conceito abstrato, ela corresponde a uma realidade historicamente determinada, a do capitalismo competitivo. E, como todas as formas sociais, é provisória. Mariátegui, conseqüentemente, confirmou o esgotamento da democracia liberal. Agora, alguém

poderia pensar em outra forma de organização política que historicamente tenha incorporado “a ideia abstrata de democracia pura”? Mariátegui não resolve o problema; mas, em suas reflexões, é possível encontrar alguns elementos que permitiriam delinear uma resposta. A noção de “democracia pura” implicaria no significado original do conceito de “poder do povo”. Essa ideia de democracia não foi expressa no Estado liberal que era a democracia dos capitalistas. A “democracia pura” surge como expressão dos interesses das classes majoritárias que o regime democrático-liberal-burguês manteve marginalizadas do exercício do poder político.

Ele considerou a comunidade indígena e os sindicatos como exemplos de democracia em que os próprios interessados decidem coletivamente seu destino. O mesmo tema pode ser encontrado nessas ideias: a prática social dos trabalhadores se expressa diretamente – ou seja, sem a necessidade de intermediários – em suas próprias organizações. Nesse sentido, a ideia de “democracia pura” – em seu sentido original de “poder do povo” – se concretiza em uma forma de organização em que os próprios trabalhadores se governam, segundo o modelo dos *soviets* ou conselhos; é, portanto, uma questão de democracia direta. Ao contrário da democracia liberal, a separação entre governantes e governados tende a se tornar cada vez menor, até o momento em que essa divisão desaparece completamente. O poder político, como uma função separada da sociedade, perderia então sua autonomia e seria reintegrado à comunidade. Consequentemente, a consolidação das organizações autônomas dos trabalhadores significaria a socialização do poder político entendido como o processo pelo qual se dá um efetivo autogoverno dos membros da comunidade, em suma, a real democratização da vida social. Portanto, a democracia se apresenta como o “método” que permitiria a homogeneidade e coerência da organização, e como o local onde as diferenças de concepções e pontos de vista poderiam ser resolvidas por meio do diálogo e da discussão livre de qualquer sujeição ao poder. Certamente, a socialização do poder político por meio da democracia direta exigiria um sentido de mundo e de história diferente daquele oferecido pela sociedade capitalista.

Antonio Gramsci: democracia proletária

Antonio Gramsci considera que a emancipação das classes subalternas será o resultado de uma “reforma intelectual e moral”, em que grupos excluídos do poder conseguem impor sua hegemonia a toda a sociedade. Seu objetivo será criar uma sociedade regulada porque pode se auto-organizar. É por isso que ele apontou que o triunfo do socialismo significará “[...] la desaparición de la sociedad política y el advenimiento de la sociedad regulada” (GRAMSCI, 1984: t. 3, p. 170).

Gramsci tinha uma visão antiautoritária da revolução socialista. Diante da estratégia jacobina de uma revolução de cima, liderada por uma minoria iluminada, ele tinha a perspectiva de fazer uma revolução de baixo, para a qual era necessário realizar uma reforma intelectual e moral que possibilitasse o desenvolvimento de uma “vontade coletiva nacional-popular”.

O triunfo da Revolução Russa e a presença decisiva dos soviéticos, bem como a ocupação das fábricas pelos trabalhadores em Turim entre abril de 1919 e setembro de 1920 e a formação dos conselhos de fábrica constituíram o contexto da análise de Gramsci sobre o surgimento de um poder popular. Quando questionado se havia alguma instituição na Itália que pudesse ser comparada aos soviéticos, ele respondeu, no artigo “O programa L’Ordine Nuovo”:

Sí, existe en Italia, en Turín, un germen de gobierno obrero, un germen de Sóviet; es la comisión interna; estudiemos esta institución obrera, hagamos una encuesta, estudiemos también la fábrica capitalista, pero no como organización de la producción material, porque para eso necesitaríamos una cultura especializada que no tenemos; estudiemos la fábrica capitalista como forma necesaria de la clase obrera, como organismo político, como “territorio nacional del autogobierno obrero. (GRAMSCI, 1920a).

A formação de conselhos de fábrica constitui para Gramsci um indicador de que a situação na Itália naquele período era revolucionária

[...] porque la clase obrera tiende con todas sus fuerzas, con toda su voluntad, a fundar su Estado. Por eso decimos que el nacimiento de los Consejos de fábrica representa un grandioso acontecimiento histórico, representa el comienzo de una nueva Era de la historia del género humano: con ese nacimiento el proceso revolucionario ha salido a la luz y ha entrado en la fase en la cual puede ser controlado y documentado. (GRAMSCI, 1920b).

É, portanto, uma crítica à democracia liberal representativa e a afirmação da democracia direta e do autogoverno dos trabalhadores.

El tipo de Estado proletario no es la falsa democracia burguesa, forma hipócrita de la dominación oligárquica financiera, sino la democracia proletaria, que realizará la libertad de las masas trabajadoras; no el parlamentarismo, sino el autogobierno de las masas a través de sus propios órganos electivos; no la burocracia de carrera, sino órganos administrativos creados por las propias masas, con participación real de las masas en la administración del país y en la tarea socialista de construcción. La forma concreta del Estado proletario es el poder de los Consejos y de las organizaciones similares. (GRAMSCI, 1919, s/p).

No último texto escrito por Gramsci antes de ser preso, *Algunos temas sobre*

la cuestión meridional, é levantada a questão da hegemonia do proletariado como direção intelectual e moral das classes exploradas. É a primeira vez que Gramsci usa esse conceito nesse sentido. Dessa maneira:

Los comunistas turineses se habían planteado concretamente la cuestión de la “hegemonía del proletariado”, es decir, la base social de la dictadura proletaria y del Estado obrero. El proletariado puede convertirse en clase dirigente y dominante en la medida en que consigue crear un sistema de alianzas de clase que le permita movilizar contra el capitalismo y el Estado burgués la mayoría de la población trabajadora, lo que significa en Italia dadas las reales relaciones de clase existentes, en la medida en que consigue obtener el consenso de las amplias masas campesinas. (GRAMSCI, 1975, s/p.).

Nos *Cuadernos de la cárcel* o autor desenvolve a proposta do “não ao parlamentarismo” e a afirmação do “autogoverno das massas” em torno do conceito de hegemonia e sua identidade com a democracia direta, na medida em que esse poder político se socializa pela superação da divisão entre líderes e liderados.

Entre tantos significados de democracia, el más realista y concreto me parece que se puede extraer en conexión con el concepto de hegemonía. En el sistema hegemónico, existe democracia entre el grupo dirigente y los grupos dirigidos, en la medida en que [el desarrollo de la economía y por lo tanto] la legislación [que expresa tal desarrollo] favorece el paso [molecular] de los grupos dirigidos al grupo dirigente. (GRAMSCI, 1984: t. 3, p. 313).

A noção de hegemonia está ligada à capacidade de certas classes sociais constituírem uma vontade coletiva capaz de articular seus interesses comuns por meio de uma direção intelectual e moral de grupos homogêneos ou subordinados, que se manifesta em duas dimensões: ideológica e organizacional. Em uma nota sobre o *Risorgimento* intitulada “O problema da liderança política na formação e no desenvolvimento da nação e do Estado moderno na Itália”, Gramsci aponta precisamente o sentido em que usa esse conceito.

El criterio metodológico en el cual hay que fundar el examen es éste: que la supremacía de un grupo social se manifiesta de dos modos, como “dominio” y como “dirección intelectual y moral”. Un grupo social es dominante respecto de los grupos adversarios que tiende a “liquidar” o a someter incluso con la fuerza armada, y es dirigente de los grupos afines o aliados. Un grupo social puede y hasta tiene que ser dirigente ya antes de conquistar el poder gubernativo (ésta es una de las condiciones principales para la conquista del poder); luego, cuando ejerce el poder y aunque lo tenga firmemente en las manos, se hace dominante, pero tiene que seguir siendo también “dirigente” (GRAMSCI, 1999: t. 5, p. 387).

A noção de hegemonia permite a Gramsci dar conta da homogeneidade do “bloco histórico”. Esse conceito é especificado na nota “Estrutura e superestrutura”: “La estructura y las superestructuras forman un ‘bloque histórico’ o sea que el conjunto complejo, contradictorio y discorde de las superestructuras es el reflejo del conjunto de las relaciones sociales de producción” (GRAMSCI, 1984: t. 3, p. 309). Há uma reciprocidade necessária entre estrutura e superestrutura, visto que se trata de um “processo dialético real”, sendo os aspectos materiais o conteúdo, enquanto as ideologias constituem as formas; portanto “[...] las fuerzas materiales no serían concebibles históricamente sin forma y las ideologías serían caprichos individuales sin la fuerza material” (GRAMSCI, 1984: t. 3, p. 160). A homogeneidade do bloco histórico é a prova da hegemonia de um grupo dirigente. Quando ocorre a desarticulação ou ruptura do bloco histórico, ocorre uma crise orgânica que se constitui em crise de hegemonia, pois é o fracasso da classe dominante provocado por um retrocesso de um grande empreendimento político para o qual a adesão nacional foi exigida ou também como resultado de iniciativa direta das classes populares. A consequência da crise orgânica ou de hegemonia são os reajustes da classe dominante – reestruturação da sociedade, o uso da coerção ou a emergência de um regime cesarista – ou a emergência de um novo bloco histórico.

Um papel central nas reflexões de Gramsci sobre a hegemonia na unidade orgânica do bloco histórico é desempenhado pelos intelectuais, porque eles criam e difundem a ideologia que a entende como uma concepção crítica do mundo social que corresponde a uma determinada classe social. A questão dos intelectuais preocupa Gramsci desde antes de ser preso; por exemplo, em *Algunos temas sobre la cuestión meridional*, ela aparece ligada às questões do bloco histórico e da hegemonia. Mas é nos *Cadernos do Cárcere* que esse problema perpassa uma parte importante de suas anotações. Em carta a Tatiana Schult datada de 19 de março de 1927, ele conta que planejava desenvolver quatro tópicos de pesquisa, sendo o primeiro “[...] una investigación sobre la formación del espíritu público en Italia en el siglo pasado; en otras palabras, un trabajo sobre los intelectuales italianos, sus orígenes, agrupaciones, según corrientes de la cultura, sus modos de pensar, etcétera, etcétera” (GRAMSCI, 2003, p. 70).

Para Gramsci, “[...] todos los hombres son intelectuales [...]; pero no todos los hombres tienen en la sociedad la función de intelectuales” (GRAMSCI, 1986: t. 4, p. 355). Qual é essa função? Para ele, o intelectual é aquele que dá homogeneidade e consciência de seus interesses às classes sociais:

Cada grupo social, al nacer sobre la base original de una función esencial en el mundo de la producción económica, crea al mismo tiempo, orgánicamente, una o más capas de intelectuales

que le dan homogeneidad y conciencia de su propia función en el campo económico [...]. (GRAMSCI, 1981: t. 2, p. 187).

Nesse sentido, os intelectuais têm como função, como funcionários da superestrutura: a) organizar as funções econômicas (quadros técnicos, economistas, tecnocratas); b) organizar as diversas e dispersas concepções da classe dominante e do corpo social em “visões de mundo” coerentes e homogêneas; c) fazer com que tais “visões de mundo” coincidam com a direção que o grupo social dominante impõe à vida social e favoreçam o consenso espontâneo das grandes massas da população à classe hegemônica; d) enquanto dirigentes da sociedade política – o Estado – (ministros, parlamentares, juízes), procuram obter legalmente a disciplina social.

Para Gramsci, tanto os intelectuais orgânicos – aqueles que pertencem a uma das classes fundamentais da sociedade – quanto os intelectuais tradicionais – aqueles que pertencem às classes em dissolução – exercem as funções de hegemonia ou coerção. Embora não constituam uma classe social, mas um estrato social vinculado a uma classe social, possuem uma certa autonomia. No entanto, em momentos de crise orgânica, a autonomia pode ser apresentada como uma ruptura do vínculo orgânico com a classe social a que pertencem.

Em relação à hegemonia de uma determinada classe, o partido tem uma tarefa central, tese que demonstra a posição antivanguardista de Gramsci, por considerar que há uma relação dialética entre partido e classe desde que “[...] todo partido no es más que una nomenclatura de clase” (GRAMSCI, 1999: t. 5, p. 159). Nesse sentido, ele escreveu sobre como investigar a história de um partido político:

Evidentemente habrá que tener en cuenta el grupo social del que el partido dado es expresión y parte más avanzada: la historia de un partido, pues, no podrá dejar de ser la historia de un determinado grupo social. Pero este grupo no está aislado: tiene amigos, afines, adversarios, enemigos. Sólo del complejo cuadro de todo el conjunto social y estatal (y a menudo incluso con interferencias internacionales) se desprenderá la historia de un determinado partido, por lo que puede decirse que escribir la historia de un partido significa lo mismo que escribir la historia general de un país desde un punto de vista monográfico, para poner de relieve un aspecto característico. (GRAMSCI, 1999: t. 5, p. 74).

Nessa perspectiva, o partido deve ser orgânico, ou seja, deve unificar a função política – como “[...] instrumento de solução de um problema ou conjunto de problemas da vida nacional ou internacional” – e a função ideológica – “[...] como ideologia geral, superior às várias ordens mais imediatas (jornais, revistas, etc.)”, isto é, tornar-se o “corpo intelectual”. Na concepção de Gramsci, o partido deve ser

capaz de organizar e homogeneizar ideologicamente as classes aliadas para lutar efetivamente com as classes antagônicas; ele elabora a concepção de mundo e educa as massas trabalhadoras até que esta se torne senso comum, daí a importância da educação popular. Além disso, o partido tem a tarefa de liderar tais massas em sua luta pela sua libertação de todas as formas de dominação e exploração.

*

A conexão que existe nas propostas de Gramsci e Mariátegui encontra-se na questão da socialização do poder. Cerroni (1973) mostrou que um dos elementos fundamentais da crítica socialista da política é a socialização do poder ou extinção superando o Estado. Aníbal Quijano a considera uma de suas principais teses de sua proposta política:

La socialización del poder político consiste en la redistribución del poder político entre los productores organizados, y a través de sus organismos directamente incorporados a su vida cotidiana, de modo que ellos puedan ejercer el control inmediato y directo de ese poder. (QUIJANO, 1981, p. 39).

Nessa perspectiva, a questão da democracia no socialismo não se refere às relações dos cidadãos com o Estado como uma máquina institucional separada do controle imediato dos produtores e, menos ainda, da crítica ética à ditadura. Em vez disso, aponta para a necessidade de erradicar o caráter explorador das relações de produção capitalistas. E essa supressão não pode ser realizada se não forem superadas as instituições políticas que implicam a privatização do poder político, ou seja, a socialização do poder. As reflexões de Mariátegui e Gramsci sobre democracia e socialismo nos ajudam a compreender que a democracia direta constitui uma das bases essenciais para a construção do projeto de bem viver.

Referências

- CERRONI, Umberto. *Teoría política e socialismo*. Roma: Editori Riuniti, 1973.
- GERMANÁ, César. *El socialismo indo-americano de José Carlos Mariátegui: proyecto de reconstitución del sentido histórico de la sociedad peruana*. Lima: Amauta, 1995.
- GRAMSCI, Antonio. *Cartas de la cárcel: 1926-1937*. México: Ediciones Era, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel*. México: Ediciones Era, 1999. Tomo V.
- GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel*. México: Ediciones Era, 1986. Tomo IV.
- GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel*. México: Ediciones Era, 1984. Tomo III.
- GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel*. México: Ediciones Era, 1981. Tomo II.
- GRAMSCI, Antonio. Algunos temas de la cuestión meridional. In: MACCIOCCHI, Maria-Antonieta.

Gramsci y la revolución de Occidente. México: Siglo XXI Editores, 1975. p. 289-310. Originalmente publicado em 1926.

GRAMSCI, Antonio. *El programa de "L'Ordine Nuovo"*. 1920a. Disponível em: <<http://www.gramsci.org.ar/>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

GRAMSCI, Antonio. *El consejo de fábrica*. 1920b. Disponível em: <<http://www.gramsci.org.ar/>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

GRAMSCI, Antonio. *La Internacional Comunista*. 1919. Disponível em: <<http://www.gramsci.org.ar/>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Mariátegui total*. Lima: Amauta, 1994a. Tomo I.

QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes*. De la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Lima: UNMSM; CLACSO, 2020.

QUIJANO, Aníbal 1981 "Poder y democracia en el socialismo" em *Sociedad y Política* (Lima) N° 12.

QUIJANO, Aníbal & WALLERSTEIN, Immanuel. (1992), "Americanity as concept, or the Americas in the world-system". *International Social Science Journal*, 44 (4): 549-557.

ROSEMBERG, Arthur. *Democracia y socialismo*. Aporte a la historia política de los últimos 150 años. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1966.

WALLERSTEIN, Immanuel. The world we are entering 2000-2050. In WALLERSTEIN, Ie CLESSE. A. *The world we are entering 2000-2050*. Luxemburg Institute for European and International Studies, 2002.

Jales Dantas da Costa*

Foi certamente muito bem recebida a publicação da *biografia clássica de Engels* no Brasil. No bicentenário de seu nascimento, a editora Boitempo disponibilizou aos leitores de língua portuguesa esse magistral trabalho de Gustav Mayer. Em sua apresentação, *Gustav Mayer – o biógrafo clássico de F. Engels*, José Paulo Netto analisou o caráter *pioneiro* e *consagrado* desta *fidedigna* biografia, bem como a recepção calorosa que recebeu de acadêmicos e estudiosos, e teceu valiosos comentários sobre a própria vida de Mayer. São poucos os livros biográficos em nossa língua dedicados exclusivamente a Engels¹. Mayer foi o primeiro a realizar um estudo sistemático sobre a vida e a obra de Engels e é considerado o seu principal biógrafo. Sua pesquisa demorou pouco mais de vinte anos (entre 1913 e 1934). Publicou-a inicialmente em dois tomos, *Friedrich Engels in seiner Frühzeit* (1920) e *Friedrich Engels und der Aufstieg der Arbeiterbewegung in Europa* (1932), e depois os reuniu num único volume, intitulado *Friedrich Engels: Eine Biographie* (1934). Mas, por conta da chegada de Hitler ao poder, a biografia não pôde ser lançada em sua terra natal, a Alemanha, e acabou saindo em Haia. Meses depois, Mayer autorizou a edição inglesa da “nova biografia”, *Friedrich Engels: A Biography* (1936), muito mais “condensada” do que a versão original (pouco mais de um terço). O que o leitor de *Friedrich Engels: Uma Biografia* tem em mãos é justamente essa biografia diminuta, que “[...] lida especialmente com o homem e o político, deixando o teórico em segundo plano [...]” (MAYER, 2020, p. 25)), mas que “[...] nada perdeu de sua essencialidade”² (NETTO, 2020, p.24).

Estamos seguramente diante de precioso trabalho de reconstrução histórica da vida e obra de Engels. Esbocemos aqui nos limites desta resenha apenas alguns traços dessa preciosa reconstrução. Os seus vinte e quatro capítulos mostram, de fato, “[...] um homem em um desenvolvimento unitário, da infância à senectude” (Idem). Os primeiros dez capítulos (correspondentes ao primeiro tomo) tratam da juventude de

* Professor no Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) e Coordenador do Grupo de Pesquisa Revoluções e Contrarrevoluções.

1 A mais antiga biografia sobre Engels publicada em português parece ser a de um coletivo de autores soviéticos, *Friedrich Engels: Biografia* (Lisboa/Moscou: Avante!/Progresso, 1986). Osvaldo Coggiola escreveu *Engels: o Segundo Violino* (São Paulo: Xamã, 1995). E mais recentemente foi publicado *Comunista de Casaca: a Vida Revolucionária de Friedrich Engels*, de Tristram Hunt (Rio de Janeiro: Record, 2010).

2 É o que assegura José Netto em sua sinopse das edições de 1934 e 1936.

Engels. Sobre a *Família e mocidade* destacamos não só a sua intolerância para com o pietismo, inclusive dentro de seu próprio lar em Barmen, mas principalmente “[...] os vislumbres que teve quando menino das misérias da classe trabalhadora [que] tiveram um efeito infinitamente maior sobre seu desenvolvimento intelectual posterior” (MAYER, 2020, p. 29). Sua *Entrada na política* se deu a partir das aproximações junto aos movimentos da “Jovem Alemanha” e do “Jovem Hegelianismo”. Em *Serviço militar, Jovens hegelianos*, Mayer percorre o contexto alemão de fins dos anos 1830, os rumos que Engels tomou em Berlim desde seu ingresso como voluntário no grupamento de artilharia (outono de 1841) até a publicação de dois panfletos³ críticos à Schelling, então nomeado pelo próprio rei Frederico Guilherme IV para interromper a influência dos jovens hegelianos. A essa altura, Engels rompera “[...] os últimos laços que o ligavam à fé de sua infância e de seus pais”; já “sabia que era ateu” (MAYER, 2020, p. 42).

O caminho que Engels percorreu *Rumo ao comunismo* passou por sua infância e adolescência em Wuppertal (tempo em que “vira o significado dos conflitos de classe”) e Bremen (onde reconheceu “[...] como a burguesia influenciava os sistemas de governo”) (MAYER, 2020, p. 47). Tais “[...] descobertas, no entanto, permaneceram meras observações isoladas até se conectarem com sua luta para formar uma filosofia de vida. Então, e somente então, elas deixaram de ser puramente teóricas e tornaram-se fontes de ação” (Idem). A ação veio ao sair da Alemanha, então mergulhada “[...] em um estado de apatia primeva” (MAYER, 2020, p. 49). Em Londres “[...] libertou-se da atmosfera de disputas puramente teóricas que o cercava em Berlim sem satisfazer seu impulso para a ação” (Idem). Sua simpatia pelo sofrimento humano, assim como sua fome de conhecimento, estimularam Engels a estudar a posição da nova classe social, o proletariado. A *situação da classe trabalhadora na Inglaterra* e os ensaios anteriores *Past and Present* e *Esboço para uma crítica da economia política* dão mostras da genialidade e coragem d’O jovem Engels⁴, que com apenas 24 anos já realizara uma crítica independente aos economistas políticos, valendo-se do método dialético para expor o “tecido de contradições” de suas teorias. Ainda no início dos anos 1840, descobriu a “supremacia das forças econômicas sobre as políticas”, e se convenceu da necessidade da abolição da propriedade privada para erigir a emancipação da humanidade. Já não mais via “[...] a sociedade subordinada ao Estado, mas o Estado como subordinado da sociedade” (MAYER, 2020, p. 59). A luta de classes

3 Schelling e a revelação e A Bíblia insolentemente ameaçada, porém milagrosamente salva ou O triunfo da fé, ambos de 1842.

4 Sobre O jovem Engels escrevi breve artigo recentemente publicado na Revista Germinal. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/39022/23897>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

tornara-se “[...] um estágio do objetivo ideal dos humanistas” (MAYER, 2020, p. 68). Duas alternativas estavam postas enquanto persistisse o capitalismo: ou os homens abandonavam-se ao destino ou pegariam em armas em busca de seus direitos.

Engels ficou “terrivelmente impressionado” ao ver que, na metrópole industrial do mundo, o crescimento surpreendente da produção era acompanhado da pobreza brutal das massas, impossibilitadas de consumir os produtos de seus próprios trabalhos! Foi dessa vivência que concebeu o “autointeresse inflexível” como a base da sociedade contemporânea. Logo se juntou aos cartistas, convencido de que as circunstâncias os levariam ao socialismo e que o movimento levaria à revolução social violenta, única capaz de abolir a propriedade privada. Daí suas críticas às táticas pacifistas do socialismo inglês. Daí o cedo despertar pelo interesse da ciência militar e o apelido de “o general”. No início dos anos 1840, acreditava que a transformação revolucionária estava próxima, e não só na Inglaterra, mas também na França e Alemanha. É o que demonstra seu ensaio “Progresso da Reforma Social no Continente”, publicado no *The New Moral World* ainda no outono de 1843. Já era aí um revolucionário convicto, com uma “[...] fé inabalável na vitória final do comunismo” (MAYER, 2020, p. 291), “fe” essa que o acompanhou por toda a vida.

Ainda jovem, acompanhava detidamente os movimentos sociais europeus e, ao perceber que os ingleses desconheciam o trabalho de seus camaradas em outros países, logo se impôs a tarefa de expor a posição do socialismo continental. Mayer (2020, p. 58) nos lembra que “[...] foi Engels quem, antes de todos os outros, e mais ansiosamente que todos, dedicou-se à tarefa de unir os ‘comunistas’ dos países da Europa”. No outono de 1870 foi eleito para o Conselho Geral da Internacional, momento em que a organização vivia o auge de seu prestígio e influência no movimento da classe trabalhadora europeia. E mesmo após a suspensão da Primeira Internacional, em 1876, manteve-se ativo por meio de intensa participação no *Labor Standard*, jornal publicado em Londres e responsável por manter a tradição da Internacional. Nesse periódico, escreveu diversos artigos, intitulados *The European Working Class in 1877*, nos quais descreveu o movimento como obtendo “[...] resultados não apenas favoráveis, mas também rápidos” (MAYER, 2020, p.213). Em questões práticas, não forçava sua opinião sobre os movimentos da classe trabalhadora em vários países, mas também não se furtava a opinar quando solicitado. Mayer (2020, p. 215) recorda um princípio subjacente aos conselhos que Engels dava aos vários partidos: “O antagonismo de classe [...] só poderia ser dominado se os trabalhadores de todos os países estivessem decididos a moldar seu próprio destino e se organizassem como partidos políticos independentes, com base na luta de classes”. Já maduro, educou líderes dos novos e crescentes partidos da classe trabalhadora europeia e mostrou-

lhes como aplicar a teoria à prática política. Exemplos notáveis foram as publicações do *Anti-Dühring* (1878) e de seu extrato *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (1880), pelas quais Engels, no entender de Mayer (2020, p. 198), foi capaz de “[...] revelar o conteúdo e o ponto de vista do marxismo aos líderes da social-democracia alemã”, além de ganhar “[...] milhares e milhares de trabalhadores, na verdade gerações inteiras, para o marxismo”, de criar no continente europeu uma “verdadeira escola marxista, uma verdadeira tradição marxista”. Engels cuidou durante meio século da correspondência regular entre os movimentos/partidos de vários países europeus. Suas ideias se espalharam pela Alemanha, França, Itália, Bélgica, Holanda, Suíça, Dinamarca, Suécia, Noruega, Polônia, Hungria, Espanha, Romênia, Bulgária e Rússia. Foi notório o crescimento da influência de Engels (e de Marx) no continente europeu. No entanto, não conseguiram estabelecer-se na Inglaterra, país que lhes despertara tantas esperanças. No final da vida, observou as massas se moverem aceleradamente em direção ao socialismo, e não se perturbou com o fato de o processo de tomada de consciência na Inglaterra ser mais lento do que em outros lugares. Era preciso ter paciência para com os ingleses, pois assegurava que, assim que soubessem o que queriam, tudo lhes pertenceria, Estado, terra, indústria...

Friedrich Engels: Uma Biografia sublinha o fato de Engels ter passado a maior parte de sua vida na Inglaterra. Os capítulos décimo primeiro ao vigésimo quarto (correspondentes ao segundo tomo) tratam da sua trajetória a partir do momento em que ele retorna a Londres, em 1849. Diz-se que ele não se sentia em casa na Inglaterra. Era filho de família burguesa alemã, alemão por natureza e por sentimento. Um homem “[...] animado com a vida, ativo, alegre e bom bebedor – esse era Engels, e ele permaneceu assim até uma idade avançada” (MAYER, 2020, p. 171). Sua visão sobre a vida era “estimulante e não acadêmica”; “[...] preferia detectar em vez de estudar, improvisar em vez de sistematizar” (MAYER, 2020, p. 63). Possuía uma “memória maravilhosa e enciclopédica”, um talento natural para observar conexões teóricas e delas extrair inferências para a ação. Sua escrita era criativa e sugestiva, além de expressar complicadas teorias em linguagem acessível aos leigos. Suas inúmeras qualidades fizeram dele “[...] o chefe do estado-maior do movimento da classe proletária na Europa durante o período de sua brilhante ascensão ao poder” (MAYER, 2020, p. 292). Engels sempre fora muito modesto, e “[...] tinha profunda antipatia por qualquer manifestação que o honrasse pessoalmente” (MAYER, 2020, p. 235), como por ocasião de seu septuagésimo aniversário.

Os primeiros capítulos da *Biografia Clássica de Engels* revelam o ponto até o qual ele havia alcançado antes de sua colaboração com Marx. Já aí vemos a grandeza de sua importância histórica, independentemente de Marx, como bem reconheceu

Mayer (2020, p. 88) nesta passagem sintética:

[...] ele [Engels] antecipou Marx na compreensão do capitalismo moderno, na definição da posição do proletariado em oposição a ele, na tentativa de síntese da filosofia alemã e da economia política inglesa, na aceitação do comunismo como seu credo e na exigência e prática da unificação internacional de todos os comunistas.

Foi apenas depois que conheceu Marx e percebeu nele qualidades que não possuía que “[...] limitou-se com consciência tranquila ao exercício de seus verdadeiros talentos [...]” e foi “[...] tocar o segundo violino” (MAYER, 2020, p. 63-64). Por acreditar na importância vital dos grandes talentos de Marx para o futuro da causa comunista, retornou (após oito anos) a Manchester (novembro de 1850) e aos “negócios imundos”, ciente de que Marx não tinha como sustentar a si e sua família. Além deles, também mantinha Mary Burns e seus parentes. No entanto, subestimou em muito a duração de seu sacrifício. Esperava que a subsequente e eminente crise econômica (ela só veio em 1857), aliada à consequente e renovada revolução (que não veio), “[...] lhe devolvesse sua liberdade [...]” de lançar-se “[...] a atividade plena na tarefa de sua vida” (MAYER, 2020, p. 171). Sabemos que isso não foi possível, pois teve de suportar longos dezoito anos à frente de negócios familiares. Foi somente em julho de 1869, alguns meses após aceitar a oferta de seu sócio Ermen de compensar-lhe por seus trabalhos prestados na empresa até ali, que conseguiu escrever a Marx: “Viva! De hoje em diante, nada mais de *doux commerce*. Sou um homem livre” (MAYER, 2020, p. 170). Ainda assim, nesse interim foi intensa sua atividade para além da rotina de negócios. Estudou ciências militares, fisiologia, etnologia e línguas (sobretudo russo), e, de forma exaustiva, importantes problemas geográficos, etnológicos, econômicos, políticos e militares envolvidos no conflito do leste europeu desse tempo. Isso o habilitou a escrever diversos artigos que foram enviados (em nome de Marx) para o *New York Tribune* e mais tarde ao *New-Order Zeitung*. Mayer nos conta que, entre os anos de 1851 e 1859, nenhum dos escritos de Engels foram publicados em seu próprio nome. É, portanto, equivocado creditar a Engels somente a ajuda material que forneceu a Marx, e ignorar o seu valiosíssimo trabalho em outras frentes ainda mais importantes. O livro primeiro de *O Capital* não teria sido finalizado sem o apoio decisivo de Engels, como reconheceu o próprio Marx⁵. Após a morte do inestimável amigo (14 de março de 1883), Engels abandonou

5 “Sem você eu não poderia ter completado o livro, e garanto que sempre foi uma carga para minha consciência pensar que você, principalmente por minha causa, estava desperdiçando seus brilhantes poderes em uma rotina de negócios, e tinha que compartilhar à força todas as minhas pequenas misérias” (MAYER, 2020, p. 167).

o próprio trabalho com o qual estava envolvido (*Dialética da natureza*) e dedicou a maior parte de seu tempo à tarefa de publicar os manuscritos dos livros segundo e terceiro. Como o livro segundo se encontrava bem “próximo da conclusão”, pode ser logo publicado em 1885. O mesmo não se deu com o livro terceiro, que possuía apenas um “primeiro rascunho extremamente incompleto” (MAYER, 2020, p. 205). Ainda assim, e mesmo diante de problemas físicos que surgiam e de seus maiores deveres políticos e jornalísticos (fruto do crescimento do movimento operário), Engels conseguiu publicá-lo no último ano de sua vida. A morte de Engels (5 de agosto de 1895) foi muito sentida pelo movimento operário europeu, e até hoje o legado de suas ideias, juntamente ao de Marx, segue insuperável.

A importância fulcral da publicação entre nós brasileiros de *Friedrich Engels: Uma Biografia* é manter viva a memória de Engels, a exemplar dedicação de uma vida à emancipação humana que só virá pela “união dos trabalhadores de todo o mundo”. É preciso não capitular diante das tentativas de conciliação que se recusam a forçar o caminho para a sociedade sem classes por meio de uma revolução social. Não basta apenas lutar pela defesa do padrão de vida dos trabalhadores e pela redução da jornada de trabalho. Há que se ter em conta as tarefas maiores de tornar a classe trabalhadora dona dos meios de produção, de abolir o trabalho assalariado e de travar a guerra contra o capitalismo com armas políticas. Eis aí um conselho marxista que segue atualíssimo para as lideranças de partidos e movimentos sociais no Brasil e em *Nuestra América*.

Carlos Alberto Serrano Ferreira*

In the midst of the world pandemic, in which the flows of goods and people from capitalist globalization are disrupted, when the normal functioning of the capitalist system is suspended, we must take our time to reflect on this process. And on several topics that have normally been circulated by the media, without much depth, incorporated in our debates almost thoughtlessly. Globalization, world economic crisis, neoliberalism, development and underdevelopment, decadence of the American power, Chinese rise... One of the major problems is that they are presented from an infinity of conflicting and disjointed concepts and perspectives, which makes it difficult for the lay citizen to understand and form his own interpretation. It is the didactic presentation of these main concepts and their integrated analysis that will allow us to understand the various phenomena of our world reality, their main trends and possibilities, from a perspective that interests the peoples, in a perspective of development and construction of a sustainable, fair, progressive and fraternal alternative society.

This is the task proposed by the Brazilian university professor Carlos Eduardo Martins in his book, first published in Portuguese by the publisher Boitempo, *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. This book was first launched in 2011, and now has a new revised edition, edited in English by Brill, with the title *Dependency, Neoliberalism and Globalization in Latin America*, which makes this important contribution to Social Sciences accessible to an even wider audience.

Despite the title, although focusing attentively on the Latin American reality, a region with which the author is deeply connected, through multiple networks, above all due to his intellectual and political commitment to overcoming historical limits to the development and rights of his peoples, the book gives us clues to a much broader, worldwide understanding.

Martins' analyzes are valid for vast majorities in the so-called Third World, but not only. See in particular the case of the peoples of southern and eastern Europe, which

* Mestre em Ciência Política, na variante Cidadania e Governança, pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Lisboa, Portugal), com especialização em Relações Internacionais pela Universidade Candido Mendes (Rio de Janeiro, Brasil), graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (Niterói, Brasil).

has witnessed a process of building economic dependence to the Nordic countries. For Italians, Portuguese, Spanish, Greeks, Romanians, Hungarians, etc., as for many of the peoples of the world, the promises of neoliberalism were frustrating. The ideology according to which the liberalization of the markets would transform the Third World into the First World has not been fulfilled, on the contrary: truly Third World zones are formed in the First World countries and typical mechanisms of Latin American capitalism, such as overexploitation of work, are beginning to be present in several European countries and in the systemic center, the USA. Inequalities in income, life expectancy, access to basic social services, such as health, education and pensions, both from the point of view of class, national origin, gender or race, are increasingly clear, and are in many cases become explosive.

The author, like the book, carries out the integration of the main Latin American contribution to Social Sciences, the Marxist Dependency Theory, created in the sixties and seventies by authors such as Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos (who prefaced the book) and Vania Bambirra with whom Martins worked directly, and the World System Theories, developed by the American Immanuel Wallerstein, the Milanese Giovanni Arrighi and the German Andre Gunder Frank. In this way, the analyzes that helped to clarify that Latin American underdevelopment – and I would add, Asian and African – was not a time delay, nor the persistence of pre-capitalist remnants that could be overcome by a modernization process, but the historical social form of capitalism in the region, formed in a dialectical relationship with the development of capitalism in the central countries, it becomes part of a global systemic analysis and, therefore, gains even more explanatory capacity, both in depth and in extension.

It is noticeable in the book, as the author himself clarifies, the break with the liberal tradition and the search for integration between different sciences, resuming an interrupted path of the tradition of Latin American social thought, breaking with this fragmentation and incorporating the dimension of time in its articulated multiplicity: the times of structures, cycles and events, thought by Fernand Braudel. Such an approach also chooses to break with methodological nationalism, and integrates national and global; world superstructures and the world system.

Reading the seven chapters (more introduction and conclusion) allows us to understand what is most current in Social Sciences and in the debate about capitalism and dependence. In his first chapter, entitled 'Social Sciences and the Challenges of Globalization', Martins reviews the various existing views on the phenomenon of globalization, articulating the dialogue with them from the point of view of the combined analysis of the Marxist Theory of Dependence and of the World System

theories.

In the following, 'The Modern World System and Capitalism: Origins, Cycles and Secularity', he explains capitalist development based on the concept of historical capitalism, articulating secular trends and existing cycles, bringing Braudel and Marx closer, but dialoguing with other currents as the Schumpeterian tradition and neo-Schumpeterian, regulationist and institutionalist.

In the third chapter, 'Globalization and the Crisis of the Modern World System', he brings us another key element: the understanding of globalization as a revolutionary force, at the same time destructive and constructive, product of a Scientific-Technical Revolution that took a fabulous leap in the productive forces and placed the need for a new planetary civilization. Martins points out that we find ourselves in a historical bifurcation that, in our words, is the choice between an increasingly barbaric and imperial capitalism or a new socialist civilization, realization of the most sublime human aspirations.

Following, in 'The Impasses of US Hegemony: 21st Century Perspectives', the author discusses the two concepts present on American hegemony, the one that affirms its crisis and decay and the ones that affirm its strengthening. Martins puts himself in the first group, and brings strong arguments to corroborate this position, which seem unquestionable to us. The predictive capacity of the book is fully confirmed on this theme, since when it was published in 2011 the advanced state of degeneration of this power was still much less noticeable.

In the fifth chapter, called 'Dependency and Development in the Modern World System', the author presents the relationship between development and dependence based on Latin American theoretical contributions to understand the reasons for the delay and the role of international capital in it. Then, in 'Revisiting the Political Economy of Dependency in the Light of Marx and Contemporary Capitalism', addresses the concept developed by Ruy Mauro Marini of overexploitation of work and advances, including, with a mathematical formalization of it, a gap hitherto present in theory. Finally, in 'Latin America: Dependency, Neoliberalism and New Patterns of Development', presents the harmful effects of neoliberalism in Latin America, but which, with the necessary adaptations, reflects, as already mentioned, much of what the different peoples around the world are going through under the hegemony of this economic and social conception.

As also professor Emir Sader says in the ear of the book in portuguese, it is essential "think capitalism from the perspective of anti-capitalism, dependence from the perspective of emancipation and reality from the perspective of its revolutionary transformation". Therefore, introducing a global analysis, never losing sight of the

totality, in the study of globalization is the only way to understand it. Only in view of historical capitalism in its multiple constitutive aspects, as well as in the entire world extension that it covers, is it possible to understand its impacts on particular societies and regions. It is in the articulation between the world and the corner where we live that we can shed light on our past and thus point out the ways to overcome the dependence of our peoples. This task seems to have been brilliantly accomplished in this book.

La vigencia del legado de Norman Girvan para América Latina y el Caribe: la teoría de la dependencia en el Caribe

Maribel Aponte García*

Introducción

Norman Girvan fue uno de los economistas caribeños más destacados de la región. Nacido en 1941, en Jamaica, y criado en esa isla caribeña, sus influencias tempranas versaron sobre el estudio del pensamiento crítico de la región en una época en que la sociedad trascendía el colonialismo, profundizaba en la identidad de raza, e identificaba la integración regional como una de las alternativas importantes asociadas al proceso de independencia. Estudió en la Universidad de las Indias Occidentales (UIO) con una beca en un momento histórico en el cual Arthur Lewis era el principal y Walter Rodney era su condiscípulo. Como Norman lo describió: “Yo ingresé a Mona (recinto de UIO) como un nacionalista jamaiquino y salí como un regionalista caribeño”.

Estudió el doctorado en la *London School of Economics* con Edith Penrose y escribió su disertación sobre el capital extranjero y el subdesarrollo económico en Jamaica, enfocado en la bauxita (Girvan, 1967, 1971). Luego desarrolló su obra sobre el cobre en Chile (Girvan, 1972). Estos análisis se generalizaron como una investigación sobre las corporaciones multinacionales en las economías exportadoras de minerales en el Caribe y América Latina.

Entre sus logros se destacan: ser miembro del *Grupo del Nuevo Mundo* (*New World Group*, en inglés), un movimiento intelectual pan-caribeño que promovía la generación de un pensamiento autónomo en la región; ser invitado por Samir Amin a trabajar, en Dakar, en el Instituto Africano para el Desarrollo y la Planificación de las Naciones Unidas en el 1973; trabajar bajo la administración de Michael Manley como director de la Agencia de Planificación gubernamental; ser miembro fundador de la Asociación de Economistas del Caribe en el 1987; ser el director de la Red Graduada de UIO y del *Sir Arthur Lewis Institute of Social and Economic Studies* (SALISES); obtener la distinción de Profesor Emérito de la Universidad de las Indi-

*Doctora en Economía por la Universidad de Massachusetts (EUA), Catedrática e Investigadora de la Universidad de Puerto Rico-Recinto de Río Piedras (UPRRP) e integrante de varios Grupos de Trabajo del Consejo Latinoamericano de las Ciencias Sociales (CLACSO). Algunos fragmentos de este escrito provienen de Aponte García (2014).

as Occidentales y de un doctorado Honoris Causa de la Universidad de La Habana (2008); ser miembro del Grupo de las Naciones Unidas sobre Políticas del Desarrollo; ser designado como el representante personal del Secretario General de las Naciones Unidas para mediar en la controversia fronteriza entre Venezuela y Guyana (2010); y fungir como Secretario General de la Asociación de los Estados del Caribe (2000-2004). Norman Girvan falleció el 9 de abril de 2014, víctima de las complicaciones asociadas con un accidente.

La teoría de la dependencia

En el 1973, Girvan escribió un artículo seminal en el cual explicaba por qué, en el Caribe, la teoría de la dependencia germinó más tarde que en América Latina. Los países caribeños entraron en una fase histórica descolonizadora para la década de los sesenta. Durante la etapa en que los intelectuales latinoamericanos comenzaban a adelantar sus ideas en la década del cincuenta, los países del Caribe experimentaban con el modelo de Industrialización por Invitación (fundamentado en parte en la obra de Arthur Lewis), y no fue hasta que se decepcionaron con este instrumento y entraron en un proceso descolonizador que comenzaron a buscar nuevas alternativas.

La teoría de la dependencia generó análisis y teorizaciones críticas que cuestionaron los modelos de crecimiento y desarrollo exógeno, así como las teorías de comercio internacional. Entre los aportes más importantes de la teoría de la dependencia, que impactaron las políticas de desarrollo económico tanto en países capitalistas como socialistas, fueron los siguientes: el rol del capital extranjero, las relaciones internacionales en el mundo, el análisis del desarrollo y el subdesarrollo como elementos de un mismo sistema, el concepto de la dependencia y sus consecuencias, y las alternativas de desarrollo.

En el Caribe inglés, los aportes del *Grupo del Nuevo Mundo* fueron significativos. Según analizó Norman Girvan en retrospectiva: “La economía política del Grupo *New World* favorecía la integración económica regional, la reforma agraria y la propiedad local como un antídoto al tamaño pequeño, la dominación extranjera y la dependencia” (Meeks y Girvan, 2010: 18). Entre las contribuciones importantes se incluyen las producidas por *New World Associates* (1963): Lloyd Best, Clive Y. Thomas, Alister McIntyre, Havelock Brewster, Owen Jefferson, Norman Girvan y William Demas (Girvan 2012: 57).

Una de las principales contribuciones del trabajo de Norman Girvan es haber articulado una conceptualización de la economía política de la empresa y el desarrollo internacional en el caso de las industrias extractivas. En su libro sobre el imperial-

ismo corporativo (1976: 196), Girvan presenta una política de minerales para los países del Tercer Mundo (que consta de nueve puntos).

Su marco de referencia era el historial de la industria de la bauxita en su propio país (Girvan, 1967), el del cobre en Chile (Girvan, 1972) y los trabajos de Edith Penrose (su directora de tesis doctoral en Inglaterra) en torno al petróleo. En algunos de estos trabajos, Girvan desarrolló una metodología original utilizando los informes de las compañías transnacionales disponibles en el *Securities and Exchange Commission*. En el Caribe inglés, se articulaba una crítica al capital extranjero atada a una propuesta de nacionalización de los recursos. Este argumento no fue un hecho aislado, sino que en América Latina ya se promovían argumentos similares en torno a la nacionalización del petróleo y el cobre, entre otros.

Girvan presenta un marco de economía política para analizar la inversión internacional y el desarrollo, el cual se centra en tres áreas: el valor y las formas de los ingresos locales creados por la industria; la relación de la industria en la cual está ubicada la operación de la empresa multinacional con las demás industrias; y lo adecuados que puedan ser los esquemas tributarios desde el punto de vista del país anfitrión (Girvan 1976: 41). Cada una de estas tres áreas está eslabonada, respectivamente, a las tres propuestas de Girvan: que los países anfitriones incrementen la tributación por la extracción del mineral y sobre las ganancias de las empresas; aseguren participación estatal en la titularidad sobre las empresas; y que implanten una estrategia de industrialización regional.

El análisis de la teoría de la dependencia impactó sobre gobiernos de orientación socialista en la región: Jamaica bajo el primer término del gobierno de Michael Manley (1972-1980) con su propuesta de nacionalización de los recursos minerales; el programa de la Unidad Popular de Salvador Allende hasta el golpe de Estado de 1973; Nicaragua bajo el gobierno Sandinista de 1979-1990; y Cuba a partir de la década del sesenta.

En retrospectiva, Girvan (2012: 60) analiza el proceso, situándose a sí mismo en el movimiento: “La versión ampliada del pensamiento económico caribeño de la dependencia complementó el estructuralismo con un enfoque histórico e institucional que se centraba en el papel de la plantación y de las corporaciones multinacionales. Las contribuciones notables al respecto fueron las de Lloyd Best, Kari Levitt Polanyi, George Beckford y Norman Girvan. Esta versión sostenía que el subdesarrollo de las economías caribeñas tenía su origen en los rasgos estructurales y conductuales asociados con el establecimiento del sistema de plantación esclavista en el siglo XVII (Best, 1968), cuyo legado “representa una dotación de mecanismos de ajuste económico que privan a la región de una dinámica interna (Levitt y Best, 1975: 37)”.

Las dos escuelas de dependencia (latinoamericana y del Caribe inglés) se diferencian también por la importancia atribuida al tamaño del mercado y a la necesidad de integración regional. En varios países latinoamericanos existían mercados de suficiente tamaño como para sostener operaciones de producción en masa, y podría esperarse un crecimiento en los mercados al ocurrir el desarrollo esperado y así aumentar el poder adquisitivo del pueblo. Pensaban así en producir para su propio consumo.

Para los países caribeños, dado el reducido tamaño de los mercados, la idea de la integración regional se convirtió en algo esencial para proveer los beneficios de las economías de escala en la producción. Ambas escuelas de teoría de dependencia propulsaban una activa participación del gobierno como empresario industrial y la creación de las condiciones favorables a la industrialización por parte de otras entidades.

A partir de la segunda mitad de la década del setenta y principios de los años ochenta emergen críticas a la teoría de dependencia. Norman Girvan, analizando la experiencia del Caribe inglés, explica cómo la teoría de la dependencia en el Caribe inglés también decayó frente a las críticas internas y externas y a la experiencia de los proyectos radicales en la región: “Las controversias surgieron en torno a las políticas de nacionalización y autosuficiencia promovidas por personas como yo, George Beckford y Clive Y. Thomas y su asociación con las políticas estatales seguidas por los gobiernos en Jamaica y Guyana durante la década de los setenta” (Meeks y Girvan, 2010: 18; traducción propia). Entre estas críticas se encontraron, por ejemplo, las de Beckford al denunciar la vacilación de la administración de Michael Manley en Jamaica; la de Thomas, que fundamentándose en la experiencia de Guyana, criticaba la emergencia del ‘Estado autoritario’ (Thomas, 1984); y la de Girvan, quien habiendo promovido y defendido la nacionalización de las industrias mineras en 1971, criticaba las experiencias de nacionalización de los años setenta (Meeks y Girvan, 2010: 18; traducción propia).

Es imprescindible destacar los grandes aportes que la teoría de la dependencia logró en caracterizar las formas y los modos de producción en la región. Para Girvan, este período fue muy importante ya que él planteaba que “la dependencia, y en particular el pensamiento del Grupo del Nuevo Mundo y de la escuela de la plantación, es reconocida generalmente como el acontecimiento más significativo de las ciencias sociales caribeñas en los primeros años del período poscolonial.” (2012: 80).

Referencias

- Aponte-García, M. (2014). *El Nuevo Regionalismo Estratégico. Los Primeros Diez Años del ALBA-TCP*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de las Ciencias Sociales.
- Best, Lloyd 1968 “Outline of a Model of the Pure Plantation Agriculture” en *Social and Economic Studies* (Jamaica) Vol. 17, N° 3, septiembre.

- Girvan, Norman 1967 "The Caribbean Bauxite Industry" en *Studies in Regional Economic Integration* (Jamaica: Universidad de las Antillas, Instituto de Investigación Social y Económica) Vol. 2, N° 4.
- Girvan, Norman 1971 *Foreign Capital and Economic Underdevelopment in Jamaica* (Mona: Universidad de las Antillas, Instituto de Investigación Social y Económica).
- Girvan, Norman 1972 *Copper in Chile. Study in Conflict Between Corporate and National Economy* (Mona: Universidad de las Antillas, Instituto de Investigación Social y Económica).
- Girvan, Norman 1973 "Teorías de dependencia económica en el Caribe y la América Latina: un estudio comparativo" en *El Trimestre Económico* (México) Vol. XL, (4), N° 160; octubre-diciembre; y en *Estudios Internacionales* (Universidad de Chile) N° 23; julio-septiembre, 1973.
- Girvan, Norman 1976 *Corporate Imperialism, Conflict and Expropriation: Transnational Corporations and Economic Nationalism in the Third World* (Nueva York: Sharpe).
- Girvan, Norman 2012 *El Caribe. Dependencia, Integración y Soberanía* (Santiago de Cuba: Casa del Caribe y Editorial Oriente).
- Levitt, Kari Polanyi y Lloyd Best 1975 Character of Caribbean Economy, en George L. Beckford (ed.) *Caribbean Economy: Dependence and Backwardness* (Mona: Institute of Social and Economic Research, University of the West Indies), pp. 34-60.
- Meeks, Brian y Girvan, Norman (eds.) 2010 *The Thought of New World: The Quest for Decolonisation. Caribbean Reasonings Series* (Kingston: Ian Randle).
- New World Associates 1963 The Long Term Economic, Political and Cultural Programme for Guyana", en New World, Vol. 1, No. 1, Georgetown. Reimpreso en Norman Girvan y Owen Jefferson (eds): *Readings in the Political Economy of the Caribbean* (Mona: New World Group), 1971, pp. 224-266.
- Thomas, Clive Y. 1984 *The Rise of the Authoritarian State in Peripheral Societies* (Nueva York: Monthly Review Press).

Marco A. Gandásegui, hijo: en torno a la crisis de hegemonía y la estructura de poder de Estados Unidos

Dídimo Castillo Fernández*

*En homenaje a Marco A. Gandásegui, hijo,
intelectual prolífico y comprometido, referente y guía permanente del
Grupo de Trabajo de CLACSO: "ESTUDIOS SOBRE ESTADOS UNIDOS".*

I

La contribución de Marco A. Gandásegui al debate generado en torno a la crisis de hegemonía y la estructura de poder de Estados Unidos amerita ser destacada como parte de su legado intelectual fundamental. En principio, asumió los conceptos de crisis y crisis de hegemonía en un sentido amplio; el primero, como momento de cambio con incertidumbre y el segundo, como la pérdida de la capacidad de dominación, dirección y control ideológico y político, que caracterizaron a Estados Unidos durante el largo periodo iniciado con posterioridad a la Segunda Guerra Mundial hasta por lo menos mediados de la década de 1970, con la emergente crisis del capitalismo global y la instauración del modelo neoliberal como estrategia para enfrentar globalmente dicha crisis. Gandásegui, privilegió y enfatizó en el análisis de las condiciones internas, colocando las contradicciones de clases, la estructura de poder y la singularidad del sistema político estadounidense en el centro de sus preocupaciones. Desde su concepción, la crisis de hegemonía de Estados Unidos y su expresión global, deriva del agotamiento de las estructuras de poder creadas por la burguesía de aquel país durante el siglo xix y principios del xx, recreadas y consolidadas después de la Segunda Guerra Mundial, por lo menos hasta mediados de la década de 1970, con la emergente crisis del capitalismo global.

Desde su concepción, la crisis de hegemonía experimentada por Estados Unidos no sólo repercutió en la reconfiguración de la estructura de dominación imperial, prevaleciente después de la Segunda Guerra Mundial, ante la emergencia de nuevos polos de dominación global; sino que tuvo un particular efecto sobre las condiciones

* Doutor em Estudos da População pelo Colégio do México. Professor-pesquisador do Centro de Investigação e Estudos Avançados da População da Universidade Autônoma do Estado do México.

internas, especialmente sobre la estructura de poder, las relaciones de clases, las condiciones de vida de la población, así como en el imaginario social estadounidense ante el horizonte de crisis, agotamiento y posibilidades de recomposición del ideal del llamado “sueño americano”. La pérdida de hegemonía de Estados Unidos tuvo como correlato de origen la agudización de las contradicciones del modelo neoliberal dentro de sus propias fronteras.

II

La crisis de hegemonía de Estados Unidos debe ubicarse en el contexto de crisis del sistema capitalista e instauración del modelo neoliberal, con el que el sistema se veía obligado a promover medidas de ajuste económico de escala global, en su intento por restablecer y acelerar el incremento de las ganancias capitalistas. Los capitalistas orientaron sus estrategias a la búsqueda, penetración y conquista de nuevos espacios en cualquier parte del mundo que les permitiera maximizar sus beneficios. No obstante, Estados Unidos, el país más imperialista del mundo, no pareció apto para la competencia global emprendida; su esquema de relacionamiento internacional era la imposición dada su condición de nación preponderante, que, como tal, en todo caso privilegiaba la negociación bilateral y el establecimiento de relaciones económicas de carácter monopólico. Su dificultad para competir en la economía mundial hizo cada vez más patente su vulnerabilidad y debilitamiento estructural, así como sus posibilidades limitadas de conservar su posición y carácter tradicional de nación hegemónica con capacidad de control, influencia y liderazgo sobre los demás países desarrollados y periféricos. Estados Unidos, a partir de entonces, se convirtió en una potencia estructuralmente vulnerable y tendencialmente decadente. Las consecuencias internas del cambio de modelo, con el desplazamiento de los sectores económicos, también tuvieron repercusión a nivel global. De ahí que, como resultado de ello, Estados Unidos perdiera igualmente la vanguardia en el sector industrial, al ser desplazado por China. La pregunta que aflora, y que subyace en la interpretación de Gandásegui, es hasta dónde la burguesía financiera, dominante a partir de entonces, disponía o no de los mecanismos para enfrentar, solventar y restablecer la situación económica, social y política previa a la crisis en condiciones de estabilidad duradera. La respuesta entraña contradicciones insalvables del propio sistema en lo que corresponde a sus objetivos básicos de maximizar la ganancia capitalista.

Desde la perspectiva de Gandásegui, la crisis de hegemonía no debe entenderse como un simple problema de competencia entre naciones o Estados, aunque lo implique. El éxito del modelo seguido podría ser planteado en términos de los logros

que favorecieron a una fracción de la clase capitalista, particularmente ligada al capital financiero, con consecuencias desfavorables para el resto de los sectores sociales. En este sentido, la crisis no sólo impuso un reto para la clase social tradicionalmente dominante, sino también y, sobre todo, para la clase trabajadora. El triunfo del modelo neoliberal implicó la derrota de la clase trabajadora y, consecuentemente, la desarticulación de sus organizaciones. No obstante, lo que a primera vista representó una victoria del capital sobre la clase trabajadora, tendría repercusiones sobre el proceso de acumulación capitalista en el mediano y largo plazo. Con la derrota y desarticulación de la clase trabajadora se erosionó la base de sustentación generadora de riqueza, lo que, al limitar las altas tasas de ganancias capitalistas, se generó, por un lado, el incremento de la sobreexplotación del trabajo en las periferias y al interior de los países desarrollados y, por el otro, fomentó la acumulación por despojo, saqueo o desposesión —como la define David Harvey—, no directamente asociada a la explotación ampliada del trabajo y basada en la apropiación de riquezas acumuladas. Esta contracción visiblemente acentuada con la adopción del modelo neoliberal, que limita la capacidad de generar excedentes de forma continua, y que en el corto y mediano plazo incrementaron la pauperización, la exclusión, la desigualdad social y los niveles de pobreza, podría llevar al colapso, estancamiento o nuevas crisis del sistema.

El contexto de crisis del desarrollo capitalista global que se hizo sentir especialmente en Estados Unidos desde mediados de la década de los setenta, con la caída de la tasa de ganancia capitalista, y los consecuentes efectos adversos que conllevó la estrategia neoliberal para revertir dicha tendencia, se dio con un alto costo social y político para la clase trabajadora y los sectores medios, y el enorme retroceso que implicó en la calidad de sus vidas. En este sentido, el modelo neoliberal tuvo drásticas consecuencias. La inestabilidad y el debilitamiento de la clase trabajadora la expuso a mayores condiciones de vulnerabilidad social y política. La estructura social estadounidense heredada de la segunda mitad del siglo xx, durante el predominio del Estado benefactor, adquirió una nueva fisonomía. El segmento de los ricos tendió a aumentar sus ingresos considerablemente. Los trabajadores y sectores medios vieron perder sus empleos o el deterioro de éstos, así como los beneficios sociales previamente adquiridos. El modelo neoliberal prevaleciente no sólo impactó desfavorablemente sobre las condiciones de empleo y el poder adquisitivo de la clase trabajadora y sectores medios, y sobre las potencialidades de movilidad ascendente —una característica supuestamente propia del modelo laboral estadounidense—, así como en el incremento de la precarización del trabajo, la creciente desigualdad y ampliación de la pobreza; sino que, derivado de ello, erosionó los fundamentos ideológicos que le otorgaban credibilidad, legitimidad, coherencia, continuidad y capacidad de influencia a escala global.

En congruencia con el planteamiento de Gandásegui al respecto, el éxito o fracaso de dicho modelo, y sus consecuencias sobre la crisis de hegemonía, puede ser analizado en relación con los objetivos perseguidos y logros alcanzados, en función de sus consecuencias económicas y sociales internas y globales o, particularmente, poniendo en el centro la disputa política entre dos proyectos de clase, económicos y de nación: primero, el dominante, promovido por el sector capitalista financiero, neoliberal y globalizador, que tiene su base de sustentación ideológica y política en la llamada clase dirigente, aglutinada en torno al llamado *establishment*, un círculo político conformado por miembros de la clase política más poderosa del país, y segundo, el proyecto de la clase capitalista industrial, nacional, hegemónico durante el largo periodo previo de hegemonía hemisférica de Estados Unidos, integrado por el sector de clase heterogéneo, vinculado al sector industrial tradicional, desplazado en la estructura de poder durante el largo periodo de dominación neoliberal, que defiende y plantea como única alternativa frente a la crisis interna, económica, social, la afirmación del Estado nación frente a la lógica globalizadora de libre mercado.

Esta estructura bicéfala del poder mantiene su expresión política a través de los dos partidos tradicionalmente hegemónicos: el Partido Demócrata y el Partido Republicano, apoyados además en otros aparatos y organizaciones formales e informales de promoción, comunicación, movilización y proyección social y política. La crisis de hegemonía de Estados Unidos, en este sentido, expresa la existencia y disputa de dos sectores de la clase económica y política dirigentes con concepciones y proyectos encontrados, en un momento o coyuntura en la que, desde la sociedad civil, se ha puesto en cuestión la viabilidad de uno u otro proyecto, como vía de salida de la crisis de hegemonía. No obstante, el proyecto promovido por el *establishment* fue dominante por lo menos desde la administración de Reagan, al inicio de los años ochenta hasta el final de la gestión de Obama, a comienzos de 2017, sin una aparente oposición, orientada ideológica y políticamente por criterios económicos de libre competencia y la idea de un mundo sin fronteras, enfocado en la defensa, promoción, mantenimiento y consolidación del “nuevo” orden global neoliberal.

La llegada de Trump al poder, en las elecciones de noviembre de 2016, se produjo en ese entorno. Fue resultado de esa crisis, decantada momentáneamente a favor del proyecto emergente antiglobalizador, nacional, con el énfasis altamente conservador impuesto, que evidenció la ideología y personalidad excéntrica del propio candidato republicano. Trump fue visto por la contraparte o *establishment* como “un gran disruptor del orden mundial”, además de ser señalado por lo que consideraron un “na-

cionalismo extremo”, con alto contenido de ideas supremacistas. No obstante, dicho proyecto tuvo resonancia en un sector importante de las clases medias y de la clase trabajadora afectadas por la política neoliberal, con el aumento de las desigualdades de ingresos y la pérdida de oportunidades. Trump pudo movilizar y encontrar el apoyo en amplios sectores de una clase trabajadora “amorfa”, desencantada, además de activar los reclamos de una clase media desorientada e insatisfecha, e incentivar las tensiones entre las clases dominantes proclives al modelo neoliberal y los sectores de clase que creyeron posible la reedición del modelo de industrialización y la necesaria vuelta a un modelo proteccionista o semiproteccionista, centrado o no en el desarrollo de los Estados nacionales y los nacionalismos diversos. El triunfo de Trump fue resultado de los efectos adversos no esperados de la globalización neoliberal en Estados Unidos.

La salida de Trump, en enero de 2021, resultó de un proceso electoral muy disputado y cuestionado, más allá de consideraciones que pueden permitir entender el marco de la estructura de poder que lideran dos proyectos, con dos visiones de país y estrategias aparentemente similares, pero con consecuencias internas muy diferenciadas. En términos estructurales, o por lo menos de largo plazo, se podría argumentar que la estrategia neoliberal pudo frenar la caída de la tasa de ganancia deteriorada y revertirla sustancialmente, pero no así consolidar su poder político ni atenuar el creciente deterioro social de amplios sectores y, con ello, acentuar la ruptura del pacto social que dominó en la fase previa al neoliberalismo. El éxito económico se produjo a un costo social y político alto, con las consecuencias no previstas sobre la pérdida de legitimidad interna, debilitamiento y crisis de hegemonía. La crisis social interna, no resuelta, al contrario, se acentuó durante la gestión de Trump. El neoliberalismo como “proyecto de clase” reencuentra su cauce, pero sin que ello implique la salida de la crisis de hegemonía interna y externa, con consecuencias adversas, ya conocidas, en el ámbito de las relaciones económicas y un enorme costo social interno, reflejado en los niveles de desigualdad social y pobreza prevaleciente. El triunfo de Biden no resuelve la crisis social interna, tampoco resuelta durante la gestión de Trump.

La construcción y reconstrucción de los aportes de Gandásegui, en este sentido, constituyen un insumo valioso y de primer orden para la reflexión crítica sobre el carácter de la crisis de hegemonía de Estados Unidos, considerada desde la estructura de poder interna, la disputa y viabilidad de dos proyectos de modelo económico y de Nación, como posibles salidas en el entorno de incertidumbre y desconcierto global, aumentado con la crisis sanitaria provocada por la pandemia, sus consecuencias en la economía del país y el mundo, y en el aumento de las desigualdades sociales.

Descobrir Aníbal Quijano, ou apenas um pensador latino-americano

Deni Alfaro Rubbo^{*}

*Mas não se preocupe meu amigo
Com os horrores que eu lhe digo
Isso é somente uma canção
A vida realmente é diferente
Quer dizer
Ao vivo é muito pior*

(Belchior, Apenas um rapaz latino-americano)

É quase um truísmo afirmar o distanciamento entre Brasil e América Latina. Apesar de inegáveis avanços nas últimas décadas para o encurtamento dessa distância, nossa cultura é ainda demasiadamente refratária às experiências políticas, às histórias culturais, às produções de ideias e às trajetórias de personalidades de nossos vizinhos.

Nas ciências sociais, grassa um desconhecimento mais explícito. Investigar a produção de ideias e a trajetória de figuras públicas latino-americanas no Brasil pode significar escolher um “objeto rebaixado”. Conhece-se pouquíssimo da história da sociologia, da antropologia e da ciência política dos países sul-americanos, andinos e do Caribe, seus processos de institucionalização, suas influências teóricas, suas práticas sociais de leitura. Ora, mergulhar nas tradições escondidas de *Nuestra América* oferece uma posição privilegiada para a compreensão de formações sociais e históricas moldadas pelas temporalidades heterogêneas da América Latina. Esse é o caso da obra de Aníbal Quijano (1930-2018).

Quijano é um dos mais importantes intelectuais do pensamento latino-americano das últimas cinco décadas, e a cultura intelectual e política brasileira pode – e deve – devorar sua obra. Conhecer o conjunto da produção diversificada de Quijano, suas elaborações teóricas e posições políticas suscita não apenas contribuições à história intelectual da esquerda, mas também pistas sobre o processo avassalador do capitalismo contemporâneo e da crise (e colapso) das “narrativas” da modernidade. Afinal, Quijano sempre tratou a sociedade civil como objeto de pesquisa, aberta a um diálogo democrático e a mudanças sociais – esse era seu horizonte político. Em suma, um exímio praticante da “sociologia pública” e da “sociologia crítica” tais quais

^{*} Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). É professor de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). É autor de *O Labirinto periférico: aventuras de Mariátegui na América Latina* (Autonomia Literária, 2021).

examinadas por Michael Burawoy (2005).

Nascido em 1930 na pequena cidade de Yanama, província de Yungay (departamento de Áncash), filho de professor do ensino secundário e dona de casa, o jovem Quijano ingressou na Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM) em 1948. Nesse período, esteve inserido no movimento estudantil e na luta política que deságua na ditadura do general Manuel Odría (1948-1956). Na oposição ao regime, o jovem estudante sofreria perseguições e encarceramento. Sua intensa experiência como militante político e os primeiros passos de sua formação acadêmica (e literária) acarretaram conflitos com organizações políticas da esquerda do país. Desavenças com “nacionalistas”, do partido aprista, e com “marxistas”, de estirpes stalinista e trotskista, não fizeram com que ele abdicasse ou, ainda, repudiasse o marxismo. De maneira autônoma, ancorou-se nas leituras de Marx a partir dos problemas andinos, o que se transformou em um dos traços decisivos para a criação de sua imaginação sociológica inspiradora.

Entre 1959 e 1961, o autor peruano realiza sua pesquisa de mestrado na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso), em Santiago do Chile. Retorna ao Chile em 1965, dessa vez como funcionário da Organização das Nações Unidas (ONU), através da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), cargo no qual permanece até 1971. Em Santiago, vivencia inúmeros debates em centros de ensino e pesquisa com a presença de intelectuais brasileiros e estrangeiros. Também se pega em diálogos com a turma *roja* do Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) em torno da noção de dependência como forma de imperialismo em uma economia periférica do capitalismo. Mesmo integrando o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), que tinha caráter mais técnico e matriz teórica weberiana, Quijano foi, no mínimo, um pesquisador heterodoxo.

O conjunto de seus textos sobre o caráter marginal das cidades latino-americanas derivou de uma abordagem “histórico-estrutural” de caráter marxista. Quijano operacionalizava a noção de marginalidade como modo específico de integração no capitalismo periférico e dependente. Entretanto, tendo o caso peruano como referencial analítico, as implicações do intercâmbio na troca desigual entre países produtores de manufaturas e produtores de matérias primas produziam uma marginalidade *sui generis*: o *cholo*, objeto de estudo da tese de doutoramento de Quijano defendida na UNMSM em 1964. O “polo marginal” no capitalismo dependente tinha rosto e endereço: o *cholo* eram migrantes camponeses-indígenas das montanhas do *Peru profundo* que se estabeleciam precariamente na cidade de Lima. Em poucas palavras, Quijano defendia, assim, uma tese apoiada e construída a partir da luta de classes moldada pela mediação da etnicidade e da cultura.

Não é exagero afirmar que a articulação entre determinações histórico-estruturais da dependência, polo marginal e processo de “*cholificación*” constituiu uma análise social sofisticada e inovadora para a teoria sociológica marxista latino-americana. Curiosamente, permanece até hoje abafada, quicá pela peleja entre “marxistas-weberianos” do ILPES – um marxismo como “*noblesse oblige*”, como ironizou certa vez Francisco de Oliveira (2001) – e “marxistas-trotskistas” do CESO. Porém, não é estranha, até porque Quijano carrega duas referências incontornáveis que perdurariam em sua trajetória intelectual, embora em registros diferentes: o *marxismo indígena* de José Carlos Mariátegui e a *antropologia histórica* de José María Arguedas, de quem foi amigo (cf. PACHECO CHAVÉZ, 2018; RUBBO, 2018; MONTOYA HUAMANÍ, 2018).

Paralelamente, Quijano acompanhou a ascensão dos movimentos camponeses, *a posteriori* guerrilheiros, que emergiam nos países latino-americanos animados pela revolução cubana e que reconfiguravam de modo radical a correlação de forças políticas¹. Depois de seu retorno ao Peru, em 1971, inicia uma nova fase de sua trajetória política e intelectual. Nessa década, portanto, o sociólogo peruano amplia sua agenda de pesquisa e passa a investigar a dominação imperialista no Peru e suas implicações para as classes sociais à luz do regime militar de Velasco Alvarado (1968-1975).

Ao expor, analisar e criticar as contradições dos projetos econômicos e políticos do “Gobierno Revolucionario de las Fuerzas Armadas” – como se autointitulava –, Quijano cria inimizades com caudatários da esquerda política peruana que apoiavam obstinadamente o regime. Esse também era um período de militância política orgânica, com participação no Movimiento Revolucionario Socialista (MRS), nascido em 1972 a partir da Comunidad Urbana Autogestionaria de Villa El Salvador (Cuaves), movimento que lutava por moradia na cidade de Lima. Quijano desempenha papel significativo na formação desse movimento e cria a revista *Sociedad y Política*. Nesse caldeirão de reflexões, polêmicas e experiências coletivas, marcado pelas lutas dos povos indígenas andinos e pelos movimentos de moradia urbanos, Quijano desenvolve a questão da “socialização do poder político” como princípio balizador de um socialismo horizontal de sensibilidade libertária.

Na sequência, as apostas de Quijano tiveram sucessivas perdas, em especial o processo de desintegração da Alianza Revolucionaria de Izquierda (ARI) e, consequentemente, a derrota da esquerda nas eleições presidenciais de 1980. Pouco depois, sua saída do MRS e o fechamento de *Sociedad y Política* encerrariam esse doloroso processo. Tanto a paulatina fragmentação da esquerda peruana, que ainda

¹ Para uma interessante biografia intelectual sobre o jovem Quijano, dividida entre “pensamento não escrito” (1948-1962), “sociologia da suspeita” (1962-1965) e “sociologia culturalista” (1964-1968), ver Montoya Huamaní (2021).

observaria atônita a ascensão do grupo guerrilheiro Sendero Luminoso e suas ações autoritárias, quanto a crise intelectual e política do marxismo em escala internacional tiveram um forte impacto na trajetória de Aníbal Quijano. Esse é um momento de reavaliação silenciosa de seus próprios projetos intelectuais e políticos. Não por acaso, é possível aventar a hipótese de que sua produção na década de 1980 gravita entre a tensão de elaboração do luto e a preparação de um recomeço. Nesse sentido, certa “melancolia de esquerda” suscitou em Quijano a necessidade de se reinventar teórica e politicamente, sem fugir do fardo passado e, mais ainda, sem resignar-se à ordem vigente (cf. RUBBO, 2019).

Suas viagens internacionais então se intensificam. Como professor e pesquisador visitante, Quijano trabalha em universidades dos Estados Unidos, Porto Rico, Alemanha, Brasil, dentre outros países. Um dos destaques dessa frequente mobilidade são suas passagens pela Universidade de Binghamton, em Nova York, através do Centro Fernand Braudel, fundado por Immanuel Wallerstein (1930-2019). O contato com uma volumosa produção internacional das ciências sociais que interrogava concepções lineares da história e universalismos abstratos permite a Quijano tecer uma avaliação contundente sobre o *modo de conhecer* realidades sociais diversas. Isso não significa dizer que Quijano tenha abraçado acriticamente as diversas tendências que se tornariam modas acadêmicas a *posteriori*, por assim dizer, inofensivas no combate político anticapitalista. Evidentemente, as críticas ao eurocentrismo que ganhavam espaço nos debates internacionais da sociologia não causariam surpresa para alguém que fora escolarizado em escola bilíngue, espanhol e quéchua, era leitor de Mariátegui e Arguedas, e que sempre esteve em contato com camponeses-indígenas sujeitos à condição de exclusão material e simbólica.

É nos idos de 1980, beirando os 60 anos, que elabora uma profunda reavaliação de três categorias históricas em crise: América, modernidade e capitalismo. Aí se encontra uma das raízes de sua análise dos processos de “colonialidade do poder”, que se aprofunda nas décadas seguintes e que, atualmente, é debatida em âmbito internacional. Em poucas palavras, trata-se de uma ambiciosa *teoria global* a partir da “periferia” que busca compreender, de 1492 ao tempo presente, os paradoxos da modernidade em dimensão objetiva e intersubjetiva. Nas décadas de 1990 e 2000, o sociólogo peruano publica um conjunto de textos sobre a colonialidade e descolonialidade do poder, o que representa uma construção teórica *inseparável* dos processos e experiências que ocorriam no Peru, na América Latina e no mundo, da “globalização” do “neoliberalismo” às resistências globais e locais. Quijano não rompe com seus antigos temas; busca, antes, entender as características atuais do sistema-mundo moderno concebido como “totalidade heterogênea”.

Nestes tempos sombrios, as posições de Aníbal Quijano são mais do que atuais, posto que suas principais preocupações teóricas estão sempre ligadas às mutações do capitalismo mundial e a seus caminhos reversos: da resistência e das rebeliões dos vencidos da história. Por isso, em 60 anos de produção intelectual e intervenção política, seria implausível reduzi-lo à corrente dependentista ou à perspectiva “descolonial”, ignorando o conjunto diversificado de sua obra. Quijano cria um estilo próprio, nem sempre fácil, mas que se transforma, muitas vezes, como reação a estigmas do tempo. Acompanhar seu itinerário político e intelectual é um convite à reflexão sobre o lugar da América Latina e do Caribe no mundo, feito por alguém que tinha a vocação de fazer frente ao duro semblante dos dias.

Referências

- BURAWOY, Michael. For public Sociology. *American Sociological Review*, v. 70, n. 1, p. 04-28, 2005. DOI: 10.1177/000312240507000102
- MONTOYA HUAMANÍ, Segundo. *Aníbal Quijano*. Reconstrucción de su vida y obra 1948-1968. Lima: Heraldos Editores, 2021. Tomo 1.
- MONTOYA HUAMANÍ, Segundo. Aníbal Quijano: improntas de Mariátegui en la colonialidad del poder. In: MONTOYA HUAMANÍ, Segundo. *Conflictos de interpretación en torno al marxismo de Mariátegui*. Lima: Heraldos Editores, 2018. P. 265-273.
- OLIVEIRA, Francisco de. O caráter da periferia especial. *Folha de São Paulo*, 25 mar. 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2503200116.htm>>. Acesso em: 03 jan. 2022.
- PACHECO CHÁVEZ, Victor Hugo. Aníbal Quijano: episódios de lectura de José María Arguedas. In: PACHECO CHÁVEZ, Victor Hugo (Org.). *Rompiendo la jaula de la dominación: ensayos en torno a la obra de Aníbal Quijano*. Santiago: Doble Ciencia Editorial, 2018. p. 15-34.
- RUBBO, Deni A. Aníbal Quijano em seu labirinto: metamorfoses teóricas e utopias políticas. *Sociologias*, v. 21, n. 52, p. 240-269, 2019. DOI: 10.1590/15174522-89913
- RUBBO, Deni A. Aníbal Quijano e a racionalidade alternativa na América Latina: diálogos com Mariátegui. *Estudos Avançados*, v. 32, n. 94, p. 391-409, dez. 2018. DOI: 10.1590/s0103-40142018.3294.0025

ENTREVISTA

**Orlando Caputo: La teoría de la dependencia
en el laberinto de la economía mundial. (Parte II)**

ARTIGOS

Forjando um Instrumento diagonal para a esquerda global
Javier Ezcurdia e Christopher Chase-Dunn

**Mercado mundial, imperialismo e dependência:
o papel central da grande indústria**
Leonardo Leite e Marcelo Carcanholo

**Capitalismo e nacionalismo na longa duração:
hegemonia, crise e mobilização nacionalista em busca de Estado, 1492-2013**
Şahan Savaş Karataşlı

O subimperialismo no Oriente Médio
Claudio Katz

**Anticomunismo e o fantasma do “neostalinismo”:
a “questão Stálin” na obra de Domenico Losurdo**
Jones Manoel Silva

Bem Viver e democracia no pensamento de Mariátegui e Gramsci
César Germaná

HOMENAGENS

**La vigencia del legado de Norman Girvan para América Latina
y el Caribe: la teoría de la dependencia en el Caribe**
Maribel Aponte García

**Marco A. Gandásegui, hijo: en torno a la crisis de hegemonía
y la estructura de poder de Estados Unidos**
Dídimo Castillo Fernández

Descobrir Aníbal Quijano, ou apenas um pensador latino-americano
Deni Alfaro Rubbo

RESENHAS

Friedrich Engels: Uma biografia
Jales Dantas da Costa

Dependency, neoliberalism and globalization in Latin America
Carlos Alberto Serrano Ferreira